

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Patrícia Regina Schuster

BRAÇOS CRUZADOS: O DISCURSO DO JORNAL GAZETA DO SUL
SOBRE O MOVIMENTO GREVISTA DA DÉCADA DE 1980

Santa Cruz do Sul, abril de 2011

Patrícia Regina Schuster

BRAÇOS CRUZADOS: O DISCURSO DO JORNAL GAZETA DO SUL
SOBRE O MOVIMENTO GREVISTA DA DÉCADA DE 1980

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ângela Cristina Trevisan Felippi

Santa Cruz do Sul, abril de 2011

Patrícia Regina Schuster

***BRAÇOS CRUZADOS: O DISCURSO DO JORNAL GAZETA DO SUL
SOBRE O MOVIMENTO GREVISTA DA DÉCADA DE 1980***

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dra. Ângela Cristina Trevisan Felippi
Professora Orientadora

Dr. Marcos Artêmio Fischborn Ferreira

Dra. Marcia Benetti Machado

*À minha família, pelo apoio, estímulo e
compreensão em todos os momentos dessa
caminhada.*

AGRADECIMENTOS

Para um jornalista – amigo das letras por formação e devoção – deveria ser fácil escrever algumas linhas de agradecimento. Para mim, não é. O jornalismo nos ensina a noticiar e, por mais que tentamos chegar bem perto das sensações e sentimentos provocados por um dado acontecimento, sempre nos deparamos com o preceito máximo que rege nossa profissão: precisamos ser objetivos e concisos. Assim, fica difícil transformar um sentimento tão nobre, quanto a gratidão, em alguns vocábulos e, mais do que isso, listar nominalmente todos aqueles que fizeram parte da minha história e, tenho certeza, de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Fazer uma dissertação é trilhar um caminho de muitas aventuras. As descobertas ultrapassam o campo da ciência. Nessa trajetória cheia de adrenalina, aprendemos e apreendemos com verdadeiros “monstros sagrados do meio acadêmico”, travamos amizades que serão levadas para o resto de nossos dias, rimos, choramos, nos escabelamos... É nessas horas que algumas pessoas se mostram determinantes. É a elas que gostaria de manifestar meu reconhecimento.

À jornalista, professora, orientadora e também amiga Ângela Cristina Trevisan Felippi, pela generosa e qualificada orientação. Acima de tudo, pelas sábias e permanentes palavras de incentivo ao meu desenvolvimento pessoal, intelectual e, especialmente, profissional.

A todo o corpo docente do curso de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), pelos momentos de debate e pelo valioso repasse de conhecimento.

Aos demais professores, tanto aqueles que tive ao longo de minha formação básica (Ensino Fundamental e Médio), quanto aos da Graduação, em particular a prof^a. Fabiana Piccinin, que me acompanhou durante o estágio de docência, cedendo suas aulas para que eu pudesse colaborar, e ao prof. Hélio Afonso Etges, que deu a sua contribuição na confecção do

projeto que encaminhei para seleção do Mestrado. Ambos – mais a prof^a. Ângela - serviram e servirão de exemplo de como ser um bom professor.

Ao maravilhoso grupo de colegas do Mestrado e, principalmente, à Carina Weber e Fernanda Finkler, amigas e parceiras nos trabalhos de aula e também cúmplices das angústias rotineiras presentes neste percurso. Aliás, não foi uma e nem duas vezes que a colega Fernanda me desejou “Coragem!”.

Aos companheiros do Sindicato dos Comerciantes, Vigilantes e Funcionários Públicos Municipais. Foram eles que expandiram os meus horizontes no que tange às relações capital *versus* trabalho. Fizeram-me ver e sentir na prática a necessidade de trazer essa problemática à tona. Aliás, essa pesquisa deve muito às considerações feitas por lideranças destas instituições. Algumas, como é o caso do presidente do Sindicato dos Comerciantes, Sr. Afonso Schwengber, é lenda viva dos confrontos grevistas da década de 1980. Devo, sobretudo, a ele muitas das reflexões aqui desenvolvidas.

Aos meus amigos (cito, em particular, o Julian Israel Lima e a Adriana Mellos), que sempre entenderam meus momentos de preocupação – diria que, às vezes, quase de histeria - e me encorajavam a buscar as soluções para aquelas questões que, à primeira vista, pareciam insolúveis.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa, que foi determinante para que esta pesquisa saísse do papel.

Aos trabalhadores do Vale do Rio Pardo (e aí estendo meu muito obrigada àqueles que contribuíram diretamente neste processo, fosse o pessoal da biblioteca da UNISC, dos inúmeros postos de xerox, da redação da *Gazeta do Sul* – onde foram coletados os arquivos e realizada a entrevista com Romeu Neumann -, às meninas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR) e a todos do Brasil e do mundo. São eles a razão de ser deste trabalho e, fundamentalmente, os protagonistas de uma história que nem sempre se gosta de contar ou quando se conta as versões nem sempre são as mais fieis.

Por fim, minha maior gratidão vai para meus familiares – pai, mãe, irmã, cunhado, tios e primos -, ao meu ex-companheiro Gustavo e à estrelinha Natália, minha sobrinha, que chegou em meio a esta caminhada. Pelo amor incondicional, carinho e palavras de entusiasmo, suportes indispensáveis para a realização desta dissertação.

*Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Caminhando e cantando
E seguindo a canção...
Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer...*

(VANDRÉ, Gealdo. *Pra não dizer que não falei das flores*)

Quem acredita sempre alcança.

(RUSSO, Renato. *Quem acredita sempre alcança*)

RESUMO

Esta dissertação analisa a produção de sentidos e mapeia as vozes presentes no discurso jornalístico sobre o movimento grevista da década de 1980 do jornal *Gazeta do Sul*, hegemônico no Vale do Rio Pardo/RS. Procura observar como se deu a construção discursiva a respeito dos confrontos capital *versus* trabalho naquela época e quais foram os sentidos institucionalizados pela publicação sobre esses episódios. Além disso, apura quais são os “atores” que falam e como falam no noticiário do jornal. Tem como referencial teórico-metodológico a Análise de Discurso, com filiação à Escola Francesa. Parte do pressuposto de que a mídia e o jornalismo – como produto dela – são (re) construtores da realidade social. O trabalho detectou, sobretudo, a partir de um *corpus* composto de onze greves, que somaram 108 unidades noticiosas, o “jeito” *Gazeta do Sul* de “contar” o fenômeno grevista. Os sentidos, majoritariamente, encontrados nas notícias veiculadas ao longo destes dez anos centralizam-se em dois enfoques: primeiro, de que a greve representa uma transgressão, uma violência, e segundo, de que ela acarreta em prejuízos. Além disso, a caminhada analítica evidencia que as vozes (perspectivas de enunciação) dominantes favorecem as posições patronais. Ao noticiar as paralisações deste período sob tais ângulos discursivos, o veículo termina por ir ao encontro de valores defendidos por setores que detêm o poder político e econômico.

Palavras-chave: jornalismo; movimento grevista; década de 1980; *Gazeta do Sul*; discurso.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the production of senses and maps voices presented on journalistic speech of *Gazeta do Sul* about the strike movement of the 1980s in Vale do Rio Pardo/RS. Search observing how speech construction was developed about capital *versus* work clash by the time and which were *Gazeta do Sul*'s senses for institutionalizing these episodes. Besides, we see who the “actors” that speak are and how they speak on the news’ report. Its theoretical and methodological reference is to Discourse Analysis, with affiliation to the French School. It assumes that the media and journalism - as a product of it - are (re) builders of social reality. The study has detected, based on a corpus composed by eleven strikes, that together resulted in 108 news unit, how *Gazeta do Sul* has “told” the strike movement. The senses, mainly found in the news reported over these ten years are centered on two approaches: first that the strike represents a transgression, violence, and second, that it leads to losses. In addition, the analytical path shows that the enunciation prospect favors dominant employers. In reporting the strikes of this period under such discursive angle, the publication ends up meeting the values promoted by sectors that have the political and economic power.

Keywords: journalism; striker motion; the 1980’s; *Gazeta do Sul*; speech.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 Charge do Cristo Redentor	12
2 (SD18) Selo da notícia cujo título central foi <i>Greve foi apenas parcial, mas superou a expectativa</i>	148

LISTA DE TABELAS

1 Panorama dos jornais do Vale do Rio Pardo nos anos de 1980	69
2 Greves selecionadas para compor o <i>corpus</i> de análise	129
3 Locutores e enunciadores – Greve Geral (1987)	177

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DA ESFERA DO DISCURSO	19
2.1 O poder da máquina midiática na modernidade	19
2.2 O discurso jornalístico e seu litígio com a neutralidade	27
2.3 A notícia: um todo que significa	36
2.4 Jornalismo: um mosaico polifônico	45
3 DA ESFERA DA <i>GAZETA DO SUL</i>	53
3.1 Imprensa nos anos 80: das páginas de condescendência às de resistência	53
3.2 O “sujeito” <i>Gazeta do Sul</i> nesse cenário: como tudo começou	63
3.3 Na redação: mãos à obra	74
3.4 Veículo hegemônico nos anos 80	81
4 DA ESFERA DAS GREVES	91
4.1 Greves: da formação da classe operária ao “movimento braços cruzados”	91
4.2 A greve na linha de montagem	101
4.3 Uma onda recente: os cenários grevistas da década de 1980 no Brasil	103
4.4 Do ABC para o Vale do Rio Pardo: ecos no jornal <i>Gazeta do Sul</i>	115
5 <i>BRAÇOS CRUZADOS</i> : O DISCURSO DA <i>GAZETA DO SUL</i> SOBRE O MOVIMENTO GREVISTA DA DÉCADA DE 1980	125
5.1 Delimitando o dispositivo de análise	125
5.2 “ <i>Estamos em greve!</i> ”: uma primeira incursão discursiva na <i>Gazeta do Sul</i>	131
5.3 Da transgressão ao prejuízo: os sentidos imputados às greves pela <i>Gazeta do Sul</i>	139
5.4 Capital <i>versus</i> trabalho: vozes que se digladiam pelo poder da significação	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS	187

1 INTRODUÇÃO



Ilustração 1 – Charge do Cristo Redentor
Fonte: *Gazeta do Sul*, 19 nov. 1988.

Entregar-se ao desvendamento de um discurso é como andar sobre um terreno pantanoso. Os alicerces do discurso são sempre frágeis: certezas que escapam, verdades que se desmancham. Pode ser uma indomável orgia de palavras ou a significação pela sua ausência. Talvez Silva (2002, p. 47), numa de suas muitas travessuras linguísticas, traduza melhor: “Falar nem sempre quer dizer alguma coisa. Dizer nem sempre exige uma fala”. Não existe poder autônomo nas palavras, já afirmava Pêcheux (1995), fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso, com a sua obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (assim traduzida para o português).

Isso é tanto ou mais verdadeiro quando aventura-se pelo universo do jornalismo. Escrever é omitir por ilação, é comunicar nas entrelinhas, é tentar abafar sentidos... É sob essa mecânica que são edificadas as notícias e tudo que está a sua volta (fotos, legendas...). Quanto aos preceitos “serviço público”, “interesse social”, “verdade”, “objetividade” e “neutralidade”, não passam – na áspera visão de Silva (2000) - de mitos que se tornam mercadorias reembaladas pelos departamentos de *marketing*.

Se essa é a vocação das construções jornalísticas, poder-se-ia perguntar - para ficar num exemplo - o que uma charge com a imagem do Cristo Redentor (afamado pela acolhedora postura dos braços abertos) de braços cruzados estaria querendo dizer? São muitas as divagações permitidas, já que ao “cruzar os braços” se está, naturalmente, flertando com uma atitude polissêmica (pode representar afastamento, timidez, afronta...). Mas é um pequeno amontoado de letras na parte superior da caricatura (que “abraçadas” querem dizer “greve”), que dão o sinal que ali – naquele “braços cruzados” – eram capital *versus* trabalho que estavam em cena.

A charge publicada pela *Gazeta do Sul* no dia 19 de dezembro de 1988, ilustra, de certa forma, qual é o fio de Ariadne que conduz esta pesquisa. O problema centralizou-se no desvendamento de como o jornal hegemônico no Vale do Rio Pardo¹ intermediou e construiu os discursos acerca do movimento grevista da década de 1980. É isso que as próximas 200 páginas (pouco menos) tentarão elucidar.

Muito? Não se forem levados em consideração alguns aspectos. As greves realizadas de norte a sul do Brasil configuram-se num dos fenômenos mais importantes dos anos 80. A classe trabalhadora mal sabia que além de conquistas salariais e ampliação de direitos jogaria os militares, que por mais de vinte anos governavam o Brasil, de volta para trás das muralhas dos quartéis. Fora isso (para ficar em dois casos), essa é a primeira vez que os embates capital *versus* trabalho, ocorridos na região do Vale do Rio Pardo, são estudados à luz do discurso jornalístico².

Estava mais do que na hora deste tema sair da obscuridão para ser transformado numa investigação científica. Ora, não está se falando de um momento qualquer da História

¹O Vale do Rio Pardo é uma das regiões do Rio Grande do Sul. Utiliza-se como referência para a definição dos seus limites na década de 1980, os municípios existentes neste período, pertencentes ao atual Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Vale do Rio Pardo. Opta-se por essa classificação por entender que ela facilita a visualização dos municípios que compõe o Vale do Rio Pardo, uma vez que as regiões definidas por COREDEs são célebres no estado do Rio Grande do Sul. Cabe destacar, que os COREDEs foram criados, oficialmente, no RS apenas em 1994. Em linhas gerais, são fóruns de discussão e de decisão política a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Atualmente, o COREDE Vale do Rio Pardo é constituído por 23 municípios, a saber: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz (ATLAS, 2010).

²Esta afirmação está embasada numa consulta ao Banco de Teses da Capes (a apuração foi realizada no dia 25 de janeiro de 2011 e não se encontrou nenhum trabalho que contemplasse ou mesmo se assemelhasse à temática aqui proposta) e em demais pesquisas desenvolvidas em outras referências bibliográficas.

nacional. As paralisações, iniciadas no fim dos anos 70, pelos trabalhadores do ABC Paulista³, abriram um ciclo de greves sem precedentes na história dos conflitos sociais brasileiros. As vitórias econômicas, parcialmente conquistadas em 1978 pelo movimento dos operários industriais, foram o estopim para que outras categorias passassem a fomentar este projeto. Um ano mais tarde, segundo informações de Noronha (1991), 18,3% das greves realizadas e 31,1% das jornadas não cumpridas eram lideradas pelos metalúrgicos. A reboque, veio o setor privado, com a construção civil (8,1% das greves e 10,5% das jornadas), os motoristas e cobradores e algumas outras categorias industriais. Segmentos como o dos médicos e professores também se engajaram ao longo do tempo. Estes dois grupos acabariam, mais tarde, por encabeçar a lista dos grevistas assalariados da classe média.

A cada ano as paralisações se intensificavam. Em 1978 foram deflagradas 118 greves. Dez anos mais tarde esse número multiplicou-se, vertiginosamente: já era de 2.188. Em pauta estava um conjunto de demandas – trabalhistas, sociais e políticas – que, de acordo com Noronha (1991), haviam sido mutiladas durante os anos do autoritarismo. Os trabalhadores clamavam por reajustes salariais, reclamavam das más condições de trabalho, fruto, principalmente, da intensificação do ritmo da produção nas fábricas, mas também tinham como reivindicação – velada, é bem verdade - a reconquista da cidadania política.

Foi graças à mudança e consolidação de um sindicalismo mais combativo e atuante que uma nova paisagem surgiu no horizonte brasileiro. A elevação do associativismo sindical⁴, no final dos anos 70, e o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, segundo Boito Júnior (1991), seria uma das centrais que entraria para os anais do sindicalismo nacional, foram fatores cruciais.

O Rio Grande do Sul e, particularmente, o município polo da região do Vale do Rio Pardo - Santa Cruz do Sul - não passou ileso. Os traços comuns ao cenário nacional aparecem – ainda que com quase meia década de atraso - quando sindicatos, como o dos bancários, filiam-se à CUT, com a vitória da oposição sindical bancária em 1986. Logo depois, outras oposições cutistas (ou dispostas a romper com o modelo vigente de sindicalismo) começaram

³A sigla ABC vem dos três municípios que, originalmente, formavam a região: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Trata-se de uma região tradicionalmente industrial, localizada no estado de São Paulo.

⁴De acordo com Noronha (1991), entre 1970 e 1977, a porcentagem da população economicamente ativa (PEA) formada por operários sindicalizados sofreu uma queda de 13% para 12,5%. Já em 1979 cresceu para 17%.

a ganhar eleições sindicais, como foi o caso dos comerciários, metalúrgicos e do vestuário. Como reflexo destes desdobramentos, surgiram as primeiras greves.

É sob este panorama que se aspira jogar um facho de luz. Sabe-se que o ABC Paulista é referência quando se fala nas greves dos anos 80. Muitos livros e artigos já foram publicados. Acontece que aquela foi uma das muitas regiões do Brasil que sediou manifestações grevistas. Logo, foi no ímpeto de olhar para uma realidade que ainda permanece incógnita e, logicamente, pelo caráter regional do programa de mestrado – Desenvolvimento Regional - que este trabalho se filia, que o Vale do Rio Pardo passou a ser objeto analítico.

Esta região, convém grifar, possui características singulares em relação ao ABC Paulista e, até mesmo, às demais regiões do território gaúcho. Trata-se não só de um quadro natural (relevo, clima, vegetação) único – que agrega, inclusive, diferenças internas – mas de distinções econômicas e socioculturais marcantes. Em comum, os 23 municípios que integram o COREDE Vale do Rio Pardo, qualificam-no como o principal núcleo de produção e beneficiamento de fumo do Brasil e um dos maiores do mundo. Por sinal, esta atividade econômica só está arraigada na região, uma vez que é herança dos colonizadores alemães.

Parte do legado trazido pelos descendentes de germânicos, que predominam em toda a região, embora outros grupos étnicos também tenham contribuído para a formação do Vale do Rio Pardo, como portugueses – Rio Pardo e Encruzilhada do Sul - e africanos – que, igualmente, se instalaram em povoados dos mesmos municípios, é conservado até hoje. A manutenção da pequena propriedade ainda é regra⁵, bem como o cultivo do tabaco, que representa 56% do valor total da produção agrícola do Vale do Rio Pardo (SIEDENBERG, 2003). Deste modo, a presença de indústrias na região configura-se num importante motor econômico, especialmente de Santa Cruz do Sul, onde está concentrado o maior parque fabril. Fato que, diga-se de passagem, aponta para a existência de um operariado bastante expressivo, decorrente deste setor.

Em que pese o fato de Santa Cruz do Sul, a região do Vale do Rio Pardo (e seus habitantes) e a imprensa (que aqui representa o foco das discussões) terem participado,

⁵Essa característica está associada, sobretudo, aos municípios que têm como principal atividade econômica a fumicultura, haja vista que no Vale do Rio Pardo existem também muitos latifúndios, como por exemplo, em Encruzilhada do Sul (para ficar num único caso).

ativamente, de todas estas transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas durante os anos 80, sob o ponto de vista científico⁶ – como dito há pouco – eles permanecem adormecidos. A imprensa, por sinal, foi a intercessora – isso numa visão pueril – de todas as ações que varreram esse período.

É o seu funcionamento que abrirá as reflexões desta pesquisa (capítulo I). Ao destrinchar como a máquina midiática desempenhou (e ainda desempenha) suas funções, automaticamente, desmistificou-se o seu principal pilar de sustentação. O jornalismo e a notícia não são meros relatos dos acontecimentos. Transportam, sim, mensagens que estão repletas de sentidos e vozes que, por vezes, reproduzem consensos de significação.

A *Gazeta do Sul*, instrumento empírico deste estudo e jornal para qual as atenções estiveram voltadas na fase seguinte (capítulo II), não foi (e continua não sendo) um simples veículo do interior, estranho a tudo isso. Não foi a demarcação da sua circulação e, tampouco, o volume da sua tiragem que a estagnaram no tempo. Uma retrospectiva do comportamento da imprensa na época mostrou que a publicação rezou a mesma cartilha dos “ilustres” que rodam no centro do país (*Folha de S. Paulo, Estadão, O Globo...*). As rotinas produtivas (essenciais para o entendimento dos nortes discursivos do veículo), as metamorfoses gráficas e editoriais anteciparam o que seria constatado na prática um pouco mais tarde: tudo se encaminhava para o triunfo da ideologia do simples, curto, fácil, leve, bonito e espetacular.

Antes de lançar-se na problemática central, seria um pecado metodológico não explicitar quais as vertentes do movimento grevista no mundo. Onde surgiram? Por que surgiram? Como se desenrolaram no Brasil, no Rio Grande do Sul e na região? Personagens, motivações, desdobramentos... Tudo isso foi trazido à tona (capítulo III) - ainda que de maneira breve - com o intuito de apoiar os entrecruzamentos posteriores, mas também para, no fundo, salientar a importância dos trabalhadores e suas lutas.

Sim, porque da escola aos veículos de comunicação, quase não se fala na classe trabalhadora ou na importância que ela tem e teve. Foi o ex-presidente Garrastazú Médici quem construiu a ponte Rio-Niterói, foi o prefeito “tal” quem fez a escola “tal”... A *Gazeta do Sul* contou, recontou, construiu e desconstruiu no entremeio destes 120 meses cada uma

⁶Foram realizados alguns estudos, porém nenhum deles combinou a atividade grevista dos trabalhadores do Vale do Rio Pardo com a produção noticiosa da imprensa, fosse ela da *Gazeta do Sul* ou não.

dessas “histórias” - que aos leitores do jornal chegou no formato de notícias. Para desnudar os sentidos que a elas esteve associado, a autora deste estudo trilhou um árduo e emocionante caminho.

Foram visitados - um por um – todos os arquivos da década de 80. Destes, foram reprografadas 977 páginas (todas elas com algum texto falando sobre o tema “greve”, “1º de Maio” e sobre a própria “*Gazeta do Sul*”). Para compor o *corpus*, separaram-se desse material onze eventos grevistas, os quais resultaram em 108 unidades noticiosas. Dali, foram extraídos ainda 47 fragmentos de textos, especificamente, para a análise dos sentidos, já que o exame das vozes se deu a partir de quatro unidades noticiosas na íntegra.

Empreendimento que, como se pode perceber, exigiu muito mais do que fôlego. Para que o principal objetivo desta dissertação - analisar e compreender, em meio ao complexo universo da comunicação, de que forma o jornal hegemônico no Vale do Rio Pardo, *Gazeta do Sul*, publicizou e edificou os discursos acerca do movimento grevista da década de 1980 – fosse cumprido, foi preciso uma dose extra de saúde e um verdadeiro estoque de máscaras e luvas (graças às centenas de milhares de ácaros presentes no material), já que nenhum arquivo daquela época foi digitalizado. Além disso, cabe apontar este esforço se deu no intuito de atender ainda os objetivos específicos da pesquisa: estudar a história das greves no Vale do Rio Pardo, realizadas na década de 1980, e apurar os setores (categorias profissionais dessa mesma região), além das suas pautas reivindicatórias, que mais tiveram envolvimento nesse tipo de conflito durante esse mesmo período.

Achou-se conveniente – dada a proposta deste estudo - adotar a Análise de Discurso (AD) como referencial teórico-metodológico. Explica-se com maior precisão: a AD, com filiação à corrente francesa rompe com o paradigma clássico da linguística e preconiza que o sentido não está pronto nos objetos. Ele redonda de um processo discursivo e não da estrutura. A AD elucubra a atribuição de sentido (s) ao texto, na intenção de expor tanto a materialidade do sentido, como os processos de constituição do sujeito, a quem cabe o funcionamento discursivo de qualquer texto. Propõe que é na linguagem que se dá a materialização da ideologia, sentido e sujeitos como efeitos discursivos, constituídos na enunciação.

Ao fazer uso de tal procedimento para falar de uma temática um tanto quanto polêmica não se tem a menor dúvida de que se está na contracorrente dos modismos e do pensamento

dominante. Aqui, para além de serem recuperadas dimensões incômodas para as elites e para os intelectuais conservadores – Giannotti (2007) já denunciava a corrente invisibilização da classe trabalhadora nos registros históricos – vai-se tentar demonstrar que os trabalhadores e sua ação coletiva foram e continuam sendo vitais para o desenvolvimento das sociedades.

Talvez não seja exatamente isso que vai se encontrar nas páginas da *Gazeta do Sul* (conclusões mais precisas poderão ser tiradas no último capítulo). No que tange ao discurso do veículo, cabem muito bem as palavras de Cattani (1991, p. 42):

O mundo do trabalho e ação coletiva dos trabalhadores, apesar de importantes resgates realizados por intelectuais e militantes, situa-se marginalmente em face da grande história ou da história dos grandes. A história é a história dos vencedores. História como relação de poder. O triunfo da classe capitalista foi incontestado nesses últimos 100 anos. A hegemonia burguesa é reforçada pela formulação da “história oficial”, na qual poucos personagens destacam-se como demiurgos do real. A história passa a ser o relato das evidentes realizações burguesas, do crescimento econômico e dos embates políticos de suas lideranças. O resto não é nem resto, não existe.

Este estudo contraria essa “história”. Ele é a prova viva de que este “resto”, muitas vezes, é retirado de debaixo do tapete e colocado à mostra. Os trabalhadores estiveram lá, com as suas colheres de pedreiro, atrás dos caixas dos bancos, dos balcões das lojas... Eles foram as peças mais importantes da evolução econômica, política e social que se deu de lá para cá. Quanto à forma que a *Gazeta do Sul* os “desenhou” discursivamente, isso é uma questão à parte. Depois de submetê-la ao rigor da ciência, adianta-se que ela não foge muito do lugar-comum: segue a replicar a “história” sob um viés, preponderantemente, patronal/burguês.

2 DA ESFERA DO DISCURSO

2.1 O poder da máquina midiática na modernidade

Na contemporaneidade, a máquina midiática passou a ocupar lugar seminal na política, na economia e em vários outros campos da sociedade. O mundo político não sobrevive mais sem a “visibilidade social” (CHARAUDEAU, 2006) dada pelos veículos de comunicação. A economia capitalista marcha na mesma cadência. Faz circular informações das mais variadas sobre o mercado global, viabilizando e facilitando negócios. Com a tecnologia *online*, bastam poucos cliques para acompanhar – e comprar - ações nas Bolsas de Valores de qualquer canto do mundo. O investidor pode ganhar “virtualmente” milhões ou perder como num piscar de olhos. A jurisdição da mídia expandiu-se de tal forma que ela serve, atualmente, de sustentação para que o próprio sistema capitalista não entre em colapso.

Nada comparado com o poder que exerce sobre a esfera simbólica/cultural. Não fosse assim, a televisão – para ficar num módico exemplo – não traria tanta dor de cabeça aos moralistas tradicionais. Se as pessoas não cressem tanto, ainda que implicitamente, no poder deste veículo sobre o comportamento dos seres humanos (na conduta sexual – para seguir na mesma linha de raciocínio), os carolas pouco se importariam com ele. Mas se incomodam – e muito. Não estão alheios ao fato que, não bastasse “traduzir” todo e qualquer episódio social (de acordo com os critérios que lhe convêm, é claro) – e, de uns anos para cá, numa velocidade quase que instantânea, graças a capacidade singular de interligar o planeta, via satélite, cabos de fibra ótica e outros modais eletrônicos – a mídia constrói identidades, o imaginário coletivo e, de posse de um projeto voltado para as massas, converte-se em praça pública. Pode parecer pouco, mas as aparências enganam. Moraes (2001, p. 1) contribui nessa reflexão:

As corporações de mídia e entretenimento [...] não apenas vendem e legitimam o ideário global, como também o transformam no discurso social hegemônico, propagando visões de mundo e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas.

O primeiro passo – antes que se apreenda quais são as “mágicas” feitas pela máquina midiática para que os sentidos por ela emitidos adquiram *status* de supremacia – é saber

como esta fábrica de produzir informações se articula. As instâncias por ela compreendidas são: produção, circulação, distribuição/consumo e reprodução (HALL, 2003). Não custa notificar que, embora o produto discursivo seja diferente das demais mercadorias, ele não deixa de respeitar o mesmo esqueleto da estruturação produtiva estudado, exaustivamente, por Karl Marx. Aproveitando ainda a analogia marxista, o “processo de trabalho” – no caso do circuito da notícia – se dá por meios discursivos.

Durante o momento da produção é que são construídas as mensagens. É claro que esta etapa leva em consideração a característica discursiva da notícia. Não que esta seja uma atividade unicamente de linguagem. A construção da notícia envolve fatores físicos e materiais, mas não poderia estar destituída de um conjunto de significados ou de padrões culturais institucionalizados. E são estes referenciais que comandarão todas as demais subfases do programa de produção: “[...] conhecimento útil sobre rotinas de produção, habilidades técnicas historicamente definidas, ideologias profissionais, conhecimento institucional, definições e pressupostos, suposições sobre a audiência e assim por diante [...]” (HALL, 2003, p. 389).

Os aparatos institucionais (jornais, revistas, emissoras de rádio, canais de televisão e *sites* da internet) coordenam o segundo e terceiro estágios do fluxo produtivo. Os veículos é que distribuem o produto midiático. Finalizada esta etapa, o discurso é decodificado, transformado-se, novamente, em uma prática social, voltando para o circuito informativo para que este se complete e retome seus efeitos (HALL, 2003). É neste curso que se dá a reprodução. A esse respeito Hall (2003, p. 390) tece ainda uma significativa observação, destinada à televisão, mas que – sem prejuízo – pode ser estendida aos demais meios de comunicação.

Assim — usando os termos de Marx — circulação e recepção são, de fato, "momentos" do processo de produção na televisão e são reincorporados via um certo número de *feedbacks* indiretos e estruturados no próprio processo de produção. O consumo ou a recepção da mensagem da televisão é assim, também ela mesma um "momento" do processo de produção no seu sentido mais amplo, embora este último seja "predominante" porque é "o ponto de partida para a concretização" da mensagem. Produção e recepção da mensagem televisiva não são, portanto, idênticas, mas estão relacionadas: são momentos diferenciados dentro da totalidade formada pelas relações sociais do processo comunicativo como um todo.

Operando sob esta configuração, a mídia materializou aquilo que Marx um dia previra: o presente é de um mercado global, descompromissado dos limites impostos pelo espaço ou

tempo. Se antes, o maior volume de recursos ia para a indústria pesada (minérios, entre outros), agora, com o desenvolvimento das indústrias culturais, os bilhões (dólares, euros...) são endereçados para o aprimoramento das tecnologias de comunicação e dos *softwares* da Idade Cibernética.

As corporações midiáticas projetaram-se de tal forma que não há hemisfério social que delas não faça parte. As trocas econômicas, como dito há pouco, são sustentadas pelos circuitos globais de informação. A sua incidência é maior ainda como agente discursivo. Parte dela a proposta de coesão ideológica, induzindo – como consequência - a uma consciência de ordem global. Os complexos de difusão tornaram-se peritos nessa prática. Não existe outra esfera tão íntima da vida cotidiana credenciada a conectar países, povos e culturas tão distintas.

Conexão essa que não se deu ao acaso. Trata-se de uma política insuflada pelos governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, nos anos 80 (HALL, 1997). Com a intenção de impulsionar economias pós-coloniais (países africanos, asiáticos, latino-americanos, entre eles o Brasil), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em troca de auxílio financeiro, induziram tais países a privatizar em largas escalas. Os reflexos desse processo globalizatório atingiram em cheio os mercados culturais. O Estado perdeu parte de sua autonomia e, em proporções cada vez maiores, as nações que subordinaram-se ao BM e FMI tiveram de ceder às suas pressões. Ou optavam pela adoção de políticas do tipo “céu aberto” - de internacionalização e transformação dos mercados (sobretudo, midiáticos) em grandes monopólios globais -, fomentando a dinâmica de acumulação capitalista, ou ficariam desassistidos pelas duas instituições. Segundo Fonseca (2005), os conglomerados de comunicação estão – desde os anos de 1990 – reestruturando-se agressivamente. A conjuntura que se delineia é a de que eles deixem de se reportar a mercados internos para dirigirem-se ao mercado capitalista de domínio geral.

As implicações também são sérias na configuração do tempo e do espaço. As notícias são dadas em “tempo real”, os limites geográficos, da própria informação, bem como das organizações midiáticas, que vêm, desenfreadamente, tornando-se oligopólios transnacionais, foram sepultados. Segundo Harvey (2001) a direção para cá e para lá dos fluxos de capital – ora frenéticos, ora instáveis – ignoram qualquer restrição de tempo e espaço. A premissa básica do capitalismo não está nas divisas espaciais – que são facilmente ultrapassadas pelos

donos do capital – mas sim, nos dividendos que ele precisa gerar. A informação, tida como o carro-chefe das empresas jornalísticas/midiáticas, não foge a esta regra. Nesta neurose do lucro a qualquer custo, ela sucumbe às leis mercadológicas e às conveniências político-econômicas dos titãs.

Foram inúmeras as certezas abaladas nesta trajetória globalizante. Harvey (2001) fala que o tempo, o espaço e – até mesmo – o dinheiro – passaram a ser vistos sob novos pontos de vista. Para o geógrafo vive-se a experiência da compressão do tempo-espaço. Ele justifica:

Uso a palavra “compressão” por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós. (HARVEY, 2001, p. 219).

A emergência do regime de acumulação flexível ou pós-fordista⁷ dissolveu boa parte das balizas temporais. Para Harvey (2001), nem as bases monetárias escaparam da resignificação nesse inédito mundo presenteísta, inseguro e de princípios oscilantes. O “dinheiro real” tornou-se quase artigo em fase de extinção. Em compensação, os cartões de crédito explodiram. As mercadorias tangíveis (ouro, imóveis...) que conferiam sentido físico à moeda perderam seu lugar para os capitais “fictícios” (ações).

E se o momento é de instabilidade por todos os lados, o espaço – como colocado há pouco – não sairia ileso. Ele encolheu (pelo menos esse é o sentimento) a ponto de ter se convertido numa “aldeia global”. Perante rupturas tão radicais no sentido do espaço e do tempo, fica a pergunta: como são representadas as heterogeneidades e diferenças culturais?

A tendência é de que as forças homogeneizantes absorvam todas as esferas. Os efeitos vão da conhecida *McDonald-ização* ou *Nike-zação* à estandartização das peças midiáticas. As particularidades desaparecem enquanto que a cultura mundial ocidentalizada desponta. A imagem de Jesus Cristo é a prova material desta uniformização. Varre o planeta (ocidente, principalmente) um Cristo branco, de longos cabelos loiros e olhos azuis, quando a

⁷A acumulação flexível ou pós-fordista é caracterizada por Harvey (2001, p. 140) como um sistema que transpõe a rigidez fordista. Apoiar-se na flexibilização dos “processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. É nesta fase do capitalismo que evidenciam-se novos setores da produção, serviços e mercados em geral”. A política que vem acoplada ao paradigma pós-fordista (como também é chamado) tende a repercutir fortemente nos níveis de desemprego.

arqueologia – baseada na região em que ele nasceu e nos seus descendentes – garante que, se realmente este homem existiu, ele jamais apresentaria esse biotipo.

Tudo que se torna hegemônico parece – como escreve Hall (2003, p. 401) – “coincidir com o que é ‘natural’, ‘inevitável’ ou ‘óbvio’ a respeito da ordem social” (imagina-se um Cristo de pele, cabelos e olhos escuros?). A hegemonia cultural possui o carimbo do que é legítimo. Ela circunscreve o universo de significados possíveis de todo um setor de relações travadas em sociedade.

Em cena, na verdade, está a ideologia⁸. Recai sobre ela a missão de fazer com aconteça uma espécie de “cooptação” simbólica. Daí o crescimento alucinado das indústrias culturais, uma vez que são elas que moldam e transformam a consciência da massa.

Logo, não existe nenhum truque. As ideias só se tornam consensuais se estiverem associadas a um conjunto particular de forças sociais. A luta ideológica, sob esta clivagem, está no seio da luta social por autoridade e liderança – que, para Hall (2003, p. 290) – nada mais é que a hegemonia.

Porém, a “hegemonia”, no sentido de Gramsci, requer não a simples ascensão de uma classe ao poder, com sua “filosofia” inteiramente formada, mas o *processo* pelo qual um bloco histórico de forças sociais é construído e sua ascendência obtida. Portanto, a melhor forma de se conceber a relação entre “ideias dominantes” e “classes dominantes” é em termos dos processos de “dominação hegemônica” [grifos do autor].

Não se pode incidir no erro de que as classes e ideias dominantes movem-se sempre orquestradamente. O domínio ideológico se perpetua, antes de qualquer coisa, por meio da interrelação ao conjunto de ideias que, em dado período histórico, detinham poder hegemônico. Não existe um roteiro pronto, que bastaria ser encenado pelas classes “superiores” para que determinadas ideias se justapassem a outras. O sucesso deste projeto depende de um exercício constante.

Martín-Barbero (2003) segue advertindo para os perigos que esta “cultura global” pode ocasionar. Desde o predomínio de políticas totalitárias à rejeição da pluralidade. A geração

⁸O conceito de ideologia aqui vem de Hall (2003, p. 267). “Por ideologia eu compreendo os referenciais mentais — linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação — que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona”.

edificada sob os marcos da cultura homogênea desenvolveu um medo ancestral do “outro”, do diferente. Introjetou intolerância e passou a perceber a heterogeneidade como algo desintegrador, poluidor e ameaçador da pureza.

A revolução cultural e midiática global despertou incontáveis e inquietantes consequências negativas. Mas há também movimentos contrapostos e resistentes ao programa monomorfo ditado pela globalização. Os articuladores do capitalismo viram que havia espaço para a “diferença”. Hall (1997), aliás, acha que ela se consagrou como uma das principais forças-motrizes do mercado cultural contemporâneo. Afinal de contas nem todos gostam dos industriais lanchinhos americanos ou do pesado som das guitarras das bandas de *rock'n roll*. O sucesso da cozinha étnica e dos novos ritmos musicais (*tecno, dance, sertanejo universitário, tchê music...*) reverbera o lado avesso da massificação engendrada pela cultura norte-americana. A produção de revistas especializadas é mais um caso. A indústria editorial atinou para essa lacuna e hoje produz títulos para atender os mais diversos segmentos: negros, público GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), culinária exótica... “É, portanto, mais provável que produza ‘simultaneamente’ novas identificações [...] do que uma cultura global uniforme e homogênea” (HALL, 1997, p. 19).

Os desdobramentos dessa “evolução” é a eflorescência das alternativas culturais híbridas. Tribos urbanas (punk's, emos...), estilos musicais e outras tantas manifestações de cultura tentam sintetizar múltiplos elementos culturais - não condensados em nenhuma “categoria” já existente – originando ou estimulando a criação de sociedades multiculturais. Está decretado o fim do modelo centro/periferia. A tradição destas culturas mistas e diaspóricas instaura-se disposta a dar conta de um “eu” que possui uma relação dialógica mais ampla com o “outro”.

as culturas pré-coloniais foram — em graus bem distintos — sucessivamente convocadas globalmente sob a rubrica da modernidade capitalista ocidental e do sistema imperial, sem que seus traços distintivos fossem inteiramente apagados. Isso lhes permitiu — conforme C. L. R. James uma vez comentou sobre os caribenhos — “estar dentro da Europa sem ser dela”. Como observou Aijaz Ahmad (que não é um aliado natural da *intelligentzia* hibridizante): “A fertilização cruzada das culturas têm sido endêmica a todos os movimentos populacionais [...] e todos esses movimentos na história têm envolvido viagem, contato, transmutação, hibridização de ideias, valores e normas comportamentais”. (AHMAD, 1995 apud HALL, 2003, p. 74).

Bem ou mal, a cultura é o mais poderoso elemento – e incerto também – das movimentações deste milênio. Não causa surpresa que, ao invés de guerras, as lutas pelo

poder estejam adentrando terrenos simbólicos e discursivos. O jornalismo nada mais é que a expressão física deste embate. Está na primeira coluna dos entrincheirados na batalha pelo controle das relações sociais.

Este pelo menos é o perfil do *quarto e último jornalismo* (MARCONDES FILHO, 2000, p. 30), inaugurado no fim do século XX. É a esta altura da História que se difunde, de fato, a indústria da informação. A notícia passa a ser explorada como negócio e ganha “ares” de mercadoria. Não será por outro motivo que não este que as empresas de comunicação otimizam suas cadeias produtivas a fim de dilatar seus lucros. A Rede Globo segue o mesmo figurino corporativo das hiperbólicas Wal-Mart, Microsoft e outras tantas. A estrutura em redes – estendida para todos os âmbitos sociais - passa a ser seguida pelas gigantes do mercado (em particular, pelas de comunicação, como a AOL -Time Warner) como importante estratégia para avolumar vantagens. “Além disso, a penalidade por estar fora da rede aumenta com o crescimento da rede em razão do número em declínio de oportunidades de alcançar outros elementos fora da rede”, completa Castells (1999, p. 108). Fonseca (2005) destaca que este é um padrão voltado a interesses ideológicos de classe. Pouco explícitos, mas não menos influentes.

O jornalista – “mestre de obras” do jornalismo –, emergido neste novo mundo cosmopolita, tresloucado, vassalo das ordens capitalistas, desvia-se da sua qualidade de mediador para fazer parte de uma “comunidade interpretativa”⁹ (ZELIZER, 2000). Pode não admitir, mas é um construtor da realidade. Charaudeau (2006, p. 242) atesta:

O acontecimento em estado bruto sofre uma série de transformações-construções desde o seu surgimento. Que seja, na melhor das hipóteses – percebido diretamente por jornalistas ou relatado por intermediários (testemunhas, agências de imprensa, documentos), já é o objeto de uma interpretação. Depois de entrar na máquina de informar, passa por uma série de filtros construtores de sentidos, e o relato resultante, assim como seu comentário, escapam à intencionalidade de seu autor.

Não existe antídoto. O texto jornalístico – e seu discurso - está minado pela máquina midiática. A informação deriva de posicionamentos paradoxais: a neutralidade e o objetivismo atendem valores jornalísticos, ao passo que a massa só será tocada se a cena da

⁹Segundo Zelizer (2000, p. 38), os jornalistas enquadram-se dentro de um perfil de comunidade interpretativa – e não meramente profissional – porque “exibem certos padrões de autoridade, de comunicação e de memória quando interagem mutuamente”. Parte dos membros desta “categoria” ditar ou convencionar as regras de como estes elementos poderão “reconhecer, criar, experienciar e falar sobre textos”.

vida política ou social for acrescida de uma “pitada” de drama. Resta – como propõe Charaudeau (2006, p. 247) – imaginar que esta máquina funcione como uma “espécie de albergue espanhol no qual cada um viria a compor seu cardápio de informações, cada um apreciando os pratos propostos de acordo com seus próprios hábitos gustativos, suas próprias referências, seus próprios valores, seus próprios imaginários”. Fica óbvia a complexidade e a ingovernabilidade desta máquina. Não está se falando de meros papéis com letras impressas, tubos que emitem vozes... São humanos impactados por intencionalidades próprias e emissores de sentidos de efeitos dúbios. O discurso jornalístico, portanto, traz consigo esse alfarrábio de impressões e emoções.

2.2 O discurso jornalístico e seu litígio com a neutralidade

No Brasil, a imprensa sempre andou de mãos dadas com o desenvolvimento¹⁰ da sociedade capitalista. Não só porque foi “reflexo” dele - já que nas últimas décadas o cenário comunicacional brasileiro deu verdadeiros sobressaltos -, mas por conta de terem sido os jornais e revistas, ondas radiofônicas, canais de televisão e – mais recentemente – a abundância de páginas virtuais os artefatos materializadores (e muitas vezes propulsores) deste processo. Como aponta Correia (2009, p. 03) os “fenômenos ideológicos e políticos nas sociedades democráticas contemporâneas necessitam de reconhecimento para as pretensões de validade que lhe são implícitas”.

Não é à toa, então, que o jornalismo (“produto” que dá vida à imprensa) é apontado por alguns autores como uma das grandes transformações sociais e econômicas que marcaram a História da humanidade. Suas origens na Alemanha, por volta de 1440¹¹, estão atreladas – de maneira um tanto quanto íntimas –, assinala Pereira Júnior (2001), à dinâmica do capitalismo. Na medida em que o modo de produção capitalista florescia, a prática jornalística ganhava novas dimensões e incumbências. Se nos áureos tempos o papel do jornalismo era intermediar mensagens, ideias e discursos que chegavam à sociedade, hoje, seu *status* industrial mostra que enunciar fatos sociais passou a ser uma tarefa que transgride este e outros limites outrora defendidos.

Em cada uma das etapas da história do jornalismo - classificadas por Marcondes Filho (2000) como *primeiro, segundo, terceiro e quarto jornalismo* – a prática de “publicizar” acontecimentos enquadrados como “importantes” se dá sob valores, compreensões político-ideológicas e meios funcionais e técnicos díspares. A fase inicial é de um jornalismo político-literário. É nesta época que os jornais começam a se profissionalizar. Surgem as redações, o

¹⁰Apesar de acima falar em desenvolvimento capitalista, como mestranda em Desenvolvimento Regional, compreendo este processo a partir do ponto de vista de Boisier (1996), o qual entende que o desenvolvimento, sobretudo regional, se configura em algo dinâmico, multifatorial, dependente da existência, articulação e condições de manejo de seis elementos que, quase sempre, se fazem presentes em qualquer recorte territorial. São eles: atores, instituições, cultura, procedimentos, recursos e o entorno. “Em um sentido figurado, processa-se a passagem do primitivo *triângulo do desenvolvimento regional* [...] para o atual *hexágono do desenvolvimento regional* [grifos do autor], sem solução de continuidade, insistindo-se no papel de um projeto político que articule inteligentemente os vértices desse hexágono” (BOISIER, 1996, p. 114).

¹¹É neste período que Gutenberg cria os chamados “tipos móveis” – a tipografia -, aperfeiçoando a prensa e instigando a criação da imprensa, ou os primeiros jornais. Mas é a partir da Revolução Francesa que o jornalismo ascende. “O saber, o acesso aos documentos, o direito à pesquisa estiveram, até a invenção dos tipos móveis por Gutenberg, nas mãos da Igreja”. Tudo que era secreto, guardado a sete chaves pelo clero e pela academia ganhou luz. O jornalismo é também “filho da ideologia das Luzes” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 10-11).

diretor separa-se da figura do editor, o artigo de fundo (espécie de editorial) assoma-se e a autonomia redacional chega para ficar até a atualidade. Se no início os fins mercantis ficavam em segundo plano, o estágio seguinte fez das empresas jornalísticas um profícuo negócio capitalista. Com a inovação tecnológica da metade do século XIX, a linotipia¹² substitui as rotativas e as composições mecânicas. Samuel Morse e Antonio Meucci¹³ revolucionam as telecomunicações ao inventar o telégrafo (1837) e o telefone (1871). A publicidade passa a “recheiar” em grau cada vez mais intenso os noticiários.

E é essa nova imprensa, como objeto de alto investimento de capital, que manterá as características originais da atividade jornalística: a busca da notícia, o “furo” o caráter de atualidade, a aparência de neutralidade, em suma, “o caráter libertário e independente”. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 14).

O *terceiro jornalismo* é marcado pelo nascimento de grandes monopólios comunicacionais. A indústria publicitária e a de relações públicas desenvolvem-se no sentido de competir com o jornalismo. Esta é a geração do uso da fotografia, das tiragens monstruosas, dos grandes selos políticos ou literários, das páginas-magazines: mulher, esporte, lazer (cinema, teatro, rádio...). É só a partir de 1980, que a lógica, quando a globalização é realidade e a tecnologia invade as redações, passa então a ser a da “visibilidade total”, que, por sua vez, é a resposta “revisada” ao jornalismo dos tempos em que a modernidade¹⁴ não aponta outras saídas.

Não importa mais a concepção política que eu tenho, a ideologia, minhas ideias subversivas, meus planos de revolução. Tudo isso é neutralizado pela informação gratuita, volumosa, massacrante, na qual qualquer um pode falar o que quiser, sem prejudicar ninguém. [...] Nessa cruzada pela “limpeza dos obstáculos à verificação”, a bandeira do jornalismo – sua última – é pela conformidade de todos ao regime de transparência, pelo fim do segredo e da alteridade. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 112).

¹²A linotipo é um dos ícones da imprensa e do mercado editorial. A máquina foi inventada na Alemanha, em 1890. Ela era responsável por fazer a composição mecânica dos textos. Através da fundição de caracteres, eram formadas linhas tipográficas. Os tipos eram fundidos numa caldeira com chumbo derretido, formando a linha de matriz em uma só barra. Assim que estivesse fria, as linhas eram reunidas numa bandeja e, na sequência, enviadas para a impressão. Antes da linotipia, é a tipografia que se insere na secular história da impressão. Esta é a técnica de imprimir sinais gráficos através do emprego de tipos móveis metálicos. Trata-se do primeiro meio de comunicação de massa criado pelo homem

¹³Historicamente, a invenção do telefone tem sido atribuída a Alexander Graham Bell. Contudo, o Congresso dos Estados Unidos reconheceu em 2002 que o verdadeiro inventor foi Meucci. Graham Bell apenas comprou a patente do aparelho do italiano no ano de 1876. As informações são de Faria (2009).

¹⁴Neste texto, refere-se à modernidade asilando-se na visão de Bauman. Em *Modernidade líquida*, o autor faz uma analogia ao comportamento molecular dos líquidos para explicar as configurações dos dias atuais. Para ele, “o derretimento dos sólidos” é a marca permanente da modernidade. “Os sólidos que estão para ser lançados no candinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas [...]” (BAUMAN, 2001, p. 12). A ordem é de desregulamentação, de flexibilização, de aceleração... Abreviando, de liquefação de todo e qualquer padrão.

Um sinal claro de que, para além das questões performáticas e da rentabilidade, há o simbólico. “[...] essa máquina de fazer viver as comunidades sociais, que manifesta a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores” (CHARAUDEAU, 2006, p. 17). Esse pressuposto faz com que o discurso – entendido aqui como a conjunção da língua, da história e do sujeito –, particularmente o jornalístico, colida frontalmente com a ideia de que ele seja algo dado: está lá. Bastaria apoiar-se nos recursos linguísticos para descrever a realidade e garantir que as mensagens cheguem imparciais aos receptores. Não é bem assim.

Frente à complexidade do mundo e a imensidão da semiologia, há de se ter formas de oportunizar que o cidadão consiga entendê-lo. Nesse assunto, ninguém melhor do que a mídia.

Enquanto a ciência procura desvendar os segredos do mundo, a mídia assume para si a função de explicá-los às pessoas. O grau de complexidade do mundo está relacionado com o conhecimento que temos sobre ele. Nesse sentido, é verdadeira a aporia socrática quando ele, Sócrates, diante de todo conhecimento que possuía, achava-se cada vez menos sábio (“Só sei que nada sei”). É o que acontece com a informação que adquirimos sobre o mundo: quanto mais informações, mais clara fica essa complexidade. Mas seria realmente a mídia capaz de explicar a complexidade do mundo? Ao procurar uma forma de adequar suas explicações a um conceito de verdade que pressupõe o julgamento da maioria, não estaria simplificando demais o complexo? E, ao simplificá-lo, não estaria mascarando a sua complexidade? (SILVA, 2007, p. 5).

Esse é um risco iminente. São tantas os elementos que exercem influência sobre a construção do discurso midiático que se torna arriscado quantificar. Globalização, neoliberalismo, volatilidade do tempo e do espaço, consumidores heterogêneos (que acabam sendo equalizados pela ação manipuladora – sem que se aperceba disso, muitas vezes – da mídia) apontam para uma pequena amostra de uma inumerável lista. É por esse motivo que as investigações científicas voltadas para o campo midiático e o discurso que a acompanha têm se ramificado, associando disciplinas de cunho sociológico, psicossocial, sociodiscursivo.

A Análise de Discurso (AD) apresenta-se nesse contexto como uma possibilidade de responder estes questionamentos e de mostrar o que, genuinamente, está na superfície do discurso. É sua finalidade dissecar os reais sentidos, frutos da materialidade linguística e histórica. O cerne da AD é exatamente este: investigar as contradições ideológicas presentes no seu objeto (o discurso), mostrar a maneira que elas aventuram-se entre si. Entender como

estes objetos simbólicos produzem sentidos, como eles estão investidos de significação *para e por* sujeitos. Quando tais objetos são os discursos jornalísticos esta tende a ser uma empreitada com ares de ousadia, incertezas e emoções maiores ainda, visto que a própria instância midiática – atrelada a um alucinante “jogo de espelhos” (CHARAUDEAU, 2006), em que ela retrata o espaço social ao mesmo tempo que é sinônimo dele - é forçada a autoavaliar-se, autocriticar-se e, mais do que tudo, autovalidar-se.

Berger (1998) tem consciência de que as atribuições do jornalismo extrapolam os contornos do que, num olhar breve, parece incontestável. A função da imprensa, conforme a autora, é levar à coletividade os acontecimentos de um passado imediato, no intuito não apenas de informar os cidadãos dos acontecimentos que os circundam – da sua rua ao planeta -, mas registrar aquilo que, no futuro próximo, servirá de suporte aos historiadores, quando estes reproduzirem a história do passado. Obviamente, esta passagem é interpelada pela língua. Aí é que se concentra o ponto mais crítico acerca do discurso jornalístico.

A linguagem é um instrumento incapaz de garantir fidelidade ao acontecido. Ela se sustenta num conjunto infinito de armadilhas. Pêcheux (1995) elucida com maestria ao dizer que a língua – enquanto sistema – é a mesma para materialistas, idealistas, revolucionários, reacionários, letrados ou para os que quase não dispõem de conhecimento.

Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* [grifos do autor] discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos. (PÊCHEUX, 1995, p. 91).

Um enunciado, portanto, pode ter vários sentidos (polissemia), sentidos próximos (sinonímia), ou encerrar vários valores (polidiscursividade). Mais: o ato de comunicar ou informar, inevitavelmente, passa por uma (ou várias) escolha, como indica Charaudeau (2006), e essa preferência só é corporificada por meio da ação do sujeito. À primeira vista parece ser um movimento simples, quase que mecânico. Mas não é. O sujeito mergulha no campo da linguagem, “mobilizando-a também consoante seus interesses, visando determinados objetivos” (FAUSTO NETO, 1991, p. 26). A interpelação ideológica é, dessa forma, elementar para a discursividade.

Bakhtin e Voloshinov (1997) já antecipavam que nenhum sistema linguístico é dotado de materialidade eterna. Ainda que esta plataforma esteja amparada em suportes materiais, signos, enquanto conjunto normativo, sua realidade repousa na esfera social. Destarte, a objetividade pleiteada pelo jornalismo é, na melhor das hipóteses, utópica.

Reafirmamos o mito da objetividade. Afirmamos a subjetividade como contingência dos discursos. A desconfiança com relação à palavra é que projeta luz sobre a palavra verdadeira e sobre a objetividade possível, a praticada pela ciência histórica que retira da subjetividade controlada as condições para a construção do conhecimento objetivo. É ela, que no seu empenho em compreender e explicar o passado, projeta luz sobre a memória coletiva e nos abre a compreensão do passado e por ele o nosso presente. (MOTTER, 2001, p. 106).

Atuando sobre o cotidiano das pessoas, o travestismo discursivo jornalístico transforma o irreal em real. Charaudeau (2006, p. 19) chega ao ponto de dizer que as “*mídias não transmitem o que ocorre na realidade social* [grifo do autor], elas impõem o que constroem do espaço público”. Tal pragmática apresenta-se como perigosa, uma vez que essa encenação discursiva acaba tendo condição de direcionar consciências para visões de mundo convergentes e interesses que satisfazem apenas a classe dominante. Isso porque a imprensa, numa perspectiva histórica, sempre posicionou-se como arauto dos ideais burgueses (e é por este motivo que o sistema capitalista se mantém, brecando, muitas vezes, a insurgência das camadas sociais desprovidas). A desculpa que faz os veículos recusarem esta bandeira, como referenda Berger (1998, p. 41), é o “princípio liberal do jornalismo – a imparcialidade”.

Enquanto os meios de comunicação seguem preservando uma imagem “altruísta” (graças à ação de transmitir conhecimento/informação a alguém que se presume não possuí-lo (a), modificando seu estado de ignorância¹⁵), os sentimentos reais, das classes desfavorecidas, são afastados, ludibriados, encobertos, se disfarçam com véus democráticos (como se percebe nas sessões de opinião, cartas dos jornais). Fausto Neto (1994), igualmente, concorda que o processo de construção da realidade não é inteiramente livre, no qual um jornalista é mero observador e, muito menos, que a notícia emerge livremente dos eventos do mundo real. O autor garante que as notícias são produto da conjugação de acontecimentos e textos, ou seja, do mesmo modo que o acontecimento cria a notícia, as estratégias discursivas podem construir o acontecimento. Ele vai mais longe ao preconizar que são, na verdade, as “rotinas produtivas” que condicionam, entre outras coisas, o chamado exercício profissional. Assim

¹⁵Aliás, como frisa Charaudeau (2006), a assimilação da informação se dá na mesma afinação do estado de ignorância. Quanto maior ele for, mais o produto midiático será absorvido.

sendo, há de se levar em conta mais esta postulação, pois ela assume função decisiva na desfiguração da essência do jornalismo, que é informar.

Mariani (1998), por sua vez, faz uma ressalva inquietante com relação à imprensa. Para a autora, ela não é absolutamente autônoma e responsável pelo modo como produz aquilo que é divulgado. A prática discursiva jornalística interage com diferentes elementos, os quais também funcionam como agentes preponderantes.

Os jornais lidam com o relato de eventos inesperados, possíveis e/ou previsíveis. Em seu funcionamento, o discurso jornalístico insere o inesperado (aquilo para o que ainda não há memória) ou possível/previsível (ou seja, fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com eventos ocorridos anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. Para tanto, os jornais nomeiam, produzem explicações, enfim, ‘digerem’ para os leitores aquilo sobre o que se fala. (MARIANI, 1998, p. 59-60).

O jornalismo, conseqüentemente, atua como uma ponte entre as práticas discursivas e as sociais. Isso se explica na medida em que ele exerce influência na mentalidade dos seus leitores, ouvintes, telespectadores ou internautas, quer dizer, ele não só agenda os assuntos que as pessoas podem/devem pensar, como direciona a leitura para tais temas. E esta prática – de ordem cotidiana - de filiação de sentidos, deslocamentos e realocamentos de memória, passa despercebida pelos receptores e pelo próprio sujeito que enuncia da posição jornalística. “[...] é nesta discursivização – um falar *sobre* [grifo da autora] de natureza institucional – que os mecanismos de poder vão tanto distribuindo os espaços dos dizeres possíveis como silenciando, localmente, o que pode e não deve ser dito” (MARIANI, 1998, p. 97). O cotidiano, diga-se de passagem, é central no jornalismo. Fatos inesperados ou extraordinários são incessantemente retomados nas páginas dos jornais, revistas e outros veículos e isto acaba por banalizá-los.

As tragédias, os dramas, os conflitos se renovam sem tocar a sensibilidade embotada pelo hábito. Eles passam a integrar a rotina: nem mais horror, nem indignação. Apenas aceitação passiva de um mundo hostil, inseguro e violento, que chega mediado, como uma boa notícia: “você não foi a vítima”, “você não esteve envolvido neste drama”, “você não participa desta guerra”, “você sobreviveu ao dia de hoje, alegre-se”. (MOTTER, 2001, p. 52).

Lembrando que a grande imprensa circula diariamente ou, mesmo que não o faça em regiões periféricas - como foi o caso do Vale do Rio Pardo e a *Gazeta do Sul* até boa parte

década de 80 - projeta suas construções de sentido como posições inquestionáveis. É usual até mesmo nos meios acadêmicos – onde se produz o conhecimento científico – o professor comentar: “segundo informações do jornal tal...”.

Estes veículos são postos, como se vê, como reprodutores de uma realidade concreta. Para o senso comum o modelo de comunicação é homogêneo e abrange as seguintes instâncias:

Fonte de informação  Transmissão  Receptor¹⁶

A primeira estaria simbolizada pela vida real, aquilo que é próprio de todo dia, os indivíduos ou todos os organismos que dispõe de informação. A segunda fase comunicacional resumir-se-ia a um mediador ou a um sistema que pudesse cumprir o papel de fazer com que os “saberes” circulem e cheguem à última etapa (os veículos de comunicação, para ilustrar). Por fim, o receptor, que é quem decodificaria “automaticamente” a informação que lhe é destinada.

Não é tão simples quanto parece. A relação entre discurso e realidade está sedimentada na dialética do acontecimento e da significação. E esta dinâmica não se dá com a inocência descrita no esquema acima. A produção de sentidos na notícia, creditado ao fazer jornalístico, configura-se sempre numa espécie de dito, isto é, “as mensagens ganham formas de matérias, segundo economias específicas a cada sistema e/ou suporte de comunicação e que produzem dimensões classificatórias da realidade” (FAUSTO NETO, 1991, p. 29). De um lado, o dito é, nos moldes do saber jornalístico, a fronteira ao fato, o fato em si. De outro, os estudos iniciais em torno do assunto, pregam - utilizando a metáfora de Fausto Neto (1991, p. 29) - que “os jornais não constroem foguetes (fatos), mas apenas relatam seus lançamentos”.

Tais assertivas, na verdade, remetem às seguintes considerações: ambas querem reduzir o papel do campo simbólico na elaboração das representações sociais.

¹⁶Este modelo foi extraído de Charaudeau (2006). Ele refere-se à Teoria da Informação e predominou nos estudos sobre a mídia até a Escola de Frankfurt, fundada na Alemanha, em 1924. Os estudos dos filósofos filiados a corrente frankfurtiana são chamados de Teoria Crítica. É sob este campo teórico que nasce o conceito de indústria cultural. À essência deste pensamento estão as condições sociopolíticas e econômicas, as quais visam a transformação da realidade.

Noutras palavras, estamos querendo dizer que quando a deontologia jornalística afirma que o dito é fato, isso se constitui muito mais numa espécie de efeito ideológico, resultante do trabalho de um certo campo de poder (comunicação de massa), tentando reduzir a multiplicidade tensional dos campos discursivos ao seu sistema de codificação/leitura. (FAUSTO NETO, 1991, p. 29).

Este aspecto se torna fundamental e interfere diretamente no resultado dos discursos de informação de modo que as políticas culturais vigentes outorgam aos sistemas de comunicação o caráter de únicas “janelas pedagógicas” produtoras e transcritivas da realidade. A fragilidade apresentada por outras instituições ou modelos informativos - o livro é um deles – reforça esta condição que acaba sendo decisiva para os níveis de efeitos de sentido junto ao campo de recepção.

Nos critérios de Charaudeau (2006), informar é ocupar uma posição ímpar, pois o sujeito é detentor de um saber que o outro não possui. Tornar uma informação pública, sobretudo, converte-se na posse de um saber que o outro ignora, ter a capacidade (conhecimentos) de transmiti-lo a este outro e ainda ser legitimado nesta atividade. Sob esta chave interpretativa, as mídias situam-se numa instância que detém parte do poder social. Elas podem dizer, podem fazer saber, podem fazer crer e podem fazer querer.

São várias as facetas. Não obstante, todas elas apreendem, de uma forma ou de outra, que o discurso jornalístico, resumido nas palavras de Mariani (1998, p. 61), atua “na institucionalização social dos sentidos”. O mundo inteiro recebe as mesmas (ou quase) simplificações, mesmas máximas, mesmos clichês. Essa é a receita que tem tocado o interesse e a afetividade de um contingente cada vez maior – e mais heterogêneo - de receptores. O discurso midiático favorece, então, a constituição do imaginário social e consolida a memória do passado. Além do mais, na interpretação da autora, ele age, na sua forma mais autoritária, como um discurso pedagógico¹⁷. Os meios de comunicação estabelecem vínculos análogos com seus públicos-alvo, visto que comercializam a ideia de que a produção do discurso jornalístico é algo asséptico, dotada de uma falsa objetividade. Até porque precisam autojustificar a posição que ocupam. Daí o litígio incessante com a pseudoneutralidade que aspiram vender aos seus consumidores.

¹⁷Orlandi (1996, p. 28) compartilha da mesma opinião de Mariani (1998) ao defender que o discurso pedagógico é “um dizer institucionalizado, sobre as coisas, que se garante, garantindo a instituição em que se origina e para a qual tende”.

O tipo de discurso apresentado pelas formações sociais midiáticas atuais são, em síntese, despóticos: aquele cuja neutralidade é nula e a reversibilidade é estancada. Esta última particularidade explica-se de modo que há uma contenção de polissemia, já que o agente do discurso se pretende ímpar e encobre o referente pelo dizer. O discurso citado pode até ter a pretensão de conservar independência estrutural e semântica, mas vai, em algum momento, denunciar a trama linguística de suas filiações primitivas.

[...] mesmo assim, a diluição da palavra citada no contexto narrativo não se efetua, e não poderia efetuar-se completamente: não somente o conteúdo semântico mas também a estrutura de enunciação citada permanecem relativamente estáveis, de tal forma que a substância do discurso permanece palpável, como um todo auto-suficiente. (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1997, p. 145).

No plano jornalístico, subentende-se, então, que o disseminador da informação (o veículo) opera como impositor de verdades, mantendo a multiplicidade de sentidos controlada. Além de processos polissêmicos, os quais promovem o deslocamento, a cisão de significações, é preciso levar-se em consideração que o discurso assenta também os processos parafrasáticos ou parafrásticos. Na imprensa, a paráfrase é aquela que, por meio de textos, expressa algo de forma diferente, mas sem que seu significado seja alterado.

Desfeita a ilusão da transparência, é sob este jogo de forças – entre o mesmo e o diferente – que o discurso é construído. Os veículos de comunicação, neste sistema, atuam como um elemento indispensável na representação e reprodução destes consensos de significação. Quando neles estão inseridas vozes políticas (o jornalismo político pode ser citado como um dos mais ricos exemplos, já que todo o conjunto de vozes por ele abrangido tem ligação direta com o poder) este direcionamento é mais intenso, especialmente, porque o caráter polifônico que caracteriza o discurso jornalístico - o qual comporta a participação de repórteres, editores, fontes, políticas editoriais demarcadas pelos proprietários dos veículos... – disfarça-se numa frustrada aglutinação de vozes, que repercute diretamente no efeito dos sentidos. Num dos extremos estão os locutores - os que falam, que contam - e, noutro, os receptores - aqueles que vêem, lêem, ouvem. Entre as duas extremidades dessa arena: a notícia.

2.3 A notícia: um todo que significa

Do trivial ao incomum. Os quadros são os mais diversos possíveis. Vão do prefeito que decide pela redução das verbas na saúde às denúncias de corrupção arraigadas nos mais altos escalões dos governos. Passam ainda pelos pitorescos: é o caso do cachorro que atacou o carteiro (ou do homem que mordeu o cachorro – como retrata o jargão) ao golfinho que engoliu a adestradora num parque de diversões americano. Não se pode esquecer do *show* esportivo. Tem para todos os gostos: desde gols que viraram “pinturas”, àquele efêmero choro de vitória (seja ele nas pistas, quadras, tatames...). A notícia é, segundo alguns autores, o relato de fatos imediatos que interessam para a comunidade. Mais do que isso, são os gestos, formas, ambientes, sons, cores e sabores que perpassam a vida humana.

Mas como é que essas “sensações” são transformadas em um saber (ou mercadoria, como fazem questão de afirmar alguns teóricos contemporâneos) de tamanha magnitude (sim, porque é através da imprensa que as palavras ganham “peso”)? É da cultura, segundo Lage (2006, p. 5), a iniciativa de ordenar tais impressões, atribuindo-lhes “essências e valores simbólicos”. O repertório cultural do interlocutor será, dessa forma, central para a construção dos sentidos no discurso.

Claro que o profissional de comunicação – que, na maioria das vezes está personificado na figura do jornalista – também tem suas responsabilidades (muito mais de caráter tecnicista, que buscam atender critérios mercadológicos), mas estas são apenas vias paralelas, cuja via central é a língua. Resumindo: ele é o sujeito (enquanto locutor) designado a “clarear” o mundo. Logo, a ponte entre os acontecimentos e os referenciais culturais só toma forma se tiver como um dos pilares a linguagem. Lopes (2006, p. 2) confirma:

Considerando as notícias como práticas sociais construídas mediante o emprego de linguagem verbal ou de outros recursos semióticos que integram um contexto social e histórico, elas possuem a importante função de produzir, reproduzir, manter e/ou transformar as representações sociais, as identidades e as relações sociais.

O meio é a palavra, como Bakhtin e Voloshinov (1997) sublinham, e esta aloja nas suas entranhas a ideologia. O sujeito (locutor) vê-se obrigado a oxigenar tais palavras a partir das suas reflexões ideológicas e do meio social em que interage. O enunciado nada mais é, a partir da teoria bakhtiniana, do que o saldo da valoração dada ao sentido.

A fórmula propagada pelos veículos de comunicação não é essa. Parece elementar. Não seria mais do que necessário o “narrador” ter “estado lá” (em muitas circunstâncias isso sequer acontece, já que o repórter apura a notícia pelo telefone) para que os fatos estivessem diante dos olhos do leitor/ouvinte/telespectador/internauta. Entretanto, as notícias estão muito distantes de ser o “espelho da realidade”. Segundo Charaudeau (2006, p. 131) a captura da realidade empírica se dá sempre através de um dispositivo que filtra a “cena”, baseado em modos particulares de considerar determinado assunto. “Defender a ideia de que existe uma realidade ontológica oculta e que, para desvelá-la, é necessário fazer explodir falsas aparências, seria reviver um positivismo de má qualidade”.

É do código linguístico humano, como reiteram Motta, Costa e Lima (2005, p. 31), a obrigação de entrelaçar relações de significados plurais. Jamais uníssonos ou canônicos. As “coisas” só passam a fazer sentido – agregar e desagregar conceitos – quando intermediadas pela língua, mas esta não é inocente (como se viu anteriormente). Nem pode ser entendida como um estatuto abstrato. Evidentemente, a notícia, cuja musculatura sustenta-se na língua, não está na contramão deste preceito. Ela não passa de um mero rumor da história/fato. A hipótese sustentada por Mouillaud (2002a) é de que determinado acontecimento seja a sombra projetada por conceitos há muito criados pelo sistema de informação. Ou, como prefere Charaudeau (2006, p. 20):

[...] as mídias não são mais que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que mesmo deformado, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo.

Em suma, a língua – e a narrativa jornalística -, fatalmente, precisa ser apreendida como algo que produz sentidos, que facultam a permanência ou a ruptura do homem *versus* o cenário em que ele está inserido. A linguagem, sob este ponto de vista, é o discurso, a palavra em movimento, o palco onde são travados os conflitos de ordem social ou – inversamente – os acordos. Ainda que, como situa Possenti (2009), muitos desprezem os elementos linguísticos nos estudos sobre significação, a materialidade “textual” exige que os analistas dediquem-se a ela.

Mesmo que, como acentua Pêcheux (1995), o sistema linguístico garanta uma certa autonomia, as relações sociais o tornam incoerente e em permanente choque, interferindo até mesmo na luta de classes. “[...] *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*” [grifo do autor] (PÊCHEUX, 1995, p. 92). Não é “pela graça divina” – como zomba o autor – que a burguesia faz suas ideias se perpetuarem. Compete aos Aparelhos Ideológicos do Estado – AIEs - (escola, Igreja, instituição familiar) ser o “seu lugar e meio de realização: ‘é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna dominante...’” (PÊCHEUX, 1995, p. 145).

Talvez a avaliação de Pêcheux (1995) esteja um pouco anacrônica e seja merecedora de um *revival*. Hall (2003) já trouxe seu contraponto anteriormente. Possenti (2009, p. 87) é do mesmo grupo que pensa que o sujeito não é tão alienado quanto parece. “[...] Foucault também abandonara seu posto antigo, e visava agora um sujeito das práticas do cotidiano, cercado de circunstâncias que certamente não o deixam livre, mas que não o subjugam”. Para o especialista na análise discursiva de piadas, as divergências não terminam por aqui. O institucional – indicado por Althusser, através dos seus AIEs - nem sempre funciona como tão institucional assim. “[...] o ‘interacional’ (o verdadeiro lugar do jogo) é muito mais institucional do que se poderia pensar” (POSSENTI, 2009, p. 86).

Uma coisa é inevitável: o discurso, especialmente aquele emitido pelos canais de imprensa, chega a nós imbuído de sentidos que não se sabe ao certo onde foram concebidos, mas que são construídos dia após dia pelos *mass media* e que “significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2001, p. 20). Isto é, mortos são mortos – como elucida Charaudeau (2006) - mas para que signifiquem genocídio, vítimas do destino ou purificação étnica é imprescindível inserir tal fato dentro de um contexto de inteligibilidade de mundo que direcione para uma rede de valores próprios a cada grupo social. “Ou seja, para que o acontecimento exista é preciso *nomeá-lo*. O acontecimento não significa em si”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 131). E a notícia - que nada mais é do que a estrutura simbólica capaz de mediar os acontecimentos sociais - realiza este trabalho: nomeia, batiza e condensa discursos das mais variadas esferas. Fausto Neto (1991, p. 30) referenda essa noção de notícia partindo da premissa de que ela se funda a partir de uma formação substantiva, “algo que tenta se colocar no lugar de outra coisa que lhe é exterior”.

Metaforizando, ela atua como um trem: os vagões são os significantes que, por sua vez, transportam a carga, representada pelos significados (MOTTA; COSTA; LIMA, 2005). Ousa-se em adicionar a este esboço o maquinista e o carvão que, sob a abordagem de Orlandi (2001), seriam sujeito e ideologia, respectivamente. Não há indivíduo que não seja fruto da interpelação do sujeito e da ideologia. Esta última molda o sujeito, ou melhor, “é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2001, p. 46). O carvão é, conseqüentemente, quem dá fôlego a essa “engenhoca”.

Como a notícia é resultado de práticas discursivas e estas, por sua vez, são semelhantes às práticas sociais, é óbvio que a ideologia se faz presente. As notícias são, portanto, o lugar de excelência do ideológico. Os leitores, ouvintes, telespectadores e internautas - todos “vacinados” contra qualquer “novidade” que possa emergir da espessura semântica - acabam por não perceberem as investidas ideológicas que são subjacentes às notícias. Atentando que a significação se dá justo na margem instituída pelos e nos interlocutores que integram aquele ato comunicacional.

Isso não quer dizer que o fazer jornalístico precisa ser compreendido como algo diabólico, maquiavélico. Tudo bem que o processo de produção da notícia jamais dê conta da literalidade dos fatos. Tampouco ele despreza quesitos como as linhas editoriais, fontes ou manuais de redação – que formam os microcódigos manejados e mobilizados quando da enunciação jornalística. Nem mesmo se permite pensar que o jornalista esteja agindo de má-fé (pelo menos é o que se espera da maioria). Ele apenas manobra recursos discursivos que adquirem níveis de estruturação determinados.

Um jornalista quando está diante do computador, produzindo um texto jornalístico, permanece concentrado no ato produtivo de escrever. O ato de escrever é uma prática social não discursiva. Porém não é pelo fato de nem sempre ficar recapitulando os modos, regras e estilos da redação jornalística que ele, no seu ato produtivo do texto, não acione, sem se dar conta, as regras de produção noticiosas utilizadas, mesmo que já estejam tão internalizadas, a ponto de perderem as conexões com as condições sociais de produção e sejam consideradas naturais. Este exemplo mostra como o modo da construção das notícias, enquanto texto, é povoado de representações. É o universo das aparências, das linguagens, onde ideologia e poder aparecem como dimensões construtivas dos discursos e da realidade social. (LOPES, 2006, p. 5).

Sintetizando, é a ideologia que governa a notícia e não uma manipulação forjada. E dessa dimensão, infelizmente, o jornalista não consegue despir-se, como se pudesse

abandonar, por alguns instantes, o óculos que o faz enxergar melhor. Pêcheux (1995) reafirma esse processo, retorquindo uma importante corrente, cujo ferramental teórico propõe um sujeito espontâneo.

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não “existe em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (reproduzidas) [grifos do autor]. (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Travancas (2007, p. 17) ressalva que este sujeito não é tão independente quanto pensava Pêcheux. De acordo com a autora a “construção do sentido da informação jornalística requer a participação do cidadão tanto na sua confecção quanto no seu entendimento. A narrativa jornalística é, por definição, uma narrativa que se tece pela participação. Ela mobiliza mais que anestesia”. Jacks e Escosteguy (2005) também radiografam um sujeito empreendedor, subjugado pela sua estratosfera cultural, capaz de dirigir as mediações entre sujeito-receptor.

A ideologia é um ingrediente essencial, mas não único. Ela não é palpável, é inconsciente. Um texto, palavra, expressão só faz sentido sob a perspectiva de quem o ativa (o sujeito). Um jornal, para ficar num caso concreto, só é rotulado de “direita” ou de “esquerda” por causa do estilo do seu noticiário. Ademais, é na ideologia que está enraizada a partitura que dará o tom das regras a serem seguidas na construção da notícia. Normas estas oriundas de diferentes instâncias do poder: institucional ou do próprio combate travado dentro da sala de redação, cujos atores têm incumbências distintas.

No momento em que o jornalista começa a elaborar seu texto e - a cada palavra, frase – um “novo” sentido é atribuído à notícia (lembrando que este sempre está ancorado no aspecto ideológico), o acontecimento vai, como se fosse um quebra-cabeça, se cristalizando. Se a gramática da produção discursiva é regulamentada pela língua, matrizes culturais, regras sociais, ética, ideologia e pelos manuais de redação (cuja ingerência é menor sobre a notícia, mas não menos relevante que as demais) o fato contado não poderia ir na contramão dessa via: ele é produto de diversas nuances. Cada jornalista, enquanto sujeito, é constituído de pré-construídos ímpares¹⁸, o que faz que um mesmo episódio possa ganhar as mais variadas versões.

¹⁸É preciso observar que os pré-construídos não são singulares. O sujeito, ao constituir-se como tal, é que posiciona-se ideologicamente de maneira exclusiva. Isto é, as ideologias – socialistas, neoliberais, comunistas,

E como a dinâmica da prática jornalística envolve a produção, circulação e o consumo de sentidos, ao eleger determinadas palavras ao invés de outras - *invasão* e *ocupação* é um dos exemplos trazidos por Berger (1998) que ilustra com clareza essa questão -, adotar uma estética gramatical e uma forma de estruturar o texto em detrimento de outros estilos, produz um sentido “x” num determinado contexto. Em outro, certamente, o sentido seria “y”. E essa “matemática” dos sentidos torna-se ainda mais intrincada, uma vez que, além da instância da produção – como visto há pouco – outros sentidos particulares são instaurados na circulação e no consumo do produto midiático. Lopes (2006, p. 3) denuncia: “Exatamente por isto, em sua tentativa de interpretação, o leitor busca reduzir a ambivalência, optando por um sentido particular”.

No rastro dos sentidos, faz-se necessário alertar para um detalhe: o silêncio. Orlandi (2001) chama-o de “respiração da significação”. O silêncio, na AD, é o vácuo que, justamente, proporciona significação. Na concepção de Orlandi (2001) existem duas formas de silenciar: o silêncio fundador, que é aquele que aponta sempre para um outro sentido, e o silenciamento. Este subdivide-se em: silêncio constitutivo e silêncio local. O primeiro é aquele que faz uso de uma palavra na intenção de calar outras. “[...] para dizer é preciso não-dizer: se digo ‘sem medo’ não digo ‘com coragem’” (ORLANDI, 2001, p. 83). Já o segundo personifica-se na censura. Este jeito de silenciar é muito comum durante ditaduras. O sujeito repreende dado sentido não porque não saiba, mas porque não pode emití-lo sob pena de pesadas sanções. Vale ressaltar que boa parte do período que estará em análise neste trabalho viveu sob Ditadura Militar (iniciada em 1964 e findada em 1985, no Brasil), situação que delata a probabilidade de muitos silêncios por parte de todos os sujeitos (sejam eles da imprensa ou não) enredados pelo movimento grevista.

Pode não parecer, mas a notícia abriga muitos silêncios. E é neste hiato que o sentido brota. Por mais que o processo produtivo noticioso tente silenciar, esquecer ou desqualificar, o sentido flutua sobre o arranjo textual. O jornalista até empenha-se em negar essa “culpa” (de atribuir sentidos). Perda de tempo. Ora, é ele quem transforma os fatos brutos em notícia. Ali, inevitavelmente, estará impressa a maneira como ele interpreta o acontecimento que, em

para mencionar alguns casos – existem, mas cabe ao sujeito fazer a sua escolha. Enquanto jornalista, ele a faz porque é socialmente motivado, embora não se dê conta disso. Portanto, toda e qualquer preferência, seleção têm como pano de fundo o subjetivo.

seguida, é decodificado à luz da ótica receptora, a qual, impávida neste processo, reinterpreta sob seus conceitos e sentidos.

Não restam dúvidas que, ao realizar o trabalho de simbolicamente descrever o mundo a partir de escolhas próprias (inconscientes, como mostrado há pouco), é o jornalista quem capitania a concessão dos sentidos ao ritual da palavra jornalística. Se refutasse esse encargo estaria desmistificando todos os ensinamentos clássicos do jornalismo, cujo discurso está afiançado no “realismo” dos fatos.

A pergunta que paira é: quais são as artimanhas que o sujeito jornalista utiliza para construir os sentidos das notícias? Num vasto calabouço de possibilidades, ele pode lançar mão do vocabulário, da formatação textual, da seleção das fontes, dos recursos icônicos, entre outros expedientes. Por falar nos suportes ilustrativos, a imprensa tem se tornado cada vez mais dependente da fotografia (principalmente, a escrita – jornais e revistas), dos desenhos, gráficos e tabelas. Seguem as razões.

Primeiro: a própria invenção da fotografia¹⁹, o cinema²⁰ e, posteriormente, o apogeu da televisão²¹ criaram a ilusão de que o mundo está sendo representando tal como ele é. Charaudeau (2006) até faz um *mea-culpa* ao afirmar que não existe imagem em estado puro. Porém, sua teoria não fecha os olhos para o poder imagético, sobretudo da televisão. O efeito de onipresença e fascinação produzido por este veículo é tamanho que, não raro, ouve-se a expressão “deu na televisão” (inclusive nos redutos altamente eruditos, produtores de ciência e conhecimento, como a academia), como estratégia de validar um dado acontecimento.

Na sequência – década de 1970, com o aparecimento da informática e o começo da digitalização dos processos produtivos no campo midiático – vem, nas décadas seguintes, a evolução dos equipamentos gráficos (máquinas fotográficas digitais, computadores mais velozes e munidos de programas de última geração, impressoras...) que terminaram por dar

¹⁹A primeira fotografia foi reconhecida em 1826 e foi atribuída ao francês Joseph Nicéphore Niépce.

²⁰A invenção do cinema é uma evolução da fotografia. Data do fim do século XIX.

²¹A primeira transmissão televisiva data de 1926 e aconteceu em Londres, Inglaterra. No Brasil, a tecnologia foi trazida por Assis Chateaubriand. Foi dele a ideia de criar a primeira emissora de televisão brasileira – a TV Tupi – a quem coube realizar também a primeira transmissão, em 1950. É na década de 1970 que os aparelhos começam a se disseminar – uma política estimulada pelos governos militares, cuja intenção era fazer com que a mídia funcionasse como sustentáculo do Regime. Com isso, cresceram o número de emissoras, a verba publicitária investida igualmente inchou culminando no fortalecimento deste veículo no Brasil.

um novo visual à imprensa em geral. Se antes um filme demandava horas para ser revelado, hoje, em poucos minutos a imagem é captada e já está diagramada na página. A informatização das redações foi crucial para que as chamadas “firulas” gráficas ganhassem amplitude nas instâncias comunicacionais feitas de papel e ajudassem na perpetuação dos sentidos.

Por fim, o surgimento da internet (que ao Brasil chegou apenas no fim dos anos 90), durante a Guerra Fria (1945-1991). Criada com o nome de ArphaNet, foi desenvolvida pelas forças armadas norte-americanas como forma de proteção dos meios convencionais de comunicação em caso de ataque soviético – que, na época, detinha poder bélico tão forte quanto o dos Estados Unidos – e como ferramenta acadêmica (professores e estudantes universitários trocavam mensagens que continham novas ideias, descobertas através das linhas da rede mundial). Essa mídia não só sacudiu o modelo informativo de construção da realidade, como impôs uma discussão visceral sobre o que passou a ser jornalismo em tempos cibernéticos. Face às ferramentas que ela proporciona – interatividade e hipertextualidade – e à capacidade de agregar texto, imagem e som, o resultado não poderia ser outro. Mesmo que apenas de 23,3%²² dos domicílios brasileiros tenham acesso à internet, a pluralidade de versões que ela oferece sobre as mais diversas questões do universo social é inquestionável. Seria imprudência dizer que tudo que lá é publicado tem, minimamente, algum compromisso com a realidade, contudo, não se pode negar seus princípios democráticos. Lemos (2004, p. 79-80) completa:

O modelo informatizado, cujo exemplo é o ciberespaço, é aquele onde a forma do rizoma (redes digitais) se constitui numa estrutura comunicativa de livre circulação de mensagens, agora não mais editada por um centro, mas disseminada de forma transversal e vertical, aleatória e associativa. [...]

Diante de uma sociedade massificada (pouca informação com redundância), passa-se a uma sociedade informacional, prevalecendo o fluxo de uma quantidade gigantesca de informações para os interagentes [...] que terão o poder de escolher, triar e buscar o que lhes interessa. O que está em jogo nesse processo de digitalização do mundo é [...] o desaparecimento da instância legitimadora clássica do discurso: emissor e receptor fundem-se na dança de *bits* [grifo do autor].

Afinal, para além de tudo que até então foi elencado, porque ao longo dessa trajetória as imagens – fotografias para os jornais e revistas – passaram a ter tanto prestígio? Seu poder descritivo dispensa comentários. Ao publicar a fotografia do fato, o veículo não só está

²²Informações disponibilizadas no site http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2008/indic_sociais2008.pdf (IBGE, 2008).

traduzindo o mundo, mas mostrando que aquele é de veras o mundo. Não é por menos que há muito se convive com a máxima de que “uma imagem vale mais que mil palavras”. E o discurso midiático tem se encarregado de potencializar cada vez mais esse aforismo. O objetivo, ao ancorar-se na iconografia (fotos, em escalas maiores), é autenticar a realidade.

Acontece que por de trás deste disfarce encobre-se a verdade. Orlandi (2001, p. 09) desnuda este segredo: “[...] não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos”. A propósito, cada parte da notícia (título, entretítulo, cartola, foto, legenda, box...) ²³ segue regras específicas e comporta um discurso sem-par.

Essas tecnologias podem até ter invadido as redações de um determinado tempo para cá (com maior ênfase dos anos 80 em diante), fornecendo subsídios para que a notícia fosse apresentada com um novo *design*, pode-se dizer, contudo, a fórmula da pirâmide invertida ²⁴ e o *lead* ²⁵ há muito tem sido os primeiros ensinamentos das faculdades de jornalismo. Ao sabor disso, essa prática jornalística cristalizou-se como tal. Tornou-se hegemônica ²⁶ a ponto de padronizar, inclusive, os discursos jornalísticos. De norte a sul do país, o noticiário – seja qual for a plataforma midiática – reproduz manchetes semelhantes (os termos até variam, mas o teor é quase sempre o mesmo). Não se trata de uma questão de cunho fronteiro, e sim de como os sistemas de comunicação/distribuição estão sistematizados e sob que circunspecção se dá o funcionamento da mídia.

A pirotecnia discursiva desempenha, como indica Charaudeau (2006, p. 113), “[...] o papel da prova para a instauração da verdade, o que não é possível para a oralidade, não recuperável e aparentemente mais efêmera”. Cada elemento da notícia – letra, tamanho,

²³São recursos estilísticos utilizados nas páginas dos jornais, revistas e – em muitos casos - também nas reportagens de *web* que visam ampliar a legibilidade do texto, torná-lo mais aprazível. A foto – restringindo-se num exemplo – traz consigo sempre uma informação adicional, que agrega à notícia, chamada de legenda.

²⁴Técnica – oriunda da escola norte-americana - que procura fornecer primeiro os dados de maior relevância, seguidos daqueles que possuem menor.

²⁵*Lead*, na linguagem jornalística, é o parágrafo que abre uma notícia. As regras clássicas do jornalismo pedem que este texto responda as seis questões fundamentais: o quê?, quem?, quando?, onde?, porquê? e como?. Com o *lead*, o leitor poderá ter uma ideia geral do acontecimento, mesmo que não leia o texto até o fim.

²⁶Para Hall (2003) a hegemonia cultural – lembrando que o jornal *Gazeta do Sul* é um importante dispositivo cultural – está ancorada na guerra de posições. “[...] nunca é uma questão de vitória ou dominação pura [...], sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder nas relações de cultura; trata-se sempre de mudar as disposições e configurações do poder cultural e não se retirar dele”. O autor demarca como ponto de vista hegemônico aquele que “define dentro de seus termos o horizonte mental, o universo de significados possíveis e de todo um setor da sociedade ou cultura; e [...] carrega consigo o selo da legitimidade [...]” (p. 401).

destaque... – constrói um discurso à parte. Uma outra narrativa é gerada para além daquela que sustenta o texto.

Não existe objeto assignificante. E isso fica muito claro na declaração de Pinto (1995, p. 144-145):

As imagens que nos bombardeiam na sociedade contemporânea não são signos, são discursos sociais ou parte integrante deles. É muito raro que uma imagem não esteja associada a algum texto verbal que delimita seu sentido; mas mesmo que isto ocorra, no meu ponto de vista não cabe falar em uma semiologia da imagem, *tout court*. A análise aborda a imagem como qualquer outro texto, indo procurar nela os traços que a identificam como um tipo de discurso social, apropriado à situação de comunicação em curso. O que varia quando se analisa um texto verbal ou uma imagem são as características a serem procuradas, mas ambos devem ser abordados como discursos.

Ainda que sua proposição restrinja-se às imagens, há manifestações teóricas contundentes (algumas expressas acima) de que a notícia é um todo que significa. É nela – impossível abstrair – ou através dela que vozes avolumam corpos. Aí não há sentido que não deslize, salte aos olhos, ante uma cruzada que mensura poder.

2.4 Jornalismo: um mosaico polifônico

Pensar o jornalismo, não mais enquanto mero mediador dos fatos sociais, mas como parte de um processo cognitivo e discursivo, exige um grande esforço intelectual. Um dos que se atreveu numa empreitada parecida (voltada não para o contexto midiático, mas literário romanesco) foi o russo Mikhail Bakhtin.

Observando, cuidadosamente, as obras de Fiódor Mikhailovich Dostoiévski, Bakhtin derrubou as barreiras da obviedade ao descobrir que os deslocamentos da vida se dão nos marcos das trocas simbólicas, que ele chamou de dialogia. Ele pôs por terra a teoria dualista, cujo mundo aparecia sempre polarizado (ou bem, ou mal; ou capitalismo ou socialismo) e – como se tivesse tido uma espécie de lampejo iluminista tardio – percebeu que a interação verbal se dá não somente entre o *eu* e o *tu*, mas no espaço interacional produzido por ambos.

Para o filósofo, a vida e a linguagem desenrolam-se dialogicamente por natureza. “A alteridade define o ser humano, pois o **outro** [grifo do autor] é imprescindível para sua concepção: é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro”

(BARROS, 1997, p. 30). As palavras, sob este aporte teórico, advêm de um conjunto de enunciadores, os quais as selecionam levando em consideração um *já-dito* por *outro*. Trata-se, por conseguinte, de um discurso assinalado historicamente e impregnado de valoração ideológica. São palavras emitidas hoje, mas que não deixam de conjugar outras já ditas no passado, podendo mutar, abruptamente, os seus sentidos.

O funcionamento é primitivo: a palavra quer ser ouvida, entendida, replicada e – como num ciclo infinito – quer direito à réplica, tréplica e assim sucessivamente. Ela embarca num diálogo, cujos sentidos não morrem, mas sim se renovam a cada nova investida do sujeito. Esse diálogo não se limita à troca de enunciados. “Ele é construído em razão da relação com o sentido, a partir da compreensão de um enunciado. Um discurso, até atingir seu objetivo, que é o de persuadir e construir sentidos, baseia-se nas relações que mantém com o Outro, com o interlocutor” (SILVA, 2005, p. 114).

Os escritos de Bakhtin discriminam ainda duas noções acerca do conceito de dialogismo. Uma delas é o *diálogo entre locutores* e a outra o *diálogo entre discursos*. Barros (1997) esclarece que o primeiro campo preocupa-se com a questão da interação verbal entre sujeitos e sobre a intersubjetividade. De acordo com a autora a “‘interação dos interlocutores funda a linguagem’ e ‘o sentido do texto e a significação das palavras’ [...] constroem-se na produção e interpretação dos textos” (BARROS, 1997, p. 31). A segunda concepção reforça o fato de que o discurso não é único, contemplando as duas acepções dialógicas. “[...] não é individual porque se constrói ‘como um diálogo entre discursos’, ou seja, porque mantém relações com outros discursos” (BARROS, 1997, p. 33).

Tudo isso se torna crucial se a proposta for colocar o jornalismo no centro das discussões. Ora, todo e qualquer intercâmbio informacional que os veículos produzem com seus públicos-alvo são regulados por estes parâmetros. O ato de informar, necessariamente, acolhe um emissor e um receptor. Além do mais, ambos os “personagens” são sujeitos de uma intertextualidade interna e plasmados por uma memória do passado. Trocando em miúdos: são polifonicamente marcados.

Antes de descortinar os segredos que atravessam a noção de polifonia, convém explicar as dissimilaridades entre dialogia e polifonia. Elas existem e, ao contrário do que pensam alguns, elas não são sinônimas. Barros (1997, p. 35) caracteriza:

Em trabalho anterior (1994) sobre o assunto, distingui claramente dialogismo e polifonia, reservando o termo dialogismo para o princípio dialógico constitutivo da linguagem e de todo discurso e empregando a palavra polifonia para caracterizar um certo tipo de texto, aquele em que o dialogismo se deixa ver, aquele em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos que escondem os diálogos que os constituem.

Prestadas as devidas informações, é público e notório que vem de Bakhtin, do mesmo modo, as primeiras análises no que se refere à polifonia. Subvertendo a toda uma corrente de pensamento que acreditava nas relações monológicas, ele provou que o sentido do discurso só se dá diametralmente ao dialogismo. São, pois, os tecidos dialógicos que avivam as muitas vozes presentes no discurso.

Polifonia, sob o princípio de Oswald Ducrot, que foi quem restaurou o dialogismo bakhtiniano - embora, como assinalam Barros e Fiorin (1994) a fidelidade ao autor soviético tenha sido menos importante no que tange à aliança do discurso com a história e à unicidade do sujeito falante -, pressupõe, basicamente, a multiplicidade de vozes de diferentes locutores e enunciadores. Barros e Fiorin (1994, p. 5) discorrem:

Para sua teoria da polifonia, o sujeito que produz psicofisiologicamente o enunciado, aquele que diz eu ou o que origina os atos ilocutórios não são obrigatoriamente o mesmo. Distingue, além do falante empírico, locutores e enunciadores e afirma que um texto pode contar com mais de um locutor ou com vários enunciadores. No discurso direto, por exemplo, há diversos locutores e a polifonia é dita “fraca”; no discurso indireto livre, na negação polêmica ou na ironia variam os enunciadores. Nesse caso, a polifonia atinge sua plenitude: as vozes que dialogam e polemizam “olham” de posições sociais e ideológicas diferentes, e o discurso se constrói no cruzamento de pontos de vista.

É exatamente desta forma que se arquiteta o discurso jornalístico. A ação de recontar um fato supõe uma ampla variedade de usos linguísticos. Ao interpretar o mundo, o locutor (pode ser o jornalista, repórter) apresenta os personagens, reporta seus sentimentos e emoções, narra “lance por lance”, qualifica, nomeia os acontecimentos. Cada um desses “subgêneros” demanda da utilização de estruturas discursivas diversificadas. Retomando Melo (1997, p. 188), o “‘sujeito que conta’ é um ‘sujeito heterogêneo’, que nos permite constatar a variação dos modos de organização da narrativa em função dos conteúdos, bem como das capacidades precoces de retomada-modificação dos modelos culturais”.

Esta, por sinal, é mais uma fala que valida a abordagem polifônica ducrotiana, a qual prognostica que um enunciado sempre é faculdade de múltiplos personagens. Deste modo, o sentido emana da tensão provocada entre as vozes que participam deste panorama. Em última análise, Ducrot (1977) refuta a unicidade do sujeito. O autor defende que um enunciado não tem origem em um único indivíduo. Há vários sujeitos – entre eles o sujeito empírico, o locutor e o enunciador – que estão engajados nesse processo.

O sujeito empírico configura-se no autor efetivo, no ser real, material, “pai” do enunciado. O locutor é o sujeito responsável pelo discurso, o “eu” discursivo (que, necessariamente, não carece ser o mesmo que o sujeito empírico). Andersen (2008, p. 51) acrescenta:

É o ser apresentado no sentido mesmo do enunciado, uma vez que o sentido do enunciado comporta certa descrição da sua enunciação. Assim sendo, enquanto o sujeito falante (empírico) tem como correlato um ser do mundo, ouvinte-interpretante, o locutor, ser discursivo, tem como correlato um alocutário igualmente interior ao discurso.

Quanto aos enunciadores, estes são abstratos, já que se personificam nas diferentes “visões” que permeiam o texto. Benetti e Jacks (2001, p. 08) completam que o “locutor é quem fala, o enunciador é aquele ‘a partir de quem se vê’”.

Ao analisar-se uma reportagem de jornal – para ficar num só exemplo – facilmente estes “atores” seriam reconhecidos na narrativa jornalística. Se a matéria²⁷ desse conta de um movimento grevista e trouxesse três fontes (patrão, empregado e sindicato – cuja voz oficial seria a do presidente) ter-se-ia três locutores. O autor do texto (repórter) configurar-se-ia, nesta ocasião, em mais um locutor e também no sujeito empírico. Os enunciadores redundariam nas ideias emitidas por cada um dos locutores, as quais, literalmente, digladiariam-se neste cenário jornalístico, haja vista que interesses antagônicos estariam em jogo.

Essa é uma das muitas situações do universo jornalístico que ratifica “a visão do paradigma construcionista de que a notícia é um produto resultado da interação entre diversos sujeitos inseridos no processo” (DARDE, 2006, p. 65). Contudo, a complexidade da manufatura noticiosa está longe de ter seu ponto final por aqui. Que o texto jornalístico

²⁷O termo “matéria” é usado como sinônimo de notícia.

aglutina um arsenal de vozes é algo sabido. Acontece que isso nem sempre (ou quase nunca) é flagrante para o receptor.

No texto da notícia os enunciadores aparecem condensados em uma única voz – a do jornalista, repórter e a da empresa de comunicação que eles representam. Afora isso, nem todos “falam” do mesmo patamar. O “autor” da matéria – por ser o “maestro” dos acontecidos, do discurso - sempre aparece numa instância superior, mesmo que os entrevistados apareçam sob a forma do discurso direto ou entre aspas. Em vista disso, o discurso midiático encena-se monofônico, porém, incontestavelmente, é polifônico.

Importante ressaltar que o simulacro polifônico tem um porquê: trata-se de mais um artifício de legitimação da imprensa. Todavia, essa é uma condição que vai de encontro com o compromisso social do campo midiático.

O jornalismo, entendido como construtor de sentidos sobre a realidade, é um discurso que deve representar a diversidade de pensamento da sociedade contemporânea. Deste modo, apenas a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como um campo representativo dessa complexa estrutura social na qual estamos inseridos. (DARDE, 2006, p. 69-70).

A demonstração de que esse compromisso vem, sistematicamente, sendo abandonado pelos órgãos de imprensa foi dada há pouco, quando apresentado o caso de uma reportagem sobre o movimento grevista. As técnicas jornalísticas vêm numa constante evolução, no sentido de ofuscar a polifonia dos textos. Todavia, um breve exercício de raciocínio é suficiente para colocar em xeque o argumento do sujeito único da enunciação. O gênero jornalístico implica, indissolavelmente, da existência da empresa jornalística e dos trabalhadores que fazem o produto midiático: repórteres, editores, diagramadores, fotógrafos... Além do mais, a informação provém de diversas fontes, o que ratifica que o texto é obra de inúmeros sujeitos do enunciado. “Assim, o discurso jornalístico é duplamente polifônico (composto de múltiplas vozes), indicando um potencial polissêmico (possibilidades plurais de sentido) que, no entanto, tende à paráfrase (ao mesmo), inscrevendo-se no tipo autoritário” (BERGER, 1998, p. 188).

Authier-Revuz é uma das autoras afinadas ao pensamento bakhtiniano. Ela não só sustenta o princípio da heterogeneidade do discurso, como espraia este conceito. Sob a sua

ótica, a heterogeneidade pode ser vista de duas formas: mostrada e constitutiva. Tudo vai depender de como o *outro* estará representado no fio discursivo.

A citação, expressa principalmente pelo uso das aspas ou do itálico, representa a forma clássica da heterogeneidade mostrada. O caráter explícito do *outro* é que a diferencia da heterogeneidade constitutiva. Para Authier-Revuz (2004, p. 13), nesse arquétipo de heterogeneidade, o *outro* se apresenta por meio do discurso direto. “[...] *das fórmulas de comentário* [grifo da autora] – glosa, retoque, ajustamento -, no qual um locutor pode combinar certos elementos de seu discurso”. Essas “manobras” estilísticas se dão com o intuito de criar a ilusão de que o sujeito é o senhor do discurso e que suas preferências e intenções são livres. Silva (2005, p. 115) deslinda essa situação ao enfatizar que a “voz do Outro fica explícita na superfície do texto, revelando-se a existência da alteridade por meio de uma ruptura sintática que altera a unicidade aparente de um discurso”.

No discurso jornalístico a heterogeneidade mostrada aparece em grande parte das vezes sob a forma de aspas. Na imprensa escrita ela é patente. É comum tabloides, *standards*²⁸ e revistas dos mais variados gêneros trazerem a opinião das fontes realçada pelas aspas – “Ao chegar na cena do crime, fulano de tal, apavorado com a situação que se deparara, mal conseguiu entender o que estava acontecendo. ‘Meu Deus! O que aconteceu com a minha família?’, questionou”²⁹.

Quando, literalmente, não é possível aspear – como é o caso do texto televisivo, em que a contribuição do entrevistado se dá por meio de sonoradas³⁰ - o jornalista ou o apresentador, na hipótese de não conseguir gravá-la ou não querer usá-la na própria voz e imagem da fonte – lança mão do seguinte *script*³¹: “Segundo ciclano, tudo indica que – abre aspas – o pai tenha participado das ações que levaram mãe e filhos à morte – fecha aspas”³².

²⁸ Tabloide e *standard* são os dois tamanhos mais usados na confecção do veículo jornal.

²⁹ A citação acima é fictícia e foi elaborada pela autora deste trabalho com intuito de ilustrar como são referenciadas as falas das fontes.

³⁰ A sonora é um recurso jornalístico utilizado tanto na televisão, quanto no rádio. É por meio dele que a opinião de alguns “personagens” envolvidos num dado acontecimento aparece. Tais “personagens” – cabe ressaltar – são escolhidos a partir de critérios subjetivos (seja do repórter, do editor...). As falas são pinçadas/recortadas e aparecem na voz da própria fonte. Esses “trechos” também passam pelo crivo dos “atores” envolvidos com a prática jornalística, ou seja, são selecionados, editados.

³¹ No jornalismo, o termo *script* é utilizado para identificar o roteiro utilizado nos telejornais. Ela contém todas as informações necessárias para a equipe envolvida na exibição do programa. Quando os operadores técnicos devem rodar o *videotape*, no *script* está indicado algo do gênero: “Roda VT”.

³² A citação aqui também é fictícia e segue o mesmo princípio da anterior.

A desenvoltura semântica das aspas no discurso, em particular no discurso jornalístico, é incomensurável. Manguineau (1997, p. 91) corrobora essa afirmação quando declara que

o texto não é um estoque inerte que basta segmentar para dele extrair uma interpretação, mas inscreve-se em uma cena enunciativa cujos lugares de produção e de interpretação estão atravessados por antecipações, reconstruções de suas respectivas imagens, imagens estas impostas pelos limites da formação discursiva.

O segundo tipo de heterogeneidade considerado por Authier-Revuz (2004) é a constitutiva. Além de guardar consideráveis diferenças ante a mostrada, ela mostra-se muito mais difícil de ser apanhada na teia discursiva.

É consenso admitir que sob a custódia de todo e qualquer discurso está uma polifonia não intencional, cuja origem – na visão psicanalítica de Lacan, relida por Freud – é o inconsciente. O sujeito, a partir deste critério, não é uma entidade homogênea, exterior à linguagem. Ele é, sim, a soma do consciente e do inconsciente. Frisando que, para Silva (2005), a inconsciência é a gleba do cérebro censurada da história de determinado indivíduo, podendo ser restabelecida pelos traços deixados por essas oclusões. E para os que acreditam que ela é como um vulcão, que só entra em erupção raramente, estão enganados. A Psicanálise endossa a sua assídua presença, sobretudo porque o inconsciente é um celeiro de significantes que são realocados nas fendas deixadas pelo discurso efetivo. Novamente, há um aparente domínio discursivo, desfeito assim que o sujeito passa a ser pensando como parte da exterioridade, em que o *outro*, irremediavelmente, se fará presente.

Parte daí o juízo que se tem da heterogeneidade constitutiva. Nela, o *outro* fica à margem. Melhor dizendo, ele não está demarcado no discurso. É preciso mais do que um microscópio para identificá-lo. A sugestão é que o analista de discurso se debruce sob a estrutura linguística, porque é lá que estão os reflexos do inconsciente, do interdiscurso³³ e das formações discursivas³⁴ a que ele se filiou.

³³Para Orlandi (1996), interdiscurso agrupa inúmeras formulações feitas no passado que, embora esquecidas, acabam por determinar o sentido que damos ao que dizemos. Manguineau (1997) segue na mesma direção e concebe o interdiscurso como o espaço dos câmbios discursivos, eleitos em consonância aos critérios particulares do sujeito.

³⁴As Formações Discursivas (FDs), em resumo, são as macro unidades históricas que atravessam o discurso. Entende-se a FD como um bloco heterogêneo a ele mesmo. Segundo Brandão (2006, p. 88), “não há um limite rigoroso que separa o seu ‘interior’ do seu ‘exterior’, uma vez que ela confina com várias outras FDs e as fronteiras entre elas se deslocam conforme os embates da luta ideológica”.

De posse dessas pistas, a heterogeneidade constitutiva deixa de ser um enigma. A AD pode fazer com que esse locutor, cuja vocação é totalizante, fazendo com que – citando Brandão (2006, p. 83): “o texto adquira, na forma de um concerto polifônico, uma unidade, uma coerência, quer harmonizando as diferentes vozes, quer "apagando" as vozes discordantes” – seja capturado e revelado.

O discurso jornalístico teima subestimar a capacidade crítica dos consumidores de informação. Sob um pretenso domínio discursivo acomoda-se, indubitavelmente, um mosaico polifônico, em que várias vozes insistem falar. Um balanço acerca dessas duas noções de heterogeneidade revela que o sujeito, reproduzindo Brandão (2006, p. 85), não é

nem totalmente livre, nem totalmente assujeitado, movendo-se entre o espaço discursivo *do Um* e *do Outro*; entre a "incompletude" e o "desejo de ser completo"; entre a "dispersão do sujeito" e a "vocação totalizante" do locutor em busca da unidade e coerência textuais; entre o caráter polifônico da linguagem e a estratégia monofonizante de um locutor marcado pela ilusão do sujeito como fonte, origem do sentido [grifos da autora].

A dúvida que não quer calar, mediante esta constatação, é saber como o sujeito *Gazeta do Sul* – veículo guia desta análise – responde neste panorama.

3 DA ESFERA DA GAZETA DO SUL

3.1 Imprensa nos anos 80: das páginas de condescendência às de resistência

A pretensão na abertura deste segundo capítulo é – longe de qualquer filosofia que vise a reprodução da História (até porque esta é sempre um discurso, formulado por historiadores, que tenta oferecer uma - das muitas possíveis - leitura da realidade) - inventariar as principais características do cenário midiático da década de 1980. Mais: refletir sobre as implicações deixadas por este momento ímpar no jornal *Gazeta do Sul*, objeto deste estudo.

Sob o ponto de vista social, a abertura política, em 1985, reconfigurou costumes e estabeleceu novas bases morais, menos conservadoras; a sociedade ampliou a revolução sexual – freada tão logo descobriu-se a AIDS; culturalmente, a mídia – como se poderá ver a seguir – passa por uma brusca transformação; é a década do estrondoso sucesso das bandas de *rock* nacional – Legião Urbana, Titãs, Paralamas do Sucesso... No setor político houve a redemocratização; em 1985 morreu o primeiro presidente eleito de forma direta no Brasil – Tancredo Neves; em 1988 foi promulgada a nova Constituição Brasileira; em 1989 ruiu o Muro de Berlim³⁵... No econômico, diversos planos frustrados fizeram muitos economistas a classificarem como “década perdida”.

Foi na década de 80 que o mercado de bens simbólicos decolou no país. Precisamente, o pontapé inicial desse processo se deu ainda nos anos 60 e 70. Se nas décadas de 40 e 50, a imprensa é embrionária e resume-se a poucos veículos no Brasil inteiro, o período seguinte é prodigioso. Ortiz (2001) traça todas as minúcias que fizeram parte deste enredo. Na avaliação do autor, a ascensão dos militares ao poder modificou muito mais que as feições políticas do país (repressão, censura, tortura, exílio, prisões...). A partir de 1964³⁶, houve uma intensa

³⁵O muro de Berlim foi edificado em 1961, durante a Guerra Fria. A obra dividia a cidade de Berlim ao meio. A barreira simbolizava a divisão do mundo em dois blocos: República Federal da Alemanha, constituída pelos países capitalistas, capitaneados pelos Estados Unidos, e República Democrática Alemã, formada pelos países socialistas simpatizantes do regime instalado na União Soviética. Durante os 28 anos que o muro demarcou as fronteiras entre a Alemanha Oriental e Ocidental, os movimentos migratórios ficaram estagnados. Era proibido atravessar de um lado para o outro. A queda do muro começou em 9 de novembro de 1989, quando o governo da parte oriental, instigado pela onda revolucionária que acometeu o bloco leste, autorizou estes cidadãos a visitar o lado ocidental. Milhares de alemães orientais subiram e cruzaram o muro juntando-se aos vizinhos do ocidente. Era o começo da destruição daquilo que fora chamado de “cortina de ferro”.

³⁶O Golpe Militar aconteceu em 31 de março de 1964.

reorganização econômica que redundou em consequências imediatas: a internacionalização do capital, avalizada pelo Estado, expandiu os parques industriais e dilatou a produção interna de bens materiais. Bom para a cultura nacional, que teve sua cadeia produtiva igualmente fortalecida e passou a cobrir uma massa consumidora cada vez maior.

Amplia-se a produção de livros. Enquanto em 1966 foram editados 43,6 milhões de exemplares, em 1980 este número multiplicou-se cinco vezes: eram 245,4 milhões (ORTIZ, 2001). Mas a política governamental – que fomentava a produção de papel nacional, a fim de diminuir os custos do produto, e oferecia crédito para importação de máquinas de impressão – foi além das obras literárias. Propiciou que a indústria editorial explodisse na sua totalidade. Estouraram dezenas de novos títulos de jornais e revistas.

O caso exemplar é da Editora Abril, que hoje domina o mercado de revistas. Fundada em 1950 por Victor Civita, ela inicia sua produção, comprando o direito de publicar o *Pato Donald* no Brasil. Entre 1950 e 1959 ela edita 7 títulos; entre 1960 e 1969 este número sobe para 27; no período de 1970 a 1979 atinge 121 títulos. (ORTIZ, 2001, p. 123).

Discos, filmes, salas de cinema, agências de publicidade... Tudo isso conheceu aquilo que Ortiz (2001) chama de “crescimento vegetativo”. O rádio – que teve sua *Era de Ouro* durante as décadas de 30 e 50 – continua com popularidade similar nos anos 70/80, ainda mais as emissoras AM. A rádio FM (Frequência Modulada), surgida em meados dos anos 60, avança, sobretudo, entre os jovens. A televisão vive seu apogeu (a comparação aqui é desde o seu surgimento, em 1950, até os anos de 1980) – tanto na participação das verbas publicitárias³⁷, quanto em número de emissoras e produção de conteúdos. É um dos meios de comunicação mais importantes para o ingresso brasileiro na Era das Indústrias Culturais. Vertiginosamente, os aparelhos foram adentrando os lares³⁸ para fazer algo que na década de 50 não faziam, uma vez que o circuito televisivo predominante era o local: promover a integração dos mercados. O aperfeiçoamento das redes de telecomunicação pelo governo militar é que facilitou essa operação. Parafraseando um executivo, Ortiz (2001, p. 128) diz:

³⁷Em 1982, a participação da televisão no investimento publicitário chega a 61,2%. Dez anos antes, para se ter uma noção, esse percentual era de 46,1%. Enquanto isso, o rádio perdia uma fatia cada vez maior desse montante. Em 1962, concentrava 23,6% e em 1982 apenas 8,0% (ORTIZ, 2001). Daí a especialização do rádio (canais FM's) e de toda a indústria cultural, que necessitava “responder à demanda de um mercado onde existem faixas econômicas diferenciadas a ser exploradas” (ORTIZ, 2001, p. 132).

³⁸Em 1970, 4,259 milhões de domicílios de todas as classes sociais tinham televisão, 56% da população, e em 1982 já eram 15,855 milhões, 73% (ORTIZ, 2001).

“A televisão, por sua simples existência, prestou um grande serviço à economia brasileira: integrou os consumidores, potenciais ou não, numa economia de mercado”.

Estes são alguns dos eixos que norteiam claras alterações também no modo de fazer jornalismo, neste período. A *Folha de São Paulo* é, talvez, o caso mais representativo.

Nessa década [80], foi o jornal diário que obteve maior crescimento na circulação paga e no volume de publicidade impressa, foi o veículo que mais provocou polêmicas e repercussões entre os leitores e foi a empresa jornalística que mais celeuma causou entre os profissionais do setor. (LINS DA SILVA, 2005, p. 54).

A *Folha*³⁹ foi o germe de uma vocação que, mais adiante, todos os grandes jornais (*O Globo*, *Estado de São Paulo* e a própria *Gazeta do Sul*, com certo atraso) – e a imprensa como um todo – passariam a incorporar: a racionalidade empresarial. Saem os capitães das indústrias culturais para a entrada dos *managers* (ORTIZ, 2001, p. 134). “Homens que administram conglomerados englobando diversos setores empresariais, desde a área da indústria cultural à indústria propriamente dita”.

Modelos arcaicos de impressão são substituídos por equipamentos mais modernos, velozes (o auxílio do Estado foi determinante, como se pôde ver há pouco), nessa época. As redações são informatizadas. A *Folha* saiu na frente e foi o primeiro veículo de comunicação impresso no Brasil a tomar essa iniciativa, em 1983 (LINS DA SILVA, 2005). Os terminais de vídeo (mesmo sendo o que existe de mais rude no segmento da automação da informação) provocaram quase que uma revolução na *Folha*. Os jornalistas tiveram que descartar as máquinas de escrever e aprender a lidar com este novo aparelho. Sentiam que aquelas “geringonças” - que os faziam ter problemas de toda ordem: “[...] textos eram perdidos pelo computador ou por causa dos erros de operação ou por deficiência do sistema [...]” (LINS DA SILVA, 2005, p. 91) – poderiam ser o prelúdio de um acirramento ainda maior entre capital *versus* trabalho.

A dinamização do processo industrial - os terminais reduziram, em média, 40 minutos a confecção do jornal (LINS DA SILVA, 2005) - foi um dos muitos ganhos trazidos pela

³⁹A *Folha de São Paulo* foi fundada em 1921 e, desde a década de 80, tem sido um dos jornais mais vendidos do país. *O Globo* e o *Estadão*, citados na sequência, foram fundados em 1925 e 1875, respectivamente. O primeiro pertence à família Marinho, dona das Organizações Globo, e o segundo à influente família paulistana de sobrenome Mesquita. Os três jornais circulam no Brasil inteiro, mas concentram suas maiores tiragens no eixo Rio-São Paulo. Com informações de Sant’anna (2008).

digitalização das redações nos anos 80, afinal, a *Folha* estaria quase uma hora mais cedo nas bancas e na casa dos assinantes, como sugere Lins e Silva (2005). A diagramação foi o próximo alvo da progressiva conversão analógica para digital. Aumentaram o número de cores e recursos gráficos nas edições, acentuando, aquilo que, para Enne e Diniz (2005, p. 02-03), já estaria em curso desde o início do século XX, “que é a transformação do jornal em produto atraente e comercializável, capaz de seduzir e satisfazer o leitor/cliente”. A sondagem das autoras recupera ainda que, a partir dos anos 80, os jornais cariocas (para os quais a investigação de ambas dirige-se) concentram-se, em números cada vez mais expressivos, nas mãos de poucos empresários. O Rio de Janeiro só repete um movimento que, há algum tempo, havia iniciado em São Paulo, com a *Folha*. A contaminação virótica do capitalismo sobre a imprensa, aliás, ocasionou a centralização não só dos jornais, mas de outros meios de comunicação e mesclou a gama de negócios. A *Gazeta Grupo de Comunicações* não é a exceção (como se verá mais adiante).

Parece paradoxal que num cenário de coturnos, fardas, autoritarismo e arbitrariedade, uma vez que foi só em 1985 que o país foi democratizado, a mídia tenha sido uma das áreas que mais se desenvolveram, em particular sob o ponto de vista tecnológico. Não se o olhar for um pouco mais apurado. Com efeito, a unificação política das consciências dependia dos meios de comunicação. A galope, é claro, estavam os interesses empresariais.

O Estado foi fundamental, como vimos, para o desenvolvimento dessa indústria, mesmo que não estivesse voltado apenas ou primordialmente a ela, nas inúmeras medidas que dele dependeram e das quais foi beneficiária. Gastou pesadamente em publicidade, gerando diretamente receitas para as agências e as mídias. Investiu em telecomunicações, ampliando a infra-estrutura (sic) e propiciando novas possibilidades de desenvolvimento à indústria eletrônica e à televisão. Cuidou da área de educação, o que de alguma maneira beneficiou editoras e o mercado da indústria cultural como um todo, inclusive o de leitores. (TASCHNER, 1992, p. 115).

A asserção de Taschner (1992) denuncia a importância da herança dos anos 70. Sim, foi a época do Milagre Econômico (1967-1973), em que o Brasil apresentou índices de crescimento excepcionais, de modernização de parques gráficos e redações, mas também de atos institucionais (o AI-5⁴⁰ foi o mais violento deles) que cerceavam praticamente todos os direitos civis. O rigor da censura foi tamanho que, ou os veículos distanciavam-se das

⁴⁰Chinem (2004, p. 16-17) informa que, durante a vigência do AI-5 (13 de dezembro de 1968 à 31 de dezembro de 1978) “foram proibidos ou mutilados cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio e televisão, 100 entrevistas, mais de 500 letras de música, cerca de uma dúzia de sinopses e numerosos capítulos de telenovelas”.

questões políticas (essa é uma das razões que estreitou os laços entre os mais atentos empresários da comunicação e os interesses comerciais) e abraçavam, de vez, a “causa” militar acatando as proibições e punições – como fez a grande imprensa e a *Gazeta do Sul*, evidenciam Perosa (2001) e Schuster (2007) - ou eram “estrangulados” pelos oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Houve, contudo, quem conseguiu driblar este clima de terror – os militares desconfiavam da própria sombra e taxavam qualquer um que divergisse das suas “ideologias”⁴¹ de “comunista”, “terrorista” (CHINEM, 2004) – e inscrever-se como um capítulo à parte na memória da imprensa nacional: os alternativos. Se os jornais da família Mesquita⁴² cediam seus espaços noticiosos aos versos de Camões ou às receitas culinárias⁴³ (CHINEM, 2004), os nanicos⁴⁴ explodiam. Não só em irreverência (nunca é demais lembrar que os grandes nomes do cartunismo e chargismo brasileiro – Ziraldo, Henfil, Millôr Fernandes... - emergiram naquele período) como em tiragens, já que não se eximiam de enfrentar a fúria do Estado e noticiavam fatos políticos que as potências jornalísticas, convenientemente, preferiam não ver.

O *Pasquim*⁴⁵, provavelmente o mais famoso dos jornais alternativos, vendeu dez mil exemplares na sua primeira edição e, seis meses depois, já eram 100 mil - registra Chinem (2004). Como não se tratava de um jornal concebido nos moldes de uma empresa, com pequena infraestrutura, era um número e tanto. Tiveram semanas que a publicação chegou a 220 mil exemplares (CHINEM, 2004). Imagine se estes “questionadores” não deixariam

⁴¹Aqui o sentido é de “ideia”, apenas.

⁴²A família Mesquita, como dito há pouco, é dona dos jornais *O Estado de São Paulo* e também do *Jornal da Tarde*. É controladora de todo o Grupo Estado.

⁴³Quando os jornais tinham notícias censuradas costumavam preencher estes espaços com receitas de bolos ou versos de poetas famosos, em sinal de protesto.

⁴⁴Nanica, “de leitor”, “independente” e *underground* é, segundo Chinem (2004), como se denomina também a imprensa alternativa. Aquela que, no Brasil, teve reconhecido papel de oposição à Ditadura Militar.

⁴⁵A edição número 1 do *Pasquim* saiu em 26 de junho de 1969, como faz questão de grifar Chinem (2004, p. 90) “num momento em que os jornais [...] ainda não tinham se recuperado do susto do AI-5”. O projeto nasceu ainda em 1968, em substituição ao humorístico *Carapuça*, de Sérgio Porto, que havia acabado de morrer. No início, cinco pessoas integravam a redação: Jaguar, Carlos Prosperi, Claudius, Sérgio Cabral e Tarso de Castro. Com o passar dos anos, novas figuras de destaque na imprensa nacional – Ziraldo, Millôr Fernandes - foram se incorporando ao grupo. A publicação contava também com a colaboração de nomes como Henfil, Paulo Francis, Ivan Lessa, Carlos Leonam e Sérgio Augusto, e dos colaboradores eventuais Ruy Castro e Fausto Wolff. A intenção do semanário era circular apenas no Rio de Janeiro, ou melhor, em Ipanema, mas o resultado foi tão exitoso que logo o jornal passou a circular em São Paulo e, mais tarde, no país inteiro. A última edição, de número 1.072, do já quinzenário, foi publicada em 11 de novembro de 1991.

rastros na mídia como um todo. O depoimento de Ziraldo, publicado por Chinem (2004, p. 93), mostra a dimensão do “problema”.

O *Pasquim* bagunçou o coreto da imprensa brasileira, tanto que *O Cruzeiro* imediatamente me ligou e pediu: ‘queremos todos os humoristas do Pasquim aqui’. A *Manchete* passou a escrever em forma de dicas. Na verdade, nós mudamos a linguagem. Tiramos o paletó e a gravata da linguagem. Acabou aquele negócio de ‘nosocômio’, ‘do indigitado criminoso’, ‘belonave’ e o ‘nosso querido diretor’. Parou um pouco o semanário desta praça e o cara diz que navio é navio mesmo.⁴⁶

Cada um destes independentes mantinha um estilo singular. Uns preferiam uma diagramação mais leve, outros, um pouco mais pesada. Dispensavam a discussão da pauta. Os jornais exprimiam aquilo que os jornalistas pensavam, falavam... A linguagem jornalística - e até a publicidade do Brasil – foi reflexo disso. Ambas abandonaram a formalidade. Passou-se a escrever como se falava. Os jornalistas não só incumbiam-se das reportagens como levavam os jornais até as bancas (CHINEM, 2004).

Um pouco – ou muito – de tudo isso se viu nos mais de 300 periódicos (1964 – 1980) que resistiram às intransigências dos militares (CHINEM, 2004). Inclusive, no gaúcho *Coojornal*, único dos *undergrounds* que foi publicado fora do eixo Rio-São Paulo que teve circulação nacional (1975-1983⁴⁷). A publicação era feita por uma cooperativa de jornalistas, que confeccionava outros 18 títulos, entre eles revistas, boletins e jornais, voltados para o segmento empresarial e de associações classistas.

Foram quase três décadas de um noticiário, de um mercado e de uma postura que deixou ruídos no jornalismo, na publicidade e na cultura, de uma maneira geral. Com a gradual abertura política, iniciada pelo governo do presidente da República Ernesto Geisel (1974 – 1979), novos horizontes foram abertos para o campo midiático. A censura abrandou e o discurso da democracia contagiou toda a imprensa. A desaceleração da economia (que, de certa forma, igualmente não era lucrativa aos empresários da comunicação) insuflou o protesto de oposição, que antes estava confinado à imprensa alternativa (ENNE E DINIZ, 2005).

⁴⁶*O Cruzeiro* e *Manchete* eram importantes revistas que circulavam na época. A primeira, editada pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, foi criada em 1928 e impressa pela última vez em 1975. A segunda foi editada de 1952 a 2000, pela Bloch Editores.

⁴⁷Esta informação é de Ellwanger (2009).

Foi um dos estopins para que toda a mídia deflagrasse uma campanha pela democratização. Assim como ela soube ser condescendente com o Regime Militar e escorar generais, marechais... por mais de duas décadas no poder, ela foi decisiva para colocar um ponto final neste domínio. Peixoto (1998) alerta a importância que todos os meios de comunicação do país desempenharam não só relatando os feitos políticos, mas tomando à frente de muitos deles, como foi com as *Diretas Já*⁴⁸ e o *impeachment* do presidente da República Fernando Collor de Mello⁴⁹.

Seria uma falha ignorar a parcela de contribuição dada pela imprensa sindical. De acordo com Ferreira (1988, p. 54) é a partir de meados da década de 70 – “quando se inicia o processo de enfrentamento do sistema pelas vias legais” – que as publicações sindicais se disseminam e se fortalecem. A categoria metalúrgica do ABC Paulista, através do jornal *Tribuna Metalúrgica*, chegou a criar até um personagem - João Ferrador - que dialogava com o Regime.

Os metalúrgicos de Santos também criaram um personagem, o Zé Protesto, e os de São Paulo criaram o Décio Malho. Esse último, também figura de ficção, é um repórter que denuncia os problemas dos trabalhadores nas fábricas, protesta contra o patrão e o governo e indica as matérias importantes no interior do jornal, sendo identificado com o militante sindical atuante no meio operário. (FERREIRA, 1988, p. 58).

Depois de 1980, o fôlego destas publicações aumenta ainda mais. O movimento sindical volta à cena e a importância da informação sindical, por sua vez, cresce. A classe trabalhadora passa a ser organizada em federações e confederações por categoria e por grandes regiões (FERREIRA, 1988). Com desenvoltura econômica ampliada, os sindicatos organizam de maneira mais eficiente seus departamentos de imprensa e, com isso, abrem o mercado para jornalistas profissionais. “Antes, as publicações sindicais eram animadas quase exclusivamente por militantes egressos do meio operário e/ou por intelectuais próximos dos movimentos sociais e sindicais que voluntariamente colaboravam na imprensa social da época” (ARAÚJO, 2009, p. 37).

⁴⁸Foi um movimento encabeçado pela sociedade civil que clamava por eleições presidenciais diretas no Brasil. Ocorreu de 1983 a 1984.

⁴⁹Collor – como também é conhecido – foi eleito presidente do Brasil em 1989. Sua gestão foi interrompida em 1992 por conta de um processo de impugnação de mandato (*impeachment*) movido em decorrência de denúncias de envolvimento em corrupção política.

A imprensa partidária, especialmente aquela voltada aos movimentos políticos de esquerda ou partidos que operavam secretamente, igualmente, desenvolveu uma ação política ferrenha antiditatorial. São muitos os títulos que, mesmo clandestinos - como foi o caso do *A Classe Operária*, do Partido Comunista do Brasil – PCdoB (FERREIRA, 1988) – contestaram o Regime Militar e, para além disso, serviram de ponto de partida para a imprensa sindical. Ferreira (1988, p. 56) lista mais alguns nomes:

Pode-se ainda citar como exemplos de uma imprensa operária ligada a partidos políticos: *O Trabalho* (meados da década de 70), ligado à Libelu, hoje Organização Socialista Internacionalista; *Causa Operária*, de uma dissidência da Libelu que tem o mesmo nome, hoje militando no PT; *Política Operária* (de 1970, aproximadamente), da Polop; *Libertação* e *Boletim Nacional da Ação Popular* (1976), ambos da AP; *Em Tempo* (1978), da Organização Marxista Democrática Socialista (OMDS) e do PT, de tendência trotskista; *Hora do Povo*, do MR-8; *O Companheiro* (1978), do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP); *Convergência Socialista* (1978), jornal oficial do partido de mesmo nome, de grande penetração no movimento estudantil; *Brasil Socialista* (1975) do PCdoB; *Frente Operária*, trotskista, que sai até 1983. O PT lança, em 1982, o *Jornal dos Trabalhadores* e, em 1983, o *Boletim Nacional do PT*, órgão da Comissão Executiva Nacional; no mesmo ano, a CUT lança o número zero de *O Jornal da CUT*. Alguns jornais citados continuam circulando atualmente; outros desapareceram.

Não se pode ser ingênuo a ponto de pensar que uma imprensa (e a comunicação em geral) que tenha vivido mais de vinte anos sob as rédeas dos militares não sofreria nenhum tipo de solavanco. Foram muitos. Os decretos e leis editados, em especial durante o governo presidencial do general João Figueiredo (1979 – 1985) ampliaram as concessões de rádio e televisão. Um pouco antes, a legislação passou a regulamentar as profissões da jornalista (como se verá logo adiante), radialista⁵⁰, relações públicas⁵¹ e publicitário⁵². Isso tudo foi um grande incentivo para o crescimento do setor da comunicação comercial, fazendo com que ele ganhasse outra roupagem nos anos de 1980 (muito em função também de todo o aparato tecnológico – adquirido com o aval e a contribuição dos militares). O processo de compilação, produção e transmissão da informação deu um importante salto (ENNE E DINIZ, 2005). As palavras de ordem a partir de então nas empresas jornalísticas eram empreendedorismo e rentabilidade. “E ampliar o público consumidor, para aumentar a publicidade e, conseqüentemente, o lucro do jornal, que seria convertido em novos investimentos, torna-se o

⁵⁰Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências.

⁵¹Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967. Disciplina a Profissão de Relações Públicas e dá outras providências.

⁵²Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e dá outras providências.

ciclo vicioso que os veículos de comunicação insistem em sustentar” (ENNE E DINIZ, 2005, p. 5).

Era o adeus definitivo aos “tijolões”⁵³ e a introdução de imagens, mapas, quadros, tabelas, desenhos e cores. Ou seja, eram os ingredientes básicos para arrebatá-los, de vez, os leitores. “Até artifícios não jornalísticos foram usados, como a distribuição de brindes e sorteio de prêmios” (ENNE E DINIZ, 2005, p. 6). Infestaram-se as estratégias de *marketing*, no sentido de aumentar a fidelização e acirrar a concorrência (destacando que no início da década de 80, o Brasil atravessou uma grave recessão que obrigou o mercado empresarial – entre eles, o de comunicação - a tomar atitudes). Criaram-se os cadernos específicos e ampliaram-se os espaços que dialogam, diretamente, com os consumidores: sessão de cartas, artigos, reclamações e serviços. Um notório gesto de aproximação.

E como ficara o texto nessa enxurrada de mutabilidades? Ele passara a ser mais curto e apoiado em títulos mais sintéticos. A narrativa forjada pela mídia ganhava um toque rocambolês. Abortou-se a natureza político-ideológica da notícia para torná-la um bem comercializável. Os critérios de seleção passaram a satisfazer aos anseios do público consumidor e, obviamente, dos anunciantes. As pesquisas de mercado mapeiam e traçam, minuciosamente, o perfil dos leitores. É o que faz a *Folha* desde 1982, através de uma organização própria. O que era um departamento – Departamento de Pesquisa e depois Pesquisa *Folha* – firmou-se, em setembro de 1984, em instituto Datafolha, e “em fevereiro de 1987 é um dos principais fornecedores de informação de que a redação dispõe” (LINS DA SILVA, 2005, p. 208). Taschner (1992, p. 62), numa referência à *Folha*, resume qual passou a ser o estilo e o tom do discurso:

Em vez da luta com a “bravura desmedida do cavaleiro de Cervantes”, o discurso cede lugar à linguagem da *eficiência*: daí o anúncio da série de medidas tomadas, como a “idéia (sic) de aproveitar a magnífica *organização* das Folhas”, a constituição de sociedade anônima (com mais representantes de todos os setores) para “*incorporar o patrimônio*”, para “*atingir com mais eficiência*” as suas finalidades. É a linguagem do empresário que aí está.

A performance do profissional de comunicação – do jornalista, necessariamente – formou um outro ponto de inflexão. O Decreto nº 83.284/79 - 13 de março de 1979, que

⁵³Tijolo é – na linguagem jornalística – um bloco único de texto. No passado, as diagramações eram feitas dessa forma, dispunham de poucos recursos iconográficos.

regulamentava a profissão (o primeiro texto foi editado em 1969) e determinava a obrigatoriedade do diploma de bacharel em Jornalismo - provocou uma intensa substituição geracional nas redações.

O processo extremamente veloz [...] ocorrido no interior do jornalismo brasileiro pode ser observado de perto pela experiência da *Folha de S.Paulo*, que na década de 80 implantou, através do "Projeto Folha", um rápido programa de modernização do veículo. Este projeto, levado a cabo por jornalistas na faixa de 25 e 35 anos, reformulou não apenas a fisionomia gráfica do jornal, como também o seu conteúdo [...]. (PEIXOTO, 1998, p. 33).

Ladeados por computadores, os veteranos da profissão tecem duras críticas ao novo palco midiático. A “velha lauda”, discorre Peixoto (1998), passa a ser uma referência saudosista, de quando os profissionais liam suas matérias e deixavam suas “impressões digitais” consignadas no papel.

É patrimônio dos cursos de Jornalismo - que se expandiram a partir de 1969 no Brasil (LINS DA SILVA, 2005) – ainda a renúncia à militância política em troca da disseminação de valores (liberdade e objetividade) e técnicas do jornalismo americano. De acordo com Lins da Silva (2005) essa era uma demanda exigida pelas elites urbanas brasileiras, que, dos anos 70 em diante, queriam que os meios de comunicação tivessem os mesmos padrões de qualidade dos americanos, que serviam de emulador para o povo tupiniquim.

Foram os ventos soprar democracia para que a imprensa brasileira “sacudisse”. A liberdade constitui-se na espinha dorsal do Regime Democrático. Não é mera coincidência que estes princípios sejam norteadores do modelo jornalístico americano, já que toda a sociedade norte-americana carrega uma tradição angla. Nos EUA, acrescenta, Lins da Silva (2005), a liberdade rompe as barreiras do legalismo e chega a ser quase um dogma religioso. Já no Brasil, esse é um traço moral, trazido pelos portugueses, passível muito mais de punições do que de apologismos.

É perceptível que o transplante das fórmulas jornalísticas norte-americanas resultou em algo bem diferente do original no Brasil. Isso porque aqui, confessa Lins da Silva (2005, p. 58), esses códigos chegaram “como um glamorizado conjunto de ideais interpostos”. Fora isso, sempre existiram várias características estruturais (de cunho econômico, educacional...) que diferem as duas nações. Há generosas disparidades entre um jornalismo e outro, que se

arrastam desde a colonização dos dois países, mas ambos vêm – até hoje – cumprindo com a sua principal obrigação: construir a hegemonia cultural que se sustenta na doutrina do livre mercado. Taschner (1992, p. 62) explica como isso acontece no âmago da sociedade:

[...] o regime democrático é habitualmente a maneira pela qual se designa o capitalismo, no plano da aparência, aí sim fazendo o interesse particular de classe (mas não de uma fração de classe apenas) passar por interesse geral, na medida em que confunde o modo de produção com um dos seus regimes políticos possíveis.

Cabe à mídia operar este “milagre” e transmutar este monologo numa mensagem homogênea. Será que o jornal local – a *Gazeta do Sul* – é parte desta engrenagem? A solução desta pergunta vem em doses homeopáticas na sequência deste capítulo. Para começar, é preciso saber quem é este “sujeito”, de onde ele vem, como vem se “expressando” e que efeitos de sentido produz ao longo destes anos.

3.2 O “sujeito” *Gazeta do Sul* nesse cenário: como tudo começou

Antes de trazer à baila um breve relato sobre a origem e desenvolvimento da *Gazeta do Sul*, cabe comentar porque ela foi rotulada de “sujeito”. No lastro discursivo, o sujeito não se configura apenas num indivíduo, mas numa “posição”, num lugar de onde se fala. E o jornal não é um “instrumento” qualquer de fala. Ele é produto da “balbúrdia” engendrada por sujeitos (e por ele próprio, que não deixa de ser um sujeito, através da “mão” dos profissionais que atuam nas redações, da linha editorial...), durante o exercício de suas subjetividades. De mais a mais, enquanto empresa (que é no que acaba se configurando – como se verá adiante – a partir dos anos 80) ela “é o *sujeito*, e não mais o jornal” (TASCHNER, 1992, p. 67).

Dito isso, segue-se direto para a década de 1940. Naquele tempo, Santa Cruz do Sul é ainda um município, essencialmente, rural. A população, no início deste decênio, é de pouco mais de 55 mil habitantes, sendo que a maioria reside no campo (48.936 ou 88,9% da população)⁵⁴. Quanto a alguns dos demais municípios do Vale do Rio Pardo, eles sequer existiam no mapa. A divisão municipal do território gaúcho era completamente diferente⁵⁵.

⁵⁴Este dado é de Wink (2000) e foi extraído do Censo Demográfico de 1940. Segundo informações da Fundação de Economia e Estatística do estado do Rio Grande do Sul (FEE), em 2010, a população total soma 118.287 habitantes.

⁵⁵De acordo com informações do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, o Estado era fracionado, até 1959, em apenas 152 municípios (ATLAS, 2010).

Na hoje chamada Capital do Fumo⁵⁶, como descreve uma edição comemorativa aos 60 anos do jornal *Gazeta do Sul* (GAZETA DO SUL, 2005), poucas ruas (nenhuma delas calçada), um fluxo intenso de carroças, um único táxi - serviço feito pelo imponente Ford 29 -, quatro fábricas de cigarros e poucas casas comerciais instaladas na quadra central da cidade.

Em que pese o fato desta ser uma informação que sofreu todas as interferências do discurso jornalístico, a realidade não foge muito deste perfil. Santa Cruz do Sul recém havia passado a denominar-se desta forma - isso ocorreu por meio do Decreto Lei nº 720 de 29 de dezembro de 1944 (WINK, 2000) –, todavia, passava por um flamejante processo de urbanização. Como o setor fumageiro atravessava uma grave crise, desencadeada no período pós-guerra por conta da diminuição das exportações para países europeus, o êxodo rural, como resultado, aumentou.

Também a zona urbana recebeu forte fluxo migratório vindo do interior do município, causado por problemas como a instabilidade dos preços agrícolas, a parcelização das propriedades e a forte atração exercida pela instalação e desenvolvimento das indústrias na cidade, sendo esta situação potencializada sobremaneira nos anos 40 quando a população urbana cresceu em um ritmo de 9,9% ao ano (Godinho, 1980, p. 5). Neste período a industrialização na sede municipal teve o importante papel de estancar parcialmente as migrações para outras localidades, viabilizando a absorção de grande parte da mão-de-obra (sic) excedente na zona rural, acentuando o fluxo rural-urbano, num processo que de acordo com Silveira (2007, p. 60), deu início a proletarização dos filhos dos pequenos proprietários agrícolas que, na cidade, passaram a operários assalariados. (WINK, 2000, p. 167).

Enquanto parte do mundo estremecia com as explosões atômicas e na Alemanha eram enterradas as últimas vítimas da II Guerra Mundial⁵⁷, na região colonizada, majoritariamente, por descendentes alemães o clima era de paz, instabilidade econômica⁵⁸, mas também de euforia, já que foi em 26 de janeiro de 1945 que nasceu a *Gazeta do Sul*. Antes disso, (fim do século

⁵⁶Santa Cruz do Sul carrega o título de Capital do Fumo porque, afora o fato do principal estímulo econômico vir da cultura do tabaco, o município sedia as principais indústrias de fumo do Brasil (Universal Leaf Tabacos, Philip Morris e Souza Cruz). O maior complexo de beneficiamento de fumo em folha do mundo, pertencente à Souza Cruz, também está lá instalado.

⁵⁷A Alemanha encerrou sua participação na II Guerra Mundial em maio de 1945.

⁵⁸O período pós-1945 é marcado por um certo revés econômico porque o mercado internacional – sobretudo, o da Europa -, comprador do tabaco produzido na região, ainda estava sob os efeitos da II Guerra Mundial (como se viu acima) e com isso terminou por diminuir sua demanda pelo produto. Houve também a abertura dos mercados dos países europeus para o fumo norte-americano como contrapartida dos recursos adquiridos dos Estados Unidos, via Plano Marshal. “Diante dessa instabilidade conjuntural da economia tanto mundial como nacional, e também da prevalência de uma ainda baixa qualidade do tabaco produzido na região, a produção de fumo regional acabava tendo sua dinâmica de desenvolvimento ditada especialmente pelo comportamento do mercado interno nacional” (SILVEIRA, 2007, p. 222).

XIX), porém, há muito, uma outra publicação abastecia a comunidade de Santa Cruz do Sul dos relatos julgados significativos e interessantes.

O município nem mesmo tinha esse *status*⁵⁹. Era a então Vila de São João de Santa Cruz e ficava a quatro léguas de distância de Rio Pardo quando ganhou sua imprensa própria – uma necessidade premente na ótica de seus idealizadores⁶⁰ e que está em plena confluência com o processo de desenvolvimento do jornalismo, que ascende durante o século XIX em tautocronia com o capitalismo, a industrialização, a urbanização, o acesso à educação, entre outros fenômenos (TRAQUINA, 1993). O resultado foi exitoso e em 1º de janeiro de 1891, o *Kolonie* circula pela primeira vez.

Era (sic) quatro páginas recheadas de uma pauta variada e atrativa para as necessidades de uma colônia que ainda padecia com um isolamento em relação aos centros mais urbanizados. Entre os destaques noticiosos, o editorial de apresentação do veículo, novidades, notícias locais, literatura e piadas. Nenhuma notícia, propaganda ou recado foram redigidos em Língua Portuguesa. Utilizava-se na totalidade, nesta primeira edição, apenas o idioma alemão. Não havia capa e a diagramação estava baseada em três colunas. A redação utilizava fonte em estilo gótico. (FILTER, 2003, p. 29).

Fora o passo inicial de uma trajetória de mais de meio século marcada por glórias e turbulências. Durante a I Guerra Mundial (1914 – 1918), o veículo editado por José Ernesto Riedl muda, temporariamente (15 de fevereiro de 1918 a 27 de junho de 1919), de nome, passando a chamar-se *Gazeta de Santa Cruz* e é obrigado a abandonar o *deutsch*⁶¹. O momento é de vinculação político-partidária – “Abaixo do nome do veículo, o seguinte complemento: *órgão do Partido Republicano* [grifo do autor]” (FILTER, 2003, p. 56) – e exaltação nacionalista.

O jornalismo desse passado distante representa muito mais que as peripécias da colônia, mas de toda uma sociedade. Tem fins pedagógicos e de formação política. Marcondes Filho (2000, p. 11) referenda: “É a época de ebulição do jornalismo político-literário, em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância de programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as idéias (sic)”. Na opinião de Fonseca (2005),

⁵⁹Santa Cruz do Sul era considerada colônia e veio a emancipar-se somente em 1905.

⁶⁰Filter (2003) cita que na ata original da reunião que discutiu a fundação de um jornal para a colônia constam os nomes de Carlos Trein Filho, Adão Jost, Henrique Schütz, Henrique Kessler, Abraão Tatsch, Felipe Heuser, Arthur Hemsdorf e Bernardo Kirsche.

⁶¹Alemão em português.

no Brasil, a adesão às causas e projetos políticos é muito mais uma contingência do seu estágio pré-capitalista do que uma especificidade do jornalismo daquele período.

O *Kolonie*, mesmo muito próximo e querido pelos seus leitores⁶² e já engajado num jornalismo mais mercadológico, que passa a dar importância à publicidade e preocupar-se com a saúde financeira da empresa (MARCONDES FILHO, 2000) não resiste à campanha nacionalista, instaurada durante o Estado Novo (1937 – 1945), de Getúlio Vargas, que vetava a prática do idioma alemão, em particular nos ambientes escolares e na imprensa. Em 29 de agosto de 1941 dá seu suspiro derradeiro.

Santa Cruz do Sul ficou por quase três anos emudecida, calada – sob o prisma da imprensa. Não parou de crescer. O município ensaiava seus primeiros passos para o saneamento básico e para a pavimentação das ruas centrais. A Praça Getúlio Vargas, instalada no coração da cidade, ganhava uma edificação que até os dias de hoje emoldura o local: as obras de um quiosque iam a todo vapor (GAZETA DO SUL, 2005). Contudo, faltava algo ou “alguém” que pudesse “contar sua própria história”⁶³ (GAZETA DO SUL, 2005).

Esta não é uma característica exclusiva da região. Como assinala Ortiz (2001), a indústria cultural brasileira como um todo é muito precária no período. Acompanha as transformações estruturais por que passa a sociedade brasileira. Isso significa que a racionalidade capitalista ainda não estava a todo vapor e que o jornalismo do interior ainda não havia sido descoberto como aproximador de jornalistas e público receptor, isto é, da “prática diária dos desejos e reais necessidades da população” (VIEIRA, 2002, p. 122).

Não demorou para que uma fagulha deste “sentimento” despertasse entre alguns santacruzenses que, em 1943, liderados por Francisco José Frantz, fundaram a Editora Santa Cruz, cuja finalidade primordial era lançar um jornal. O objetivo concretiza-se dois anos mais tarde, quando circula a edição número um da *Gazeta de Santa Cruz*, como, primeiramente, foi

⁶²O fato de ser veiculado em alemão e trazer notícias da Alemanha e, mais tarde – nos anos de 1920, com o aprimoramento do aparato técnico – de Santa Cruz do Sul e região em maior número gerou uma enorme aproximação do jornal com a comunidade. Filter (2003, p. 59) traz o relato de um leitor que confirma essa relação quase que de afetividade. Morador de Monte Alverne, o senhor de 88 anos conta que recebia a publicação (isso na década de 30) com grande ansiedade (a periodicidade do *Kolonie* era semanal). Tinha curiosidade para saber das novidades.

⁶³Não é demais sublinhar que este olhar traz consigo o engajamento do veículo para com a causa, que é a de valorização da imprensa.

batizada. O exemplar era vendido por Cr\$ 0,40 (quarenta centavos de cruzeiro), tinha dez páginas, nenhuma foto e dezenas de anúncios. As matérias falavam sobre a fundação de Santa Cruz do Sul e do jornal, sobre a indústria, o comércio e a agricultura locais (GAZETA DO SUL, 2005).

No primeiro ano circulava uma vez por semana, passando, em seguida, a ser bissemanário. Em 1953, já são três edições que começam a chegar semanalmente às bancas e à casa dos assinantes. Medina (1988) credita essa expansão – de forma genérica, sem cingir-se à *Gazeta do Sul* - a dois fatores sócio-históricos: urbanização e industrialização. Para a autora a afirmação dos veículos enquanto empresa jornalística requer o “surgimento de populações urbanas e com algum poder aquisitivo” (MEDINA, 1988, p. 47). Precisamente, é no fim dos anos 50 e início da década de 60 que a indústria fumageira, principalmente dos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, consolida-se, passando, gradativamente, às mãos do capital estrangeiro e demandando de mais trabalhadores (situação que influenciou na dinâmica migratória da região – como se poderá constatar a seguir).

Na esteira de transformações, 1955 fica marcado pela estruturação de uma oficina própria⁶⁴ e, 1957, pela troca do nome, que passa a ser *Gazeta do Sul*. Mudança que não se deu por acaso. O histórico do jornal sanciona: tratava-se de “uma nova estratégia, voltada a regionalizar a cobertura jornalística” (MÜLLER, 2009, p. 12). Por detrás desse movimento, há, na realidade, uma nítida preocupação da publicação em acompanhar as dinâmicas mercadológicas. A comunicação local, cuja particularidade é a proximidade, era mais do que necessária para manter viva a empresa jornalística. Tornou-se um diferencial inescusável e progrediu de tal forma que, atualmente, os jornais impressos na capital foram jogados para o segundo plano da leitura (VIEIRA, 2002). Para, minimamente, reduzir o impacto produzido por esses veículos, os grandes jornais foram obrigados a instituir cadernos regionais – como é o caso do caderno *Cidades*, da *Zero Hora*⁶⁵.

⁶⁴Até aquele momento a publicação era impressa na tipografia de Aloísio Rech.

⁶⁵*Zero Hora* foi o primeiro jornal do Grupo RBS. Ele foi criado a partir de *Última Hora*, de Samuel Weiner, proibido de circular com o Golpe de 1964. “Adquirido por Ary de Carvalho, mudou de nome, captou sócios e foi para a rua. Em 1970, o jornal passou para o controle majoritário da família Sirotsky, momento em que o grupo tornou-se a Rede Brasil Sul de Telecomunicações, e iniciou a expansão multimídia para o interior do estado. Hoje, o grupo RBS é o maior complexo multimídia do sul do país. Possui, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, sete jornais, 24 estações de rádio AM e FM – boa parte reunidas em três redes -, dois portais de internet, 17 emissoras de televisão afiliadas à Rede Globo, duas emissoras locais denominadas comunitárias e um canal veiculado nacionalmente voltado para o segmento rural” (FELIPPI, 2006, p. 17).

Durante as décadas de 70 e 80, a *Gazeta do Sul* segue seu percurso desenvolvimentista, tanto do ponto de vista tecnológico, editorial e organizacional. Foi em 1972 que se submeteu a uma de suas mais radicais alterações. De *standard* o formato adotado passa a ser tabloide (vigente até os dias de hoje). Em 1977, o parque gráfico recebe uma rotativa de quatro unidades. Dez anos depois, a linotipia é substituída pela composição eletrônica e em 1988, o jornal passa a circular cinco vezes por semana. Até essa data, o trabalho inteiro na redação era quase artesanal - a plataforma informatizada foi instalada em 1995 (MAZUI, 2009).

É nas décadas de 70 e 80 que a paisagem comunicacional de Santa Cruz do Sul (e da região – conforme a tabela abaixo) também passa por uma profunda metamorfose. Até aí, apenas a *Rádio Santa Cruz*⁶⁶ ameaçou a soberania da *Gazeta*⁶⁷ no município. O *Riovale Jornal* (na época, semanário) é lançado em 1976. Nunca chegou a intimidá-la, já que ateuve a sua circulação à Santa Cruz do Sul e a periodicidade⁶⁸ e tiragem⁶⁹, igualmente, restritas. Outros títulos surgiram no decurso destes anos, mas os únicos que ainda “respiram” são o *Riovale Jornal* (trissemanário), *Diário Regional* (diário), fundado em 5 de dezembro de 2009, vinculado à *Rádio Santa Cruz*, e *O Estado Gaúcho* (sem periodicidade definida).

Ainda no município polo⁷⁰ do Vale do Rio Pardo, *Rádio Gazeta AM* (1980) e *Rádio Gazeta FM* (1983) aportam para compor o coreto jornalístico. A *RBS TV Santa Cruz* ou *RBS TV dos Vales*, do *Grupo Rede Brasil Sul de Comunicação* (RBS), afiliado à Rede Globo, veio bem mais tarde. Foi inaugurada em 20 de setembro de 1988 e resulta de um período de efervescência da televisão gaúcha, patrocinado, especialmente, pelo Estado⁷¹ (JACKS E CAPPARELLI, 2006).

Nos demais municípios da região, a imprensa – quando, na melhor das hipóteses, há um veículo próprio – ele é rudimentar ou um “braço” da *Gazeta do Sul*, como é o caso da *Gazeta*

⁶⁶A *Rádio Santa Cruz* deu início às suas transmissões no dia 7 de abril de 1956. Instalada pela Rede das Emissoras Reunidas Rádio Cultura Ltda., cujo proprietário era Arnaldo Ballvé, ela é, igualmente, pioneira em radiodifusão regional.

⁶⁷A partir daqui, vai se utilizar, esporadicamente, o termo *Gazeta* – como também o jornal é conhecido na região – no sentido de indicar *Gazeta do Sul*.

⁶⁸O *Riovale Jornal* circula apenas nas terças, quintas-feiras e sábados (a mudança de periodicidade se deu em 2010).

⁶⁹A tiragem do veículo é de dois mil exemplares/edição. Informações de Dreher (2010).

⁷⁰Santa Cruz do Sul pode ser considerado município polo do Vale do Rio Pardo por suas dimensões territoriais, populacionais, econômicas, entre outros fatores.

⁷¹Hoje, Santa Cruz do Sul sedia ainda a *Rádio Comunitária* (FM) 105.9, cuja concessão pertence à Associação Cultural de Integração Comunitária de Santa Cruz do Sul (ACICOM), uma sucursal da *TV Pampa*, a *Unisc TV* (a cabo) e outros dois canais fechados (a cabo).

da Serra, jornal que atinge os municípios de Sobradinho (sede), Arroio do Tigre, Segredo, Ibarama, Lagoão, Tunas, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete e Estrela Velha (além de Salto do Jacuí, Jacuizinho e Barros Cassal, que não pertencem ao Vale do Rio Pardo). A tabela abaixo traça um panorama regional dos jornais existentes nos municípios que compunham o Vale do Rio Pardo⁷² na década de 1980.

Tabela 1 - Panorama dos jornais do Vale do Rio Pardo nos anos de 1980

MUNICÍPIO	NOME DO JORNAL	DATA DE FUNDAÇÃO
Arroio do Tigre	-	-
Boqueirão do Leão	- <i>O Boqueirão</i>	12/04/2002
Candelária	- <i>Folha de Candelária</i> - <i>Jornal de Candelária</i>	10/03/1986 03/04/1997
Encruzilhada do Sul	- <i>Jornal do Sudeste</i> - <i>Jornal 19 de Julho</i> - <i>Correio Popular</i>	21/06/1953 22/05/1991 31/03/2005
Ibarama	-	-
Lagoão	-	-
Pantano Grande	- <i>Tribuna Regional</i> - <i>Destak</i>	26/03/2007 27/03/2009
Rio Pardo	- <i>Jornal de Rio Pardo</i> - <i>Jornal Fato</i>	03/07/1976 23/03/2009
Santa Cruz do Sul	- <i>Gazeta do Sul</i> - <i>Riovale Jornal</i> - <i>Diário Regional</i> - <i>O Estado Gaúcho</i>	26/01/1945 22/09/1976 24/11/2009 1974
Segredo	-	-
Sobradinho	<i>Paladino Serrano</i> que, posteriormente, foi vendido para a <i>Gazeta Grupo de Comunicações</i> e passou a chamar-se <i>Gazeta da Serra</i>	1975
Tunas	-	-
Venâncio Aires	<i>Folha do Mate</i>	06/10/1972
Vera Cruz	- <i>Arauto Comunitário</i> - <i>Novo Tempo</i>	24/09/1986 2005

Fonte: FINKLER (2011).

Com as emancipações, na década de 1990 (grande maioria), novos jornais foram abertos – *Folha Vale do Sol* (Vale do Sol), *Tribuna Popular* (Sinimbu) e *Gazeta Popular* (Passo do Sobrado) são alguns exemplos – e o jornalismo da região renovou, mais uma vez, seu fôlego. Em meio a tudo isso, a *Gazeta do Sul* seguia com os olhos fixos no futuro. Acenava que estava disposta a encarar o jornalismo ainda mais competitivo que lhe reservavam os próximos dias.

⁷²É válido lembrar que o Vale do Rio Pardo na década de 1980 era constituído pelos seguintes municípios: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Ibarama, Lagoão, Pantano Grande, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sobradinho, Tunas, Venâncio Aires e Vera Cruz. A partir dos anos de 1990, a região passou por um intenso processo emancipatório e originou novos municípios que formam o atual COREDE do Vale do Rio Pardo.

O *Jornal do Vale do Rio Pardo*, que é como a publicação se vendia nos anos 80, publicava notícias em âmbito estadual e nacional apenas na editoria de *Política*, e isso em situações em que havia um certo atrelamento ao município/região ou nas eleições. Mas já no final da década de 80, o veículo consegue suprir essa lacuna, chancelada pelo material fornecido por uma agência de notícias⁷³. Os acontecimentos estaduais, nacionais e internacionais passaram a ter eco nas páginas da *Gazeta*. Era a estreia da editoria *País/Mundo* e dos cadernos comerciais.

A publicação, na década de 1980, era toda preta e branca. Contava com cerca de vinte páginas (número que oscilava quando cadernos específicos eram anexados ao jornal). Apurou-se através da pesquisa exploratória que as principais editorias eram *Local*, *Geral*, *Política*, *Rural*, *Regional*, *Polícia*, *Esportes* e *Social*. Esporadicamente, também ganhavam espaço *Economia*, *Saúde*, *Educação* e *Cultura*. Entre as colunas, destacavam-se a do *Ike*⁷⁴ (que retrata os acontecimentos sociais da região), *Canto de Página* e *Preguinho* (ambas de cunho político e assinadas por Guido Kuhn⁷⁵; a segunda, para ser exata, trazia notícias da Câmara de Vereadores). *Tribuna Livre* era uma página (ou parte dela) destinada à opinião (artigos e cartas).

Mesmo que ainda não estivesse imbuída da versão selvagem do capitalismo (que chegaria um pouco depois na imprensa distante dos principais centros urbanos) várias páginas de classificados, indicadores profissionais (isto é, pequenos anúncios de profissionais da área da saúde, direito...), calhaus⁷⁶ (que, com maior frequência, estimulavam o anúncio nos classificados da publicação) e muitos – quase sempre mais do que um por página - anúncios já estavam lá, “adornando” as páginas da *Gazeta do Sul*. Tendo em vista o peso da publicidade na linha editorial dos veículos, deduz-se que a *Gazeta* tenha sido “pensada” nos quadros de um sistema alicerçado no comércio (localizou-se anúncios de supermercados, lojas dos mais variados segmentos, imobiliárias...), indústria (são fartos os anúncios de marcas de

⁷³Segundo entrevista concedida à autora desta dissertação, no dia 13 de maio de 2010, pelo diretor-secretário da *Gazeta do Sul*, Romeu Neumann, o jornal passou a contar, a partir de 1988, com o serviço da agência de notícias do *Jornal do Brasil*, a *JB*.

⁷⁴Desde 28 de setembro de 1979 que o *Jornal do Ike* (como é intitulada a coluna) é produzida por Luiz Henrique Kühn na *Gazeta do Sul*.

⁷⁵Guido Kuhn começou a trabalhar na *Gazeta do Sul* em 1965. Ocupou diversas funções no jornal, entre elas a de editor-chefe. Nos últimos tempos, assinava uma coluna na publicação. Manteve-se afastado por alguns períodos durante essa trajetória, realizando outros trabalhos. Morreu em 30 de maio de 2010.

⁷⁶Calhau, no jargão jornalístico, designa anúncios do próprio jornal para cobrir espaços não utilizados nas páginas. Serve para substituir anúncios que tenham “caído” de última hora.

cigarro, para ficar num exemplo), serviços (bancos), governos (de órgãos vinculados às esferas municipal, estadual e federal), cooperativas e – mesmo em menor número – sindicatos. Superficialmente, este é um dado que revela o que Taschner (1992, p. 71) desvendou na sua análise sobre a *Folha de São Paulo*: numa miscelânea de princípios ideológicos, a preocupação com a defesa do “interesse público”, da imparcialidade e da autonomia em relação a partidos não faz distinção a nenhum setor de classe em especial. “Mas não é indiferente em relação à existência de uma estrutura de classes e não tem a menor intenção de removê-la”. Nos recônditos, a publicidade pode ter sido decisiva no discurso da *Gazeta do Sul* (isso se verá mais adiante, no último capítulo), particularmente, quando em jogo estavam relações ancoradas no tripé capital-trabalho-imprensa.

Retomando os referenciais cronológicos, em 1990, é que acontece, de fato, o “boom” tecnológico da *Gazeta do Sul*. Aumenta o número de edições (a de segunda-feira é incorporada). Em 1996, a cor é introduzida na capa, contracapa, páginas centrais e especiais. A equipe de funcionários, em decorrência do volume de trabalho, igualmente, é ampliada (MAZUI, 2009).

À luz do que dispõe Marcondes Filho (2000) é aí que a *Gazeta* ingressa na idade da “indústria da consciência dos robôs” - quarto e último jornalismo -, processo este que no Brasil iniciou ainda na década de 70. O advento de uma sociedade moderna reconfigura a relação entre a esfera de bens restritos e a de bens ampliados. A lógica dominante, afirma Ortiz (2001), é comercial e é ela que vai determinar o espaço a ser conferido às outras formas de manifestação cultural.

Paulatinamente, a publicação embarcou nessa onda tecnológica e adequou-se, ao longo do tempo, à nova constituição do capital. Discursivamente, os rumos tomados são análogos. O periódico trabalha como as demais empresas de comunicação: procura se autointitular semeador de valores, comprometido com a liberdade de expressão e com a comunidade. O diretor-secretário da *Gazeta do Sul*, Romeu Neumann, inclusive, arrola as campanhas pela construção de estradas (a RSC 471, que tem como proposta atravessar o Rio Grande do Sul de norte a sul), dentre as dezenas que o periódico encampou.

Mas é ao tomar consciência da materialidade e do silêncio das palavras que estão enclausuradas no discurso que a publicação faz de si mesma que se apanha a real dimensão de

que “sujeito” essa *Gazeta do Sul* dizia ser. Um breve passeio nos arquivos coletados para esta pesquisa mostra.

Gazeta do Sul torna-se órgão oficial da Justiça⁷⁷

Esta medida significa que a *Gazeta do Sul* passará a funcionar como **verdadeiro órgão oficial do Poder Judiciário**, com as publicações produzindo todos os efeitos legais e dispensando, conseqüentemente, que as intimações cíveis sejam feitas individualmente aos procuradores das partes.

(Título e trecho da mesma notícia - *Gazeta do Sul*, 10 set. 1983).

Mais amigo do que chefe

Um dia – era dezembro de 1976 – seu Frantz, “**nosso amado diretor**” (assim o chamávamos carinhosamente), convocou-me ao seu gabinete para uma conversa diferente da que habitualmente mantínhamos. “Como prêmio por teu trabalho, será o diretor do jornal a partir do dia 1º de janeiro”, disse-me sem rodeios.

(Título e trecho do depoimento de Guido Ernani Kuhn - *Gazeta do Sul* – Suplemento Especial 40 Anos – Santa Cruz do Sul, 26 jan. 1985).

Recordação de 20 anos de Gazeta

Quem mais ativa e assiduamente comparecia na “cozinha” (nome que se dá ao conjunto redatorial) era o então **dinâmico e atuante Francisco José Frantz**, secretário da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul. Tratava-se de uma **personalidade forte e decidida, envolvido em todos os grandes projetos da comunidade e defensor incansável dos interesses das classes conservadoras** que na época vinham dando o maior impulso às atividades econômicas do Brasil. Com as campanhas então desenvolvidas pela Associação Comercial, **o jornal tornou-se uma espécie de porta-voz natural e obrigatório da coletividade santacruzense** (sic) e **muitas iniciativas vitoriosas daquela época tiveram o impulso inicial nos sólidos projetos lançados pelo incipiente órgão de imprensa.**

(Título e trecho do depoimento de Mário A. Assmann, que foi redator e secretário por quase 20 anos no jornal - *Gazeta do Sul* – Suplemento Especial 40 Anos – Santa Cruz do Sul, 26 jan. 1985).

Durante 18 anos eu vi na **Gazeta a história de Santa Cruz se fazendo**

TESTEMUNHA DA HISTÓRIA

[...] **carro-chefe da imprensa local e regional, a refletir e a formar a opinião pública.**

JORNAL LIDERANDO OPINIÃO PÚBLICA

[...] **sempre liderou todas as campanhas comunitárias, valendo-se da sua força incontestante perante a opinião pública.**

Do esporte às campanhas comunitárias, de tudo a gente participava na Gazeta.

APOIO CORRESPONDIDO

Quase tudo que a GAZETA apoiava dava certo, principalmente as **grandes campanhas, como a da conscientização ecológica “salvamos o Rio Pardinho”, lançada pelo sr. Frantz, a campanha dos telefones automáticos, da construção do Hotel Charrua, das três festas nacionais do Fumo** (das três, fui Presidente da Comissão de Divulgação e, na de 1972, junto com o Ernani Aloísio e o Guido [Kuhn], **demos um verdadeiro banho de divulgação de Santa Cruz, na maior cobertura até hoje realizada nesta terra).**

A tudo a gente, como jornalista da GAZETA, assistia e em geral participava dos acontecimentos locais e regionais, ajudando a fazer história. **Por isso, a história da GAZETA é a própria história de Santa Cruz do Sul.**

(Trecho do depoimento de Lúcio Michels, que foi redator por 18 anos no jornal - *Gazeta do Sul* – Suplemento Especial 40 Anos – Santa Cruz do Sul, 26 jan. 1985).

⁷⁷A partir daqui as palavras grifadas em negrito servirão para chamar a atenção para alguns termos/expressões que reiteram aquilo que se pretende confirmar. Todos os destaques são de responsabilidade da autora desta dissertação.

Sempre preocupada com os problemas de nossa gente, a *Gazeta* no período que estamos recapitulando **empreendeu diversas campanhas que visavam melhorar a infra-estrutura** (sic) ainda deficiente do município, em prol de um desenvolvimento realmente pleno e coerente.

(Trecho da notícia *Gazeta, sempre um apelo à participação comunitária* - *Gazeta do Sul* – Suplemento Especial 40 Anos – Santa Cruz do Sul, 26 jan. 1985).

A Gazeta do Sul é um orgulho para todos nós

[...] **um jornal dinâmico, coerente e que vem pautando sua linha de conduta pela isenção**. Com este trabalho tornou-se um dos mais destacados jornais do Estado, transformando-se no veículo principal, porta-voz dos anseios não apenas da comunidade santa-cruzense, mas, também de toda a região.

[...] **maior veículo de informação da região e do interior do Estado**, o que, sem dúvida é um fator de orgulho para todos nós que nos habituamos a tê-la como um meio eficaz de receber e transmitir mensagens.

(Trecho da notícia *Santa Cruz do Sul faz sua história ao lado da Gazeta*. - *Gazeta do Sul* – Suplemento Especial 40 Anos – Santa Cruz do Sul, 26 jan. 1985).⁷⁸

Ainda que quase todos os trechos destacados (com exceção do primeiro) façam parte de um caderno comemorativo aos 40 anos da publicação, eles seguem sendo fragmentos jornalísticos. Deveriam ser... Mas nestes exemplos a *Gazeta do Sul* blefa com as “cláusulas” jornalísticas (sobretudo, a imparcialidade) e capitula para um discurso descompromissado. Descompromissado com os “outros”, ou com alguns setores da sociedade (não são as *classes conservadoras*, como se verá na sequência), e comprometido – e muito – consigo mesma.

Chega a ser narcísica, egocêntrica (os adjetivos comprovam) a forma como o veículo se autorreferenciou. Não satisfeita em ser escolhida como *órgão oficial de Justiça*, ela é a *verdadeira* (as “outras” não o são - se é que alguma chegou a prestar esse serviço). Ela é o *carro-chefe*, a *comprometida com a comunidade*, a *coerente*, a *isenta*, entre outras “virtudes”. Embora constitutivo da vida social contemporânea, tal dimensão representa um jogo de cumplicidade com o leitor e, fundamentalmente, uma tendência comum (seja ela consciente ou não) de sujeitos que estão em situação de disputa na sociedade global/midiática.

Não só ela como também seu fundador são ovacionados. Francisco José Frantz⁷⁹ é reverenciado nas páginas do jornal como aquele, como cita Minuzzi (2002, p. 134), “‘intelectual’, homem das letras, dono de vasta cultura”. Ou o amigo *mais do que chefe*, a *personalidade forte e decidida*, que está envolvida *em todos os grandes projetos da comunidade e defensor incansável dos interesses das classes conservadoras*. Aqui já há uma

⁷⁸Os fragmentos analisados nesta parte da pesquisa não foram inclusos na contagem do *corpus* (isto é, nas 108 unidades noticiosas que serão avaliadas sob o critério dos sentidos e das vozes). Eles foram reproduzidos apenas no intuito de ilustrar o discurso que a *Gazeta do Sul* veiculava sobre si mesma.

⁷⁹Hoje, Francisco José Frantz dá nome, inclusive, a uma casa de cultura, instalada na antiga estação férrea do município de Santa Cruz do Sul.

espécie de confissão da postura do jornal (isso de forma genérica e não no que tange ao movimento grevista). Se Frantz costumava agir assim é provável que esse posicionamento tenha refletido no discurso do jornal, dada a sua proximidade com a publicação.

Tem sido com esta política editorial – insuflada, diga-se de passagem, pela concorrência que outros veículos lhe impuseram com mais intensidade a partir da década de 70 e pelo modo com que a publicação trabalha e trabalhou em torno das figuras que lhe deram origem - que a *Gazeta do Sul* cria e mantém um discurso homogeneizador não apenas da identidade cultural santa-cruzeira, como dos atores e episódios que permeiam o espaço público. Por isso, a importância de contextualizá-la historicamente, haja vista que as condições de trabalho agem diretamente no conteúdo, formato e tratamento da notícia (TRAQUINA, 1993).

3.3 Na redação: mãos à obra

Nestes mais de 65 anos de atividade, a *Gazeta do Sul* sempre esteve instalada na Rua Ramiro Barcelos. Hoje, seu complexo ocupa, praticamente, toda a extensão das quadras entre a Tenente Coronel Brito e a Venâncio Aires (ruas centrais de Santa Cruz do Sul). A dimensão física é só mais um – dos muitos – detalhes que sofreram a ação do tempo, nessa história quase septuagenária.

Para quem chega na redação do jornal atualmente depara-se com um amplo espaço dividido em ilhas (cada uma delas representa uma editoria). Há ainda uma sala menor com paredes de vidro – que permitem uma visão profusa do local -, que abriga o diretor-secretário⁸⁰ (cargo ocupado por Romeu Inácio Neumann). Lembra, inclusive, o modelo panóptico⁸¹, de Foucault (1996). Sobre cada mesa, silenciosos e poderosos computadores Macintosh (são 28, no total), fabricados pela norte-americana Aple. E atrás deles, homens!

⁸⁰Significa que ele é o editor geral do jornal.

⁸¹O Panóptico se configura num dispositivo carcerário disciplinar importante na medida em que reveste o método prisional de novos atributos. Seu formato arquitetônico – no qual você é visto, mas nunca vê -, é objeto de uma informação, jamais ator ativo dela – cria no detento um estado permanente de vigilância. Ou seja, não é preciso que guardas estejam fortemente armados a sua espreita. O projeto panóptico promove no sujeito uma consciência automática de controle. Trata-se de uma forma fantástica de exercer o poder sobre o outro, cujo efeito é padrão. A sociedade contemporânea estendeu a matriz panóptica para várias esferas. A educação é um clássico exemplo. A sala de aula reproduz o modelo de poder exercido pela estrutura panóptica. A redação de grande parte dos veículos de comunicação (jornal, TV, rádio...), em que o editor-chefe ocupa um espaço em que pode ver a todos, mas que nem todos podem vê-lo, também segue a mesma linha. Esta última ideia é também desenvolvida por Piccinin (2006).

Os jornalistas: repórteres, editores, diagramadores... Ao todo, 29 profissionais⁸² se empenham – apenas na redação do impresso - para fazer com que o jornal circule no dia seguinte. Cada um com a sua função específica. A jornada de trabalho, oficialmente, é de trinta horas semanais. Mas são raras as ocasiões que essa carga horária não é excedida, por conta do volume de trabalho. Às vezes, passa da meia noite (quando há eventos esportivos, especialmente) até que a última página, depois de passar pelos olhos atentos do revisor e/ou do editor, “desça” para a impressão⁸³. Lá – no parque gráfico – as rotativas *offset*⁸⁴ estão com os motores aquecidos para, em poucas horas, finalizar o processo de produção. Antes da impressão, a publicação ainda dá uma passada rápida pelo arte-finalista, que coloca os anúncios na página.

Como recomenda o estudo de Fonseca (2005, p. 194), que é dirigido para o jornal *Zero Hora*, mas abre lacunas para que seja pensado numa circunferência midiática maior, a estruturação da *Gazeta do Sul* no período atual segue nitidamente uma racionalidade fordista.

Para isso, parte-se de uma caracterização geral do fordismo como forma de organização da produção: divisão horizontal do trabalho (cada trabalhador ocupa um posto na linha de montagem); divisão vertical do trabalho (hierarquização); fragmentação do trabalho (cada trabalhador é responsável por apenas uma pequena etapa do processo de produção); especialização do trabalho (cada trabalhador torna-se um especialista na sua tarefa específica); padronização de métodos (simplificação) e equipamentos (possibilidade de produção e ajustamento de reposição em larga escala); pela disponibilidade de mão-de-obra (*sic*) (a simplificação das tarefas amplia a reserva de trabalhadores); jornada fixa de trabalho; e salários relativamente maiores (como forma de incrementar o consumo).

Na sua tese, a autora trabalha com a hipótese de que a imprensa já tenha atravessado essa conjuntura e passado a ser expressão da era pós-fordista: flexível e segmentada. Fato que parece coincidir em alguns pontos com a forma de produção e as características do veículo em

⁸²Segundo Neumann (2010), a redação abrange um diretor geral, uma chefe de redação, um subchefe de redação, um revisor, quatro editores, onze repórteres, quatro diagramadores, dois auxiliares de redação (responsáveis pelo banco de imagens), uma recepcionista, um chargista/ilustrador, um colunista social e mais a sua assessora. Os fotógrafos (são cinco no total) são prestadores de serviços. Além disso, o jornal conta com cinco colunistas – remunerados.

⁸³O fechamento da edição, normalmente, acontece às 22 horas. Informações de Neumann (2010).

⁸⁴A impressão *offset* foi desenvolvida no fim do século XVII e popularizada no século XX, no Brasil. Trata-se de um processo de impressão indireta, isto é, a imagem não é impressa diretamente no material (papel, por exemplo). Uma chapa metálica é preparada para ser fotossensível. Posteriormente, ela é presa a um cilindro, que vai rolar por um outro menor que contém a tinta. A tinta vai “colar” na imagem, enquanto o restante fica em “branco”. Um cilindro com uma blanqueta de borracha rola em cima do primeiro cilindro (com a chapa já pintada). A blanqueta vai absorver melhor a tinta além de proporcionar uma melhor fricção ao papel. Feito isso, a imagem será impressa na blanqueta. O papel passa entre o cilindro com a blanqueta e um outro cilindro, que vai fazer pressão. Assim, a imagem é transferida da blanqueta para o papel. Este método tornou-se mais utilizado na impressão de grandes tiragens (a partir de 1.000).

análise. A partir de 1980, a *Gazeta* dá início a um agudo processo de concentração de propriedade. Tornou-se grupo⁸⁵, passou a compartilhar os conteúdos entre seus veículos, criar cadernos para atender à segmentação do público (como, por exemplo, o *Fim de Semana Gazeta* – variedades - e o *Caderno Rural*, ambos de 1984/1985; e os mais recentes *Q?*, voltado para jovens e adolescentes, e o *Construção & Decoração*, que aborda temas relacionados à arquitetura e decoração), ou seja, o preceito era acatar as aspirações do capitalismo tardio: aceleração e compressão do tempo-espaço; enxugamento de custos com a mão de obra humana e com o próprio sistema produtivo e ampliação da capacidade comercial (FONSECA, 2005).

Naturalmente, a mutação do produto midiático para mercadoria recompôs muito mais do que as formas anatômicas das rotinas produtivas da notícia. O avanço tecnológico melhorou os métodos de impressão e distribuição, mas também – como previsto - deu um novo “tom” à notícia do século XXI. Parece que ela tem deixado de ser a “alma” daquele jornalismo cujo desígnio era mediar fatos sociais para acolher as regras prescritas pela tirania do capital. Quanto a isso, novamente, as posições de Fonseca (2005, p. 294-295) não deixam margem para qualquer ceticismo.

A nova tendência seria caracterizada pelo declínio da notícia como expressão do jornalismo em favor da informação, da prestação de serviço e do entretenimento (*fait divers*). Essa tendência estaria em emergência em alguns conglomerados de mídia submetidos a racionalidade da etapa global e flexível do capitalismo, mais empenhados em preservar a organização como agente econômico que na qualificação da informação jornalística e, conseqüentemente, do jornalismo como fonte de conhecimento.

Seria precipitado afirmar que a *Gazeta do Sul* esteja – na sua totalidade – afinada a estes princípios. Nem mesmo é esta a proposta deste trabalho. Todavia, é incontestável que ela não passou imune à evolução da sociedade, sobretudo, dos campos midiáticos. A prova está na colossal diferença para os anos 80 – em todas as ordens (físicas, estruturais, tecnológicas...).

No período, era na pequena casa, que agora abriga setores administrativos do grupo, que um exíguo número de pessoas confeccionava o jornal. Na equipe, um editor (representado por Guido Kuhn), um repórter esportivo, dois de *Geral* (*Local*, na época) e um de *Rural* (função

⁸⁵A *Gazeta Grupo de Comunicações* é formada pela *Gazeta do Sul* (que segue sendo o veículo mãe do grupo), a *Gazeta da Serra*, com sede em Sobradinho, duas emissoras de rádio AM, uma em Santa Cruz do Sul e outra em Rio Pardo, duas emissoras FM, uma em Santa Cruz do Sul e a outra em Sobradinho, um provedor de internet – *Viavale*, um site de notícias - *Portal Gaz*, a *Editora Gazeta Santa Cruz*, especializada na produção de anuários, voltados para o agronegócio, e a *Fundação Gazeta*, especializada em trabalhos sociais.

ocupada por Romeu Neumann, funcionário da empresa desde 1978). “A redação toda do jornal se reduzia a cinco ou seis pessoas” (NEUMANN, 2010). Nenhum deles possuía formação acadêmica em Jornalismo.

Reunião de pauta... Estava longe ainda de fazer parte do glossário jornalístico da *Gazeta*, quiçá, das atividades. Era Guido Kuhn – o editor – quem organizava a cobertura. Ele fazia o papel do *gatekeeper* – aquele que seleciona as notícias que serão publicadas (WHITE, 1993). Os *gates* (portões), funcionam como uma espécie de filtro. São eles que julgam se a notícia ou “estória”, como prefere White (1993), é ou não “importante”.

Sem a velocidade da produção dos dias atuais, já que o jornal era trissemanário (circulava nas terças, quintas-feiras e sábados), os repórteres apuravam o acontecimento e, assim que chegavam à redação, redigiam suas matérias. Nada de “aquários de vidros mais ou menos devassáveis (dependendo da função e do cargo do ocupante)”, como sugestionaria Berger (1998, p. 63). Nem mesmo baias⁸⁶ ou terminais interligados. Computadores? Nem tinha se ouvido falar neles até aquela data. O trabalho era realizado nas barulhentas máquinas de escrever. Em caso de erro, a saída era rasurar ou... Tudo de novo. Depois de milhares de toques, o jornal passava pelo crivo da revisão e, posteriormente, ia para a diagramação e nova revisão. Aliás, a diagramação era feita de forma quase artesanal (não informatizada). Os textos e fotos eram colados nas páginas (MAZUÍ, 2009)⁸⁷. As fotos, por falar nisso, eram raras, dado o imenso trabalho que exigiam. Para que uma notícia pudesse vir acompanhada de uma delas, era preciso chamar um fotógrafo de fora. Não é como hoje, que os jornais têm uma equipe de fotógrafos própria. Naquela época, poucas pessoas na cidade tinham uma máquina fotográfica e dominavam a técnica da fotografia. Logo, a *Gazeta* tinha que chamar esse “*expert*” se quisesse ilustrar uma matéria. Esse revelava o filme no seu estúdio e depois ela era levada a uma clichéria para ser transformada numa espécie de borracha que acabaria sendo a matriz para a gravação da imagem na página (NEUMANN, 2010). Além de caro, era um procedimento demorado e cuja qualidade ficava comprometida, devido às limitações de impressão, que até 1979 era feita por linotipos.

⁸⁶Baias são os pequenos espaços que subdividem a redação. Cada uma delas abriga um jornalista, que ocupa uma determinada função.

⁸⁷Só para se ter uma dimensão das discrepâncias, atualmente, o processo é todo informatizado. Conta com *softwares* específicos para redação, diagramação e arte-finalização do jornal.

Quando o relógio marcava quatro horas da tarde dos dias em que a *Gazeta* rodava, todos podiam bater o seu cartão ponto e ir embora. Esse era o prazo máximo de fechamento da edição – que por limitações tecnológicas (a internet ainda não havia chegado ao Brasil, não havia contratualização de serviço de agências de notícias) delimitava sua cobertura aos fatos locais. Burlar a regra do horário, só em casos muito especiais (voltados à editoria de *Polícia*, comumente). Fora isso, a determinação era seguida à risca, uma vez que a impressão era muito mais lenta e corria-se o risco de um defeito das máquinas, enfim. Até a chuva podia ser motivo de dor de cabeça.

A chuva forte era outro problema a ser vencido pelo pessoal que trabalhava na gráfica da *Gazeta* [grifo do autor] no tempo em que fazer jornal era coisa para poucos. Isso porque, em dia de temporal a máquina de linotipo geralmente apagava e fazia o chumbo derretido endurecer em seu interior.

Depois que ela voltava a funcionar [...], corriam, no mínimo, duas horas até o metal amolecer outra vez. (GAZETA DO SUL, 2005).

Ao resgatar-se a dinâmica das rotinas produtivas daquele período na *Gazeta do Sul* compreende-se, mais uma vez, o quanto elas são determinantes para a notícia em todos os seus âmbitos (formato, conteúdo, localização...). Traquina (1993) sublinha essa problemática ao assegurar que os veículos de comunicação buscam domar a anarquia própria dos acontecimentos no mundo. “Recordando o trabalho de Tuchman (1978), as empresas jornalísticas tentam impor ordem no espaço e no tempo” (TRAQUINA, 1993, p. 136).

Foi o que fez a *Gazeta* ao estabelecer um *deadline*⁸⁸ (salientando que ele justificava-se também na precariedade das ferramentas de impressão da época). Os episódios sociais que irrompiam a superfície lisa da história⁸⁹ até por volta das 14 horas (tinha que dar tempo do repórter voltar da cobertura de algum acontecimento, feita fora da redação, e redigir o texto) dos dias de fechamento da edição tinham chance de ganhar as páginas do jornal, de resto – competições esportivas, incidentes políticos, naturais (tempestade) ou policiais - viravam informações de “segunda mão” (o rádio – *Rádio Santa Cruz*, neste caso – já tinha dado conta destes fatos) na próxima edição. Aliás, Neumann (2010) abre um parêntese ao relatar que em algumas situações estendia-se o prazo de fechamento do jornal. Tal afirmação confirma aquilo que White (1993, p. 134) concluiu: de que a seleção das notícias se dá de forma “subjéctiva e arbitrária”.

⁸⁸Horário limite para o fechamento da edição.

⁸⁹ É considerado acontecimento jornalístico, na visão de Rodrigues (1993, p. 27), “um acontecimento de natureza especial”. Quanto menor o grau de previsibilidade, maior a possibilidade de integrar a agenda jornalística.

Essa preposição, a propósito, comunga com as chamadas linhas editoriais dos veículos. Cada veículo possui a sua. Uns preferem deixá-la bem clara (fazendo uso de editoriais), outros optam por reservá-la à superfície do discurso. Durante todos esses anos, conforme Neumann (2010), a *Gazeta* raras vezes teve editorial⁹⁰, mas isso não a qualifica como mais ou menos neutra, imparcial. Ele mesmo delata essa impossibilidade na medida em que o jornal demonstra suas posições políticas (o que não significa prevaricação) ao eleger determinado assunto para o alto da página e vice-versa, capa, manchete...

A “política” pode ser definida como a orientação mais ou menos consistente evidenciada por um jornal, não só no seu editorial como também nas suas crônicas e manchetes relativas a questões e acontecimentos selecionados. [...] envolve a omissão, a seleção diferencial, ou a colocação diferencial, tal como “destacar” um item favorável à orientação política do jornal, “enterrar” um item desfavorável numa página interior, etc. (BREED, 1993, p. 153).

Nesse vasto leque de componentes que podem influenciar na produção da notícia (e influenciaram nos anos 80) está a escolha das fontes – que não deixa de dialogar, de certa forma, com a linha editorial do veículo - e algo, exclusivamente, intrínseco ao período: a censura. São duas indicações – dentro dos macrocódigos estabelecidos por Fausto Neto (1991, p. 32): “a língua, as matrizes culturais, as regras sociais, a ética e as ideologias” - que produzem bruscos efeitos.

Ora, a predileção por esta ou aquela fonte também é direcionada. Pode acolher critérios ideológicos, estilísticos (este ou aquele representante fala “melhor”) ou comerciais do veículo. A credibilidade, entretanto, acusa Traquina (1993, p. 173), vem sempre acoplada de um selo burocrático. Alguns agentes sociais são porta-vozes corriqueiros na mídia. Outros devem “incomodar”, como referencia o autor, para participar desse estrato social que os meios de comunicação costumam fazer da realidade. Move-se para esta direção as ações grevistas. Simples: os trabalhadores foram - e tendem a ser cada vez mais - coadjuvantes da lógica adotada pela máquina midiática. Os porquês serão respondidos na sequência.

Quanto à censura, ela foi feroz em boa parte dos veículos a partir do Golpe Militar. Emudeceu alguns jornalistas. Importantes fatos políticos, econômicos, policiais eram

⁹⁰Por um breve período, a publicação manteve os chamados artigos de fundo, que são, na verdade, editoriais (NEUMANN, 2010).

suprimidos, sem grandes ruídos pela imprensa. Se assim não o fosse, os profissionais corriam o risco de parar na cadeia, eram exilados e até assassinados. Perosa (2001, p. 73) recorda: “O medo [...] era um elemento tangível em certos ambientes naqueles sombrios anos de chumbo, e, portanto, cumpria função intimidatória também sobre a classe jornalística”. Os próprios veículos tinham sua existência ameaçada, caso se atrevessem a enfrentar a impetuosidade militar. A *Gazeta*, pelo menos frente ao governo do presidente da República Garrastazú Médici (1969 -1974), preferiu capitular. Na entrevista concedida por Guido Kuhn à Schuster (2007) isso fica evidente: “A *Gazeta* não tinha o poder que tem hoje e enfrentar uma Ditadura é complicado [...]. Era melhor estabelecer critérios do que fomentar uma situação de choque, mas isso, sem perder a credibilidade” (KUHN, 2007 apud SCHUSTER, 2007, p. 45-46). Mais do que isso: em muitas circunstâncias chegou a servir de suporte para a Ditadura⁹¹. Não é preciso dizer que se estava diante de um dos mais provocantes expedientes da produção da notícia (ainda que aqui se esteja fazendo referência a talvez o momento mais violento da fase ditatorial).

Mesmo em meio à censura⁹², autocensura - tão eficaz quanto à censura formal do Estado, compara Traquina (1993) – dificuldades e limitações, a *Gazeta do Sul*, cuja tiragem segundo informações de Mazuí (2009) chegava a oito mil exemplares⁹³ de 1980 a 1984, estava disposta a embarcar no ciclo desenvolvimentista por que passava o cenário brasileiro, de um modo geral. Ortiz (2001), inclusive, é um dos autores que investiga em profundidade como se deu essa movimentação. O mercado de bens simbólicos (jornais, revistas, emissoras de televisão, livros...) inchou (como se viu há pouco), consideravelmente, a partir da década de 60 e redefiniu a mentalidade social. Estavam abertas as portas para a racionalidade capitalista, típica do weberianismo calvinista.

⁹¹Todas as informações sobre este assunto foram apuradas por Schuster (2007), também autora desta dissertação, para a monografia intitulada *O jornalismo político nas páginas da Gazeta do Sul durante o primeiro ano do governo Médici: uma análise de discurso*.

⁹²Essa informação será melhor explicada no capítulo da análise, mas, de antemão, pode-se assegurar que a *Gazeta do Sul* sofreu interferência da censura.

⁹³Para se ter uma noção da força da penetração da publicação na região naquela época, confronta-se os números da tiragem da *Gazeta do Sul* e de habitantes do Vale do Rio Pardo com a tiragem da *Zero Hora* e da população gaúcha no mesmo período. Enquanto no Vale do Rio Pardo (espaço de circulação da *Gazeta*) que, segundo informações da FEE, apresentava uma população estimada (estimada, porque a configuração municipal da região não contava com alguns municípios que foram incorporados depois de 1980) de 325 mil habitantes a tiragem abarcava um exemplar para cada 41 pessoas, a *Zero Hora*, cuja tiragem era de 90,4 mil exemplares em 1983 (ZERO HORA, 2009) e a população gaúcha chegava – no mesmo ano – a 8.129.798 (ATLAS, 2010) a abrangência era de um exemplar para cada 90 pessoas.

Resquícios desse “espírito” chegaram – com parcimônia, mas chegaram – à *Gazeta do Sul* quando em 28 de maio de 1980 ela incorporou a *Rádio Gazeta AM* e, três anos mais tarde, a *Gazeta FM*. Era o ingresso da empresa na fase do jornalismo de conglomerados (ou de grupo). A virada cultural, associada a sua maturidade, fizeram-na diversificar a cadeia de negócios⁹⁴. O jornal *Gazeta do Sul* segue na centralidade, no entanto, só a expansão e concentração manteriam o grupo com o coração batendo. Brittos (2005, p. 132) explica:

Os principais movimentos de ampliação e concentração empresarial desde as décadas finais do século XX identificam-se objetivamente nas indústrias culturais, coincidindo com sua transformação em importante locus de inversão econômica. Em direção aos mercados internos ou externos, as organizações comunicacionais tendem a traçar o caminho de expansão, procedendo a alianças, promovendo economias, realizando sinergias capazes de aumentar a rentabilidade de seus produtos e encontrando novos espaços. Essas dinâmicas estão mais incorporadas nas estratégias e rotinas das megacorporações transnacionais; não obstante, companhias de outras dimensões também tratam de construir seu lugar no jogo globalizado.

Fato é que a *Gazeta do Sul*, ao entrar no mercado comunicacional regional, concedeu-lhe outros rumos. As capacidades subjetivas de seu criador, Francisco Frantz, estão na margem do processo que levou a empresa à condição de capitão da indústria jornalística do Vale do Rio Pardo. Aos 66 anos, a “senhora” segue viçosa e hegemônica, sobretudo, discursivamente.

3.4 Veículo hegemônico nos anos 80

Antes de tratar do poder que a *Gazeta Grupo de Comunicações* tem exercido na região do Vale do Rio Pardo ao longo dos últimos anos, julga-se pertinente refletir como a *Gazeta do Sul* (carro-chefe da empresa) e a mídia em geral passaram a ocupar um lugar central nas sociedades. Essa será a forma de, ao mesmo tempo, entender o porquê do campo midiático impor tantas barreiras a uma efetiva democracia.

Mas o que é democracia e qual o papel dos *media* frente a ela? Quem responde a primeira parte da pergunta é Bobbio (2000, p. 98):

⁹⁴Na atualidade, a *Gazeta Grupo de Comunicações* – só para reforçar – congrega diferentes suportes midiáticos (jornais em duas praças - Santa Cruz e Sobradinho -, rádios – AM e FM –, provedor de internet e anuários – uma espécie de revista voltada para o *agribusiness*).

Um dos lugares-comuns de todos os velhos e novos discursos sobre a democracia consiste em afirmar que ela é o governo do “poder visível”. Que pertença à “natureza da democracia” o fato de que “nada pode permanecer confinado no espaço do mistério” é uma frase que nos ocorre ler, com poucas variantes, todos os dias. Com um aparente jogo de palavras pode-se definir o governo da democracia como o governo do poder em público.

São muitas as interpretações que o termo já ganhou e ainda há de ganhar. Em palavras mais simples, a ideia ocidental de democracia é que ela transverbera a soberania popular. Ramos (2005) preenche essa discussão direcionando o conceito para a sua aplicação nos países capitalistas centrais. Na sua opinião, a democracia politicamente liberal e economicamente capitalista sempre coexistiu com agudos paradoxos (escravidão, discriminação de credo, cor, gênero). “[...] é uma democracia que exclui sistematicamente os pobres em favor dos ricos” (RAMOS, 2005, p. 58).

Só que essa é uma verdade, segue o autor, acobertada por mecanismos de controle social que a classe dominante articula para maquiagem a força da sua hegemonia. O governo, a burocracia-executiva, a polícia, o Exército, entre outros aparelhos repressivos ainda não tiveram sua morte decretada, mesmo nas sociedades mais evoluídas. Ao lado destes “institutos”, Antonio Gramsci – que sonhara em ver a extensão da revolução bolchevique da Rússia na sua Itália - viu na sociedade civil um viril instrumento de transformação histórica. Se a tradição jusnaturalista (Hegel, Rousseau, Kant) tinha o Estado como sinônimo de sociedade civil, Gramsci a via como algo superestrutural. “[...] tanto em Marx como em Gramsci, a sociedade civil – e não mais o Estado, como em Hegel – representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico” (BOBBIO, 1999, p. 55).

O Estado, em meio às políticas liberais e, mais recentemente, neoliberais, passa a ser laico. Se antes partia dele a orientação religiosa e das demais visões de mundo, agora – dadas as circunstâncias “liberais” – essa é uma atribuição dos “*aparelhos privados de hegemonia*” (GRAMSCI apud RAMOS, 2005, p. 61). A partir daí sindicatos, partidos de massa e a própria Igreja, doravante independentes do Estado, convertem-se em organismos da sociedade civil.

Começa-se a germinar a solução para a segunda parte do questionamento tecido anteriormente. A mídia faz parte desse conjunto de aparelhos privados de hegemonia. Ela não só possui um quinhão nesse agrupamento, como ocupa a mais privilegiada das posições: reina absoluta. Não é qualquer organização que está legitimada para dizer algo a alguém. A mídia está! “Os meios de comunicação, como os jornais que deles fazem parte, detêm o poder de

dizer” (MOTTER, 2001, p. 50). A dominação comercial do campo midiático transpôs a síntese gramsciana de sociedade civil. O que era para ser uma esfera intermediária de interesses (Estado x indivíduos) passou a ser embaixadora da doutrina capitalista. E esse hiato – não se pode desconsiderar – tem como vertente a globalização. Ela provocou reformas de envergadura global na realidade geohistórica. O Estado-nação entrou em crise. A transnacionalização da economia inverteu as relações políticas e, por ilação, as de poder: o Estado passa a perecer muito mais às forças externas – como as diretrizes do FMI e do Banco Mundial de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - do que as internas, corporificadas na sociedade civil.

Ianni (1998), intrigado com este dilema, traz à tona os *Príncipes* (de Maquiavel e de Gramsci). Num breve, porém valioso, artigo, ele marca as diferenças de ambos os *Príncipes*, para fundamentar, a seguir, aquele que seria a figura mais importante da teoria e prática política da história dos tempos modernos: o *Príncipe Eletrônico*. Enquanto o *Príncipe* de Maquiavel é aquele que abre o século XVI e o pensamento político moderno sob as mais variadas figurações – “[...] dirigente, governante, tirano, presidente, monarca ou patriarca” (IANNI, 1998, p. 02) – e o *Moderno Príncipe* de Gramsci, já do século XX, representa o partido político, portador dos anseios de indivíduos, coletividades, grupos e classes sociais, o *Príncipe Eletrônico*, de Ianni, nasce no bojo da globalização - época em que foram – e ainda estão sendo - reconfigurados todos os modos de sociabilidade e forças sociais.

Já não se trata mais de “quarto poder”, do qual se começou a falar no século dezanove. Trata-se de um desenvolvimento novo, intenso, generalizado, abrangente e predominante, da mídia no âmbito de tudo o que se refere à Política. Um domínio que desafia os clássicos poderes legislativo, executivo e judiciário, assim como o partido político, o sindicato, o movimento social e a corrente de opinião pública. (IANNI, 1998, p. 04).

O *Príncipe Eletrônico*, portanto, ultrapassou as raias dos dois outros *Príncipes*. Segue Ianni (1998, p. 09):

O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional e regional. E [sic] o *intelectual coletivo e orgânico* [grifo do autor] das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos sócio-culturais e político-econômicos desenhados no novo mundo.

Em geral, a mídia – ou o *Príncipe Eletrônico* – é a expressão dos blocos de poder dominantes. E estes têm sua capacidade de manipulação dilatadas, haja vista a maneira como tem sido engenhadas as empresas de comunicação e – mais ainda – o discurso por elas emitido. Recorre-se, novamente, a Ianni (1998, p. 13-14), para explicitar a chave desse sucesso.

[...] ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e reprodução cultural com a produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de “mentes” e “corações”, em escala global.

Sabe-se, de antemão, que este sujeito não pode ser concebido estritamente sob o viés fatalista, que tem o receptor como um indivíduo indiferente, passivo à informação que lhe é fornecida. Martín-Barbero (2003) atribui a este ser habilidades que talvez sejam acessórias para um grande número de intelectuais que se dedicam ao estudo do processo hegemônico: “[...] capacidade de impugnação ilimitada, uma alternatividade metafísica” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 117). O autor toma por essencial que uma classe só se hegemoniza se os interesses por ela defendidos forem, de certo modo, tomados como os mesmos das classes subalternas. “[...] significa aqui que não *há* [grifo do autor] hegemonia, mas sim que ela se faz e se desfaz, se refaz permanentemente num ‘processo vivido’, feito não só de força, mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução e de cumplicidade” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 116).

Tudo isso, é bem verdade, não fica apenas no nível da abstração. No caso da imprensa, há muito que os jornais locais, alternativos (o mesmo se vê com alguns *sites* da internet, canais de TV e rádios comunitárias) ecoam ideais que “não cabem” nas páginas dos grandalhões (*O Globo, Folha de São Paulo, Gazeta do Sul* – para o Vale do Rio Pardo...). Nos final dos anos 70 e início dos anos 80, ameaçaram um levante sobre a chamada imprensa burguesa. Boas lembranças as de *O Pasquim*, que, com humor, fazia corajosas críticas à Ditadura Militar e aos veículos que – em troca de favores⁹⁵ – faziam apologia ao discurso dos militares. Mas... Não passou disso: intimidação. A veemência e o prestígio da mídia “tradicional” – que, como o próprio Martín-Barbero (2003) assume, tem, em muitos

⁹⁵Uma dessas “ajudas” é contada por Ramos (2005). A *TV Globo* surgiu de um acordo comercial e financeiro com o grupo norte-americano *Time-Life*. Esse fato ocorreu em meio à década de 60, quando a Constituição vedava esse tipo de prática. “[...] nem as pressões de Assis Chateaubriand foram suficientes para impedir que a ditadura militar instalada em 31 de março de 1964 arquivasse a fraude evidente consumada pela Globo” (RAMOS, 2005, p. 67).

momentos, o aval das classes subordinadas e dispõe de técnicas que fascinam, aliciam – segue indubitável. Por sinal, só existe uma “classe subalterna” e uma cultura popular, fruto dessa classe, porque a sociedade está programada para gerá-la e reproduzi-la. “A apropriação é desigual na produção e no consumo e marginaliza setores que se encontram desintegrados. A desigualdade na apropriação dos bens é um fator-chave para que as culturas populares sejam subalternas” (BERGER, 1998, p. 84).

Para Ramos (2005), além da mídia, a empresa também se apresenta como um potente aparelho privado de hegemonia capitalista. Ao passo que a mídia embala informação em tudo aquilo que amplia sua mais-valia, escudada numa catarse pasteurizadora, que mitifica ou demoniza, cria democracias ou tiranias, a empresa, por meio de suas práticas produtivas, é a outra (talvez a mais impactante) via de fomento do capital. “É natural, então, que esse poder se potencialize quando a Empresa assume a forma específica de uma instituição de comunicação, ou Mídia [grifos do autor]”, deduz Ramos (2005, p. 65).

É sob este modelo teórico e prático de leitura do capitalismo, que as *Organizações Globo*⁹⁶ projetam-se como o principal conglomerado de mídia do Brasil e a *Gazeta Grupo de Comunicações* do Vale do Rio Pardo. A *Globo* - objeto específico de Ramos (2005) - encontra na sua história uma série de pontos de confluência com a *Gazeta*. Guardadas as devidas proporções, elas têm em comum, além dos traços de concentração de propriedade, o trabalho interligado em grupo, a racionalidade produtiva, a hegemonia de várias mídias, entre outros fatores, uma solidez.

O somatório de públicos que têm acesso aos veículos da *Gazeta Grupo de Comunicações* é incalculável (os jornais estão disponíveis – gratuitamente - na internet, bem como as rádios, além do *Portal Gaz*, que também traz notícias locais). Só o discurso da *Gazeta do Sul* (imprensa) – para se ter uma noção – tem potencial para atingir, atualmente, mais de 400 mil habitantes, o que compreende a população dos 23 municípios que integram o

⁹⁶A *Rede Globo* foi fundada em 26 de abril de 1965, pelo jornalista Roberto Marinho. A criação da emissora foi o ponto inicial do conglomerado de radiodifusão que se formaria posteriormente. Hoje fazem parte das *Organizações Globo* – o maior conglomerado midiático da América Latina e um dos maiores do mundo – negócios dos mais variados segmentos. A *holding Globo Comunicação e Participações S/A* (Globopar) – sociedade anônima que reúne e gesta os investimentos da empresa - abriga a *Rede Globo de Televisão*, canais *Globosat*, *Globo.com*, *TV Globo Internacional*, *Globo Filmes*, *Som Livre* e *Editora Globo*. Integram o grupo ainda (mas não pertencem à *Globopar*) o *Sistema Globo de Rádio* e a *Infogloblo* (responsável pelos jornais *O Globo*, *Extra* e *Expresso*, com os sites *O Globo* e *Extra* e a *Agência O Globo*). Com informações de Ramos (2005).

COREDE Vale do Rio Pardo⁹⁷. A maior concentração de assinantes e de vendas avulsas do jornal (assim como, provavelmente, acontecia nos anos 80 – dados os obstáculos que se tinha em termos de transporte e outras questões estruturais) concentra-se em Santa Cruz do Sul⁹⁸. Presume-se também que, mesmo estando disponível na versão *online*, portanto, disponível para todo o planeta, o maior número de leitores seja de moradores do Vale do Rio Pardo, região onde o grupo é referência.

Isso não dá direito de pensar que a *Gazeta* tenha perdido – grosso modo - o “trem da história”. Os tempos são de uma comunicação globalizada, sim, mas o veículo firmou-se de tal maneira junto e para as suas comunidades que não renunciou ao seu caráter local/regional (MINUZZI, 2002). Não se furtou de fazer as operações exigidas pela indústria cultural contemporânea – prova disso é a integração de outros negócios ao *pool Gazeta*, instalação de sucursais em outros municípios da região (a *Gazeta* possui sucursais em Vera Cruz, Venâncio Aires, Candelária e Rio Pardo) a fim de estimular o incremento da circulação e facilitar a captação de publicidade regional (MEDINA, 1988) -, no entanto, sempre primou por esta postura (local/regional). Atitude que, como antes se viu, não deixa de estar em harmonia com o capital. Os números estão aí para comprovar.

A pesquisa do Instituto Methodus, realizada em agosto de 2009 e que estabelece o *raking* dos jornais mais lidos do Rio Grande do Sul, acentua o quanto o grupo, mas principalmente o jornal *Gazeta do Sul*, está entranhado na comunidade de Santa Cruz do Sul. Quando perguntados sobre qual jornal o santa-cruzensense lia com maior frequência, a *Gazeta* aparece com 79,3% da preferência, seguida de *Zero Hora* (10%); *Não lê* (9,6%); *O Estado Gaúcho* (0,4%); e *Correio do Povo* (0,4%). Já na totalidade do cenário gaúcho, a *Gazeta do Sul* ocupa a 5ª colocação, com 3,8% da preferência dos leitores⁹⁹. No levantamento feito em 2010 pela revista *Amanhã*, conhecido por *Top of Mind*, o jornal *Gazeta do Sul* também se destaca. A publicação foi lembrada por 1,8% dos gaúchos na categoria “Jornal”. A *Zero Hora* ocupa a primeira posição, com 28,3% (AMANHÃ, 2010).

⁹⁷Este dado foi extraído do site da Fundação de Economia e Estatística (2011) e encontra-se disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>.

⁹⁸A informação é do gerente de circulação do veículo (LOPES, 2010).

⁹⁹As primeiras quatro posições são ocupadas, respectivamente, por *Zero Hora* (25%); *Diário Gaúcho* (15,7%); *Correio do Povo* (12,3%); e *Pioneiro* (4,3%). Os dados apontam ainda que 15,6% dos entrevistados não lêem nenhum jornal. As informações são do Instituto Methodus (2009) e estão disponíveis em <<http://www.institutomethodus.com.br>>.

Uma situação que pouco tem se alterado ao longo dos anos. Segundo uma pesquisa encomendada pelo jornal e realizada pelo Núcleo de Pesquisa Social (Nupes) da Universidade de Santa Cruz do Sul¹⁰⁰ em 2001, de 89,9% da população santa-cruzense que tem o hábito de ler jornais, a maioria absoluta – 95,8% - elegeu a *Gazeta do Sul* como sua predileta. “Por estes números, o jornal suplanta seu único concorrente local, o Riovale Jornal (um trissemanário, que teve 5,8% das indicações), além dos principais veículos da capital, Zero Hora (47,9%) e Correio do Povo (11,2%)” (MINUZZI, 2002, p. 138). Entre os detalhes revelados pela pesquisa está o número de assinaturas do veículo. Do montante dos pesquisados, 38,5% enquadra-se nesse contexto, sendo que 91,3% têm a *Gazeta do Sul* como assinatura. “Na seqüência (sic), Zero Hora (15,4%), Correio do Povo (13,5%) e Riovale (3,8%)” (MINUZZI, 2002, p. 138). O presente não traz nenhuma novidade: a *Gazeta do Sul* possui 14.300 assinantes, sendo que a maioria concentra-se na zona urbana do município¹⁰¹.

Enquanto grupo, a *Gazeta* figura entre as principais empresas deste segmento do interior do Rio Grande do Sul. Minuzzi (2002) registra que a *Gazeta Grupo de Comunicações* encontra-se atrás apenas do *Grupo Sinos*¹⁰², que está sediado no município de Novo Hamburgo. É possível que esta hierarquia venha desde os anos 80, já que nos demais municípios de médio e grande porte ou os veículos pertencem ao *Grupo RBS* (vide o *Pioneiro*, de Caxias do Sul) ou não atingiram a condição de grupo com certo porte ou concentração de mídias e empresas.

Diante de tudo isso, nem mesmo o observador mais distraído, há de discordar que a *Gazeta do Sul* - e o grupo como um todo - exerçam hegemonia na região, desde a sua fundação. De mais a mais, há vários aspectos (notabiliza-se os poucos veículos existentes na época no Vale do Rio Pardo) que induzem pensar que nos anos 80 essa magnificência tenha sido maior ainda. Não se sabe (nem isto está na pauta deste estudo), contudo, se o seu poder – seja enquanto Empresa ou Mídia (RAMOS, 2005) – chega ou chegou ao extremo das *Organizações Globo*, cujo lobby político é assustador (uma rápida revisão do passado faz

¹⁰⁰Foram ouvidas 270 pessoas do meio urbano de Santa Cruz do Sul, com nível de confiança de 90% e margem de erro de 5% para mais ou para menos. A pesquisa foi encomendada pela *Gazeta Grupo de Comunicações*.

¹⁰¹A informação é do gerente de circulação do veículo (LOPES, 2010).

¹⁰²O *Grupo Editorial Sinos* foi fundado em dezembro de 1957 pelos irmãos Mário Alberto e Paulo Sérgio Gusmão. Suas publicações, especialmente, jornais diários, circulam por cerca de 45 municípios, numa área que compreende a Região Metropolitana de Porto Alegre, Vale dos Sinos, Vale do Caí, Vale do Paranhana, Serra Turística e parte do Litoral Norte. Entre alguns veículos capitaneados pelo grupo estão o *Jornal NH*, *Jornal VS*, *Diário de Canoas*, *ABC Domingo*, *Jornal de Gramado*, *Rádio ABC 900 AM*, o provedor de internet *Sinosnet* e os portais de notícias *Exclusivo On Line*, *Vitrines da Europa* e *Ziptop* (GRUPO SINOS, 2011).

recordar do caso da campanha pelas *Diretas, já* e do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello). Agora, não se pode subestimar que, ao longo destes quase sete decênios, a *Gazeta do Sul* não tenha interferido no contexto local/regional. Estaria, no julgamento de Motter (2001, p. 50-51), apenas desempenhando suas funções, enquanto veículo hegemônico.

Assim, à hegemonia exercida sobre a comunicação social corresponde o poder de decidir sobre o destino das nações periféricas. O querer desses povos já está orientado, modalizado pelo querer do dominador, detentor da qualificação necessária à defesa dos interesses dos “fracos” e “oprimidos”. As reações de indignação e os protestos oriundos dos setores mais esclarecidos não alcançam ressonância significativa, na medida em que o espaço que lhes cabe na imprensa já está previamente determinado. A setorialização que estrutura e organiza o jornal já prevê o contra-discurso (sic) e o seu alcance que dificilmente ultrapassa os limites da classe do emissor.

A *Gazeta do Sul*, particularmente, lida com farta sabedoria com os contradiscursos que, por ventura, possam “rebelar-se”. Escorado num discurso agregador, o jornal – que se auto-referencia “legítimo porta-voz das comunidades”¹⁰³ propõe a todo momento uma certa “reinserção dos enraizados” (BAUMAN, 2003). Empenha-se, acima de tudo, na construção e revigoração da identidade germânica, que se disfarça no interdiscurso da publicação. Por outro lado, a mídia em geral apresenta uma enorme fissura entre o discurso e a prática. É isso que evoca Medina (1988, p. 146):

É fácil praticar o discurso do compromisso com o leitor, da independência ideológica, e da eficiência profissional na busca da verdade; outra coisa é verificar as práticas de temas e coberturas nos momentos contundentes. Um dos clássicos calcanhares-de-aquiles é a questão da terra no Brasil.

Para a *Gazeta do Sul* esse “nó” pode estar no movimento grevista dos anos 80 (é o que se verá mais adiante). É óbvio que cada veículo utiliza armas diferentes para se firmar na condição de hegemônico. Sim, porque como adverte Hall (2003), não há nada de automático no processo de hegemonia. Trata-se de um “momento” específico, provisório do ciclo de uma sociedade e que precisa ser, sistematicamente, alimentado. E o que é mais relevante ainda é que para Hall (2003, p. 312) a hegemonia possui um caráter “multidimensional”. A dominação parte de certo grau de consentimento, o que nas entrelinhas, chama para a alta

¹⁰³Este *slogan* é apresentado no *site* da instituição como uma de suas visões, inerentes a sua identidade corporativa. O texto na íntegra diz o seguinte: “A *Gazeta do Sul* é o jornal líder em circulação e legítimo porta-voz das comunidades do Vale do Rio Pardo. Zelar por sua independência e valer-se das tecnologias disponíveis para oferecer qualidade e eficiência nos serviços são desafios permanentes. A partir de seu comprometimento com as questões e demandas regionais, apresenta-se como instrumento de debate e promoção do desenvolvimento para solidificar cada vez mais sua liderança no mercado”.

competência social e moral que este mecanismo – que aspira ser hegemônico – desempenha. “É essa ‘autoridade’ bem como o alcance e a diversidade dos locais sobre os quais a ‘liderança’ é exercida que possibilitam a ‘propagação’ temporária de uma vontade coletiva intelectual, moral, política e econômica na sociedade” (HALL, 2003, p. 312). A *Gazeta* tem feito do seu nome o principal esteio da sua hegemonia.

O nome é um dos – provavelmente o mais importante – enunciados que um jornal oferece ao seu leitor. No nome dos jornais acastelam-se identidades, enunciados tácitos que se tornam ruidosos quando estão frente à concorrência de outro jornal. Como diz Mouillaud (2002b, p. 86):

O nome-de-jornal (sic) não é mais um objeto da leitura, torna-se seu envelope. Ele se retira acima de todos os outros enunciados. A partir desta posição destacada, assegura a coerência e a continuidade dos enunciados à maneira de uma pressuposição. Constitui o princípio de uma espera, por parte do leitor, de certos enunciados. Firma um pacto com o leitor que, por ser implícito, não é, do mesmo, menos significativo (e que o leitor sempre pode opor, em uma de suas cartas de protesto, a seu jornal, caso, por exemplo, estime que o pacto foi traído. Cartas estas que as redações recebem todos os dias).

Há mais de 60 anos que o título *Gazeta do Sul* forma um local diário de passagem entre o exemplar e o jornal, entre sua leitura privada e pública. Por tudo isso é que o informativo ocupa lugar privilegiado nas pesquisas sobre os jornais mais lidos do interior gaúcho, mas, principalmente, porque há uma espécie de contrato fiduciário entre o jornal e a comunidade (MINUZZI, 2002). Na avaliação de Alsina (2009), a existência deste pacto corresponde, no seio de uma história de formação do campo midiático, às circunstâncias forjadas pela implantação do uso social dos meios de comunicação de massa, creditando-os como reprodutores da realidade social de importância pública. Essa relação fez com que os leitores dessem ao veículo o título de “portador da verdade sobre os fatos” (MINUZZI, 2002). Sintetizando, a comunidade onde o veículo está inserido considera importante a realidade social que está ali, impressa nas páginas da *Gazeta*.

Considerando esta observação, aliada a todos os apontamentos tecidos anteriormente, não há dúvidas da hegemonia da publicação no perímetro em que circula e circulou nos anos 80. A *Gazeta do Sul* foi e continua sendo um agente simbólico importante para uma região, cuja dependência econômica centraliza-se na fumicultura. Diante desta caracterização, é, no mínimo interessante (e este configura-se num dos objetivos da presente pesquisa), refletir

como este agente midiático construiu realidades acerca do movimento grevista, onde estavam envolvidos anunciantes do veículo, trabalhadores (portanto, assinantes), governos, entre outros atores sociais. O discurso hegemônico presente nos anos 80 indica que os levantes da época tendem a ganhar atributos (informativos, estilísticos, entre outros) ímpares.

4 DA ESFERA DAS GREVES

4.1 Greves: da formação da classe operária ao “movimento braços cruzados”

Pensar sobre a historiografia grevista passa, inevitavelmente, por mais conciso que seja o estudo, pela compreensão de como se formou a classe trabalhadora – um dos hemisférios dos confrontos entre capital e trabalho. Nesse sentido, todas as forças terão que ser concentradas à Inglaterra, berço da Revolução Industrial e do principal “produto” deste movimento: o proletariado.

Com certeza não foi de um dia para o outro – há mais de 250 anos – que a classe operária¹⁰⁴ surgiu. Menos ainda, a burguesa. O fenômeno da divisão destas duas classes propagou-se, gradativamente, pela Europa (logo depois para os Estados Unidos) e exprime, na visão de Thompson (1987), movimentações históricas, próprias das relações humanas. Ou seja, não se trata de um processo acabado, com início, meio e fim. Como apreende Hobsbawm (1987, p. 273), elas (as classes) “continuam a mudar”. “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987, p. 10).

A Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII, foi – para usar uma alegoria de linguagem – quem forneceu as tintas para que essa realidade – descrita acima por Thompson (1987) - passasse a ser o retrato britânico. Se nas comunidades primitivas¹⁰⁵ os meios de produção pertenciam à coletividade e toda a produção atendia apenas à subsistência dos membros daquele grupo, com a implantação de forças produtivas mais desenvolvidas, as quais ajudaram na implantação, consolidação e expansão do capitalismo, essa conjuntura

¹⁰⁴Neste estudo, as terminologias “classe operária”, “classe trabalhadora” e “proletariado” possuem o mesmo significado. As obras que se reportam ao surgimento deste extrato social em meio à Revolução Industrial costumam utilizar a nomenclatura “operária” porque se referem, particularmente, à mão de obra de um segmento de trabalhadores: os tecelões. Com o desenvolvimento da indústria, que, por sua vez, fomentou outros setores da economia (comércio, serviços...), diferentes “categorias” de mão de obra humana foram surgindo e o termo “classe trabalhadora” parece melhor se ajustar à nova realidade.

¹⁰⁵Importante destacar que os homens sempre ocuparam papéis sociais distintos no decorrer da história. Existia a figura do chefe nas tribos antigas, por exemplo. O que despontou a partir da Revolução Industrial foram duas novas classes: os donos dos meios de produção (capital) e aqueles que vendem sua força de trabalho (classe trabalhadora).

mudou. Todo o capital acumulado (ouro, prata e outras riquezas extraídas de países da América Latina, Ásia e África) durante a Revolução Comercial – entre 1450 e 1770 – serviu para reestruturar o processo de hierarquização social¹⁰⁶. E os burgueses¹⁰⁷ (aqueles que encabeçaram as transações comerciais quando das expedições marítimas europeias) passaram a figurar no topo desta estrutura. Simples: eram eles que possuíam o capital necessário para adquirir os meios de produção que começaram a despontar. A partir daí não só a produção se expandiu rapidamente (gerando um excedente vital para o capitalismo) como também o lucro dos donos das fábricas.

Foi sob a batuta dos ingleses (que haviam empilhado quantias enormes de capital durante o “descobrimento” de países latino-americanos, asiáticos e africanos), portanto, que se gestou o sistema capitalista. Ele é fruto da industrialização avançada da Inglaterra e dele nasceram as fábricas e uma multidão de despossuídos. A Revolução Industrial – e o capitalismo como uma de suas “sequelas” – foi responsável por prescrever uma nova ordem social. Hobsbawn (1987, p. 39) reafirma:

Em outras palavras, no capitalismo a classe é uma realidade histórica imediata e em certo sentido *vivenciada* [grifo do autor] diretamente, enquanto nas épocas pré-capitalistas ela pode ser meramente um conceito analítico que dá sentido a um complexo de fatos que de outro modo seriam inexplicáveis. Essa distinção, certamente, não deve ser confundida com a proposição marxista mais conhecida de que no curso do desenvolvimento capitalista a estrutura de classes é simplificada e polarizada até o momento em que (em casos extremos como o da Grã-Bretanha em determinados períodos) se pode trabalhar na prática com um sistema simples de classe – a “classe burguesa” e a “classe operária”. Isto pode também ser verdadeiro, mas pertence a outra linha de pensamento.

Pelos padrões vigentes na época e apesar do arcaísmo¹⁰⁸, a Revolução Industrial foi revolucionária, com o perdão do pleonasma. Não há dúvidas quanto a isso. “Ela representava uma nova relação econômica entre os homens, um novo sistema de produção, um novo ritmo

¹⁰⁶As classes já estavam presentes na Antiguidade (nobreza *versus* escravos, no Egito, por exemplo), só que com a ascensão do capitalismo emergiram patronal *versus* trabalhadora.

¹⁰⁷Os burgueses existem desde o século XII. Eram conhecidos como os habitantes dos burgos (pequenas cidades ladeadas por muros), mas é só a partir da Revolução Industrial que eles adquiriram uma conotação ideológica. Até esse momento, essa denominação convencionava-os apenas como comerciantes, mercadores.

¹⁰⁸Arcaísmo porque no estágio de desenvolvimento em que a sociedade encontra-se atualmente algumas situações do passado parecem inconcebíveis. Para ficar no caso trazido por Hobsbawn (1986), ainda no século XVIII era possível construir túneis de mineração de carvão “relativamente profundos” com a mão de obra humana dispondo somente de picaretas. “Hoje em dia seria inteiramente impossível explorar poços de petróleo de maneira semelhante, pelo menos em concorrência com as gigantescas e avançadas empresas internacionais” (HOBSBAWM, 1986, p. 58).

de vida, uma nova sociedade, uma nova era histórica, e seus contemporâneos tinham consciência disso, quase desde o começo” (HOBSBAWM, 1986, p. 61).

Os britânicos – como se pode ver - foram pioneiros ao substituir o trabalho artesanal e manual pelo uso de máquinas. Uma simples engenhoca movida pela pressão do vapor da água foi o estopim de um dos maiores e mais confusos processos de reconfigurações econômicas e sociais que os olhos da humanidade já presenciaram.

Antes da introdução da maquinaria, a fiação e a tecelagem das matérias-primas eram realizadas na casa dos próprios trabalhadores. Mulheres e crianças ajudavam no trabalho. Tratavam-se de famílias de tecelões que viviam, em grande parte, no campo (próximas das cidades), com raras noções intelectuais (não sabiam ler e nem escrever), tementes à Igreja e cuja existência não experimentava sobressaltos. O montante que produziam era suficiente para garantir sua sobrevivência. Não se pode desprezar que a Revolução Comercial já havia feito a transição do feudalismo para a Idade Moderna e, por consequência, posto em ebulição o aparecimento das cidades e uma distinta forma de produtividade, apta para atender novos mercados. Só que, concretamente, essas pessoas não se distanciavam – economicamente - tanto assim umas das outras. Havia, sim, lacunas sociais entre esta camada e o clero e a nobreza. Todavia, essa era uma circunstância naturalizada, uma vez que a aristocracia repassava seus privilégios hereditariamente.

A História só ganhou um novo capítulo quando a Revolução Industrial – como foi dito anteriormente - passou a exhibir ostensivamente sua capacidade mobilizante. A adoção de um equipamento chamado Jenny¹⁰⁹, que permitia o artesão trabalhar com vários fios ao mesmo tempo, e dos que lhe sucederam na sequência¹¹⁰, aumentou a oferta do produto no mercado. Com a procura por tecidos em alta, motivada, especialmente, pelo baixo preço (os custos de produção haviam diminuído), os grupos familiares formados por artesãos abandonavam as atividades agrícolas e passavam a se dedicar cada vez mais aos teares, mais rentáveis naquele momento. Esta aí o preâmbulo do surgimento de uma massa de proletários (aqueles cujo

¹⁰⁹ Nome que batizou a primeira máquina de fiar algodão (ENGELS, 1985).

¹¹⁰ Segundo Hobsbawm (1986, p. 55) as outras duas invenções que teriam, na verdade, feito “pender o prato da balança” são o tear movido através da força hidráulica, inventado em 1768, e a “mula”, da década de 1780. O primeiro foi responsável por colocar “em prática a idéia [sic] original de fiar com uma combinação de rolos e fusos”. Já a segunda passou a adotar a energia do vapor.

único patrimônio eram os filhos, a prole), que veio a crescer ano a ano¹¹¹, pós-Revolução Industrial, no planeta.

Foi assim que, pouco a pouco, a classe de tecelões agrícolas desapareceu completamente, dissolvendo-na na nova classe dos que eram exclusivamente tecelões, que só viviam do seu salário e não possuíam propriedades, não tendo sequer a ilusão de propriedade que o trabalho agrícola confere. (ENGELS, 1985, p. 14).

Por si só isso já seria suficiente para redesenhar o mundo do trabalho. Mas não é tudo. Como descreve Engels (1985, p. 15), a implementação da máquina foi decisiva na divisão do trabalho, “que em seguida iria ser levada ao extremo na indústria”. Até a chegada da Jenny, os fios eram transformados em tecido sob um mesmo teto. Os homens dedicavam-se apenas à tecelagem. Depois dela, o processo produtivo exigiu maior fôlego dos trabalhadores e famílias inteiras passaram a viver apenas do fiar. Giannotti (2007, p. 25) confere ilustração à cena: “O pequeno barracão de poucos trabalhadores transformou-se em construções cheias de máquinas e gente”. O grupo familiar que não dispunha de meios para comprar o mais poderoso instrumento que já se vira até então, tivera de viver do salário do chefe da família. E neste jogo de forças, a vantagem era dos burgueses – os velhos mercantes da época pré-industrial (como se observou no momento precedente).

Dentro das fábricas – imponentes estruturas metálicas, de vários pavimentos, com chaminés que exalavam o negro vapor do carvão -, a conversão das dinâmicas de trabalho não causaria impactos mais suaves. Os processos passaram a ter um fluxo lógico, dependentes, cada qual, de uma máquina especializada. “[...] todos ligados pelo ritmo constante e desumano do ‘motor’ e pela disciplina da mecanização” (HOBSBAWN, 1986, p. 64). Até o relógio, nesse contexto, adquiriria uma conotação tirânica, pois passaria a mensurar a vida não mais em estações, semanas ou dias, mas em minutos, provocando o embate de tradições e de hábitos aos quais a população estava condicionada até o período pré-industrial.

No mesmo compasso que emergia um proletariado industrial, cujas relações com os proprietários dos meios de produção já começavam a dar alguns sinais de estranhamento (a

¹¹¹É claro que estes números oscilaram muito ao longo do tempo. Mas no cômputo geral houve uma significativa transferência de população rural para os centros urbanos, onde se localizam os complexos fabris. Hobsbawm (1986, p. 80), reportando-se à realidade inglesa, denuncia, por exemplo, que em “1750 só existiam duas cidades na Grã-Bretanha com mais de 50.000 habitantes – Londres e Edimburgo; em 1801 e em 1851, 29, inclusive nove com mais de 100.000 habitantes”.

evolução da indústria, promovida, principalmente, por alguns capitalistas ingleses, dilatou o ritmo de trabalho nas fábricas, foram destruídas toda e qualquer segurança de emprego, de modo que as máquinas – agora movidas pela força hidráulica – tomavam conta dos espaços fabris), surgia um proletariado rural. Esta “categoria” de trabalhador – pode-se assim classificar - nasce da extensão da Revolução Industrial para a terra ou a chamada Revolução Agrícola.

Na Inglaterra, muitos possuíam lotes de terras, entre eles haviam pequenos arrendatários. O desenvolvimento da indústria fez com que esses operários abandonassem a agricultura para se tornarem mão de obra nas fábricas e fizessem com que muitos destes terrenos passassem a ficar disponíveis. Grandes arrendatários surgiram e, de posse de melhores métodos de exploração agrícola, não só aumentaram como baratearam toda produção extraída do solo. A aritmética, neste caso, é elementar e não perdoa. O destino dos pequenos produtores agrícolas – que não mais podiam competir – não haveria de ser outro. Ou vendiam a terra para obter seu próprio tear ou tinham de empregar-se na casa de um desses rendeiros.

Tudo foi arrastado por este movimento, este turbilhão universal. A *agricultura* [grifo do autor] também foi atingida. E não só a propriedade da terra passou para as mãos de outros possuidores e cultivadores [...], como também foi tratada de modo diferente. Os grandes fazendeiros empregaram o capital para melhorar o solo, abateram pequenos muros de separações inúteis, drenaram, adubaram a terra, utilizaram melhores instrumentos; introduziram uma melhor alternância sistemática das culturas [...]. Também eles se beneficiaram do progresso das ciências. (ENGELS, 1985, p. 23).

Engels (1985) garante ainda que os efeitos do avassalador desenvolvimento da indústria inglesa não param por aí. Como se pode notar, dissipou-se para muito além da mera produção de tecidos para o vestuário. A fabricação de máquinas fez sua estreia nesse período. Servilmente, a produção de ferro despontou, visto que quase todos os meios de produção eram feitos dessa matéria-prima. Logo foi a vez do estanho, do cobre, do chumbo, do vidro e da cerâmica.

As vias de comunicação (estradas, canais marítimos) também são herança da Revolução Industrial. Muito mais que aproximar a nação inglesa, elas permitiam o acesso a regiões inacessíveis anteriormente. O mesmo acontece com as cidades. As metrópoles que acabaram por se tornar centros fabris, como foi Londres, a partir do século XVIII, pagaram um preço

alto por isso: amargaram uma indigesta desgraça social. Engels (1985, p. 36-37) reproduz como a situação era aterrorizante:

E o que é verdade para Londres é também para Manchester, Birmingham e Leeds, é verdadeiro para todas as grandes cidades. Em toda parte, indiferença bárbara, dureza egoísta, de um lado, e miséria indestrutível, por outro, em toda parte guerra social, a casa de cada um em estado de sítio, em toda parte pilhagem recíproca com cobertura da lei e tudo com um cinismo e uma franqueza tais que nos assustamos com as consequências do nosso estado social, tais como aqui nos aparecem na sua nudez e que já nada nos espanta exceto que este mundo louco não tenha se desmembrado.

Seguramente, foram os desdobramentos da Revolução Industrial que engendraram uma profunda contradição de interesses entre os britânicos e, posteriormente, entre todas as demais sociedades para onde o capitalismo – cujo modo de produção fundamenta-se na exploração do trabalho - se estendeu. É óbvio que este novo quadro redundaria num vendaval de insatisfação social, afinal de contas, de um lado estavam os trabalhadores assalariados, entrincheirados do outro, os capitalistas¹¹², que exploravam a mais-valia¹¹³. Detalhe: desde o início da industrialização até por volta de 1850, não havia nenhuma legislação que amparava os operários nos seus direitos¹¹⁴ (GIANNOTTI, 2007).

Como a classe operária começou a reagir a isso tudo e ter sua consciência¹¹⁵ despertada? A criação de sindicatos foi o primeiro passo. Os trabalhadores viam nessas instituições um esteio para a defesa das suas causas, da qual a redução da jornada de trabalho não poderia mais esperar, já que chegava a massacrantes 16 horas diárias, matando trabalhadores aos 21 anos, em média.

Mesmo que a doutrina liberal, instalada em todos os países capitalistas, não admitisse a organização dos trabalhadores, eles se rebelavam. Em 1720 criaram a Associação dos Alfaiates (GIANNOTTI, 2007). Mas em 1799, o parlamento inglês decretou o fim desse “atrevimento”. Vota e aprova a *Combination Laws* (Leis sobre Associações), que impedia a

¹¹²Cabe advertir que essa polarização não implica numa homogeneidade perfeita. Segundo Hobsbawm (1987), há determinadas ocasiões que exigem uma maior atenção quanto a essas estratificações. Já outras – como as relações entre patrões e trabalhadores – não demandam de maior preocupação.

¹¹³O conceito de mais-valia vem de Karl Marx. Ele é chave para o entendimento de como se dá a exploração capitalista. Em linhas gerais, consiste na diferença entre o valor produzido pela força de trabalho (formada por homens e máquinas), acumulado pelos proprietários dos bens de produção, e o salário pago ao trabalhador.

¹¹⁴O Estado, na verdade, não podia intrometer-se nas relações capital *versus* trabalho. A política liberal vigente significava total liberdade nas negociações entre as forças produtivas.

¹¹⁵A consciência de classe, de acordo com Thompson (1987, p. 10) “é uma forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias (sic) e formas institucionais”.

criação de sindicatos. Acontece que, àquela altura, estava ficando cada vez mais difícil deter a classe trabalhadora ou ludibriar a consciência que ela adquirira quanto ao grau de exploração a que estava submetida.

Depois de várias manifestações e de um grande comício promovido por operários, em Londres, em 1825, o Estado curva-se e reconhece o direito de livre associação. Neste mesmo ano, forma-se o primeiro sindicato estruturado que consta nos registros oficiais (GIANNOTTI, 2007). Nos outros países europeus e nos Estados Unidos, os sindicatos serão legalizados mais tarde (na França, para fazer referência a um caso, isso ocorreu em 1864).

Ainda em 1825, foi criada, em Manchester, capital da indústria têxtil inglesa, a União dos Fiadores de Algodão. O nome inglês, *trade union*, significa exatamente sindicato. A palavra inglesa *union* aproxima-se da idéia (sic) de associação, união. O termo francês *syndic*, que dará origem à palavra sindicato, sugere mais a idéia (sic) de coordenação [...]. Organização e luta. (GIANNOTTI, 2007, p. 30-31).

Os líderes sindicais – descreve Hobsbawm (1986, p. 195) – “achavam-se à testa de um vasto movimento unido pela consciência da separação e exploração de classe [...]”. Reduziam suas habilidades à exigência de melhorias (salariais, de condições de trabalho...) para a classe trabalhadora. O sindicalismo britânico, análogo ao dos demais países do continente europeu, passou por situações distintas, durante a Revolução Industrial.

A outra saída que encontraram foi a formação de centrais sindicais. Ao repararem que o capital era apátrida, fundaram organismos que desenvolvessem uma luta comum, cada um em seu país – num primeiro momento. Desta maneira, em 1864, Londres sedia a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), historicamente conhecida como a *Internacional* (GIANNOTTI, 2007).

As matrizes ideológicas das centrais sindicais, para ser fiel aos registros, vêm do *Manifesto do Partido Comunista*, que desde 1840 circulava na clandestinidade entre operários de diversos países. O documento escrito por Karl Marx e Friedrich Engels atentava os trabalhadores para a necessidade do fim da divisão dos seres humanos em classes. A ideia central era de uma sociedade socialista, comunista.

O *Manifesto*, igualmente, foi quem suscitou o aparecimento dos partidos políticos de caráter operário. É na Alemanha de 1869 (altamente industrializada e de forte tradição

política) - discorre Giannotti (2007) – que é fundado o primeiro partido socialista da História: o Partido Operário Socialdemocrata Alemão (PSD).

Todos esses “recursos” foram, lentamente, fazendo com que os trabalhadores renunciassem à servilidade em nome – num primeiro momento – da prorrogação da sua própria existência. As primeiras formas que encontraram de demonstrar seu descontentamento para com o sistema fabril - que os fazia exercer suas atividades quantas horas o patrão quisesse e durante 365 dias ao ano – ainda era rudimentar. Promoviam a quebradeira das máquinas, pois achavam que elas fossem as culpadas, as responsáveis pelas precárias condições de trabalho a que estavam sujeitos. Aos poucos, essa prática foi abandonada (talvez pelo baixo índice de eficácia) e uma nova técnica despontou como uma das mais contundentes, efetivas e complexas formas de enfrentar a avidez dos donos dos meios de produção: as greves. Elas passaram a ser fruto do embate contínuo travado no interior das empresas, onde a organização do espaço de trabalho (maior divisão das tarefas e menor controle sobre o processo pelos trabalhadores) - que desde Marx implica na sujeição e dominação - acirra e aprofunda as relações entre patrão e empregado.

A greve, como versa Leite (1988, p. 15), apresenta-se como “um momento fundamental de liberação da opressão”. Se as relações estabelecidas entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores, além de expressamente desiguais, deixam de ser da ordem humana - “O industrial é o *capital*, o operário é o *trabalho* [grifos do autor]” (ENGELS, 1985, p. 312) – e passam a ser puramente econômicas (compra e venda) é natural que, vez por outra, esses operários, ao depreendem-se dessa abstração e enxergarem-se como homens que, entre muitas aptidões, possui a do trabalho, aconteçam essas situações. Não fosse suficiente essa robotização da espécie humana, os trabalhadores, como denuncia Giannotti (2007, p. 30) “eram tratados como ‘inimigos internos’, tão perigosos quanto os ‘inimigos externos’ de três anos antes, os exércitos franceses de Napoleão”. Assim, as greves reverberam uma tentativa de barrar as investidas patronais, que tendem a incrementar suas formas de dominação a fim de inflar a acumulação do seu capital.

A literatura costuma apresentar as greves ainda como um mecanismo coletivo de rompimento das rotinas de trabalho ou da negação por parte dos trabalhadores de continuarem colocando sua mão de obra à mercê dos empregadores. Ao cruzarem os braços (atitude

caricata dos grevistas) buscavam – e ainda buscam - a conquista ou reconquista da dignidade e do respeito.

Foram as sucessivas e cada vez mais agudas rajadas de descontentamento dos operários britânicos – mais disciplinados, dado o acompanhamento dos sindicatos, “filhos” dessa mesma época – que fizeram das cidades industriais inglesas palco de constantes greves no século XIX. A primeira greve geral da História da industrialização data de 1842. Ocorreu no norte da Inglaterra e tinha como principal reivindicação a redução da jornada de trabalho (GIANNOTTI, 2007). Resultados dessa paralisação respingaram em 1847, quando o parlamento inglês aprovou uma lei que restringia a jornada para dez horas diárias de trabalho, no máximo. “Ela lei passou a vigorar no dia 1º de maio de 1848” (GIANNOTTI, p. 31, 2007). Essa foi a primeira das muitas manifestações que ocorreram neste dia e que o tornaria célebre para os trabalhadores do mundo inteiro.

Toda essa efervescência quase levou a Grã-Bretanha a uma situação revolucionária, entre 1830 e o início da década de 1840. A crise política, econômica e social abateu-se tanto na classe trabalhadora, como na classe média. Num primeiro instante, elas chegaram a ser aliadas nas manifestações que clamavam uma Reforma Parlamentar. Entretanto, a burguesia, ao fazer algumas concessões à ala mais radical da classe média, conseguiu calar essa fração do movimento e fez com que os trabalhadores ficassem sós, isolados. O período segue conturbado, corroborando que existe uma “guerra social” entre burguesia e proletariado.

A partir da crise de 1837, a agitação da classe média, reviveu sob a bandeira da Liga Contra a Lei do Trigo e a das massas operárias alargou-se, transformando-se no gigantesco movimento em prol da Carta do Povo, embora os dois grupos agora se movessem separadamente e em oposição mútua. No entanto, ambos estavam dispostos a ir a extremos, especialmente durante a pior das depressões do séc. XIX, a de 1941-42: o cartismo dispunha-se a uma greve geral, os extremistas de classe média a um *lock-out* [grifo do autor] nacional que, enchendo as ruas de trabalhadores famintos obrigaria o governo a tomar providências. (HOBSBAWM, 1986, p. 72).¹¹⁶

Operários de diversos países europeus (Bélgica, Suécia, França e Itália) encontraram nas greves de massas uma oportunidade de dirimir a miséria em que se encontravam, matar a fome e derrotar a burguesia. Na pauta dos trabalhadores estava ainda o sufrágio universal. Mas foi só na Rússia que a ação da classe operária acabou indo mais longe. A Revolução

¹¹⁶Entre os diversos tipos de greves, o *lockout* – como esclarece Leite (1988), adotando essa grafia - é uma forma de paralisação do trabalho promovida pelo patronato. Constituiu-se no fechamento da fábrica, da empresa.

modificou as feições do mundo¹¹⁷. Colocou milhares de trabalhadores em marcha por uma vida melhor. “Na Europa, trabalhadores intensificaram as greves, manifestações, barricadas e exigiam o atendimento de suas antigas reivindicações” (GIANNOTTI, 2007, p. 40). Segundo Luxemburg (1978), foram as greves de massas que culminaram, em 1917, na Revolução Russa. “A revolução russa é a mesma revolução que constitui a primeira experiência histórica de greve geral [...]” (LUXEMBUG, 1978, p. 46).

Luxemburg (1978), a propósito, é quem condensa, através da obra *Greve de massas, partido e sindicatos*, uma reflexão no que tange ao papel de cada um destes “dispositivos” para a construção de táticas de greves de massas. Para a autora, cabe ao partido o trabalho de “consciência” (agitação e esclarecimento) nos momentos de ascenso ou refluxo das massas, a direção política nos períodos de ação e o aprofundamento desta concepção na vanguarda. Ela preconiza que toda greve geral seja a antecipação de uma situação revolucionária.

Parece um pouco fundamentalista a visão de Luxemburg (1978), haja vista que vários países da América Latina (e o Brasil foi um deles, como se verá logo mais) viveram vigorosas ações grevistas e nem por isso chegaram à revolução socialista. Fato é que a prática da classe operária e a construção de uma sociedade nestes moldes tem se mostrado cada vez mais abstrusa, isto porque a própria existência capitalista, como ressalta – lucidamente - Luxemburg (1978), impede tal reação.

A História mostra que a matemática capitalista modernizou, com o passar dos anos, os feitos de abater a resistência operária. Foram inventadas as políticas salariais e de cargos, aceleraram-se as rotinas de trabalho, tornaram-nas monótonas, repetitivas (atomizando os chamados distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho), ou seja, “coisificou-se” a mão de obra. As greves, conseqüentemente, reproduzem um momento de libertação desse

¹¹⁷Além de dividir o mundo em dois blocos (socialistas e comunistas), outro desdobramento importante que se deu por conta da Revolução Russa foi a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919. Este órgão publicava as chamadas Convenções da OIT - documento que, em linhas gerais, era responsável por estabelecer normas universais para as relações entre capital e trabalho. Giannotti (2007, p. 41-42) descreve qual, na sua opinião, tenha sido o verdadeiro objetivo da OIT: “Não foi porque os patrões e os vários governos capitalistas do mundo estavam com dó dos coitadinhos dos trabalhadores. Havia dois motivos muito simples. Primeiro, porque temiam que a revolução feita pelos operários russos se espalhasse pelo mundo. Queriam impedir o avanço da revolução socialista. E a OIT deveria ser um poderoso instrumento para combater a possibilidade de novas revoluções. [...] Outra razão [...] foi a necessidade de se garantir uma concorrência em iguais condições entre os países. Todos teriam leis parecidas e conseqüentemente (sic), custos de trabalho parecidos”. A OIT vigora até os dias de hoje e segue sendo um “balizador” das regras gerais do mundo do trabalho.

sujeito, rotineiramente passivo às ordens, dobrado pela vontade do capitalista, que, na maioria das vezes, se vê personificado nas chefias.

Na sociedade contemporânea, outras formas de luta têm sido agregadas à dinâmica grevista. Em suma, as performances podem até mudar, mas o cerne dos movimentos proletários segue o mesmo: diminuir as assimetrias e hierarquizações introjetadas pelo capital. E é esse um dos motes que moveu milhares de trabalhadores brasileiros, na década de 1980.

4.2 A greve na linha de montagem

Antes de trazer à tona a discussão sobre a ação coletiva da classe trabalhadora no Brasil, cumpre esclarecer, sinteticamente, como se dá a dinâmica grevista. Isso será crucial para que se possa entender, no próximo capítulo, porque as narrativas midiáticas sobre este evento são como são.

A tentativa aqui não é trivializar um fenômeno reconhecidamente complexo, mas mostrar que, como qualquer processo inerente ao capitalismo (e a greve, justo por ser uma das possibilidades de represar o afã capitalista, não está deslocada do sistema) guarda algumas similitudes. Seja na Europa, nos Estados Unidos ou no Brasil, as greves, assim como as linhas de montagem fordistas¹¹⁸, apresentam componentes comuns e respeitam procedimentos padrões.

A primeira questão a ser notabilizada é que, geralmente, não é de uma hora para outra que os trabalhadores cruzam os braços. Via de regra, os sindicatos ou outra organização ligada à classe trabalhadora, realiza uma extensa preparação, que consiste, de acordo com Leite (1988, p. 53):

no levantamento das reivindicações que serão encaminhadas ao patronato, na discussão com o conjunto dos trabalhadores sobre os meios que serão empregados para pressionar os empregadores, na divulgação dos resultados das conversações com os patrões e na mobilização para a greve propriamente dita.

¹¹⁸É claro que não se está perdendo de vista que a linha de montagem de um automóvel e de um produto simbólico (as notícias, por exemplo) ou movimento simbólico têm características e, sobretudo, impactos diferentes. O objetivo nesta dissertação é ilustrar que todos respeitam uma lógica capitalista.

É nas assembleias gerais que, comumente, estas deliberações são feitas. A incubação do ato grevista inclui ainda um vasto arsenal de pressão por parte dos operários. Leite (1988) menciona que podem ser as operações tartaruga¹¹⁹, a recusa da prática de horas extras (que evita também o estoque da produção) e a greve de advertência¹²⁰. Não raro, eles recorrem também a manifestações de rua, passeatas, comícios e à entrega de panfletos em locais públicos, suportes que visam chamar a atenção da sociedade, informá-la do motivo de tais ações e, mais do que isso, mobilizar a opinião pública a seu favor, em caso, efetivo, de greve.

Deflagrada a greve, é dos sindicatos a tarefa de conduzir o movimento. É por assumirem essa responsabilidade que Cattani (1991, p. 38) cogita que eles estejam “por trás das extraordinárias transformações nos dois últimos séculos. [...] O ‘Welfare State’ não foi uma doação de elites esclarecidas ou de líderes reformistas, mas sim uma efetiva conquista da massa trabalhadora, através basicamente da ação sindical”. Mérito esse que precisa ser dividido com as lideranças sindicais. Recai sobre elas a função de intermediar as negociações, de levar à mesa as demandas pactuadas pela categoria, de consultar os trabalhadores sobre a sua disposição em ceder ou manter suas atividades paralisadas mediante possíveis contrapropostas patronais (LEITE, 1988). E nesse vai-e-vem, elas terminam por legitimam-se como porta-vozes (às vezes só da categoria que representam, em outras, quando há uma greve geral, por exemplo, do evento como um todo) dos trabalhadores.

Já se falou que a instância de decisão sobre todos os assuntos referentes à classe trabalhadora são as assembleias sindicais. Em meio às greves, elas assumem importância substancial. São nestes encontros que são decididos o término ou a continuidade do movimento, “[...] assim como se organizam os grupos de trabalho (comando de greve, piquetes, comitê de imprensa e divulgação, comitê de mobilização, fundo de greve, etc.)” (LEITE, 1988, p. 55).

Momento de tensão maior ou igual ao do decreto de uma greve é o seu encerramento. São escassas as vezes em que o patronato atende as reivindicações dos trabalhadores integralmente. Pior que isso é quando eles socorrem-se de forças policiais para pressionar a

¹¹⁹Este tipo de greve possui como traço marcante a desaceleração proposital do ritmo de produção (LEITE, 1988).

¹²⁰Realiza-se durante as negociações com o patronato. O intuito deste tipo de greve é forçar os donos do capital a atenderem as reivindicações trabalhistas. Se isso não acontece, sucessivas greves de advertência vão se repetindo ou greves ininterruptas e mais duradouras (LEITE, 1988).

dispersão dos grevistas, anunciam demissão em massa ou prometem o cumprimento da agenda (ou parte dela) reivindicatória e depois não o fazem. A volta ao trabalho, face às ameaças patronais, passam a ser condicionantes para o fim da paralisação. E, se por ventura, não for realmente executado o que as partes acertaram, os trabalhadores podem voltar a interromper suas atribuições.

Todas essas “batalhas”, “arenas” e “personagens” sempre estiveram presentes nos livros de História do mundo e do Brasil. Contudo, os recortes teórico-metodológicos são quase sempre individualistas ou, mais grave ainda, retratam o lado do “vencedor”. Cattani (1991, p. 80) oferece a sua versão: “As transformações parecem ocorrer devido às mudanças de humores dos empresários ou devido à evolução técnica ditada por padrões internacionais. Pequenas alterações seriam meras concessões por ocasião dos dissídios coletivos”. Superficialmente, o mundo se revela caótico, sem centralidade, como se trôpegos e afoitos indivíduos andassem sem direção. Não são esses os princípios normativos nem da classe trabalhadora (não se pode ser inocente a ponto de pensar que liderar uma greve não se configura num ato de poder, sujeito – por inúmeras vezes – a interesses) e muito menos do capital.

A ação coletiva dos trabalhadores (e o contra-ataque da classe patronal) é prova disso. Tanto é que esta suposta letargia (por parte dos trabalhadores) nem sempre foi regra e que um ex-líder sindical presidiu, por oito anos, o Brasil. Não fosse assim, o movimento grevista da década de 80 e o peso político de Luiz Inácio Lula da Silva não estariam mais pulsando na memória nacional.

4.3 Uma onda recente: os cenários grevistas da década de 1980 no Brasil

A maior onda grevista da História do Brasil, vivida na década de 1980, não é efeito do acaso. Do mesmo modo que europeus e americanos tiveram, primeiro, de constituir-se como classe, organizarem-se como tal para daí travarem uma disputa mediada por sentimentos antagônicos, brasileiros também foram submetidos à experimentação de cada uma dessas fases.

Com as raízes do capitalismo afincadas por toda a Europa e Estados Unidos, parecia óbvio que a árvore da indústria não demoraria a florescer no Brasil, já que aqui se dispunha de

uma considerável diversidade de matéria-prima. Até o início do século XX, o Brasil – como afirma Giannotti (2007, p. 48) – vivia “deitado em berço esplêndido”, industrialmente. Elas até existiam, mas eram raras. Não interessava – e nem demandava - aos grandes latifundiários escravistas (exportadores de produtos primários, minerais e agropecuários) que esse caminho fosse aberto. Tudo que extraíam (cana-de-açúcar, café...) do fértil solo brasileiro era empilhado em navios que atravessavam o oceano e entregue à “pátria mãe” que, arguciosamente, fazia da riqueza natural brasileira uma importante moeda de troca com outros mercados mais industrializados. Os artigos “importados”, que hora e outra eram adquiridos, vinham todos de terras lusitanas, mas, na verdade, tinham selo de fabricação inglês.

Foi a ascendência de uma burguesia cafeeira – dona do capital que seria utilizado na construção das indústrias – que fez o país deixar de ser, a passos lentos, essencialmente, agrário-exportador. “As primeiras fábricas que surgiram no Brasil foram criadas para o setor têxtil. Entre os anos de 1844 e 1866, foram instaladas no país nove tecelagens de algodão” (GIANNOTTI, 2007, p. 49). E onde há centros fabris é imprescindível que haja trabalhadores.

Daí a origem da classe operária brasileira. No começo, era formada, basicamente, por imigrantes europeus que vinham aos milhares para o Brasil em busca de uma alternativa à miserabilidade e às guerras. Singer (1986) acrescenta que a imigração europeia foi parte de uma política governamental como meio de suprir a mão de obra cafeeira¹²¹ e das atividades urbanas. Estes tinham preferência nos postos de trabalho abertos porque já haviam tido algum contato com o ambiente das fábricas, coisa que os escravos sequer ouviram falar um dia. Mesmo depois da abolição¹²², eles continuavam a trabalhar no campo. Por sinal, numa situação muito similar a de antes do anúncio da princesa Isabel¹²³. Sem terras para plantar, ou seguiam subservientes aos desmandos dos seus donos ou morriam de fome.

Aqueles que tentavam arriscar a vida na cidade, tinham de se contentar com os postos mais humildes, como o do serviçal doméstico ou na construção civil.

¹²¹A partir do cessamento do tráfico de escravos da África, em 1850, a classe dominante brasileira passou a enfrentar um gravíssimo problema generalizado de mão de obra (SINGER, 1986).

¹²²Em 1888, foi decretada no Brasil a chamada Lei Áurea, que abolia a escravatura no país.

¹²³A princesa Isabel era filha de D. Pedro II e tornou-se herdeira do trono brasileiro após a morte prematura do seu irmão mais velho. Marcou a história nacional por decretar, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no país.

Ele se tornou vítima de verdadeiro círculo vicioso: excluído das oportunidades de se integrar à classe operária em formação, a não ser em empregos precários e mal pagos, o homem negro se viu impossibilitado de construir uma família nos moldes “burgueses”, cujo sustento é provido pelo chefe; passou a depender de ganhos mais regulares da mulher, cujo emprego como serviçal doméstica era menos intermitente, o que servia para reforçar a imagem do negro como avesso ao trabalho; conseqüentemente (sic) se reforçavam as barreiras que o excluíram das poucas vias de ascensão social, abertas ao trabalhador pobre. (SINGER, 1986, p. 53).

O que talvez o patronato brasileiro não tinha se dado conta é que na bagagem dos alemães, italianos e espanhóis (entre outras nacionalidades) que desembarcaram no Brasil havia mais que intimidade com as máquinas. Eles tinham um século de experiências sindicais, grevistas e de manifestações de toda e qualquer ordem. Assim, se na Europa pós-industrial as forças produtivas levaram algum tempo para aprender como confrontar a exploração capitalista, no Brasil, essa lição já era mais do que sabida. Perceberam que a visão político-econômica – ancorada nos princípios liberais - da burguesia era simétrica.

Embora o contingente de operários fosse exíguo¹²⁴ no país (concentrava-se mais em São Paulo e no Rio de Janeiro, estados que receberam o maior volume de imigrantes), rapidamente, eles notaram que a inércia os levaria à total ruína. “Suas primeiras formas de organização foram as Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, que visavam auxiliar materialmente os operários nos momentos mais difíceis, como nas greves ou em épocas de dificuldades econômicas” (ANTUNES, 1989, p. 48). Depois das associações mutualistas, vieram as Uniões Operárias, as quais seriam o embrião dos sindicatos. Estes, por sua vez, passaram a ser subdivididos por ramos de atividades.

A influência europeia no operariado brasileiro despertou ainda para a organização partidária. “A partir de 1890, apareceram vários agrupamentos com o nome de partido. Vários partidos operários nasceram e desapareceram em alguns meses. O mesmo se deu com os partidos socialistas” (GIANNOTTI, 2007, p. 56). Na presença de tamanha pujança classista, as greves seriam uma implicação nata.

Foi em meio à primeira fase do movimento sindical urbano – 1850 - 1888 (PEDROSO, 1998, p. 29), classificado como “politicamente débil, pouco articulado entre si e com capacidade mobilizatória limitada [...]”, que se realiza a primeira greve do país. Trabalhadores

¹²⁴De acordo com informações de Giannotti (2007) existiam em torno de 80 mil trabalhadores urbanos em 1900 no Brasil.

gráficos de três jornais cariocas pararam por uma semana. No segundo dia da paralisação imprimiram o seu próprio veículo: o *Jornal dos Tipógrafos* (GIANNOTTI, 2007), atitude que abre janela para duas considerações. A primeira faz menção à importância que os grevistas veem em publicizar seu movimento. E a segunda alude à criação de um mecanismo particular por parte dos trabalhadores. Se já existia imprensa na época (os tipógrafos são prova disso, trabalhavam para três jornais do Rio de Janeiro) por que construir uma ferramenta exclusiva? Fica o questionamento até o próximo capítulo, onde as duas questões serão examinadas com maior detalhamento.

De lá em diante, a indústria brasileira expandiu-se no mesmo compasso que a luta dos trabalhadores, respeitadas, logicamente, a heterogeneidade dessa trajetória. No segundo estágio da organização sindical urbana – compreendida por Pedrosa (1998) entre 1889 e 1930 – o país já estava sob a vigência da República, mas o poder seguia nas mãos das velhas oligarquias agrárias. A visão predominante no sindicalismo desta época é anarquista, legado dos imigrantes, principalmente, italianos. Em 1922, militantes vinculados a essa corrente sindical fundam o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Novas tendências políticas começam a surgir nos recônditos operários: a socialista, inspirada na social-democracia europeia; a comunista, influenciada pelo *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels; e a católica, formada pelos “amarelos”, como eram denominados, fundamentada na oposição aos anarquistas, comunistas e socialistas, grupos que denunciavam o atrelamento da Igreja Católica às classes dominantes (senhores, patrões...) (GIANNOTTI, 2007). A estes ensaios proletários, a burguesia voltava a responder com repressão.

Durante todo este período, o tratamento dado pelos patrões às lutas operárias se resumia na frase atribuída ao último presidente da República Velha, Washington Luiz: “A questão social é um caso de polícia”. [...] A polícia prendia e matava, para manter a ordem estabelecida. O objetivo era garantir o sistema capitalista com a sua doutrina liberal. (GIANNOTTI, 2007, p. 61-62).

Diga-se de passagem, a assertiva do líder político denuncia que é bastante precoce no Brasil a mobilização dos trabalhadores estar associada a um discurso de contravenção e violação¹²⁵. Circunstância comparável se encontra na terceira etapa do movimento sindical -

¹²⁵Até 1900, a greve era um fato social tolerado pelo Estado. Posteriormente, passou a ser interpretada como um delito por um longo período de tempo. A Lei nº 38, de 1935 - Lei de Segurança Nacional - enquadrava qualquer paralisação como crime. A Constituição de 1937, encarnando o espírito do Estado Novo, repudiava a greve e o *lockout*, considerando-os antissociais e nocivos ao trabalhador e ao capital, principalmente por prejudicar o desenvolvimento social e produtivo do Brasil. Desde então, foram editadas uma série de normas restritivas ao

1930 a 1945 (PEDROSO, 1998). Apesar do mundo inteiro estar sob o impacto da crise (a maior Bolsa de Valores – Nova Iorque - do planeta havia quebrado em 1929), o Estado brasileiro, através do presidente da República Getúlio Vargas, intervêm na economia, visando estimular o crescimento industrial. O saldo dessa interposição significou a constituição da grande indústria no país.

As mudanças socioeconômicas do governo Vargas foram paradigmáticas tanto para a burguesia industrial como para os trabalhadores, que passaram “a pesar mais na balança política” (GIANNOTTI, 2007, p. 116). Em sua primeira gestão (1930-1945), recorreu aos mesmos expedientes coercivos do passado contra greves, protestos... A diferença agora estava na hábil propaganda, que o vendia para a massa proletária como “pai dos pobres”. Lembrando que foi Vargas quem aplicou uma das políticas mais paradoxais da História da classe trabalhadora brasileira. Com uma mão atendeu antigas reivindicações, criando a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)¹²⁶, e com a outra avolumou o controle sobre as entidades sindicais¹²⁷ (PEDROSO, 1998). Aparentava esta ser a fórmula perfeita de agradar a todos (patrões e empregados). “Aparentava”, uma vez que a ditadura varguista não só sufocou a ação sindical, como aliciou a direção dos trabalhadores, “poupando” os empresários de desgastes maiores. Cattani (1991, p. 39) defende que o modelo corporativo imposto foi “uma brilhante estratégia, uma fantástica obra de engenharia política com o intuito de desarmar o

direito de greve, as quais previam punições das mais variadas. Em 1943, a CLT seguiu no mesmo “ritmo”. O art. 722 (da lei que ainda sege regendo os contratos de trabalho no setor privado – já que o público, na sua maioria, é norteador pelo sistema estatutário) prevê várias punições aos empregados que, coletivamente e sem autorização do Tribunal do Trabalho, paralisassem os serviços. A fase restritiva durou até 1946, momento em que fora promulgada uma nova Constituição. A greve, a partir daí, foi reconhecida como lícita e legítima, sendo apenas prevista a necessidade de posterior regulamentação por meio da edição de legislação ordinária. Para tanto, foi criada a Lei nº 4.330/64, que, dentre outras previsões, dispunha que a greve não acarretaria a suspensão do contrato de trabalho, desde que deferidas as reivindicações dos trabalhadores pela Justiça do Trabalho, do contrário não seriam devidos os salários dos dias parados e nem se computaria como tempo de serviço. A Constituição Federal de 1969, por seu turno, manteve o direito de greve dos trabalhadores, prevendo, contudo, duas importantes exceções a tal instituto, consistentes na proibição da paralisação de serviços públicos e atividades essenciais. Para regular tais situações, foram editados o Decreto-Lei nº 1.632/78 e a Lei nº 6.620/78, que vedava, entre outras disposições, a greve nos serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias, drogarias e indústrias (ou seja, quase todos os segmentos). Por fim, a Constituição de 1988 consagrou o direito de greve, exigindo, todavia, a edição de lei que regulamente o seu exercício (NASCIMENTO, 2010).

¹²⁶A CLT foi criada em 1943 e segue vigendo o contrato de trabalho da grande maioria dos trabalhadores do país. Ela garante o direito a férias, ao repouso semanal remunerado, jornada de trabalho de oito horas diárias, direito à sindicalização, entre outros benefícios.

¹²⁷O imposto sindical – hoje chamado de contribuição sindical – foi instituído em 1939. A partir dessa legislação todos os trabalhadores que possuem carteira assinada têm um dia do seu salário descontado por ano, independente de serem sindicalizados ou não. Estes recursos são utilizados para manter a estrutura sindical (sindicato, federação, confederação e Ministério do Trabalho). Foi a forma que Vargas encontrou de colocar sindicatos sob o controle do governo e dos patrões.

potencial conflitivo próprio do capitalismo”. “O discurso dominante da época pregava: ‘Harmonia entre Capital e Trabalho’” (GIANNOTTI, 2007, p. 117).

A hegemonia burguesa teve sucesso na medida em que conseguiu reprimir as tentativas de autodeterminação, neutralizando os segmentos estratégicos através de benefícios localizados. A palavra precisa para definir esse processo, mais do que cooptação é “domesticação”, isto é, a transformação de um conflito de classes num caso doméstico no qual o pai Estado, sábio e disciplinador, atenderá às justas reivindicações de seus filhos Capital e Trabalho. Sob Vargas intensificou-se o ideal do Positivismo, de integração das massas ao capitalismo, “protegendo-as” dos malefícios da livre concorrência. (CATTANI, 1991, p. 74).

O período seguinte, demarcado por Pedroso (1998) entre 1945 e 1964, não se distingue muito do anterior. A peculiaridade está no regime político, presente na maior parte do tempo. “[...] a Nação buscava construir a democracia e, para isso, uniram-se diferentes organizações da sociedade civil, entre as quais os sindicatos de trabalhadores” (PEDROSO, 1998, p. 46). Salta aos olhos ainda o crescimento da indústria, oportunizando que novos setores assumissem a dianteira da economia nacional.

Do início da década de 1950 até março de 1964, a “hibernação” da classe converteu-se em intensa capacidade mobilizatória. Já em 1946, representantes sindicais ligados ao PCB fundam a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), em substituição ao Movimento de Unidade dos Trabalhadores (germe de central sindical). Em 1953, centenas de milhares de trabalhadores (marítimos, metalúrgicos, gráficos, ferroviários...) paralisaram no país e, particularmente, em São Paulo, município que despontava como polo industrial (PEDROSO, 1998). O modelo das paralisações – que se multiplicaria até o Golpe de 64 – superava o da estrutura sindical e contava com o apoio do movimento popular, estudantil, das mulheres e das associações de bairro.

Em 1962, mais uma demonstração do ânimo da classe trabalhadora: constrói-se o Comando Geral do Trabalhadores (CGT). Enquanto a esquerda – composta por líderes do PCB e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – organizado por rupturas internas entre os comunistas – seguia com planos de mudar a sociedade, via Reformas de Base¹²⁸, a direita articulava o Golpe Militar, que abriria um ciclo de quase ostracismo por parte do movimento sindical urbano.

¹²⁸Estas reformas “representavam uma modernização e, sobretudo, a democratização e a diminuição de injustiças históricas do país (GIANNOTTI, 2007, p. 147).

A partir de 1964 até 1977 – considerada a quinta fase do movimento (PEDROSO, 1998) - “não ocorreu nenhuma greve no Estado [RS] e nenhuma manifestação conflituosa por iniciativa dos sindicatos” (CATTANI, 1991, p. 77). Pedroso cita alguns autores que, a partir de fontes jornalísticas, localizaram algumas realizações paredistas. A bem da verdade, estas entidades mantinham-se de portas abertas, mas mediante o torpor de seu papel histórico, funcionavam mais como balcões de serviços – leia-se práticas assistencialistas (médicos, dentistas, assistência jurídica...) e rituais burocráticos (em resumo, rescisões de contrato).

A classe operária, no decorrer de mais de uma década, suportou a criação de Atos Institucionais (AIs) – e o AI-5 é indicado por uma expressiva rede de pesquisadores como o mais agressivo deles, tendo em vista que implantava a censura com todo rigor -, a aplicação da Lei de Segurança Nacional, a proibição total às greves (via Lei nº 4.330), a “caça aos subversivos”, através de prisões, torturas e mortes, o arrocho salarial, o fim da estabilidade no emprego, cuja “recompensa” foi o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (GIANNOTTI, 2007), enfim, a uma série de disparates militares até que, lentamente, esse silêncio começa a ser rompido.

Foram os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que abriram, em 1978, uma campanha de mobilização pela reposição dos 34,1% que haviam sido extorquidos dos trabalhadores em 1973, quando o governo brasileiro falsificou os índices inflacionários. Primeiro, recorreram às chamadas “operações tartaruga” para, posteriormente, travarem greves de grande envergadura. Logo depois, os operários do setor automobilístico não estavam mais sozinhos. Professores, bancários, funcionários públicos e outras categorias de assalariados médios engrossaram as fileiras grevistas, dando os primeiros passos em direção ao sexto momento do sindicalismo urbano – 1978 – 1989 (PEDROSO, 1998), conhecido por Novo Sindicalismo¹²⁹. “A onda grevista de 1978 atinge meio milhão de braços cruzados e marca, de forma inquestionável, a presença definitiva dos trabalhadores no cenário político e social brasileiro, na luta contra o regime militar e pela conquista das liberdades democráticas” (COSTA, 1995).

¹²⁹É denominado Novo Sindicalismo o momento pelo qual passou o movimento sindical brasileiro a partir do fim da década de 1970. Trata-se de uma nova postura sindical, iniciada, particularmente, com as greves do ABC Paulista. Amparado numa proposta mais agressiva, do Novo Sindicalismo emergiram inúmeras lideranças sindicais. De acordo com Cruz (2000), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi a representação orgânica deste processo.

O movimento grevista da década de 1980 também teve suas particularidades internas. Operou em harmonia com os passos da transição política nacional. Para Noronha (1991, p. 102) cada uma das fases dos embates trabalhistas corresponde “a um determinado volume de greves, a uma forma de relação entre sindicatos e governo, a níveis diversos de consolidação sindical e a estratégias diferenciadas de ação [...]”. Certos pormenores, aparentemente secundários, como as migrações (do campo para a cidade e de outros estados para São Paulo – principal centro fabril) favoreceram no tom e na magnitude deste processo. Elas iniciaram na década de 1950 (momento em que São Paulo vivenciou um surto fabril, tendo por eixo a indústria automobilística) e seguiram em ritmo decrescente nos decênios subsequentes, mas não menos elevados. “A população de 1960 – que já era resultado de um crescimento notável nos passados 10 anos – aumentou mais de duas vezes e meia até 1980” (SADER, 1995, p. 67). A dinâmica migratória, muito além de inchar o número de trabalhadores urbanos, redefiniu os contornos espaciais da cidade. Bairros foram refeitos (alguns acabaram convertidos em favelas), avenidas rasgadas por novos viadutos, estradas ampliadas (SADER, 1995).

Por conta do volume destas transferências, São Paulo, em 1979, seguia chamando atenção do mundo pelas centenas de milhares de mãos erguidas votando, nas assembleias gerais, a favor das greves. Entre os anos de 1980 e 1984, houve um eloquente declínio no número de grevistas, principalmente no ramo privado. A crise econômica que atravessava o país transformava-se quase que em fator proibitivo às paralisações. Não para os servidores públicos, que intensificavam suas formas de combate.

A revitalização veio a partir de 1984. Desse ano até o fim da década nota-se uma larga ampliação dos conflitos. Foram milhões de jornadas perdidas e um contingente de trabalhadores cada vez maior envolvido em greves. Foi aí que a sociedade e, fundamentalmente, as lideranças ditatoriais, descobriram, na prática, que aquela massa amorfa, moldada por muitos anos pelo corporativismo sindical, havia amadurecido e estava disposta a resgatar sua identidade ativa na História. Os verdadeiros causadores do Milagre

Econômico¹³⁰, após um longo período de jejum, protagonizaram, durante todo o decênio de 1980, o maior circuito de ações grevistas já registrados nos anais brasileiros.

A partir de 1979, a classe trabalhadora foi rompendo, sistematicamente, as correntes do medo e tomou às ruas de todos os cantos do Brasil. Assembleias e mobilizações passam a emoldurar a paisagem urbana. Como os sindicatos ainda estavam sob a nefasta tutela estatal, estes eventos eram realizados em praças, igrejas, estádios. A população inteira se mexeu – desde padres, estudantes, artistas... – em favor da causa operária, mas também aglutinou forças, obviamente, pela derrubada do Regime Militar. “Jornais, rádios e televisões, mesmo contra a vontade da Ditadura, não podiam mais esconder esse movimento. Foram mais de 430 greves [em 1979], com três milhões e 200 mil grevistas de várias categorias” (GIANNOTTI, 2007). O potencial de lutas neste decênio foi de uma expressividade que, como comenta Giannotti (2007), fez o filho da burguesia tradicional (Fernando Collor de Mello) disputar as eleições de 1989 contra um líder operário (Luiz Inácio Lula da Silva foi torneio mecânico e liderou a ação grevista no ABC Paulista).

A mudança de perfil na ação coletiva da classe trabalhadora, inclusive, encontra respostas, na eclosão de um novo modelo de sindicalismo, de novas lideranças políticas (Lula era a vanguarda delas) e correntes partidárias. Se na Europa a esquerda sofria derrotas mortais, com o desmantelamento da União Soviética, a queda do Muro de Berlim, em 1989, e as eleições do papa João Paulo II, em Roma, no ano de 1978, da primeira ministra do Partido Conservador, Margareth Thatcher (1979-1990), na Inglaterra, cujas posturas eram, explicitamente, conservadoras, anticomunistas e neoliberais, no Brasil, os descolamentos se davam em sentido oposto. Até mesmo em relação aos Estados Unidos, já que lá é Ronald Reagan (1981-1989), do Partido Republicano, que assume a presidência da República, avalizado pelo seguinte discurso: “Nunca mais seremos humilhados pelos vermelhos” (GIANNOTTI, 2007, p. 231).

Ao extinguir a lei do bipartidarismo (durante os quase 25 anos do Regime, dois partidos – Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA) - dividiram o espectro político nacional), os militares davam mostras que estavam em retirada.

¹³⁰De 1968 a 1974 o Brasil viveu o chamado “Milagre Econômico”. Configura-se num período de expressivo crescimento econômico nacional. A imensa introjeção de capital estrangeiro viabilizou investimentos em áreas cruciais para o desenvolvimento do país (infraestrutura, indústria...).

A Lei de Greve¹³¹ já tinha vindo abaixo na prática e havia uma insatisfação generalizada. “Com exceção da Rede Globo, totalmente a serviço da Ditadura, as imagens das greves nas capas de jornais e outras televisões mostravam que o regime já não estava mais com a mesma força que tinha entre 1969 e 1976” (GIANNOTTI, 2007, p.233). A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, é uma das expressões máximas da “desescalada” militar.

O PT foi fruto da organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos paulistas. Tinha como marca o apelo classista. Alicerçado numa plataforma socialista-democrática, o partido congregava movimentos sociais de toda ordem. Petras (2005, p. 21) completa:

[...] trabalhadores sem-terra, favelados urbanos, ecologistas, feministas, grupos culturais e artísticos, ativistas progressistas, religiosos e defensores dos direitos humanos, para além dos principais sindicatos novos, incluídos o dos metalúrgicos, dos professores, dos bancários e dos funcionários públicos.

Petras (2005) justifica que tamanha influência devia-se a sua participação direta nas lutas operárias, estudantis e do campo. Em consórcio, Giannotti (2007) sustenta que, até 1988, a sigla lançou candidatos próprios para as eleições no intuito de priorizar a luta travada pelos trabalhadores e ou minorias (estudantes, mulheres, negros, homossexuais...) e não o embate institucional.

Sob os mesmos marcos do PT, nasce, em agosto de 1983, numa conferência em que participaram mais de cinco mil pessoas, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em desobediência a legislação vigente desde a década de 30, que vedava a criação de centrais sindicais, alguns sindicatos brasileiros constroem aquela que, mais tarde, se tornará referência mundial em combatividade (GIANNOTTI, 2007). Sobre as alianças estabelecidas entre entidades sindicais e partidos políticos, Costa (1995, p. 41) alega:

[...] não podemos, de forma simplista e esquemática, afirmar, a partir daí, que as entidades sindicais são meras correias de transmissão dos interesses das organizações partidárias; na prática, há uma relação de complementaridade entre elas. Aqueles partidos que assumirem a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e forem reconhecidos por eles exercerão sua hegemonia no movimento sindical, estabelecendo-se, assim, a legítima articulação entre partidos políticos e sindicatos.

¹³¹Foi em 1989, com a promulgação da nova Constituição Federal que as greves passaram a ser, novamente, um direito irrestrito do trabalhador brasileiro. Ele está assegurado no artigo 9º e na Lei 7.783/89.

Antes da CUT, dois blocos polarizavam o movimento sindical: o da Unidade Sindical e o dos Autênticos. O primeiro, considerado “reformista”, esquivava-se do confronto com os militares. Fazia uma avaliação fatalista da crise que assolava o país. Lideravam essa organização militantes do PCB, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o PCdoB. Os Autênticos, comandados por sindicalistas dos sindicatos “combativos” (metalúrgicos de São Bernardo do Campo, petroleiros de Paulínia e bancários de Porto Alegre) e por membros do PT enfrentavam o patronato e o governo com greves e protestos. “Não apostava [essa corrente] em acordo nacional com os patrões e era declaradamente contra o pacto social” (GIANNOTTI, 2007). A greve geral de julho de 1983 – apontada por muitos historiadores como a primeira convocada nacionalmente – foi concludente no sentido de estabelecer quem tomaria as rédeas do movimento dali para a frente. A CUT é o saldo do segundo bloco, já que na reunião chamada após essa greve, por uma comissão convencionada de Pró-CUT, a Unidade Sindical retirou-se.

O raciocínio que norteava a classe trabalhadora era funcional: isolados, o patrão os vencia sempre, afinal ele dispunha de múltiplos mecanismos de coação, tais como as retaliações individuais (que podem chegar a ser demissão), investimentos pessoais (promoções de chefia) ou, em última instância, transferência da planta da empresa. Condição bem diferente de quando se uniam.

Essa era a única saída que tinham, já que a “crise da dívida externa” (1980 – 1985) agravava, vultuosamente, suas condições (a recessão econômica achatava os salários). Nesse clima, os trabalhadores tomam sindicatos antes dominados pelos “pelegos”¹³², alinham-nos às diretrizes cutistas e punham-se a lutar. Em 1984 é promovida outra greve geral. Os trabalhadores do campo, descrentes de qualquer perspectiva de reforma agrária, também se articulam. No mês de janeiro de 1984, no município de Cascavel, promovem o primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O MST – que poucos anos depois de fundado seria considerado o maior movimento camponês do mundo (GIANNOTTI, 2007) – nada mais é do que a expressão do desbravamento capitalista de uma outra seara: a do campo. Tal processo, cuja meta era “industrializar o campo”, a fim de facilitar a implantação das agroindústrias, fora acentuado, a

¹³²Pelego é uma expressão usual no meio sindical. Serve para denominar aqueles dirigentes sindicais que fazem uma política de conciliação de classes.

partir de 1970, e contou com o patrocínio do Estado, através de políticas como o oferecimento de crédito a juros baixos ou negativos, subsídios para a aquisição de insumos modernos, redução ou eliminação de impostos para aquisição de equipamentos agrícolas, que beneficiavam apenas os grandes proprietários rurais (GORENDER, 1987). De 1964 a 1984, a cúpula militar, esparzida pelos altos postos governamentais, não apenas amordaçou qualquer debate sobre a Reforma Agrária, como impôs um modelo que visava:

[...] estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, baseando-se na grande propriedade latifundiária e atrelando-se aos interesses do capital estrangeiro, vinculado com um processo de industrialização acelerada na cidade, também baseado nos investimentos de empresas multinacionais. (STÉDILE, 1997, p. 16).

Ao pequeno agricultor sobravam duas opções: ou adequavam-se às leis das indústrias compradoras dos seus produtos (foi o que parte dos fumicultores fez quando da transnacionalização do parque industrial na região em estudo – como será explanado logo mais) ou transferiam-se para as cidades, a fim de leiloar sua mão de obra (como fez a outra leva). Tanto a primeira, quanto a segunda escolha serviram como acessório explosivo para que as relações capital *versus* trabalho ficassem ainda mais tensas. No campo, as bandeiras vermelhas e as constantes ocupações passaram a “decorar” a paisagem. Na cidade, brotavam casebres de madeira de agricultores refugiados da “tempestade” promovida pelo capitalismo no campo. Somado a estes, os trabalhadores que há muito já enfrentavam os inúmeros “pacotes”, despejados pela Ditadura.

Não daria outra: nas manifestações grevistas (aí já de trabalhadores urbanos e rurais) passaram a tremular cartazes contra o arrocho salarial e, sobretudo, àqueles que clamavam por “Diretas Já”, fazendo com que os governos militares começassem a agonizar. Em 1985, o peemedebista e então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, vence as eleições para a presidência da República, via Colégio Eleitoral, mas morre antes de assumir. O vice da chapa, José Sarney, é quem fica no seu lugar e dá início a uma “Nova República” (GIANNOTTI, 2007).

A derrocada do autoritarismo teve, portanto, como principais atores os trabalhadores. Até 1989 foram milhões de grevistas, centenas de jornadas perdidas, ruas, praças e estádios tomados, adornados por faixas que suplicavam eleições diretas, e ferramentas agrícolas (foices, enxadas...) empunhadas por trabalhadores sem terra, “enfeitando” acampamentos de

beira de estrada. A outra grande vitória que eles protagonizaram foi a promulgação de uma nova Constituição, em 1988 – a chamada “Constituição Cidadã”.

A pergunta que não quer calar é: será que tudo isso foi conquistado apenas pela classe trabalhadora paulista – ou do ABC? A resposta poderá ser averiguada na sequência, momento em se propõe desbravar uma realidade que – como dito anteriormente – quase “não existe” por pouco fazer parte da História oficial.

4.4 Do ABC para o Vale do Rio Pardo: ecos no jornal *Gazeta do Sul*

A tese de que o movimento operário fora de São Paulo seja insignificante ainda está presente em grande parte da bibliografia nacional. O eixo Rio-São Paulo aparece com frequência nos recortes empíricos como “posto privilegiado” (CATTANI, 1991) e exclusivo de apreender todas as nuances socioeconômicas do Brasil. Há, na pior das hipóteses, trabalhos acondicionados a uma visão estereotipada da classe trabalhadora, que ignora questões específicas daquela região que integra a amostra analítica: estruturação social, econômica, identitária... Elas podem ferir de maneira abissal nos resultados de uma pesquisa. Quanto a esse tipo de posicionamento teórico, Cattani (1991, p. 48) opina:

O extraordinário desenvolvimento das ciências sociais no Brasil nos últimos anos destruiu qualquer possibilidade de entender o país através de um paradigma singular, ancorado na situação específica de uma região, e excludente da diversidade. Um paradigma unitário com base restrita não passa de um “efeito de poder” em face à incontestável heterogeneidade da sociedade brasileira.

O Rio Grande do Sul é um dos estados do Brasil que, embora sempre tenha mostrado algum vigor industrial – segundo Herrlein Jr. (2000) chegou a operar na década de 1920 com produtividade superior à indústria paulista – e vida sindical intensa, é muitas vezes “esquecido” pelos historiadores. Cattani (1991, p. 75) comenta que há várias lacunas (desprezadas até mesmo pela academia gaúcha) deixadas para trás nas produções científicas que abordam o tema. “Sobre o período 1937-1945 e a intensa movimentação grevista nos meses anteriores ao golpe de 64, não existe nenhum estudo especializado”. A intenção aqui não é fazer uma digressão a este passado (isso não está entre as finalidades deste trabalho), mas evidenciar que o Rio Grande do Sul e, em particular, o Vale do Rio Pardo, não ficaram de fora do contexto grevista dos anos 80.

A indústria sul-rio-grandense é do segundo quartel do século XIX. Alimentícias e têxteis foram as que mais se destacaram, no começo, e ambas – assinalam Petersen e Lucas (1992) – estão associadas ao comércio de exportação e importação impulsionado, em grande parte, por imigrantes alemães ou seus descendentes. O debate que existe sobre o nascimento da indústria gaúcha tem inúmeras direções teóricas. Silveira (2007, p. 177) reproduz uma delas que, futuramente, também pesará sobre o processo de industrialização do Vale do Rio Pardo, que é a artesanal.

Fruto também da predisposição, para o trabalho, do empenho e da abnegação dos migrantes trazidos da Europa com um conjunto de conhecimentos técnicos. Ou seja, a proposição básica desses autores é a de que a indústria surgiu a partir de um desenvolvimento linear e contínuo da oficina artesã localizada tanto nas picadas e linhas coloniais como nas povoações.

Há uma série de discrepâncias quanto à forma de organização industrial gaúcha e a do sudeste brasileiro (berço da industrialização nacional). Herrlein Jr. e Dias (1993, p. 289) alvitraram que o formato de transição capitalista adotado nas regiões de São Paulo e do Rio Grande do Sul condicionaram uma anatomia heterogênea tanto para os mercados, quanto para as relações de trabalho nestes dois territórios.

A indústria paulista emergia no início do século, dispondo de um amplo contingente de força de trabalho, pois a imigração promovida pelos interesses do café desenvolvera relações de assalariamento no campo, favorecendo a formação de um mercado de trabalho para a indústria. No Rio Grande do Sul, a estrutura de propriedade das terras permitira apenas um escasso provimento de força de trabalho à indústria nascente, provocando um diferencial de salários industriais/rurais superior ao observado na outra região.

A diminuição da zona colonial gaúcha - forçada pela alta taxa de natalidade, queda na fertilidade do solo e a limitação das terras (HERRLEIN JR., 2000) – foi quem determinou a progressiva transição de famílias rurais para o meio urbano. E, como alertam Petersen e Lucas (1992, p. 17), é “fácil entender, pois, que com o desenvolvimento das indústrias os trabalhadores necessitem criar meios de proteção frente ao capital”.

Até 1917, assim como no restante do país, os operários gaúchos apresentavam nível de organização precário. Valiam-se, entre 1870 e 1880, das entidades de socorro mútuo, que “procuraram garantir para seus sócios as condições mínimas de assistência material em caso de enfermidade” (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 17). No apagar das luzes da última década do século XIX, estas organizações começaram a ser substituídas por outras, bafejadas pelos

movimentos anarquistas e socialistas. No ano de 1903, parte da classe trabalhadora gaúcha, dá as primeiras pistas da sua vitalidade. “[...] acontece a primeira greve geral em Porto Alegre. Iniciada pelos marmoristas, também reivindicava jornada de 8 horas” (GIANNOTTI, 2007, p. 63). Em 1906, operários influenciados pela social-democracia alemã, fundam a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS).

A influência alemã parece ter sido a mais significativa, já que nesta época aparecem muitos nomes alemães em eventos destacados do movimento operário. [...] No entanto, muitos italianos e portugueses também aparecem vinculados a esta fase de predomínio socialista no movimento operário. (PERTERSEN; LUCAS, 1992, p. 29).

A FORGS dirigiu ou apoiou as numerosas greves deflagradas entre 1917 e 1919, momento delineado pelo elevado custo de vida e de salários rebaixados, efeitos que tinham no seu bojo a Primeira Guerra Mundial. O início do seu declínio data de 1919, quando divergências ideológicas abrirão um fosso no movimento operário nacional, fato que terminou na construção do Partido Comunista no Brasil, em 1922.

Os trabalhadores urbanos gaúchos, dado o universo de propostas políticas (decisivas para as amarras sindicais) que, gradativamente, foram apresentando-se em nível nacional, imiscuíram-se a tal situação social. Buscaram, como os demais, nas “sociedades de resistência” (sindicatos, centrais...) uma forma de organização coletiva que pudesse representar seus interesses e frear a cobiça capitalista. As greves, sendo assim, tornaram-se uma via reivindicatória assídua no Rio Grande do Sul (evidentemente, estes eventos sempre correspondiam a um panorama político situacional). De 1917 a 1930, o operariado urbano gaúcho executou 103 ações grevistas; 16, de 1931 a 1937 (no país, implantava-se a “Era Vargas”), 180, de 1945 a 1964; e 37, de 1965 a 1979 (PEDROSO, 1998). Quanto ao período áureo do movimento grevista – os anos 80 - a contagem de Pedroso se dá somente em âmbito nacional: 11.035 ocorrências.

Seria repetir um erro pensar que as ações grevistas circunscreveram a capital gaúcha. A historiografia, mesmo depois de pujante renovação, insiste em fechar os olhos para movimentações geograficamente distantes de Porto Alegre¹³³. Como aponta Pas (2009, p. 13),

¹³³São raras as obras de fôlego que tratam da classe operária de forma regional. Uma delas é *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888 – 1930)*, de autoria de Beatriz Ana Loner, e a outra – que será mencionada nesta dissertação em outros momentos – é *A ação sindical em tempos de crise*, de Iran Pas.

nem mesmo a “trajetória e uma cultura de classe considerável” do movimento sindical do município de Santa Cruz do Sul foram palatáveis aos pesquisadores, já que “é quase inexistente a produção que aborde o tema dos trabalhadores” (PAS, 2009, p. 13). Só que a ação coletiva dos trabalhadores existiu (e isso será corroborado logo mais) no Vale do Rio Pardo e com lastro igual – talvez até maior, em certas ocasiões – que o de outras regiões do Rio Grande do Sul.

O Vale do Rio Pardo começa a responder às ondas grevistas com maior disposição apenas na segunda metade dos anos 80. Para que se entenda o porquê desta – e outras tantas – disparidades em relação à região do ABC, será útil uma breve descrição de como a região se formou.

Fruto de uma política imigratória alemã (em sua grande maioria, já que nas outras regiões há predominância de descendentes italianos, açorianos e africanos), sua História oficial, já que primitivamente o espaço fora ocupado por povoações indígenas (SILVEIRA, 2007) inicia em 1849, quando imigrantes germânicos fundaram a colônia de Santa Cruz (SKOLAUDE, 2008), que, no começo, pertencia ao município de Rio Pardo. Este se caracterizava por uma vasta área de terra que englobava boa parte do território da Província de São Pedro – que, em 1889, quando da Proclamação da República no Brasil, passou a ser o Rio Grande do Sul.

O florescimento da indústria nas áreas coloniais do Vale do Rio Pardo remete-se - apurou Silveira (2007) - ao sucesso de sua produção agrícola, voltada para abastecer mercados regionais e nacionais. Foi o capital acumulado por estes comerciantes (exportadores) que estimulou o desenvolvimento das atividades de beneficiamento de produtos primários e facilitou a proliferação de novas unidades de produção, essas amparadas em aportes tecnológicos mais avançados.

Quando em 1905 um decreto elevou a então colônia de Santa Cruz à categoria de município, o plantio do tabaco já se insinuava como um dos mais importantes produtos da região, essencialmente agrícola. A gênese da industrialização do setor fumageiro – carro-chefe de Santa Cruz do Sul, já que quase toda a sua economia gira em torno do tabaco – veio numa crescente, obedecendo aos mesmos trâmites descritos acima. Vogt (1997, p. 99) argumenta que:

Não foram os pequenos empreendimentos artesanais empenhados na confecção de charutos e fumo desfiado que se transformaram nas potentes indústrias de beneficiamento e fabricação de cigarros. Pelo menos não parece ter sido este o embrião dos Kliemann, dos Tatsch, dos Boettcher, dos Hennig, da Companhia de Fumos Santa Cruz, etc., sem falar da Souza Cruz e das outras transnacionais que mais tarde se estabeleceram na região. Foi o intercâmbio comercial que gerou o acúmulo de capitais nas mãos dos comerciantes, possibilitando-lhes inversões em empreendimentos comerciais ainda maiores e em indústrias. Quanto ao colono, na medida em que estava ocupado diretamente no cultivo da terra, jamais teria condições de capitalizar nas condições historicamente dadas no município.

O monopólio de comerciantes locais na comercialização do fumo produzido nas propriedades rurais da região foi o primeiro responsável pelo progressivo aumento da produção, da instalação e da disseminação de manufaturas do produto nos núcleos urbanos coloniais da região, sobretudo de Santa Cruz do Sul (SILVEIRA, 2007). Se até então o tabaco era somente comercializado *in natura* ou pré-beneficiado, com as manufaturas e com a paulatina caminhada da então colônia de Santa Cruz em direção ao *status* de município, a qual refazia, especialmente, sua fisionomia estrutural¹³⁴, outros “procedimentos” foram incorporados.

[...] o beneficiamento industrial do fumo passou a ser implementado, envolvendo não apenas a simples classificação, a secagem e o enfardamento do fumo, mas desde então também abrangeu a retirada das fibras e dos talos das folhas e um processo técnico de fermentação das folhas mais aperfeiçoado. Em algumas dessas manufaturas locais implementou-se também a fabricação de charutos e de cigarros. (SILVEIRA, 2007, p. 184-185).

Um outro tipo de circunstância que fomentou a atividade industrial (seu surgimento) na zona colonial da região – em menor escala – é também um traço identitário germânico: o associativismo e o cooperativismo enquanto formas de articulação social. As associações e cooperativas representavam uma saída aos pequenos agricultores, que escapavam da exploração econômica ditada pelos comerciantes locais ou pelas empresas fumageiras vendendo a estes estabelecimentos os produtos que produziam (fumo, banha, milho, arroz, erva-mate) e neles reabastecendo-se de mercadorias, como tecidos, remédios, adubos, entre outros (SILVEIRA, 2007, p. 186).

Nesse período, em algumas dessas cooperativas agrícolas, como a de Rio Pardinho, a de Boa Vista e a de Linha Santa Cruz, o fumo depois de comprado dos colonos passava pelos processos de classificação e de beneficiamento – secagem, prensagem

¹³⁴Em 1905, Santa Cruz do Sul ganhou um ramal ferroviário (SKOLAUDE, 2008).

e enfiamento –, sendo então comercializado com empresas de Porto Alegre e do Estado.

Também merece destaque a criação, em 1904, pelos comerciantes de Santa Cruz do Sul, da Caixa Cooperativa Santa-Cruzense que objetivava a realização de operações bancárias necessárias ao financiamento das atividades comerciais, principalmente as relacionadas com a produção e exportação do fumo.

É preciso ter cuidado com as generalidades quando se fala no Vale do Rio Pardo. Há – conforme se apontou acima – heterogeneidades étnicas, sociais e econômicas e, para além disso, geográficas (relevo, vegetação...). Destarte, há uma certa falta de mimetismo entre o desenvolvimento industrial de uma e outra área colonial dessa região.

Santa Cruz do Sul se sobressaiu nesse panorama. A produção, beneficiamento industrial e a exportação do tabaco iam – de acordo com Silveira (2007) - oportunizando a acumulação de capital e orientando novos investimentos para a reprodução deste capital, fato que não só ratificava a especialização que a economia desta área colonial da região apresentava como modificava semblantes urbanos.

A vila de Santa Cruz constitui-se já nesse período no principal núcleo urbano da zona colonial do Vale do Rio Pardo. A pujança de sua economia, sustentada na crescente produção agrícola de sua zona rural, principalmente do fumo, no ativo dinamismo de suas casas comerciais e na emergente atividade industrial, se fez acompanhada de um significativo crescimento de sua população urbana, muito embora, nesse período, cerca de 90% da população total do distrito e depois do município, vivesse nas áreas rurais. (SILVEIRA, 2007, p. 190).

A cultura comunitária dos imigrantes alemães, desde que ocuparam a localidade, sempre deu muita importância à educação, religião e, sobretudo, ao trabalho. Trata-se de um valor germânico muito alardeado pelos imigrantes e seus descendentes (não por fortuidade as ideias sociais-democráticas dominaram o sindicalismo gaúcho). As regiões onde estes se estabeleceram, ressalta Neumann (2005), teriam tido maior expressão econômica (não se pode perder de foco que esse desenvolvimento não foi homogêneo). Trata-se de uma concepção oriunda da Reforma Protestante, de Martinho Lutero. Foi ela quem colocou em xeque a ética religiosa medieval católica e passou a conceber como sagrado também aquilo que estava no mundo.

A perda de tempo é, assim, o primeiro e em princípio o mais grave de todos os pecados. Nosso tempo de vida é infinitamente curto e precioso para “consolidar” a própria vocação. Perder tempo com sociabilidade, com “conversa mole”, com luxo, mesmo com o sono além do necessário à saúde – seis, no máximo, oito horas - é absolutamente condenável em termos morais. Ainda não se diz aí, como em Franklin, que “tempo é dinheiro”, mas a máxima vale em certa medida em sentido

espiritual: o tempo é infinitamente valioso porque cada hora perdida é trabalho subtraído ao serviço da glória de Deus. (WEBER, 2004, p. 143-144).

O germanismo incorporou esta ética do trabalho e dinamizou a construção de uma identidade empreendedora e civilizada, entre os imigrantes. Um olhar mais atento nos preceitos weberianos mostra que intrínseco a este sentimento está a valorização deste trabalho. Weber (2004) postula que o trabalho é sagrado, mas o preço pago por ele deve ser justo. Ainda que o Vale do Rio Pardo não seja habitado só de descendentes germânicos, em particular na década de 80, quando um intenso processo migratório se desencadeava na região, o discurso étnico germânico prevalece - alavancado, conforme Neumann (2005, p. 77), pela imprensa que “conclama seus leitores para que conservem e repassem os valores e tradições culturais dos antepassados para seus descendentes”. Preposição essa, que poderá ser verificada no capítulo seguinte, quando o discurso do veículo hegemônico da região – *Gazeta do Sul* – será acareado.

Voltando a questão da dinâmica migratória – que parece, momentaneamente, acidental, mas não é -, coube a ela subsidiar, em grande medida, a urbanização do país. Claro, outros requisitos, como o crescimento populacional das cidades e a modernização do campo não poderiam ser abstraídos. Graças a este último, houve uma expulsão massiva de trabalhadores da zona rural, que acabaram se proletarizando. Exemplo notório disso percebe-se na década de 70, quando se acentuou a movimentação de nordestinos e sulistas em busca de uma vida melhor no Sudeste, principal eixo industrial da época. Na região do Vale do Rio Pardo houve um incremento contínuo da população urbana em detrimento da rural¹³⁵.

Entre os aspectos que contribuíram para a expulsão da população rural para áreas urbanas no Vale do Rio Pardo está a consolidação da indústria fumageira, de modo peculiar em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. As mudanças se deram pela forma de reprodução do modo capitalista. O setor fumageiro foi internacionalizado, a produção do fumo passou a seguir um sistema integrado e um modelo agroindustrial.

¹³⁵Silveira e Hermann (2001) afirmam que de 1970 a 1980 o percentual deste aumento foi de 46,93%. Em 1970, a população urbana era de 91.873 e a rural de 237.970. Os números de 1980 são de 135.153 habitantes na zona urbana e 202.768 na rural.

A internacionalização do parque fumageiro na região data de 1917, com a entrada da *The Brazilian Tobacco Corporation*¹³⁶. Subsidiária, no Brasil, da *British American Tobacco* (BAT)¹³⁷ – grupo transnacional anglo-americano, a empresa buscava, primeiramente, subvencionar o fornecimento de fumo para suas fábricas de cigarros no país e, posteriormente, para aquelas localizadas no exterior (SILVEIRA, 2007). Foi, sem dúvida, o evento que abriu as portas para a transnacionalização do setor agrofumageiro regional.

Uma depois da outra, as indústrias fumageiras passam a ser todas transnacionais, situação que redundou na “modernização” da atividade produtiva, e implicou, a partir de 60, na ampliação da produtividade e na alteração da qualidade dos produtos exportados, repercutindo, entre outros pontos, no aumento da demanda e, conseqüentemente, na contratação de mais mão de obra¹³⁸. O comércio de Santa Cruz do Sul foi um dos segmentos que refletiu o incremento de um número maior de trabalhadores na indústria (ainda que esse número fosse de postos precarizados, ou seja, dos chamados safristas).

A isto tudo, Silveira e Hermann (2001) acrescentam a existência de características que atraíam os fluxos migratórios inter e intrarregionais para as principais cidades da região. Merecem destaque a acessibilidade geográfica, a existência ou mesmo capacidade de geração de novas oportunidades no mercado de trabalho, que se justapõe à estrutura do setor comércio e serviços, bem como os laços de parentesco e amizade entre os migrantes e os moradores destes municípios.

No rastro de tantas transformações de cunho espacial¹³⁹, projetaram-se relevantes metamorfoses sociais e econômicas. E é aí que os trabalhadores – enquanto sujeito coletivo – assumem a centralidade desse processo. Em meados da década de 1980, estruturou-se na região um movimento com as mesmas frequências do ABC Paulista. O quadro sindical é reestruturado, especialmente, em Santa Cruz do Sul, município que sedia os maiores

¹³⁶ Em 1920, a *Brazilian Tobacco Corporation* passou a se denominar Companhia Brasileira de Fumos em Folha e, a partir de 1955, mudou sua razão social para Companhia de Cigarros Souza Cruz S.A (SILVEIRA, 2007).

¹³⁷ Desde 1914 a BAT estava vinculada à brasileira Companhia de Cigarros Souza Cruz.

¹³⁸ Para se ter uma dimensão da força do setor fumageiro no país, durante a safra 2008/2009 mais de 2,5 milhões de pessoas (1,05 milhão na lavoura; 30 mil na indústria; e 1,44 milhão em “diversos” – empregos indiretos) estiveram envolvidas no processo (AFUBRA, 2011). Conforme informações de Mário Poll (2011), só no Vale do Rio Pardo, atualmente são 195.430 produtores.

¹³⁹ O fluxo migratório para as cidades fez, por exemplo, proliferar na principal cidade do Vale do Rio Pardo - Santa Cruz do Sul - as zonas periféricas.

sindicatos da região¹⁴⁰. Oposições sindicais cutistas ou comprometidas com um novo modelo de sindicalismo passaram a derrotar antigas lideranças sindicais e a inquietar um quadro há anos estagnado.

O primeiro sindicato a se filiar à CUT, em Santa Cruz do Sul, foi o dos bancários. Em julho de 1986, um grupo de trabalhadores identificados com o Movimento de Oposição Bancária - MOB (tendência ligada à CUT) organiza uma chapa de oposição e vence as eleições. André Beck, um jovem de 18 anos, é eleito presidente. Foi o primeiro sindicalista a ditar uma nova era no sindicalismo local e regional (já que as entidades respondiam por bases regionais – como é o caso dos Bancários, inclusive). “[...] após dois anos de atuação como líder sindical, foi um dos vereadores eleitos pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 1988” (PAS, 2009, p. 125). Esse é um indicativo de que há um estreitamento de laços entre os sindicatos e os partidos políticos (o PT, especificamente, pela sua “coligação” à CUT).

O próximo sindicato a romper com a lógica assistencialista é o dos Comerciários de Santa Cruz do Sul e região. Em fevereiro de 1987, dois grupos independentes da atual direção concorrem e a chapa liderada por Afonso Schwengber derrota a comandada por Olgário Vogt (que também tinha apoio do PT) e passa a compartilhar do modelo de sindicalismo combativo. Em 1988 a entidade filia-se à CUT. Os comerciários não só participaram como puxaram a fila nas inúmeras mobilizações travadas na década de 1980. Ainda hoje este é um dos sindicatos que está à frente das lutas de diversas categorias.

Em agosto de 1987 foi a vez dos metalúrgicos. A chapa articulada por alguns membros do PT venceu o pleito disputado por três grupos. Eloy Hirsch fora eleito presidente e, a exemplo de André Beck, a notoriedade o fez vereador em 1988 (PAS, 2009).

Já em 1989, são os trabalhadores do vestuário que elegem uma nova direção comprometida com a luta. Jonas Mello de Oliveira (chapa 2), apoiado pelo Sindicato dos Bancários, Comerciários e Metalúrgicos, vence Carlos Alberto Baumann (chapa 1). Em 1993, a entidade filia-se, oficialmente, à CUT.

¹⁴⁰Alguns dos demais municípios acomodam extensões de base, como é o caso do Sindicato dos Comerciários, que fundou sua subsede em Venâncio Aires no ano de 1988.

Marcada pelo Novo Sindicalismo, a região – Santa Cruz do Sul, fundamentalmente, por concentrar mais postos de trabalho e um maior número de indústrias e empresas – é reflexo da insurreição paulista. A “virada” de postura sindical foi basilar no sentido de fazer com que segmentos dos mais variados passassem a demonstrar seu descontentamento com políticas de todas as âmbitudes (salarial, econômica, social...) e fizesse das paralisações um evento habitual na agenda da região. E os ecos de tudo isso vão estar nas páginas do jornal *Gazeta do Sul*.

5 BRAÇOS CRUZADOS: O DISCURSO DA GAZETA DO SUL SOBRE O MOVIMENTO GREVISTA DA DÉCADA DE 1980

5.1 Delimitando o dispositivo de análise

Para que se pudesse analisar como o jornal *Gazeta do Sul* edificou seu discurso sobre o movimento grevista da década de 1980 foi imprescindível cumprir algumas etapas metodológicas. Há de se admitir que delinear um recorte frente às possibilidades ofertadas pela vastidão e riqueza do material coletado na publicação não é uma tarefa simples. Todavia, nenhum objeto de estudo (nem mesmo é esse o objetivo desta dissertação) seria capaz de examinar o “todo” (neste caso, dez anos de cobertura jornalística), por isso o empenho de aqui traçar um escopo suficientemente representativo, capaz de oportunizar conclusões contundentes em relação aos desvendamentos científicos que este estudo aspira fazer.

As três primeiras partes desta pesquisa trataram de fazer uma revisão teórica acerca do debate que alguns autores têm feito sobre o funcionamento da máquina midiática, as rotinas produtivas do jornalismo nos anos de 1980, sobretudo na *Gazeta do Sul*, e a dinâmica grevista. Em meio a essa fase já foram desenvolvidos alguns ensaios analíticos. Justifica-se a relevância de cada uma destas reflexões.

Estudar a trama dos discursos de informação era vital na medida em que toda a discussão travada neste trabalho está entrecortada pela mídia (o jornal *Gazeta do Sul*) e seu “produto” final – pode assim convencionar – o jornalismo. Entender como opera este “dispositivo” permitiu observar que o discurso por ela emitido guarda disparidades com os demais discursos (político, religioso, entre outros) reproduzidos na sociedade. Mais do que isso: explorar este caminho – como pontua Charaudeau (2006) - exige a prudência e incredulidade de um São Tomé, já que se percorre por um trajeto imbricado em uma dupla – e perturbada – lógica: econômica e simbólica. Como salienta Benetti (2007, p. 107), o jornalismo é o lugar da circulação e produção de sentidos. “De forma sucinta, o jornalismo é um discurso: a) dialógico; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares”. Ainda nesta parte frequentou-se bibliografias referentes à produção de sentidos da notícia e à

multiplicidade de vozes abarcada pelo jornalismo. Ambos os conceitos sustentarão a análise empírica.

O segundo momento foi dedicado ao entendimento do contexto jornalístico do decênio de 1980. Procurou-se fazer uma exposição ampliada – de âmbito nacional e estadual - deste cenário e, na sequência, transmutá-la à *Gazeta do Sul*. Desta forma, provou-se que o veículo, embora tenha caráter regional, segue, ou seguiu, as mesmas tendências – tecnológicas, gráficas, editoriais... - das grandes publicações (respeitadas as devidas dimensões) do centro do país. Além disso, para que se assimile com clareza qualquer “elaboração” discursiva, é determinante ter conhecimento de “quem” está falando – daí a preocupação em trazer informações detalhadas sobre o jornal *Gazeta do Sul*, bem como a empresa *Gazeta Grupo de Comunicações* – e em quais circunstâncias essa “mensagem” foi produzida. As rotinas produtivas da notícia são fundamentais na AD (ORLANDI, 1996), técnica aqui empregada. O entendimento dos processos que determinam o trabalho não é acessório, mas um pressuposto para que não se deixe passar despercebida a complexidade do objeto. Assim, o desígnio foi verificar como se articulavam as rotinas produtivas do jornal no período que será submetido à análise. Como forma de auxiliar avaliações futuras (como a própria apuração dos desdobramentos sobre o discurso grevista), traçou-se um breve perfil do discurso que a *Gazeta do Sul* construía sobre si mesma. Serviram de suporte a este processo a entrevista semiestruturada realizada com o funcionário da casa naquela época, Romeu Inácio Neumann, que se mantém no jornal desde então, atualmente exercendo a função de diretor-secretário, e parte do material coletado na publicação.

Dentro desta mesma linha de raciocínio foi organizado o capítulo sobre as greves. Seria impossível, uma vez que ficariam comprometidos os resultados, empreender uma obra analítica discursiva sobre a ação grevista sem antes descortinar os sujeitos, os interesses, a dinâmica e outros pormenores que estão em jogo nestas ocasiões. A apropriação e a decomposição de tudo que está à volta destes conflitos foram basilares na estruturação da análise. Não se pode esquecer que: o “dizer do homem [aqui podem ser trabalhadores, patrões, o jornal *Gazeta do Sul*...]”¹⁴¹ é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Este sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário” (BENETTI, 2007, p. 109). Imergir no campo das relações capital *versus* trabalho

¹⁴¹A frase entre colchetes trata-se de uma exemplificação da autora desta dissertação. O propósito é mostrar que o “homem” de Benetti (2007), na verdade, é produto da posição-sujeito.

propiciou identificar e compreender as formações ideológicas que determinaram as posições discursivas da *Gazeta do Sul* sobre esta problemática. Realizou-se, por fim, de maneira breve, uma radiografia do panorama sindical dos anos de 1980 na região. Essa, com o intuito de “situar” o leitor e, mais uma vez, subsidiar as operações analíticas desenvolvidas no passo seguinte.

A conclusão da recapitulação teórica e semianalítica favoreceu o esboço de algumas hipóteses, entre elas a de que a greve seja sinônimo de transgressão e prejuízo e de que a voz prevalecente no discurso grevista da publicação – ainda que disfarçada polifonicamente – seja patronal. Acentuando que tais hipóteses não foram dadas *a priori*. Elas são parte dos resultados analíticos da presente pesquisa, fruto da observação de um conjunto de textos que atravessa dez anos de veiculação do jornal *Gazeta do Sul*. Seria hipocrisia dizer que todos os arquivos tenham passado, em profundidade, por uma AD (para isso foi selecionado um *corpus* específico). No entanto, a leitura da totalidade deste material permitiu a extração de algumas pré-conclusões, entre elas, as hipóteses que acima foram relacionadas, sobretudo pela recorrência com que apareceram na cobertura deste período.

Feito isso, a pesquisa foi direcionada para a perspectiva empírica mediante a seleção e análise dos textos jornalísticos coletados na *Gazeta do Sul*. A fim de estabelecer o cruzamento da dimensão teórica com a prática, isto é, as considerações dos autores *versus* as notícias publicadas sobre o tema “greve” no veículo, foi preciso tecer alguns esclarecimentos de ordem metodológica no que tange às deliberações feitas ao longo da pesquisa exploratória ou chamado “trabalho de campo” e do recorte eleito como objeto de análise.

Delimitou-se – como se pode concluir ao longo da leitura – como interseção temporal toda a década de 1980. Para tanto, foram visitadas todas as edições do jornal *Gazeta do Sul* que circularam durante estes anos – de 1º de janeiro de 1980 a 31 de dezembro de 1989. Destes arquivos foram extraídos todos os textos jornalísticos, além de cartas opinativas, colunas e charges que falavam da possibilidade de uma greve, das greves e paralisações que aconteceram, efetivamente, e alguns textos referentes ao 1º de Maio - Dia do Trabalhador, haja vista que ali também poderiam ser encontrados elementos que pudessem reforçar as marcas discursivas do veículo a respeito das relações capital *versus* trabalho, e sobre a própria *Gazeta do Sul* – especialmente, de cadernos comemorativos ao aniversário de fundação do jornal. À primeira vista, este último material parece não interessar ao *corpus*, contudo, ainda

que ele representasse uma parte muito pequena da coleta, serviu para agregar informações ao capítulo dois (conforme dito acima), onde se esmiúça o “sujeito” *Gazeta do Sul* e examina-se, para além das rotinas produtivas da publicação nos anos de 1980, o discurso que ela gera sobre si mesma, situação que, em última análise, coopera na percepção sobre os posicionamentos do veículo a respeito dos eventos grevistas.

Do total das edições revisitadas, foram reprografadas 977 páginas. Algumas delas continham mais que uma notícia, particularmente aquelas que falavam sobre as situações grevistas. Portanto, o montante de textos, cuidadosamente, lidos e analisados ultrapassou as mil unidades. Objeto que, inevitavelmente, demandaria mais algumas filtragens.

Depois de uma sondagem fina, optou-se, como critério inicial, escolher as greves que mais repercutiram na imprensa (a exemplo dos professores estaduais que, grande parte das vezes, promoveram paralisações de longa duração) ou que trouxeram elementos que extrapolassem – aparentemente – os contornos do movimento grevista. Objetivando: que envolvessem forças policiais, “atores” que não fossem apenas o par antinômico capital e trabalho, entre outras “excentricidades”, que, aliás, acabam por se tornar “ordinalidades”, tanto para o circuito grevista quanto para o discursivo/informativo. Explica-se: para o primeiro porque com o amadurecimento do capitalismo as relações de trabalho – patrão e empregado – ficaram mais tensas. Há uma fenda cada vez mais profunda entre as duas classes. Motta (2006, p. 10) interpreta o segundo: “A notícia é um relato sobre coisas que ocorrem no mundo, mas não é qualquer relato. Ela tem uma especificidade, opera com a exceção e a inversão: a continuidade dos fatos não seduz a notícia, ela só interessa pela ruptura ou transgressão da normalidade”.

Outro cuidado é que fosse valorizada a diversidade de categorias que paralisaram no decorrer desses dez anos. Além do mais, deu-se uma atenção especial aos textos que pudessem corroborar as hipóteses levantadas por esta pesquisa. Isso não quer dizer que os demais tenham sido ignorados ou que tenham sido pinçados apenas os sentidos que atestem a veracidade das suposições. Pelo contrário, todas as notícias foram, cautelosamente, lidas e delas extraídas os discursos “outros” (que não àqueles hipotéticos) – como se verá na primeira parte da análise em que se fala das “generalidades” discursivas do jornal. O que se fez foi priorizar alguns textos em detrimento de outros.

Sendo assim, como até 1986 a cobertura jornalística sobre paralisações foi bem menos intensa que dali para frente, elegeram-se somente duas greves: a dos professores da rede pública estadual, realizada em 1980, e a dos inspetores sanitários, de 1985, para compor o arranjo analítico.

Já nos quatro últimos anos (1986 a 1989) há uma incomensurável oferta de alternativas. Selecionou-se (atendendo às distinções acima mencionadas) a greve dos operários da construção civil (Santa Cruz do Sul), de 1986; as greves dos serventuários da Justiça, dos bancários (Vale do Rio Pardo), dos trabalhadores das distribuidoras de gás, dos rodoviários e a greve geral, todas de 1987; dos eletricitários, de 1988; e as greves dos calçadistas de Vera Cruz e dos safristas (indústrias do fumo) de Venâncio Aires, efetuadas em 1989. Visualizando:

Tabela 2 - Greves selecionadas para compor o *corpus* de análise

ANO	GREVE SELECIONADA
1980	▪ Professores da rede pública estadual – 24 unidades noticiosas ¹⁴²
1985	▪ Inspetores sanitários – 02 unidades noticiosas
1986	▪ Operários da construção civil – Santa Cruz do Sul – 11 unidades noticiosas
1987	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Serventuários da Justiça – 07 unidades noticiosas ▪ Bancários – Vale do Rio Pardo – 14 unidades noticiosas ▪ Trabalhadores das distribuidoras de gás – 03 unidades noticiosas ▪ Rodoviários – Santa Cruz do Sul – 11 unidades noticiosas ▪ Greve Geral – 15 unidades noticiosas
1988	▪ Eletrecitários – Rio Grande do Sul – 07 unidades noticiosas
1989	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalhadores das empresas calçadistas – Vera Cruz – 11 unidades noticiosas ▪ Trabalhadores das indústrias fumageiras – Venâncio Aires – 03 unidades noticiosas

Fonte: Tabela elaborada pela autora desta dissertação.

Apesar destas demarcações, sem dúvida, ainda se tem uma amostra bastante expressiva para investigar, já que ela acumula 108 unidades noticiosas. Dela, portanto, foram separados aqueles textos que mais se afinam às duas estratégias analíticas eleitas para nortear esta dissertação: a dissecação dos sentidos e o mapeamento das vozes.

Para estudar os sentidos, foram ainda recortados das unidades noticiosas fragmentos de notícias (que serão chamadas de sequências discursivas – SDs). Eles totalizam 47 SDs.

¹⁴²O termo “unidade noticiosa” indica a notícia no seu todo. Isso quer dizer que se houvessem retrancas, elas não foram computadas separadamente. Apenas as manchetes ou chamadas de capa são contabilizadas como unidades separadas. Ressalta-se que os textos opinativos também estão aqui somados como “unidades noticiosas”.

Destas, 26 serviram para ilustrar os sentidos que associam a greve à transgressão e 21 ao prejuízo. Já o estudo das vozes, privilegiou a análise de quatro notícias na íntegra (a justificativa desta opção está no item 5.4).

Algumas coberturas grevistas serão alvo só da primeira (sentidos) e outras só da segunda (vozes), para evitar repetição. Cabe elucidar ainda que notícias de jornais são compostas por uma série de elementos: texto, foto, legenda, título, entretítulo, entre outros. A notícia interna do jornal – ora e outra (dependendo da sua relevância) – também se relaciona com a manchete, foto da capa, ou contracapa, enfim... Neste caso, a unidade de análise (notícia) foi avaliada na sua totalidade (isso não quer dizer que ela não esteve fragmentada - em determinada situação apenas o título, em outra, o texto, em outra, a manchete...).

É possível subentender que a técnica aqui utilizada para avaliar como o jornal hegemônico da região do Vale do Rio Pardo intermediou e construiu os discursos sobre as greves ocorridas na década de 1980 é a Análise de Discurso, de matriz francesa. Do ponto de vista teórico, a filiação desta pesquisa igualmente se dá à AD, a qual refuta a ideia de que o jornalismo seja o “reflexo da realidade”. Não há lugar para a ingenuidade na AD. O jornalismo nutre-se de recursos simbólicos, nunca neutros. Sua incansável vigilância na objetividade e literalidade vai, em algum momento, resvalar e deixar vir à tona que todo e qualquer discurso lança mão de mapas de significado, inscritos na história e em vertentes socioculturais.

A aplicação do método da AD fará com que se enxergue as duas camadas do objeto de pesquisa: a discursiva, portanto, visível, e a ideológica, evidente apenas na justaposição aos procedimentos da AD (BENETTI, 2007). Quanto aos dois parâmetros elencados – sentidos e vozes –, ambos são considerados eficientes na retorsão do problema proposto nesta pesquisa. Os sentidos emanam de qualquer texto. “O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia *em outro lugar*: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário” (BENETTI, 2007, p. 111). É sob o guarda-chuva do discurso jornalístico que, igualmente, abrigam-se diversas vozes. Fato que referendaria seu valor social. Porém, nem sempre ele é tão plural assim. Muitas fontes podem não significar muitas opiniões.

Posto isso, é de posse deste método arqueológico, que visa escrutinar “esquecimentos”, que se vai colocar em relevo tudo que, supostamente, parece natural. Afinal, a todo sentido a um *já-lá* encadeado, inscrito no interdiscurso (ORLANDI, 2001).

5.2 “*Estamos em greve!*”: uma primeira incursão discursiva na *Gazeta do Sul*

Dez anos, 120 meses, 3.650 dias e muitas notícias sobre as greves. Não se tem conhecimento que em algum outro momento este assunto tenha sido tão debatido na mídia nacional, quanto na década de 1980. Para alguns veículos elas se tornaram verdadeiros “espetáculos” jornalísticos. Já outros preferiam – em função de uma série de fatores (intervenção militar, interesses políticos, econômicos...) resumir o tema a poucas linhas.

O jornal considerado hegemônico no Vale do Rio Pardo - a *Gazeta do Sul* - pode até ter caído na armadilha da primeira opção (adiante será possível tirar conclusões mais precisas sobre essa questão), mas jamais poderia ser enquadrado na segunda. A prova mais concreta desta afirmação é o volume de arquivos – que ultrapassam 900 – coletados na publicação a respeito desta temática. E as evidências não param por aí.

Ainda no quesito quantitativo, até 1985, a *Gazeta do Sul* publicou em cerca de 200 páginas informações sobre eventos paradedistas. As greves noticiadas até este ano englobam as seguintes categorias: professores da rede pública estadual; médicos do extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) – entre eles radiologistas e anestesistas; caminhoneiros; funcionários públicos federais (da Previdência, da Justiça – juízes do trabalho -, dos Correios e da Saúde); trabalhadores vinculados ao campo (suinocultores, leiteiros e arroseiros); metalúrgicos do ABC Paulista; árbitros de futebol; bancários; e vigilantes. Algumas paralisaram suas atividades por mais de uma vez. Entre as principais pautas reivindicatórias estavam reajustes salariais e melhorias na saúde e educação.

Aparentemente, esse levantamento poderia depor contra as evidências supracitadas. Não se for dada a devida importância ao momento em que o país – e por consequência disso, a imprensa – vivia. A Ditadura Militar foi responsável não apenas por reprimir qualquer tipo de atitude considerada subversiva (e as greves eram assim qualificadas, uma vez que “transgrediam” a ordem, inclusive, sob o ponto de vista legal, já que foi apenas em 1989, na promulgação da Constituição, que elas passaram a ter amplo amparo jurídico), mas por, na

melhor das hipóteses, ditar uma forte agenda ideológica sobre muitos veículos de comunicação brasileiros e, na pior delas, silenciá-los. Nem mesmo a *Gazeta do Sul* escapou ileso.

[...] os militares do 8º RI¹⁴³ também tentaram intervir no jornalismo político da publicação. Telefonemas e até mesmo a presença física de membros do quartel propuseram, na ocasião, o veto ou o incentivo de diversos assuntos. Porém, a *Gazeta* não precisou render-se a eles já que eram sempre distantes da sua área de cobertura. Michels (2007) lembra que um dos telefonemas dizia respeito a uma entrevista dada por Chico Buarque, cujo teor representava uma ameaça ao Regime, a qual nem sequer o jornal teve acesso. Kuhn (2007) traz à tona uma situação contrária. Conforme o ex-redator da *Gazeta* eles receberam um material que pedia o engajamento do veículo na incitação ao corporativismo. “O sr. Francisco conversou conosco sobre isso e disse que aquele não era um momento apropriado, já que várias empresas tinham falido no município. Ele disse: ‘É como falar de corda na casa do enforcado’”. (KUHN, 2007 apud SCHUSTER, 2007, p. 46).

Embora sejam delações referentes aos anos de 1970 (início da década), elas reafirmam que houve intervenção militar no noticiário do jornal. Não se pode assegurar que esta prática tenha se estendido por mais anos. Na verdade, é pouco provável que isto tenha acontecido, já que no findar da década de 1970, os governos chamados “linha dura” - o do presidente da República Emílio Garrastazu Médici talvez tenha sido o mais simbólico neste aspecto - já haviam ficado para trás e o Brasil rumava à abertura política, todavia, existe a probabilidade desta conduta ter gerado reações editoriais (a autocensura é uma delas).

Há uma segunda situação – mencionada pelo entrevistado Romeu Neumann (2010) – que afetou os nortes discursivos do jornal (pelo menos no início dos anos de 1980). Assim que as paralisações se intensificaram no país inteiro e chegaram ao Vale do Rio Pardo (principal área de cobertura da *Gazeta do Sul*) a publicação se deparou com algo “novo”.

Lidar com greves, por exemplo, com o movimento sindical se contrapondo ao capital, digamos assim, isso foi... Não só para a sociedade foi algo novo, como para nós [jornalistas da *Gazeta do Sul*] também foi algo novo. Nós tivemos dificuldades no início para lidar com isso... (NEUMANN, 2010).

¹⁴³RI – Regimento Interno. Era como se chamava a unidade do exército instalada no município de Santa Cruz do Sul. Atualmente, ela é conhecida como 7º Batalhão de Infantaria Blindado.

Não que as greves fossem incipientes na região (talvez até fossem¹⁴⁴), fato é que para a *Gazeta do Sul* – seu corpo editorial – eram (em termos de cobertura). Este pode ser um indício para boa parte das posições discursivas adotadas pelo veículo até 1985.

De modo geral, constata-se uma presença mais efetiva das lideranças sindicais nas páginas do então trissemanário. Elas eram ouvidas não só nas ações grevistas, mas em datas como 1º de Maio, pautas referentes à saúde, educação, entre outras. Uma indicação para isso pode ter sido a própria postura sindical adotada em Santa Cruz do Sul (sede dos principais sindicatos) no início dos anos de 1980. Era voltada muito mais para o assistencialismo. Sem meias palavras, as direções agiam com vistas à manutenção do *status quo*. Ora, nada mais cômodo para um veículo de comunicação que não deixa de estar integrado à lógica das indústrias culturais - cujo condicionante máximo é o atravessamento mercadológico/econômico – do que “mediar” vozes unissonantes (mas que na origem são dissonantes).

Ainda neste período, percebe-se a recorrência – em maior escala - de dois discursos. Um deles é o da hipervalorização do trabalho (que termina por dizer muito sobre o comportamento editorial do veículo a respeito do movimento grevista). O que, sem as lentes da AD, parece naturalizado na sociedade. Entretanto, as sequências discursivas a seguir explicitam que o que está opaco nos textos é a inclusão de valores associados à ascensão social e à meritocracia.

“Situação está difícil. **Quem trabalha vai muito bem**”¹⁴⁵.¹⁴⁶

“O que mede o seu êxito e sua situação em geral, é o trabalho. Ele deve é trabalhar de verdade, porque **quem não trabalha não presta**”. (Título e trecho de uma mesma notícia veiculada pela *Gazeta do Sul* no dia 24 jul. 1982).

Não fale em crise. **Trabalhe.**

Dizem que estamos em crise. E que este (sic) ano ainda vai ser muito pior. Que grande bobagem. Monumental idiotice. Crise não existe. Crise é um fantasma que só **assusta os fracos. Um bálsamo para os acomodados e excelente pretexto para os oportunistas.** Seja criativo. Acredite em você mesmo, acredite em sua Pátria. E você vai descobrir que crise é simplesmente uma grande e gorda mentira. (Este texto é parte de um panfleto de uma empresa chamada Karijó que foi reproduzido na

¹⁴⁴Não há estatísticas oficiais sobre o assunto. Um dos poucos estudos que trata do cenário sindical e grevista em Santa Cruz do Sul é o de Pas (2009), mas ele restringe-se às décadas de 1980/1990. Ou seja, não há levantamentos da cronologia grevista na região, tampouco da sua cobertura pela imprensa.

¹⁴⁵A partir daqui as palavras grifadas em negrito servirão para chamar a atenção para alguns termos/expressões que melhor se afinam às estratégias analíticas. Todos os destaques são de responsabilidade da autora desta dissertação.

¹⁴⁶Os fragmentos analisados no item 5.2 também não foram inclusos na contagem do *corpus* (isto é, nas 108 unidades noticiosas que serão avaliadas sob o critério dos sentidos e das vozes). Eles objetivam exemplificar algumas conclusões mais genéricas do discurso do jornal *Gazeta do Sul*.

íntegra na coluna *Canto de Página*, assinada por Guido Ernani Kuhn, como exemplo a ser seguido pelos cidadãos brasileiros – *Gazeta do Sul*, 04 mar. 1982).

A superfície destas sequências discursivas potencializam a defesa dos interesses do capital. Ambas se encaixam, perfeitamente, na exposição de Fonseca (2003, p. 79): “[...] além de implicar adestramento da força de trabalho, objetiva principalmente impingir à imagem de que basta ao trabalhador esforçar-se para melhorar de vida, versão nacional do ‘self made man’ americano”. Apura-se ainda que os dois textos preservam não-ditos. O não-dito, na AD, é o pressuposto que não está dito, mas está presente no discurso (ORLANDI, 2001). Fatalmente, proferir que *Quem trabalha vai muito bem* (primeiro exemplo) é não dizer, dizendo, que *quem não trabalha* (os grevistas, por exemplo) *vai muito mal*. Mais grave do que isso é, literalmente, garantir que: *quem não trabalha não presta*. No segundo exemplo o não-dito para *assusta os fracos. Um bálsamo para os acomodados e excelente pretexto para os oportunistas é desculpa para quem não quer trabalhar* pode ser os grevistas, mais uma vez (por que não?).

O outro discurso exprime uma certa inclinação do veículo em favor da “causa” dos trabalhadores do campo. A adjetivação denuncia.

Atualmente o frete pago é de 11 cruzeiros por parte da Lacesa e Cr\$ 10,50 da Corlac, valores já **desinteressantes** para os leiteiros. (Trecho da notícia intitulada *Leiteiros fizeram acordo com indústrias e suspendem greve* – *Gazeta do Sul*, 14 jul. 1983).

Diante da **triste realidade** que praticamente impede à classe continuar produzindo, os agricultores chegaram à conclusão de que não adianta falar com as autoridades. (Trecho da notícia intitulada *Agricultores vão protestar durante a Semana da Pátria* – *Gazeta do Sul*, 12 set. 1984).

Objetiva e imparcial¹⁴⁷. Não é assim que a prática jornalística autodenomina-se? Nas duas oportunidades houve o rompimento deste “contrato” quando o sujeito enunciador do discurso imprimiu um *ethos* valorativo (*desinteressantes e triste realidade*) – que se aproxima à indignação - à realidade dos trabalhadores do campo. A propósito, esse foi um dos poucos

¹⁴⁷A ideia da imparcialidade, segundo Lage (2006), está alicerçada na contraposição do modelo sensacionalista dos grandes jornais da América. Imbuídos em superar o sensacionalismo, os jornalistas americanos conseguiram emprestar rigor às técnicas de apuração de informações. Buscaram no espírito científico o respeito pelos fatos empíricos e o cuidado de não avançar para além daquilo que eles indicavam. A objetividade, por sua vez, está vinculada a esta premissa, e é vista pelo mesmo autor como um requisito fundamental na prática no “bom jornalismo”. Esse procedimento, na sua concepção, denuncia fórmulas arcaicas de manipulação do texto.

“deslizes” (no universo de mais de mil textos sobre o tema “greve”) na cantilena da *Gazeta do Sul*.

De resto, a publicação mostra-se ainda imatura gráfica e editorialmente. Muitas notícias – sobre greves - eram publicadas na íntegra na capa do jornal. Anos mais tarde é que a capa passou a ser estilizada, peça apenas de manchete e chamadas. Desprovida do serviço de agência de notícias, ela também se limitava, exclusivamente, à cobertura local. Aliás, nesse espaço de tempo (primeiros quatro anos da década) são raras as notícias que falam de manifestações grevistas na região. A grande maioria se atém à Santa Cruz do Sul. Para terminar, já são constantes as vezes em que a *Gazeta do Sul* flerta com formações discursivas em que a greve aparece como uma infração, quase que uma ameaça ao capital, ou como geradora de prejuízo (logo mais ambas serão alvo de averiguação detalhada).

A partir de 1986, nota-se (através das páginas do jornal) uma conjuntura relativamente diferente da anterior. O movimento sindical ganha outra conotação, passa a ser mais agressivo. Lideranças vinculadas à CUT e ao PT assumem as direções das principais entidades santa-cruzenses (assim como no resto do país, porém aqui com certo atraso) e as greves tornam-se mecanismos de barganha ainda mais frequentes.

Trabalhadores dos mais variados segmentos aderiram às paralisações. Pelo menos é o que conta a *Gazeta do Sul*. Quais sejam: médicos do INAMPS; bancários; delegados de polícia; policiais civis; servidores estaduais (entre eles, os da Saúde, especificamente, por algumas ocasiões); trabalhadores da construção civil; professores das escolas privadas de Santa Cruz do Sul (São Luís, Mauá, Educar-se e do extinto Sagrado Coração de Jesus); motoristas e cobradores de ônibus das linhas municipais e intermunicipais; professores do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); médicos do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE); serventuários da Justiça; economiários¹⁴⁸ (Caixa Econômica Estadual); professores das Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (FISC); juízes; servidores do Ministério do Trabalho (entre eles, os fiscais); soldados da Brigada Militar; distribuidores e engarrafadores de gás; funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); eletrecitários; professores da rede pública estadual e

¹⁴⁸Os funcionários da Caixa Econômica Estadual eram enquadrados como “economiários” e possuem uma organização estadual sindical própria, desvinculada do Sindicato dos Bancários. Até 1985, os servidores da Caixa Econômica Federal também eram assim classificados. Somente depois desta data e da realização de uma greve pelo direito de sindicalização é que eles passaram a ser considerados “bancários”.

municipal (Santa Cruz do Sul); servidores do Ministério da Agricultura (veterinários); servidores do Ministério da Previdência; ferroviários gaúchos; servidores do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER); funcionários do Hospital dos Passos (Passo do Sobrado); servidores da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN); fiscais da Receita Federal; servidores municipais de Rio Pardo; safristas das indústrias fumageiras de Venâncio Aires; safristas da antiga Verafumos; médicos de Venâncio Aires; funcionários do Hospital Ana Nery (Santa Cruz do Sul); servidores da Eletrosul, calçadistas de Vera Cruz; e servidores da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE)¹⁴⁹. A *Gazeta do Sul* cobriu ainda as greves gerais (em que outros setores – como comerciários, em 1987, também participaram) e, de posse do serviço da agência de notícias do *Jornal do Brasil* (AJB), passou a noticiar greves de cunho nacional e internacional: greve geral na Tchecoslováquia; greve cívica no Uruguai; petroleiros (vinculados às refinarias brasileiras); metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e trabalhadores das indústrias fonográficas¹⁵⁰. No rol das greves “inusitadas” – noticiadas pelo jornal -: a dos acadêmicos da FISC, da Escola Murilo Braga de Carvalho, dos prefeitos e hospitais (enquanto instituição) gaúchos, dos coveiros da Bahia e dos árbitros de basquete (a qual não passou da intenção).

Como se pôde constatar, embora o setor fumageiro seja o mais significativo da economia regional e, fundamentalmente, de Santa Cruz do Sul, quase não houve registros grevistas sobre este segmento durante o período. Em Santa Cruz do Sul – onde a fomicultura impera desde aquela época – aconteceram inúmeras mobilizações, protestos, mas nenhuma greve (década de 1980), tanto por parte dos fomicultores, como dos trabalhadores das indústrias. O contexto da realidade local (fundamentalmente o modelo de sindicalismo adotado pelas direções representativas de ambas as categorias) permite afirmar que essa “apatia” não tenha ficado apenas no nível do discurso da *Gazeta do Sul*.

Fato é que houve pluralidade de setores grevistas. O mesmo pode-se atestar das “bandeiras” reivindicatórias. Com uma inflação estonteante no país, os clamores mais comuns eram os reajustes salariais (de 200, 300%). Mais verbas para a educação, para a saúde, direito

¹⁴⁹Vale destacar que não há nenhum tipo de respeito cronológico nesta descrição. Além do mais, várias categorias citadas fizeram, no decorrer da última metade dos anos de 1980, mais do que uma greve.

¹⁵⁰Convém notificar que na lista anterior de segmentos que deflagraram greve há inúmeras categorias federais. Porém, todas elas promoveram algum tipo de repercussão direta na região de abrangência da *Gazeta do Sul* e por isso renderam ao noticiário local.

de greve, redução da jornada de trabalho, aprovação da Assembleia Constituinte, manutenção da Unidade de Referência de Preços (URP)¹⁵¹ e – por incrível que pareça – até a liberdade de utilização dos sanitários de acordo com as necessidades (greve dos calçadistas de Vera Cruz, 1989) figuraram na relação de pedidos da classe trabalhadora.

Na mesma via estão os expedientes aplicados pelos grevistas no intuito de publicizar suas demandas. Tratam-se – como alega Berger (1998, p. 43) – de estratégias direcionadas a chamar atenção da opinião pública. Além do mais, “[...] existe uma ‘cultura da mídia’, um saber intuitivo que informa grupos (culturais e políticos) de que precisam atravessar a mídia para obter estatuto de existência”. Em vista disso e de atender os critérios de noticiabilidade do jornalismo (novidade é um deles), o planejamento de políticas de comunicação entrou também para a agenda de sindicatos, movimentos sociais, Igreja, quando antes era restrita aos governos e empresários (BERGER, 1998).

A amostragem revelou a participação em caminhadas, passeatas, marchas e cultos. Berger (1998, p. 103) assinala que este tipo de conduta (a Romaria da Terra¹⁵², por exemplo, a qual logrou a presença de muitos manifestantes da região) remete à memória cristã.

Professores saíram da Imcosul, desfilaram pelo centro...
e foram rezar na Catedral. (legenda das fotos publicadas abaixo da seguinte manchete: *Professores só voltam se Governo fizer uma proposta concreta – Gazeta do Sul*, 08 nov. 1980).

De “baderneiros”, os grevistas/manifestantes são convertidos em peregrinos/tementes a Deus. O intento é suavizar a imagem discursiva do grevista. Por outro lado, as “caminhadas têm, ainda, um caráter de ruptura com o esperado – no asfalto, com roupas impróprias, carregando filhos e instrumentos de trabalho, atrapalham o trânsito e destoam a paisagem. São homens fora de lugar” (BERGER, 1998, p. 103). Tão “fora de lugar” quanto os acampamentos, promovidos pelo magistério público estadual (para citar um caso) em frente ao Palácio Piratini. “Sinetaços” e “panelaços” – barulho -, igualmente, estiveram entre as “técnicas”. Ambos despertam na memória discursiva macula a ordem, logo, reforçam os

¹⁵¹Tratava-se de um indicador utilizado na década de 1980 para reajustar preços e salários.

¹⁵²A Romaria da Terra configura-se num evento político-religioso que faz parte do calendário do Rio Grande do Sul. De caráter itinerante, acontece anualmente na Terça-feira de Carnaval. Durante a peregrinação são discutidas questões políticas e sociais (Reforma Agrária é uma das pautas mais frequentes) dentro de um contexto chamado de Catolicismo Libertador (AYDOS, 2004).

efeitos deletérios da greve. O “panelaço” ativa ainda o sentido de “está faltando comida”. Serve para legitimar um possível pedido de aumento salarial. Computou-se, finalmente, o enterro simbólico de um patrão (greve dos coveiros da Bahia). Há um não-dito, por parte destes trabalhadores, entremeado à esta ação discursiva, de que eles o querem morto.

As vaias e palavras de ordem (deixadas à mostra no discurso da *Gazeta do Sul*) validam o estilema ideológico anárquico (no sentido do caótico) dos grevistas. Já os panfletos, folhetos, cartas abertas à população, faixas, cartazes e outros tipos de materiais que foram usados – durante toda a década de 1980, mas, particularmente, depois de 1986, quando as interrupções coletivas do trabalho se intensificaram e o movimento sindical despertou para as políticas de comunicação como meio de atrair os olhares da sociedade -, eram instrumentos dispostos a dar visibilidade a “versão” dos trabalhadores. Essa, aliás, é uma das questões levantadas no capítulo anterior e que agora receberá a sua devida atenção.

Tudo isso faz sentido ao se ter em mente que as greves chocam com os “[...] interesses de quem detêm o poder político e de seus representantes na mídia” (BERGER, 1998, p. 109). Se essa é (e de fato é) uma condição decisiva para os rumos editoriais/discursivos de qualquer veículo, é justa a preocupação dos grevistas em tentar propagar (que não seja via imprensa) as suas argumentações. Como têm a dimensão da “força” midiática, o fazem por este canal, só que através dos “*à pedido*”¹⁵³. De 1986 em diante há inúmeros deles na publicação¹⁵⁴ e a maioria de entidades ligadas aos trabalhadores.

De mais a mais, a proposta discursiva do diário partilha da rotação feita pelo movimento sindical. São ainda mais perenes as denominações semanticamente negativas para as greves (realidade que será comprovada e aprofundada – com o estudo dos sentidos e vozes - adiante). Deduz-se que, dadas as regras de funcionamento da atividade comunicacional, é a partir de 1986 que o jornal, definitivamente, “aprende a lidar” com as greves e os grevistas.

Sob uma fachada cosmética mais aprimorada (capas ilustradas, acolhendo, exclusivamente, manchete e chamadas; editoriais melhor organizadas, criação da editoria *Nacional/Internacional*; ampliação do número de fotos; emprego de charges, ilustrações...), a *Gazeta do Sul* forja sentidos para as incidências grevistas sem o menor pudor de desqualificá-

¹⁵³ À pedido é uma nota que foi paga para ser publicada no jornal.

¹⁵⁴ Também foram encontrados alguns destes recursos – em menor “escala” – nas edições anteriores a 1986.

las. E o faz de forma institucional mesmo, já que nestes dez anos são raras as matérias assinadas¹⁵⁵. Nesta “omissão” há lacunas para a significação. Aqui se desconfia que houve a tentativa de “diluição” da responsabilidade do discurso ou de não “expor ninguém” - como se isso fosse possível discursivamente. Desconfiança – é bom que se diga - porque não se pode desprezar que, à luz da produção da notícia, a ausência de assinatura pode ser uma política editorial, uma tentativa de solidificar efeitos de imparcialidade e impessoalidade (são os fatos que estão ali, “puros”, e não a sua versão ou construção discursiva) ou visam proteger o repórter (autor da notícia) de sanções que podem vir a ser diligenciadas pelas fontes.

Esboçadas as “generalidades” do discurso da *Gazeta do Sul*, a pesquisa dirige-se à inquirição dos sentidos. Dada a dificuldade¹⁵⁶ de analisar cada um dos textos (somam, como dito acima 108 unidades noticiosas), que são parte da coletânea deste trabalho, e a reiteração, por vezes demasiada de certas estruturas discursivas, reproduziu-se fragmentos de notícias (47, no total) que colocam em destaque sentidos que vinculam o fenômeno grevista à ideia de transgressão, ferimento à ordem e que o estabelecem como dano. O reconhecimento da presença continuada destas formações discursivas só se deu porque na etapa precedente atravessou-se o conjunto da “obra”.

5.3 Da transgressão ao prejuízo: os sentidos imputados às greves pela *Gazeta do Sul*

A explanação circunstanciada feita no capítulo anterior sobre o surgimento e a evolução das greves dá pistas do por que estas ações derivam de formações discursivas que evocam sentidos como transgressão e prejuízo (como poderá ser comprovado logo abaixo). Ao depreender o conceito de “formação discursiva” essas razões tendem a ficar patentes.

Na definição clássica de Pechêux (1995, p. 160-161), cujo liame está no marxismo althusseriano, as formações discursivas são aquelas que em dada formação ideológica¹⁵⁷ determina o que *pode e deve ser dito*. Escrito pelo autor:

¹⁵⁵Não se está querendo dizer que se as notícias fossem assinadas por algum repórter a instituição *Gazeta do Sul* estaria isenta do discurso. A “voz” da empresa estará sempre impressa no discurso, seja por meio da linha editorial, do editor...

¹⁵⁶Ressaltando que essa dificuldade se impõe pelo caráter desta pesquisa. Como se trata de uma dissertação de Mestrado, ela precisou respeitar critérios que vão desde delimitação do período para confecção do trabalho (apenas um ano) até o número de páginas. Caso se optasse por uma avaliação minuciosa de cada um dos textos, algumas regras de caráter institucional poderiam ficar comprometidas.

¹⁵⁷A ideologia configura-se num dos conceitos chaves para os analistas de discurso seguidores da corrente francesa. É a partir dela que uma palavra ou enunciado faz “querer dizer”. “É a ideologia que fornece as

Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) [grifo do autor] pelas formações ideológicas que lhes são correspondentes.

Como os sentidos reservam sempre um traço ideológico, é “normal” que a greve produza significações diferentes – e até opostas – a padrões e empregados. Há, como se sabe, um hiato de classe que os separa. O que não é “normal” é o discurso jornalístico, cujos “atributos” se apresentam sob a alcunha de objetividade e imparcialidade, fazer eco a apenas uma destas redes de sentidos, hegemonizando-a.

Pode até não ser “normal”, mas é convencional: “[...] é a imprensa ‘um dos instrumentos mais importantes no alto capitalismo’” (MARIANI, 1998, p. 101). Por esse motivo, não há como não comprometer-se ideologicamente. Ela precisa ser encarada como uma organização fabril (“fazedora” de notícias), que, por sua vez, age em harmonia a interesses econômicos e políticos. Mais a mais, é justo por tentar objetivar o subjetivo (notícias não passam de construções simbólicas) que ela termina por trair a si mesma.

Se essa é a atmosfera que permeia o discurso jornalístico da *Gazeta do Sul*, não é difícil inferir que ao *sentido nuclear* (BENETTI, 2007) sobre a ação grevista na publicação ramificam-se significados que a tornam “um problema”. O microscópio da AD já mostrou que o trabalho (princípio dos embates capital *versus* trabalho) é um valor quase que sagrado, aos olhos da publicação. A sua recusa não produziria outro efeito que não o profano.

A *região de sentido* (BENETTI, 2007) que a partir de agora receberá preferência é a greve como “transgressão” e seus sinônimos próximos, como a “desordem/baderna” e a “violência”. Tendo por finalidade uma organização metodológica, vai-se recortar trechos – sequências discursivas (SD) – que ratifiquem essa percepção.

Acatando a uma ordem cronológica, abre-se a série comprobatória com notícias (ou parte delas) sobre a greve do magistério público estadual de 1980. Compete antes informar

evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc. [...]” (PÉCHEUX, 1995, p. 160). As formações ideológicas são, portanto, quem materializam o sentido.

que, para esse, como para grande parte dos demais eventos grevistas, a *Gazeta do Sul* destinou espaços para o ciclo como um todo: início (notícias que alertavam para a possibilidade da deflagração); meio (a greve em si e todas as suas distenções); e fim (o desfecho das negociações). Aqui (como no restante deste subcapítulo), foram acolhidas as notícias (ou fragmentos) – sem desprezar as providências anteriores - que sustentam as hipóteses por esta pesquisa levantadas.

Por determinação do próprio Governo do Estado, os professores grevistas **foram impedidos**¹⁵⁸ de permanecerem em suas escolas. Em vista disso, eles tentaram realizar uma concentração na Comunidade Evangélica, **mas não houve permissão**. Com isso, dirigiram-se à Comunidade da Ressurreição, defronte ao Cemitério Municipal, onde foram acolhidos [...].
Comentando a greve, **que prefere chamar de “paralisação”**, João Carlos de Almeida diz que o magistério [...]. (SD1) (Trechos da notícia *Professores da região aderem em massa à greve – Gazeta do Sul*, 04 nov. 1980).

A SD1 cristaliza sentidos de que a greve ou os grevistas são “inconvenientes”, “estorvam” a ordem. Não fosse assim, eles não seriam *impedidos* de ficar nas escolas ou na Comunidade Evangélica, este último, um recinto sagrado, onde não há lugar para “perturbadores”. A Igreja Católica mostrou-se solidária e recebeu o grupo. Coincidência ou não, foi com a Reforma Protestante, de Martinho Lutero, que o acúmulo de riqueza deixou de ser pecado. O calvinismo, doutrina fruto do protestantismo, deu outra “roupagem” à combinação piedade e negócios. Ao passo que os católicos, para não serem enquadrados como pecadores, deveriam entregar os seus bens materiais, dinheiro e terras à Igreja, os protestantes estavam livres para fazer fortuna. O trabalho, na visão protestante, leva à glorificação. Dito isso, é coerente a posição dos evangélicos de rejeitar a presença dos grevistas. Todavia, a rejeição da Igreja Evangélica pode estar ligada apenas a sua liderança, naquele momento. O mesmo cogita-se para a Igreja Católica (cuja postura, não se pode perder de vista, sempre se sustentou no conservadorismo). Que fique claro que os registros, no que concerne à atitude de uma e de outra Igreja, são apenas indiciosos, já que afirmações mais categóricas demandariam de um estudo aprofundado das duas religiões, bem como da maneira como elas estavam representadas na época na região (município de Santa Cruz do Sul).

Ainda na mesma SD, testemunha-se o encapsulamento do sentido transgressor à greve. A expressão carrega uma conotação ideológica – negativa, obviamente - tão forte que o

¹⁵⁸Vale lembrar que as palavras grifadas em negrito servirão para chamar a atenção para alguns termos/expressões que reiteram aquilo que se pretende confirmar. Todos os destaques são de responsabilidade da autora desta dissertação.

próprio sindicalista (João Carlos de Almeida era diretor do núcleo do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS - local) titubeou em rotular o evento paredista. Na prática, greve e paralisação representam ações idênticas. Para Resende e Morgado (2000, p. 02) a razão deste comportamento pode estar ainda na influência anarquista sofrida pelo movimento sindical brasileiro.

Há uma convergência de ideias e impressões relacionadas às imagens socialmente construídas sobre movimentos de luta, como é o caso do movimento sindical. Parece haver na intersubjetividade coletiva um equívoco, a partir do qual o sindicalismo é vinculado à anarquia. Muitas vezes, os próprios trabalhadores não veem o movimento sindical positivo. [...] essa visão negativa teria sido influenciada pela origem anarquista do sindicalismo brasileiro, o que traria prejuízos até os dias de hoje para a imagem que a sociedade brasileira faz dos sindicatos.

Não se pode pôr de lado o fato do país, em 1980, ainda estar sob a vigência do governo militar. As greves, discursivamente, remontavam no imaginário do Regime, à subversão, ao comunismo, ideologia temida e rechaçada pelos apoiadores do capitalismo.

Na SD2 é a vez dos grevistas ficarem sob as luzes da ribalta. Ao “forçarem” o governador, estão promovendo um ato de violência e, por extensão, avigorando na memória discursiva a FD da greve como uma violação. E é nesse “empurra-empurra” de significações que vai sendo construída uma história de sentidos (ORLANDI, 2001).

Neste sentido, o 18º Núcleo do CPERS, com sede nesta cidade, iniciou um estudo para **forçar** o Governador a receber os professores gaúchos [...]. (SD2) (Trecho da notícia *Professores querem ser recebidos pelo governador – Gazeta do Sul*, 11 nov. 1980).

As próximas SDs sobre a paralisação dos professores da rede pública estadual (SD3 e SD4) voltam a contaminar os sentidos para as greves. A adjetivação das cenas enunciativas (*forma ordeira e democrática e clima de perfeita calma*) não passa de uma fórmula labiríntica de “não-dizer”. “Porque o que é negado na aparência é afirmado na imanência” (DISCINI, 2005, p. 134).

De acordo com o dr. Joel J. Cândido, toda a manifestação de massa pode ser analisada sob os polos negativo e positivo. No movimento do magistério, aponto como positivo a **forma ordeira e democrática** como vem se conduzindo. (SD3) (Trecho da notícia *Promotor diz que só arbitramento resolve impasse Governo/Magistério - Gazeta do Sul*, 15 nov. 1980).

A grande maioria, 90 por cento (sic), no entanto, se mostra solidária com o movimento, ainda mais por ele estar transcorrendo num **clima de perfeita calma**.

(SD4) (Trechos da notícia *Povo na rua apóia (sic) os professores* – *Gazeta do Sul*, 06 nov. 1980).

O verbo *ameaçar* – presente na última SD (SD5) desta greve – reverbera as demais SDs. Quem ameaça, procura intimidar, provocar medo, colocar em perigo. Desse modo, mesmo que uma nova greve ainda não aconteceu, a rede de sentidos que a circunda suscita preocupação.

Professores **ameaçam** nova paralisação em solidariedade à colega afastada da 6ª DE. (SD5) (*Gazeta do Sul*, 06 dez. 1980).

De 1986 em diante, houve um esforço ainda maior por parte da publicação em jogar as greves à vala da contravenção. As notícias a seguir não despertam controvérsia.

As páginas que estamparam a greve dos trabalhadores da construção civil de Santa Cruz do Sul oferecem um festival de SDs degenerativas. Múltiplas “telas” cintilam mocinhos e bandidos. Na SD6, novamente, o verbo *ameaçar* (aliás, percebe-se que ele está presente em centenas de construções discursivas sobre o assunto na publicação, muito embora o objetivo não fosse uma análise quantitativa dessas aparições) é usado e, reaparece, sob a forma parafrástica, na intransigência dos grevistas, que dão *ultimato* e querem a *totalidade* de suas reivindicações atendidas. O enunciador “brincou” com o mesmo no diferente, não rompeu com o contrato daquilo que se mantém dizível na memória (ORLANDI, 2001).

Trabalhadores na Construção Civil **ameaçam** paralisar suas atividades. Selvino Melchior ressaltou, que esta data é uma espécie de **ultimato** às empresas, e se as principais reivindicações não forem atendidas na sua **totalidade**, inevitavelmente a categoria deverá paralisar suas atividades por tempo indeterminado”. (SD6) (Título e trecho da mesma notícia - *Gazeta do Sul*, 25 set. 1986).

As demais SDs só cicatrizam os sentidos da FD dominante. Veja como a narrativa construída para este acontecimento potencializa este efeito ao combinar enunciados que parecem estar relatando uma guerra.

Para hoje, os grevistas pretendem formar piquetes em frente as obras cujos operários não paralisaram suas atividades no dia de ontem, **impedindo-os** assim, que retornem ao trabalho. (SD7) (Trecho do texto que faz parte da manchete *Greve na construção civil tem adesão de 70 por cento (sic)* - *Gazeta do Sul*, 30 set. 1986).

Brigada Militar acompanhou de perto os grevistas

[...] **praticamente todo o efetivo da Brigada Militar** esteve nas ruas, acompanhando o movimento dos trabalhadores da Construção Civil.

[...] **para dar segurança e garantir o direito de todos os cidadãos.**

[...] o movimento dos trabalhadores, no primeiro dia, ocorreu de **forma ordeira.** (SD8) (Título e trechos da mesma notícia - *Gazeta do Sul*, 30 set. 1986).

Apesar do movimento na segunda-feira ter sido **considerado pacífico**, começaram a surgir **alguns incidentes envolvendo grevistas e Brigada Militar** [...]. O fato é que **muitos grevistas estavam cometendo excessos** nos piquetes em frente às obras [...] “É justo que haja um **policimento mais ostensivo para evitar que aconteçam fatos de violência durante o movimento**, principalmente nos piquetes, ponderou. (SD9) (Trechos da notícia *Trabalhadores na construção civil continuam paralisados* - *Gazeta do Sul*, 30 set. 1986).

Policimento ostensivo nos piquetes dos grevistas

[...] a Brigada deteve um grevista embriagado e que, além de **causar desordens**, começara a **desacatar as autoridades policiais** na Av. dos Imigrantes.

A Brigada [...] procurou **acalmar os ânimos** e deu cobertura aos que pretendiam trabalhar, permitindo sua entrada na obra.

Brigada Militar acompanhou de perto o movimento dos grevistas. (SD10) (Título, trechos e legenda, respectivamente, da mesma notícia - *Gazeta do Sul*, 02 out. 1986).

[...] disse que os piquetes de grevistas são mantidos por alguns **extremistas.** (SD11) (Trecho da fala do vereador Hildo Ney Caspary, cujo título da notícia é *Greve na Construção civil gera debate no legislativo* - *Gazeta do Sul*, 02 out. 1986).

Grevistas danificam obra da Comunidade Católica

[...] **invadiu a obra do pavilhão de festas da comunidade Católica** [...], onde **promoveram um quebra-quebra e ameaças.**

[...] **danificaram a concretagem da escada derrubaram partes das paredes, estragaram ferramentas úteis da obra e impediram o trabalho dos operários com ameaça.** (SD12) (Título e trechos da mesma notícia - *Gazeta do Sul*, 14 out. 1986).

Hildo Ney frisou ainda, que a greve começou a se esvaír rapidamente “a partir do momento em que começou o **quebra-quebra** encabeçado por Selvino Melchior, bem como outros **atos de vandalismo**”. (SD13) (Trechos da notícia *Acabou a greve dos trabalhadores da construção civil de Santa Cruz* - *Gazeta do Sul*, 18 out. 1986).

Ao *impedir* os operários de trabalhar, os grevistas embargam não só a dinâmica do capital (que é fazer dinheiro, reproduzir lucros), mas, sobretudo, ferem o direito daqueles que veem o trabalho como uma prática redentora e condição *sine qua non* para a dignidade. São pecadores, cometem heresias (*danificam obra da Comunidade Católica*). Melhor: criminosos (promovem *quebra-quebra*, atos de *vandalismo*, *danificam a concretagem*, *derrubam paredes*, *estragam ferramentas*, causam *desordens*, *desacatam autoridades*). Precisam ser *acompanhados de perto pela Brigada Militar* para que tenham seus *ânimos acalmados*. E a gravidade do “tumulto” é tamanha (contou até com o “personagem” *grevista embriagado*) que *praticamente todo o efetivo* foi mobilizado para fazer um *policimento ostensivo*, a fim de *evitar que aconteçam fatos de violência*.

De um lado estão os guardiões da ordem, de outro os “inimigos”, os *extremistas*. Em síntese: os bárbaros. Para o brigadianos, o tom discursivo das notícias é de condescendência e até de necessidade, enquanto que para os grevistas é de aversão, pânico. E para dar um toque ainda mais capcioso, a *Gazeta do Sul* transfere o assunto – que normalmente é abordado na editoria de *Geral*, para a de *Polícia*. Berger (1998, p. 173) esclarece:

Por isso, às vezes, o tratamento a este problema político se assemelha ao tratamento de um *fait divers*. Este designa a rubrica sob a qual os jornais publicam os acidentes, os pequenos escândalos e toda informação cuja estrutura de funcionamento, entre outros elementos, desloca a causalidade para outro.

Nesta afirmativa, a autora concentra-se nos conflitos da terra, mas ela não deixa de traduzir o que acontecem com as relações capital *versus* trabalho. Na mira de escamotear as razões fundantes da greve, o corpo do acontecimento é recheado de episódios paralelos, secundários. E é nesse jogo, que prevê invariantes como adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes (MARIANI, 1998), que o *Gazeta do Sul* vai torneando os sentidos do movimento grevista e dos atores que dele participam.

Na greve dos rodoviários – também de Santa Cruz do Sul – mudam os personagens, mas o enredo segue o mesmo.

Embora não possam afirmar, empresários acreditam que a **depredação de veículos resulte da ação sindical**. (SD14) (Legenda da foto que estampa a capa, cuja manchete é *Greve dos rodoviários: negociação está difícil - Gazeta do Sul*, 23 jun. 1987).

[...] a Brigada Militar **tem dado um apoio constante a toda a comunidade** nesta greve, para que Santa Cruz “**não seja maculada**” pela desordem. “A BM está presente e **não permitirá que fatos de qualquer natureza prejudiquem a harmonia da nossa comunidade**”, destacou Bittencourt, ao mesmo tempo em que afirmou que o efetivo da BM **está dobrado e os policiais atuando quase sem folga, para garantir a segurança, “tanto para os que reivindicam, quanto para a comunidade em geral”**. (SD15) (Trecho da notícia *Brigada Militar nega acusações de agressão - Gazeta do Sul*, 27 jun. 1987).

Esta paralisação também não “coube” nas páginas de *Geral*. Parte das notícias difundidas sobre ela foram parar na editoria de *Polícia*. O sindicalista – implícito como o autor da depredação dos veículos – é, no enunciado da SD14, o delinquente. Ainda que no jornalismo – pelo menos na teoria – não se tolere a divulgação de fatos que não estejam devidamente comprovados, aqui, a *Gazeta do Sul*, outra vez, desviou-se das regras jornalísticas e disse (de forma indireta, mas disse) que o sindicalista – suspeito para os

empresários (o que seria mais ou menos previsível) – tenha sido o autor do delito. E, por conta do comportamento do líder sindical, novamente, a Brigada Militar precisou entrar em cena. Ela não só *tem dado apoio a toda a comunidade* (menos aos grevistas), como tem impedido que *Santa Cruz fosse maculada pela desordem* (SD15). Em tais escolhas textuais é sintomática a instauração de sentidos reativos à Brigada Militar. A ideia de que a violência parte dos trabalhadores grevistas pode ser endossada ainda pela construção *garantir a segurança, ‘tanto para os que reivindicam, quanto para a comunidade em geral’*.

O modelo de enunciação da *Gazeta do Sul*, sobretudo nas greves em que capital e trabalho assumem posições quase que coadjuvantes, junta emoção, aproximação e cumplicidade. Na SD15 isso é notório, afinal é em nome da *harmonia da nossa comunidade* que os *policiais* [estão] *atuando quase sem folga*.

Mas é em 1987 - ano em que o jornal destinou o maior número de páginas para narrar situações grevistas – que a greve dos bancários, realizada em março, deu os primeiros sinais do que viria pela frente. São as SDs 16 e 17 que avalizam tal afirmação:

Em Vera Cruz, o movimento também está **quente** [...]. (SD16) (Trechos da notícia *Greve dos bancários tem adesão de 90% em Santa Cruz - Gazeta do Sul*, 26 mar. 1987).

Numa relação capital e trabalho, quando não se consegue solucionar os problemas **pacificamente** através de conversações, devemos usar **ações mais drásticas e duras, como manifestações e greves**. (SD17) (Trechos do texto de opinião intitulado *O medo de greve e sindicato*, assinado por Cornélio Jacó Meyer – Economista Estadual - *Gazeta do Sul*, 28 mar. 1987).

Outra vez, a publicação, ao adjetivar como *quente* o movimento, aciona mapas de significados que acentuam o caráter agressivo da greve. O *quente* provoca, igualmente, tensão. Motiva sentimento de apreensão. O calor, o fogo são apanágios da violência, da insurreição, da situação-limite.

É, grosso modo, dentre inúmeras outras possibilidades imagéticas, o mesmo fogo com que Nero incendia Roma, que consome na fogueira Joana D’arc. Ou até as labaredas estereotípicas que ora destroem e noutras vezes dão conta do “design” – espécie de papel de parede – do inferno cristão. Tais pacotes de identidades são, na concepção de Gregolin socialmente úteis, pois estabelecem paradigmas, maneiras de agir e pensar que, simbolicamente, inserem o sujeito na “comunidade imaginada”. (MATA; COUTINHO, 2010, p. 213).

Não é para menos, já que a greve é – na voz de um economiário – uma *ação mais drástica e dura* (SD17). A opinião expressa por um membro da própria categoria (ou da mesma vertente) desloca a polêmica para o universo do leitor. A impressão que a *Gazeta do Sul* tenta despertar é de que o jornal nada tem a ver com os sentidos que foram consorciados ao texto. Ledo engano.

Charaudeau (2006, p. 124) certifica que, por “mais que as mídias recorram a técnicas ditas interativas, não há diálogo e troca, somente um simulacro”. Embora seja uma carta opinativa, ela não passou incólume aos critérios de seleção do jornal. Não se sabe se o editor a escolheu propositadamente, mas a AD autoriza dizer que tal opção, ao final, arrogou dizeres que continuam a travestir a greve de sentidos nefastos. Como destaca Mouillaud (2002c, p. 119) “o jornal tem tendência a tratar os enunciados dos quais não é autor como se fossem seus”.

A veiculação dessa carta funcionou também como uma espécie de *mea culpa* do veículo. É como se esse *status* já estivesse socialmente solidificado (não partiu de um trabalhador?) e a *Gazeta do Sul* estivesse apenas dando vazão a ele. Faz parte do jogo abstrair que é a própria mídia que retroalimenta estes consensos de significação.

Mas é na greve geral, ocorrida em agosto de 1987, e na greve dos safristas das indústrias do fumo de Venâncio Aires (março de 1989) que a *Gazeta do Sul* põe a exorcizar todo o seu “imaginário” depreciativo sobre estes acontecimentos. Talvez o gesto mais concreto fosse, ao mesmo tempo, o mais latente. Ao criar um selo¹⁵⁹ para a greve geral (utilizada no topo de uma das duas páginas inteiras que narraram todo o desfecho do dia 20 de agosto – data da paralisação) a *Gazeta do Sul* pré-anunciou um cenário de barbárie.

¹⁵⁹Selo é um recurso gráfico que marca uma reportagem. Seu uso é muito frequente em série de reportagens. É composto por uma pequena expressão e um desenho que se repete.



Ilustração 2 - (SD18) Selo da notícia cujo título central foi *Greve foi apenas parcial, mas superou a expectativa*
 Fonte: Gazeta do Sul, 22 ago. 1987.

As letras da palavra “greve” estão escorrendo, como se tivessem sido pichadas. A impressão é que tenha sido feito rapidamente, na clandestinidade, na ilegalidade. Sim, pichar paredes é crime. São classificados como vândalos aqueles que adotam esse tipo de prática, que suja a cidade, o patrimônio (público e privado). Sob a influência das primeiras impressões, isso tende a dizer pouco. Só que é

o tipo de letra, é o lugar na edição da página, é a foto que respalda o título que, juntos constroem a “imagem da invasão” [a autora está fazendo alusão às ações do MST] e, estes, em conjunto, estruturam e organizam a leitura e estabelecem as normas para o tipo específico de contrato com os sujeitos destinatários. (BERGER, 1998, p. 156).

Consequentemente, esta marca discursiva foi a senha para sintetizar como seria todo o itinerário discursivo da *Gazeta do Sul* sobre a greve geral. Processo este que já havia iniciado na edição anterior, quando o jornal sugeriu o “conteúdo” do contrato que estaria fazendo com o seu leitor.

“Partindo deste princípio, a classe patronal não acredita em nenhuma **manifestação violenta**, dispensando maiores preocupações”. (SD19) (Trecho da fala do vice-presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Júlio Machado, extraído da notícia *Machado: este não é o momento para uma greve - Gazeta do Sul*, 20 ago. 1987).

Brigada garantirá a ordem

“Nós não teremos um esquema especial. Apenas vamos **aumentar o número de policiais nas ruas, porque o dia será atípico**”. (SD20) (Título e trecho da fala do capitão da Brigada Militar, Oraci Rossoni, extraído da mesma notícia - *Gazeta do Sul*, 20 ago. 1987).

A declaração do representante da patronal (SD19) ajuda a estigmatizar os trabalhadores grevistas como violentos. Ao *acreditar que não haverá ocorrências de manifestações violentas*, ele carrega entendimentos implicados, quais sejam, de que as greves podem se

transformar numa ação de selvageria. Proposição que fundamenta a presença do Estado, por meio das forças policiais. *A Brigada vai garantir a ordem e, mais do que isso, aumentar o efetivo já que o dia será atípico* (SD20). A notícia converge, de novo, para as mesmas concepções.

Dessa sequência é possível vislumbrar ainda que a opção pela “fala” da polícia (capitão da Brigada Militar) exprime a parcialidade do veículo, em particular, em favor de uma camada “elitizada” da sociedade. Note-se: a greve nem mesmo havia ocorrido, entretanto, a *Gazeta do Sul* fomenta sua criminalização (é isso que fazem os aparelhos punitivos do Estado que estão a serviço de governos inseridos no contexto capitalista), legitimando punições para quem não respeita os princípios constitucionais (a greve ainda era ilegal) ou as organizações empresariais. É sob uma fachada meramente retórica e fictícia de “bem comum” que a mídia (com ênfases distintas) faz a defesa do capital. “[...] sendo a greve o alvo mais importante, em contraposição a uma espécie de ‘laissez faire’ no *mercado de trabalho* [grifo do autor], o que explica cabalmente a oposição radical a toda e qualquer greve concreta” (FONSECA, 2003, p. 82-83).

Como se recomendou há pouco, é no dia 22 de agosto de 1987 (na edição seguinte à realização à greve geral) que a *Gazeta do Sul* desfere sua artilharia discursiva.

“Nós sabemos que alguns grevistas, ao passarem defronte às lojas onde trabalham, aproveitaram a oportunidade para **ofender seus patrões**”. (SD21) (Trecho da fala do presidente do Clube dos Diretores Lojistas, Carlos Roberto Gruending, extraído da notícia *Segundo o CDL, 80,37% dos comerciários trabalharam - Gazeta do Sul*, 22 ago. 1987).

[...] empresários ouviram este slogan – “**ou fecha, ou nós entramos e quebramos tudo**”. Ficou-se sabendo, também, que em certos estabelecimentos, alguns funcionários, mesmo sem a intenção de fazer greve, **foram persuadidos (com ameaças) a integrarem o movimento**. (SD22) (Trecho de um dos textos do *Panorama Geral*, intitulado *Resposta aos grevistas - Gazeta do Sul*, 25 ago. 1987).

O produto informativo não traz grevistas ao palco narrativo, mas sim, bandidos: àqueles que *ofendem patrões* (SD21) e os que *entram e quebram tudo* (SD22). Os últimos estão, inclusive, na iminência de delinquir contra a propriedade privada, sagrada para os donos do capital. O fato de alguns terem sido *persuadidos* ou *ameaçados* (SD22) tem, da mesma forma, pretensão de desqualificar o movimento grevista. Se não fossem pelas *ameaças* a greve poderia não ter acontecido. A imagem de que as entidades representativas dos trabalhadores –

articuladoras da greve – não possui legitimidade das suas bases também pode ser recuperada no interdiscurso.

Na mesma edição, a *Gazeta do Sul* afasta-se um pouco da posição de narrador e deixa emergir uma voz que, hipoteticamente, não tem a sua rubrica. Todavia, a estratégia segue sendo afiançar sentidos infames à prática grevista.

Na realidade, os **rompantes dos líderes sindicais** começam a não ser mais bem sucedidos, porque os movimentos grevistas muitas vezes têm descambado para a **desordem** provocada por **piquetes irresponsáveis**. Ao invés do legítimo trabalho de convencimento, partem para a **apelação da marra e da violência**, esquecendo que o mesmo direito que eles têm de fazer greve os outros têm de fazer o que bem entenderem. Tão sagrado quanto o direito de greve é o direito ao trabalho. (SD23) (Trecho da coluna *Canto de Página*, assinada por Guido Kuhn, cujo título era *A greve II - Gazeta do Sul*, 22 ago. 1987).

As colunas (*Canto de Página* é uma coluna assinada por Guido Kuhn), para que se deixe claro, são espaços destinados aos comentários. O sujeito enunciativo goza de relativa liberdade quanto às apreciações que faz sobre determinada circunstância. No entanto, a argumentação jornalística, em tese, deveria estar marcada pela ponderação: se há um julgamento pró, as opiniões contra deveriam estar arroladas. Paradoxo!

[...] pois o comentário midiático deveria ajudar na constituição da opinião pública: informar para auxiliar o cidadão a formar uma opinião equivale a não tomar partido; mas não tomar partido seria desenvolver a argumentação de um ponto de vista externo, onipotente (acima da multidão), ao qual somente uma argumentação de tipo científico poderia pretender. Ora, o comentário jornalístico, por definição, não pode ser uma análise científica. (CHARAUDEAU, 2006, p. 183).

No texto *A greve II* (SD23), Kuhn, tendenciosamente, aponta a greve como *desordem*, promovida pelos *rompantes dos líderes sindicais*, que partem *para a marra e a violência*. Desta forma, o jornal estabelece um silêncio constitutivo que explora o sindicalista (indivíduo que, normalmente, encabeça as greves) como um ser de conduta hostil, que acaba por contagiar o movimento na sua totalidade. Kuhn ainda não apresenta um argumento sequer para que, ao menos na superfície, pudesse demonstrar contrabalanceamento opinativo. Isso não é tudo. Os *piquetes* (que por si só são causadores de enfrentamentos) são *irresponsáveis*, o que dilata o seu efeito nocivo.

Não satisfeita, na edição do dia 25 de agosto de 1987, a *Gazeta do Sul* traz novas repercussões sobre a greve geral. Agora é a vez de um cidadão (ã) emitir o seu parecer.

Tudo aquilo não era uma **brincadeira, divertimento ou anarquia**. Era sim, uma batalha das mais árduas. (SD24) (Trecho de uma carta, intitulada *Comerciários na greve*, assinada apenas com as iniciais E. A. L. - *Gazeta do Sul*, 25 ago. 1987).

Há na SD24 uma esforço por parte do autor (a) da carta (anônima – já que constam apenas as iniciais) em desdizer que o engajamento dos comerciários na greve geral não significava *brincadeira, divertimento ou anarquia*. Se há essa preocupação é porque existem pré-construídos opostos entranhados na memória discursiva. E a mídia (a *Gazeta do Sul* tem se mostrado um exemplo de peso) tem sido – arriscaria dizer a principal no contexto local - militante desta causa.

A propósito, a sessão de cartas nos jornais serve de suporte para a opinião pública. Deveria ser assim. Para Fonseca (2003), trata-se de um meio que socorre a própria opinião do veículo, que, mesmo privada, aspira passar-se como “pública”.

Além do mais, segundo Pierre Laborie, deve-se repelir o uso indiscriminado (e popularizado) desta expressão, na medida em que representa uma verdadeira “armadilha”. “Opinião pública” implica movimento, dinamismo, transformação, e não cristalização de uma dada opinião”. (FONSECA, 2003, p. 86).

Ou seja, é nessa mimese discursiva que a *Gazeta do Sul* vai emplacando suas ideias da greve, como se tudo dito até então fosse a “realidade”.

A mídia vende a notícia, cuidadosamente recortada e selecionada, exibindo um discurso parcial, dotado de pré-conceitos e de tratamentos diferenciados. Manipula os fatos, transformando-os e “criando” uma certa forma de ver a realidade que passa a ser assimilada como verdade absoluta. (FOSCARINI, 2008, p. 11).

Este foi o movimento discursivo que norteou a greve dos safristas das indústrias de fumo de Venâncio Aires. A principal função informativa da notícia é amedrontar.

Greve de safreiros em Venâncio **provoca destruição e violência**
O **tumulto** foi deflagrado no momento [...].
[...] **atirando pedras** no refeitório, escritórios, guarita e veículos que transitavam nas proximidades.
[...] **Vinte homens da polícia de choque**, acompanhados de **45 policiais fortemente armados** [...].
Na **luta** entre polícia, manifestantes e segurança interna da empresa, foram feridas, onze pessoas.
Foi ventilada a hipótese de pedir **a presença do Exército para conter o ânimo dos manifestantes** [...]. (SD25) (Título e trechos da mesma notícia - *Gazeta do Sul*, 28 mar. 1989).

Novo **confronto** com grevista em Venâncio fere 12 trabalhadores
 Na noite desta quinta-feira, por volta das 21h, ocorreu um novo **conflito** em Venâncio Aires [...].
 Nelson Clécio Stöhr, presidente do Sindicato da Alimentação, classificou a ação como “**conduta animalésca e de extrema brutalidade**” [...].
 Moradores que presenciaram o tumulto relatam que até mesmo **vários tiros foram disparados**.
 Até mesmo alguns **transeuntes que passavam pelo local foram agredidos**, como foi o caso do pedreiro Ivo Severo, que resultou com uma fratura na clavícula. (SD26) (Título e trechos da mesma notícia - *Gazeta do Sul*, 18 mar. 1989).

A carga semântica converte o evento numa verdadeira batalha épica. *Destruição, violência, pedras, polícia de choque, policiais fortemente armados, luta* e até a possibilidade da presença do *Exército* (SD25). Os *manifestantes* (SD25), isoladamente, parecem transluzir neutralidade. Não se dispõem a tal paisagem. Na notícia acima eles se tornam sujeitos adjetivados pelos *tumultos*, pelo *Exército* – instituição preparada para atuar em possíveis guerras (para ficar em dois exemplos). Há uma relação de confronto entre dois discursos para que o da reprovação do evento suplante o outro.

Não é o bastante: *confronto, conflito, conduta animalésca e de extrema brutalidade, tiros e transeuntes agredidos* (SD26). A imagem é de caos. Na arena, de um lado estão “eles”, os grevistas, ávidos pela baderna, capazes de cometer atrocidades (até mesmo contra o cidadão que passa pela rua e nada tem a ver com a desavença). Do outro, “nós”, as pessoas de bem, os leitores.

Como “árbitro” deste embate aparece a corporação da Brigada Militar (quicá o Exército). São 45 homens *fortemente armados* “contra” trabalhadores grevistas municiados de *pedras*. Tem ainda a *segurança interna da empresa*, disposta a defender o patrimônio do empresário com todo o seu arsenal (arma de fogo, cacetetes...). A desproporcionalidade “bélica” exposta pelo discurso do jornal abre possibilidade para mais algumas considerações.

Repara-se que a mensuração de números – são 45 *policiais fortemente armados* – não é fortuita. Ela dimensiona o quão sinistro é o acontecimento. E, se houve *conduta animalésca e de extrema brutalidade* da Brigada Militar – como denuncia o presidente do Sindicato – o silêncio constitutivo acusa que é porque até inocentes acabaram sendo feridos por *grevistas*.

Assim, como detentores de uma força política que se torna visível pela capacidade de organização e mobilização popular dentro do projeto que possuem, ao realizarem ações públicas como passeatas, caminhadas, acampamentos e colocarem-se no enfrentamento às políticas governistas (ou empresariais), são imediatamente enquadrados pela mídia como protagonistas do conflito e da desordem, sendo merecedores de descrédito, de repugnância e de contenção operada pelos aparelhos punitivos do Estado (FOSCARINI, 2008, p. 12).

Não tem jeito. O “agir” dos trabalhadores inevitavelmente, mexe com a estrutura política, econômica e social que está posta e que é útil para os grupos que estão no poder, cujos meios de comunicação se veem permeados. Ainda mais esta categoria de trabalhadores (safristas das indústrias do fumo), os quais estão associados a principal atividade econômica do Vale do Rio Pardo. Ao interromperem o beneficiamento do produto, eles mexem com toda a cadeia produtiva. É como se a primeira peça do dominó fosse derrubada e as demais fossem caindo uma a uma. O fumicultor fica impedido de vender a sua produção (nos dias de paralisação não há como a empresa proceder a compra). Sem a renda do produto, ele não tem como gastar no comércio, no setor serviços (sobretudo aquele que tem como único meio de sobrevivência o cultivo do fumo). A empresa (além de perdas imediatas: máquinas e homens parados é sempre sinônimo de prejuízo) fica privada de beneficiar o tabaco, podendo ter até mesmo suas exportações ameaçadas. As cigareiras (como é a Philip Morris, instalada em Santa Cruz do Sul e há muitos anos cliente de algumas beneficiadoras da região – Universal Leaf Tabacos, por exemplo) por falta de produto – caso ela não tenha estoque e a greve se arraste por um longo tempo - não conseguem mais produzir cigarros... E assim por diante.

Por isso, pelo número e “grau” de consequências (elas perdem de todos os lados: sem dinheiro circulando no mercado decresce a verba publicitária dos anunciantes e o volume de assinaturas), não há como as mídias não tirarem partido. Se greves, revoluções, desemprego e outros assuntos semelhantes ainda penetram a agenda midiática é pelo seu “[...] caráter de ruptura com normas estabelecidas, de infração às regras constitutivas da experiência humana [...]” (CHARAUDEAU, 2006, p. 141). Não importa o fundamento da greve, os sentidos a ela atribuídos pela *Gazeta do Sul* demarcam-na como algo errado, proibido (independente do amparo legal).

Dito isto, vai-se mergulhar um pouco mais fundo nesse mar de sentidos e partir para aqueles que nomeiam as manifestações grevistas como prejuízos. Todas as greves reunidas para o *corpus* de análise incidiram em pelo menos uma notícia que autenticasse tal FD. Parte-se da paralisação do magistério público estadual (1980):

Professores devem voltar para **não prejudicar crianças**

O prefeito completou suas afirmações destacando que “o maior tesouro que se pode dar a uma criança é a educação, e os **grandes responsáveis são os professores** [...]”. (SD27) (Título e trechos da mesma notícia - *Gazeta do Sul* – 04 nov. 1980).

Nesta construção o prejuízo é literal. Como os *professores são os grandes responsáveis pela educação*, o silêncio constitutivo agenciado é que a sua parada *prejudica as crianças*. O apelo sentimental feito pelo prefeito – reconhecido como verdadeiro pelo jornal, haja vista que o campo jornalístico nutre-se de fontes “acreditadas” tendo por fim uma falsa imparcialidade - alonga os efeitos deste prejuízo. Poderia ter invocado adolescentes, adultos, que, igualmente, são atingidos pela greve. Preferiu as crianças, pois é na infância que elas aprendem a ler, escrever. Retardar esse processo configura-se numa lesão social.

No mais, a instância midiática vê-se “condenada” (CHARAUDEAU, 2006) a comover seu público. É assim que amplia suas tiragens ou seus pontos de audiência no Ibope¹⁶⁰.

Para satisfazer esse princípio de emoção, a instância midiática deve proceder a uma encenação sutil do discurso de informação, baseando-se ao mesmo tempo, nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos das crenças que aí circulam – pois as emoções não são um inefável aleatório. Elas são socializadas, resultam da regulação coletiva das trocas. (CHARAUDEAU, 2006, p. 92).

Ninguém melhor do que as crianças – ingênuas, dóceis no imaginário sócio-discursivo – para superdimensionar os efeitos de “crueldade” dos professores grevistas. O locutor apela para a imagem da inocência infantil para, em última análise, inculcar a contrariedade das greves.

Em 1985, foi a vez dos inspetores sanitários serem os alvos do *modus operandi* da *Gazeta do Sul*. No plano discursivo, nenhuma novidade.

Greve dos fiscais: frigorífico pára e **pode faltar carne**

Em Santa Cruz, **por enquanto**, o abastecimento de carne tem sido normal, **mas existe o risco de que o mercado seja suprido por produtos clandestinos** [...]. (SD28) (Manchete e texto da capa - *Gazeta do Sul* – 07 mar. 1985).

Abastecimento de carne continua normal, mas **frigoríficos sofrem grandes prejuízos**

¹⁶⁰O Ibope é um dos maiores institutos de pesquisa da América Latina. Desenvolve estudos sobre mídia, opinião pública, intenção de voto, consumo, marca, comportamento e mercado (IBOPE, 2011).

A greve dos inspetores sanitários **ainda não conseguiu abalar** a comercialização de carne na região [...].

[...] se a situação não for contornada, as **consequências podem se agravar nos próximos dias**.

Em Rio Pardo, onde o problema é mais grave, **quatro açougues já cerraram as portas, por falta de produto**.

Já nas exportações **os prejuízos para as indústrias e matadouros são grandes**. (SD29) (Título e trechos da mesma notícia - *Gazeta do Sul* – 07 mar. 1985).

Na SD28 o *pode faltar carne* é uma ameaça explícita. Carne (as vitaminas e proteínas nela contida) é básica na alimentação do ser humano. A sua ausência no mercado poderia trazer sérios riscos para a saúde. Malefício que pode ser ainda maior se o *mercado for suprido por produtos clandestinos* – não fiscalizados pelos inspetores sanitários que estão em greve. Mas o problema não fica subjugado à esfera social. É no bolso ou no caixa dos donos dos frigoríficos (como está posto na SD29), açougues e supermercados (legalmente, impedidos de vender carne sem o “selo” de procedência, cujo é, repito, concedido pelos fiscais sanitários) que essa paralisação vai repercutir, chegando ao cúmulo de abalar as exportações (SD29) e de *fechar quatro* estabelecimentos (SD29). Diga-se de passagem, a palavra *risco* tem sido corriqueira nas rodas financeiras: o *risco* de investimento na Bolsa de Valores, por exemplo, é iminente.

E se frigoríficos e açougues estão *fechando* ou deixando de comprar carne o problema aumentou sua circunferência. Numa das pontas da cadeia produtiva estão pecuaristas, suinocultores e demais produtores de carnes de outras espécies que também estão deixando de comercializar seus produtos. É a *Gazeta do Sul* lançando quase que uma epidemia discursiva sobre a paralisação destes profissionais.

Engavetadas nas duas SDs há duas coesões frasais que, no mínimo, se prestam para acender um, “sinal de alerta”: *por enquanto* e *ainda não conseguiu*. São recursos linguísticos que sugerem que o prejuízo está “logo ali”. A conjunção adversativa *mas* (SD28) evoca o sentido inverso para o *abastecimento normal*: ele pode se tornar atípico a qualquer momento. E esse sentido é robustecido na SD29, quando a *Gazeta do Sul* avisa que as *consequências podem se agravar nos próximos dias*.

Não há, à luz da AD, como disfarçar. Todas essas SDs sujeitam-se à delação do alinhamento patronal da publicação. Até 1989 (data limítrofe da análise), por sinal, essa é uma

postura recorrente. Em 1986 foi a greve dos trabalhadores da construção civil que – através das páginas da *Gazeta do Sul* – prestou esse “serviço” e em 1987, a dos bancários.

A respeito dos **prejuízos** sofridos pelas empresas, com a paralisação e com os atos de vandalismo, Hildo Ney preferiu não comentar, dizendo apenas que foram de **grande monta**. (SD30) (Trecho da notícia *Acabou a greve dos trabalhadores na Construção Civil de Santa Cruz - Gazeta do Sul* – 18 out. 1986).

Greve dos bancários começa a **intranquilizar o comércio**

A paralisação dos bancários está **prejudicando** um movimento diário de compensação de **dez milhões de cheques em todo o País, um milhão desses no Rio Grande do Sul**, devido à precariedade com que funcionam as Câmaras de Compensação do Banco do Brasil.

Os **prejuízos dos 107 bancos comerciais que operam no País**, distribuídos em quase 15.500 agências e postos no território nacional, são ainda **inquantificáveis**. E os **reflexos da paralisação dos bancários começam, aos poucos, a se evidenciar no setor comercial, onde já há uma certa intranquilidade por parte dos lojistas em continuarem recebendo cheques**. (SD31) (Título e trechos da mesma notícia - *Gazeta do Sul* – 28 mar. 1987).

A SD30 é análoga a SD27. A diferença está apenas no “sujeito” vítima deste *prejuízo*. Aqui, são as *empresas*, o capital, que está sendo atacado pela greve/grevistas. É fingindo não dizer (*preferiu não comentar*) que um dos representantes da patronal¹⁶¹, disse o bastante para que se pudesse dimensionar o tamanho deste prejuízo: *grande monta*. Sem aduzir qualquer número que pudesse conferir precisão (lembrando que precisão é um dos preceitos básicos do jornalismo) ao *grande monta* de Hildo Ney, a *Gazeta do Sul* repassa a ideia como verdade.

Um ano mais tarde, são os bancários que passam a ser os “vilões” da vez. São eles que *intranquilizam o comércio* (SD31) com a sua paralisação. O sentido está imbuído de gerar insegurança, pois, *dez milhões de cheques estão deixando de ser compensados* e gerando *prejuízo*. Atenta-se, outra vez, para a maneira como o jornal trata a questão numérica. Se na voz patronal (SD30) eles não interessavam, mas mesmo assim amalgamavam efeitos de perda, agora eles são indispensáveis para cumprirem o mesmo papel.

Das empresas para os *bancos* e dos *bancos* para o *setor comercial*. A gradação narrativa sinaliza que a avaria se dá sob o “efeito cascata”. Primeiro são os estabelecimentos financeiros (107 – de novo, a *Gazeta do Sul* quantifica) que acumulam prejuízos *inquantificáveis*. Sob o tabuleiro discursivo, eles: os números. São colocados de forma genérica, ambígua e até hiperbólica para espaçar a eficácia do *inquantificável*. Se precisasse o

¹⁶¹Hildo Ney Caspary era e ainda é um dos donos de uma das maiores construtoras de Santa Cruz do Sul, a Suhma Engenharia.

montante, os efeitos, na certa, não seriam os mesmos. Seriam menores. Depois, vem o *setor comercial* ou *lojistas*, que, por culpa dos bancários grevistas – estes acionados por meio de um silêncio constitutivo - não estão podendo receber cheques em seus estabelecimentos.

Em instante algum dos dois episódios grevistas, o noticiário predispôs-se a discutir os porquês da paralisação das categorias. As razões são óbvias: o jornalismo não é estranho ao terreno das práticas capitalistas. Pelo contrário, fomenta-o. Em virtude disso, “[...] acaba por classificar as pessoas, as ações e os eventos noticiados de acordo com imagens pré-concebidas, com estereótipos sociais que o impedem de captar os fatos em sua complexidade e peculiaridade [...]” (MENDES, 2009, p. 56).

Essa é a premissa que escora todos os demais discursos que fazem parte desta análise. Na greve geral, para listar outro caso, não convém enumerar e – mais do que isso – aprofundar os detalhes que levaram trabalhadores do país inteiro a suspender a produção, a “cruzar os braços”. Salários demasiadamente arrojados, índices inflacionários dantescos, jornadas extenuantes... Nada disso! O [...] “sujeito ao enunciar se projeta imaginariamente na forma-sujeito da formação discursiva que o domina, ‘incorporando’, desse modo, ‘sua realidade’, e seus ‘sentidos’ enquanto ‘sistema de evidências e de significações percebidas’ [...]” (MARIANI, 1998, p. 32). Isso é o que rege a SD32.

Algumas lojas, a exemplo do Banco do Brasil, permaneceram com suas portas fechadas durante a manhã devido à **concentração de grevistas que dificultavam o acesso de pessoas ao interior dos estabelecimentos**. (SD32) (Trecho da notícia *Greve foi apenas parcial, mas superou a expectativa – Gazeta do Sul – 22 ago. 1987*).

O prejuízo está, novamente, concatenado. São os *grevistas que dificultam o acesso de pessoas ao interior dos estabelecimentos* que não só os fazem ficar de portas fechadas, mas que – por meio de um silêncio constitutivo - inviabilizam seu faturamento. E assim, ano após ano, as palavras greves e grevistas, para além de designar a recusa momentânea do trabalho por parte dos trabalhadores, vão previamente assinalando no imaginário sentidos desabonadores. Nem por isso, essa matéria ou esses sujeitos são tornados invisíveis. Inversamente, a imprensa – e a *Gazeta do Sul*, singulariza-os. “Todos” os que estão sendo cerceados em algum direito (a comunidade e, fundamentalmente, os empresários, donos do

capital) são realçados no discurso (vêm acompanhados de fotos, de selos, de cartolas¹⁶² e outros artifícios iconográficos), menos àqueles que estão na raiz do problema: os trabalhadores. Estes, só são “isolados” discursivamente quando são agentes que melindram a ordem.

Na greve dos servidores da Justiça (1987) e dos rodoviários, pode-se constatar isso com exatidão. Perde a comunidade (os usuários), perdem os advogados, perdem as indústrias, perdem os taxistas... Quanto aos servidores ou os motoristas de ônibus, poucas linhas postas a serviço da visibilidade das suas pautas reivindicatórias.

Processos em tramitação ficam para o 2º semestre

As audiências que estavam sendo marcadas para estes dias no Fórum local estão **sendo transferidas** para agosto e setembro em função da greve dos serventuários da Justiça. (SD33) (Manchete e texto da capa – *Gazeta do Sul* – 05 maio 1987).

Greve da Justiça preocupa advogados

[...] “pois a situação é aflitiva também para as partes e **trará sérios reflexos de ordem financeira** aos advogados militantes no Foro. (SD34) (Título e trecho da fala de Pedro Simon, representante dos advogados de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e Candelária – *Gazeta do Sul* – 09 maio 1987).

[...] já **está causando transtornos irremediáveis** à (sic) greve da Justiça no Estado. (SD35) (Trecho da fala¹⁶³ do relações públicas do Fórum de Santa Cruz do Sul, João Ernani Rodrigues da Silva, cuja notícia intitulava-se *Amanhã pode acabar a greve da Justiça* – *Gazeta do Sul* – 21 maio 1987).

Greves trazem dificuldades para advogados e comunidade

[...] a falta de soluções do governo está ocasionando **problemas à população “que está sem segurança, sem aula e sem justiça”** [...]. (SD36) (Título e trecho da fala do vereador Nilton Garibaldi – *Gazeta do Sul* – 21 maio 1987).

O delegado sindical comentou que os donos das empresas são contrários à equiparação dos salários do interior com os da capital, porque alegam que os combustíveis e acessórios estão com preços elevados, e o aumento só pode ser dado caso haja um repasse dos índices do **aumento para os usuários**, ou seja, **um aumento das tarifas**.

Com a paralisação total dos ônibus urbanos, houve **muita confusão com os usuários**. (SD37) (Trechos da notícia *Greve dos rodoviários pára transporte coletivo* – *Gazeta do Sul* – 20 jun.1987).

13 mil pessoas já deixaram de viajar

Prejuízos já chegam a Cz\$ 1 mi (SD38) (Chamadas da capa – *Gazeta do Sul* – 23 jun. 1987).

Greve de motoristas deixa 13 mil pessoas sem viajar

O fato mais marcante, entretanto, foi o vivido por uma senhora que tentando se dirigir ao interior do município, após seu filho ter recebido alta no hospital, deparou-se com a greve dos motoristas de ônibus **sendo necessária a arrecadação de**

¹⁶²Cartola ou chapéu – na linguagem jornalística – é uma pequena informação (geralmente, uma única palavra), que fica sobre o título e define o assunto da notícia.

¹⁶³Vale ressaltar que a mesma se apresenta em forma de discurso indireto, sem o uso de aspas.

dinheiro através de uma vaquinha para a aquisição de gasolina para um particular de boa vontade, levá-la até o seu destino.

(SD39) (Subtítulo e trecho da mesma notícia – *Gazeta do Sul* – 23 jun. 1987).

Greve prejudica as indústrias (SD40) (subtítulo da notícia *Continua sem solução a greve dos rodoviários intermunicipais* – *Gazeta do Sul* – 23 jun. 1987).

Rodoviária, comércio e táxis somam prejuízos com a greve (SD41) (Título – *Gazeta do Sul* – 25 jun. 1987).

A retórica que perpassa esses dois meses de noticiário é a da domesticação do caos. Tanto a paralisação dos serventuários da Justiça quanto a dos trabalhadores rodoviários são investidas de valorações semânticas que guarnecem no interdiscurso o desserviço da greve. Os adjetivos presentes nas SD34 e 35 – *sérios* e *irremediáveis* – agravam esse poder no interior da FD.

E não é só no campo imaginário ou discursivo que o prejuízo se manifesta. A *Gazeta do Sul*, na SD37, informa que, as demandas dos grevistas só poderiam ser cumpridas se houvesse majoração no valor das passagens. O cidadão – usuário – além de, por hora, ficar desprovido do serviço, ainda teria que arcar com mais este ônus. Com isso, a *Gazeta do Sul* repete o movimento discursivo de colocar “eles” – os grevistas – de um lado – e “nós” - a população -, que também trabalha e que amanhã pode estar nesta mesma posição-sujeito -, do outro, como se ambos estivessem (e no discurso de fato estão) digladiando-se. É conveniente para os canais midiáticos – “exercendo sua função de ‘expositores do real’”, como distingue Berger (1998, p. 145) – colocar estes atores (ainda que ambos estejam em patamares socioeconômicos parecidos) em posições antagônicas: facilita a propalação de sentidos que colocam a greve e os próprios grevistas à margem da sociedade. Ao cabo, fazem esse mesmo sujeito (que hoje está na posição do prejudicado) pensar muito antes de aderir a um movimento desta natureza, o que é de grande utilidade para o capital.

Presume-se que é mirando uma pseudo “autenticação da verdade” (esse é o valor simbólico da notícia) que a aritmética é retomada no discurso da publicação. Já são *13 mil pessoas que deixaram de viajar* (SD38), acarretando em prejuízos que chegam à cifra de *Cz\$ 1 mi*. O formalismo matemático, ao mesmo tempo que garante precisão, notifica a magnitude das dificuldades originadas com a greve.

Mas se ainda pairava sobre a cabeça do leitor alguma dúvida do quanto eram “desumanos” os grevistas, a *Gazeta do Sul* tratou de convencê-lo. Não há como não ser

invadido por um sentimento de indignação (contra os paredistas) com a narrativa exposta na SD39. A mãe saiu com o filho do hospital e precisou fazer uma *vaquinha* para que um *homem de boa vontade* os levasse para casa. Não bastasse a doença, a publicação contou com as dificuldades financeiras da família para despertar a ira da população em geral. O *homem de boa vontade* emblematiza aqui o sujeito benévolo, misericordioso, enquanto que os motoristas em greve – via silêncio constitutivo – são os *homens de má vontade*, despossuídos de compaixão, egoístas.

A construção dessa SD vai ao encontro do que sentenciamos Motta (2007, p. 159):

O jornalismo representa a vida e as ações dos homens (bons e maus), relata as tragédias e as epopeias modernas. Contam as histórias de nossos heróis e vilões, nossas batalhas, conquistas e derrotas. O mundo do jornalismo é o mundo da tragédia e da comédia humanas, é habitado, como as artes e a literatura pelo *mythos* [grifo do autor]. Tem uma ética e uma poética, como outras linguagens estéticas, ainda que o jornalismo não resolva os conflitos que traz (ao contrário, deixa os episódios permanentemente em abertos para complementação por parte da audiência, que solicita permanentemente mais notícias).

Empenhando-se em ocasionar nos seus receptores efeitos de espírito catárticos - tais como o espanto, o medo, a perplexidade... (MOTTA, 2007) -, que humanizam fatos brutos e ajudam a consolidar uma memória cultural, o jornal segue relegando à greve posições de inferioridade, de empecilho.

Pode faltar gás se a greve perdurar

Em Santa Cruz, por exemplo, os estoques de gás garantem o abastecimento **por uma semana**.

A partir de então, poderiam surgir dificuldades na distribuição. (SD42) (Título e trechos da mesma notícia – *Gazeta do Sul* – 03 out. 1987).

Greve dos distribuidores de gás provoca **colapso** no abastecimento

Botijões estão vazios e distribuidores não repõem o gás

Se a greve não terminar durante a próxima semana é provável que as revendedoras de gás comecem a **enfrentar problemas para abastecer o mercado com qualquer tipo de botijão**. (SD43) (Título, legenda e trecho da mesma notícia – *Gazeta do Sul* – 10 out. 1987).

Região não escapará do blecaute se persistir a greve na Eletrosul

[...] **por enquanto, a situação é tranquila** (sic) no Rio Grande do Sul, mas que a CEEE está em estado de alerta para o caso de persistir a greve e atingir a área de operação do Centro de Controle de Carga de Curitiba, cuja paralisação **seria fatal para todo o estado gaúcho, incluindo Santa Cruz do Sul e região**. (SD44) (Título e trecho da mesma notícia – *Gazeta do Sul* – 04 ago. 1988).

Na greve dos distribuidores de gás (1987) e dos eletrecitários (1988) o entorno cognitivo compartilhado é de aterrorizar. O prejuízo social é, nos bastidores discursivos,

tomado e retomado como algo nato à greve. Na SD42 ele emerge com o verbo *poder*, que deixa de indicar tão somente uma probabilidade quando o espaço temporal é quantizado: *uma semana*. Passados esses sete dias, a frase seguinte é autoexplicativa: *A partir de então, poderiam surgir dificuldades na distribuição*. Situação que a SD43 prevê como catastrófica (*colapso*), já que o *mercado* deve ficar desabastecido *de qualquer tipo de botijão*, se a paralisação perdurar.

Se ficar sem gás já poder ser ruim, imagine ficar sem energia. A greve dos eletricitários (1988) não deixa outra saída. Esse, pelo menos, é o prenúncio discursivo da *Gazeta do Sul*. *Não escapará do blecaute se e por enquanto* (SD44) são escolhas semânticas que abonam esse temor. Mesmo que a sociedade ainda não esteja sendo privada da energia, as duas construções (o verbo no futuro e a conjunção) são estratégias intimidativas contra a greve. O operador argumentativo (o jornalista) “já” antecipa os aborrecimentos que a ação deve trazer. Aborrecimento é pouco: *fatal*. Esse é o adjetivo que – mais que informar o acontecimento – aloja o julgamento da paralisação.

Vale a pena registrar que as duas greves ocultam um silêncio fundador. Gás e energia são importantes para o ser humano, mas eles também se constituem em substâncias centrais para o capitalismo, para a expansão da mais-valia. Isso torna compreensível o envenenamento discursivo da publicação contra os grevistas.

Para dar esta parte por encerrada, é obrigatório reservar um pouco mais de fôlego à análise da greve dos trabalhadores das empresas calçadistas de Vera Cruz (1989). É hora da *Gazeta do Sul* aumentar o seu raio de prejuízo discursivo e colocar sob a mira dos grevistas o próprio desenvolvimento do município.

Empresas ameaçam se retirar de Vera Cruz se greves persistirem

A greve de funcionários de três empresas vera-cruzenses, que persiste desde segunda-feira, assume uma **conotação de grande preocupação para os empresários daquela cidade**.

“[...] **não podemos admitir a possibilidade de que empresas possam fechar suas portas, gerando um desemprego grande na cidade**”. (SD45) (Título e trechos da mesma notícia – *Gazeta do Sul* – 17 mar. 1989).

Arcal comunica à Prefeitura que vai fechar fábrica de Vera Cruz

Com a impossibilidade de acatamento aos pedidos dos funcionários grevistas, desde 13 de março do corrente, a **Arcal S/A de Vera Cruz decidiu encerrar suas atividades na cidade**.

Como os funcionários continuaram irredutíveis nas suas propostas e não retornaram ao trabalho, a empresa decidiu reaproveitar cerca de 60 funcionários da empresa na matriz em Santa Cruz, enquanto os restantes deverão ser demitidos. “[...] isto é lamentável, pois além de gerar desemprego, **o município igualmente perderá muito em retorno de impostos**”. (SD46) (Título, trechos do texto e, por fim, da fala do prefeito de Vera Cruz, Haroldo Genehr – *Gazeta do Sul* – 21 mar. 1989).

Segundo Paulo Vicente Bender, gerente da unidade de Vera Cruz, “apenas uma linha de costura foi desativada, pois a partir de abril, **dobraríamos nossa produção de calçados** para 2.500 unidades por dia, **mas devido à greve, o projeto foi cancelado [...]**”. (SD47) (Trecho da notícia *Calçadistas voltam ao trabalho, dizem empresas* – *Gazeta do Sul* – 25 mar. 1989).

O primeiro ato da construção narrativa foi a síntese dos sentidos que seriam consignados aos demais desdobramentos - que se transformariam em episódios jornalísticos – da mobilização desta categoria. Em cada “capítulo”, a *Gazeta do Sul* foi – em doses homeopáticas – distendendo os efeitos de aterrorizamento à comunidade vera-cruzeense. Na SD45 ela lança a incerteza (o fechamento das empresas pode redundar na demissão de pessoas), que na SD46, cuja notícia é veiculada poucos dias depois, concretiza-se. Detalhe: se muitos perderam (e ainda vão perder) seus postos de trabalho e se o município de Vera Cruz vai deixar de arrecadar impostos (SD46), a responsabilidade é dos *funcionários que continuaram irredutíveis nas suas propostas e não retornaram ao trabalho*. Esse é o silêncio constitutivo que ali está consorciado.

A SD47 fecha a quase serialidade novelesca de sentidos lesivos atribuídos às greves. Abreviando: a produção de calçados só não foi redobrada em virtude da greve do setor. O *mas* (SD47) foi o dispositivo linguístico autor dessa passagem. Uma economia inteira (como a de Vera Cruz que, naquela época, tinha o setor calçadista como importante sustentáculo) esbarra – como, categoricamente, afirma o veículo – na ação grevista.

Há um silêncio fundador hospedado na paralisação destes trabalhadores que, outra vez, favorece o capital. A estratégia, ao anunciar o possível fechamento da empresa (SD45), bem como as demissões, é diluir o movimento. Tarefa não muito difícil se dois fatores forem rememorados: o país inteiro convulsionava por conta de uma grave crise econômica (ninguém podia arriscar perder o emprego) e toda a propaganda da *Gazeta do Sul* antiparedista.

Esse foi o “método” *Gazeta do Sul* de contar as greves ao longo de toda a década de 1980. A notícia, num primeiro contato, relata as ações grevistas. Na descrição dos

acontecimentos, diversas vozes ganham espaço, coferindo veracidade aos fatos. Não obstante, é nas entranhas do texto que se escondem (ou pelo menos tentam) os argumentos que inclinam o leitor a uma posição contrária às greves. Como detectou Berger (1998) no seu estudo sobre o MST e o jornal *Zero Hora*, o qual pode ser estendido ao trabalho que aqui se desenha: “[...] as posições são construídas com artifícios da retórica da manipulação, que jogam o MST na ilegalidade ou no folclórico, ridicularizando-o e a seus aliados” (BERGER, 1998, p. 145).

É negligenciando a oferta equilibrada do contraditório que a *Gazeta do Sul* vai petrificando sentidos sobre a greve no interdiscurso. Para os seus leitores, certamente, ela representa balbúrdia e prejuízo. Nada mais que isso. São essas as “verdades” que o jornalismo relaciona diariamente. São os mitos que habitam as narrativas culturais do noticiário.

5.4 Capital versus trabalho: vozes que se digladiam pelo poder da significação

É chegado o momento de fazer uma pausa no problema dos sentidos e focar a outra questão que norteia esta dissertação: as vozes. Como se pôde notar, o discurso (jornalístico, ainda mais) resulta da interatividade entre sujeitos. A simples experiência humana é polifônica. “Somente a tensão entre as múltiplas vozes que participam do diálogo pode dar conta da integridade e da complexidade do real” (SOUZA, 1997, p. 341). Nem por isso, todas as falas estão filiadas a uma mesma perspectiva enunciativa. O locutor, no ato da fala, pode incorporar ao seu discurso asserções atribuídas a outros enunciadores ou personagens discursivos – interlocutores, a terceiros ou à opinião pública em geral. É devido a esse movimento discursivo que Ducrot (1977) considera que o sentido de um enunciado advém de uma representação teatral.

Isso é o que se vai tentar descobrir nesta fase da pesquisa: se a *Gazeta do Sul* permitiu que seus espaços informativos sobre o movimento grevista da década de 1980 fizessem, de fato, eco a uma pluralidade de vozes – cumprindo, aliás, a razão social do jornalismo - ou se as diferentes fontes explicitadas no texto não passaram de um malabarismo discursivo. Desconfia-se – pelo teor dos registros anteriores – que a monofonia – patronal, sobretudo – tenha prevalecido no discurso da publicação, referendando as formações discursivas acima realçadas.

Suposições à parte, a lida agora gira em torno da identificação dos locutores e enunciadores emaranhados no discurso do veículo, método proposto por Ducrot. A título de informação: o locutor é aquele que fala, que pode ser reconhecido de imediato como o responsável pelo enunciado. A personagem do enunciador, por sua vez, consiste na instância de onde são apresentados os acontecimentos.

O locutor é quem fala, o enunciador é aquele “a partir de quem se vê”. Ou seja: o enunciador deve ser identificado, na análise das vozes, como *a perspectiva a partir da qual* [grifo da autora] o enunciador anuncia. Essa perspectiva está diretamente associada a uma posição de sujeito, conformada também por inscrições culturais, sociais e históricas, que podemos – na estrutura da AD – reunir formações ideológicas. (BENETTI, 2007, p. 119).

Para proceder a análise, fez-se um novo recorte na amostragem. Como para a AD convém a exaustividade “vertical”, em profundidade, e não a “horizontal” (FELIPPI, 2000), separou-se apenas quatro textos: dois da greve do magistério público estadual (1980); um da greve dos trabalhadores da construção civil (1986); e um da greve geral (1987). A prioridade pelas notícias aqui selecionadas se deu por alguns critérios: a) pela quantidade de fontes ouvidas na notícia; e b) por encerrar, além das vozes que estão diretamente (portanto, patrões e empregados) envolvidas no confronto grevista, aquelas que, pelo menos na aparência, não tenham nenhum envolvimento direto. Acredita-se que, de posse desse material, poderão ser desenvolvidos apontamentos suficientemente reveladores da “sonoridade” discursiva da *Gazeta do Sul*. Julga-se prudente fazer ainda uma última observação: os textos serão reproduzidos na íntegra no corpo deste trabalho e não anexados para facilitar a visualização.

Conservando a cronologia temporal, introduze-se a discussão pela greve dos professores da rede pública estadual – 1980. Este é o único caso em foram destacadas duas notícias. Primeiro porque essa foi uma das greves mais extensas¹⁶⁴ (por isso rendeu dezenas de matérias na imprensa) do conjunto que está em análise e segundo por ter reunido uma gama bastante ampla de vozes (além dos professores e governo).

Presidente da UESC diz que a paralisação prejudica alunos, mas a luta é legítima
O presidente da UESC, Régis Ilha, divulgou ontem uma nota da União dos Estudantes Santa-Cruzenses, na qual dá a colocação da entidade estudantil quanto à greve do magistério. Diz a nota que 80 por cento (sic) dos estudantes arguidos sobre o assunto colocam-se contra o professorado, pela simples razão de temerem

¹⁶⁴A greve do magistério público estadual de 1980 iniciou no dia 1º de novembro e encerrou do dia 20 do mesmo mês.

entrar em aulas no período de férias, e ainda porque muitos, em final do 2º grau, já voltam suas preocupações para os exames vestibulares.

Todavia, a nota, assinada pelo presidente da UESC, reconhece que os professores estão lutando também por uma causa que é de todo o estudantado, e que os estudantes não estão lutando pela reforma do ensino e por mais verbas para a educação porque não estão organizados. “Quando os alunos notarem que o sacrifício das recuperações vai fazer com que tenhamos mestres mais empenhados em educar e informar, o ensino realmente profissionalizante, mais salas, aulas práticas, finalmente terão condições e capacidade e educação para enfrentar o caos mundial”.

“Devemos ainda – destaca Régis – afirmar que estamos emocionados com a luta de nossos mestres, que, sem permissão de ficarem nas escolas, reúnem-se todos os dias, nos três turnos, no Pavilhão da Ressurreição, para a discussão de seus problemas”. E arremata frisando que “os professores não estão “matando” aulas, como se pode pensar, e sim lutando por nós, que egoístas ou comodistas, pensamos primeiramente em passar de ano de qualquer forma, sem olhar o futuro do ensino e o futuro de nossos filhos, que receberão o ensino caótico que estamos recebendo. É válido o sacrifício, pois o que plantamos hoje nossos filhos colherão amanhã”.

Ontem à noite, os estudantes foram conclamados pelo presidente da UESC a comparecerem ao pavilhão da Ressurreição, onde tiveram um contato com os professores e o comando da paralisação, solicitando explicações para o impasse surgido entre Governo e Magistério, que deu origem à paralisação das aulas.

(Gazeta do Sul, 6 nov. 1980)

Este é o primeiro exemplo em que capital e trabalho assumem posições coadjuvantes na narrativa. O texto é parte de um conjunto de notícias publicadas sobre a greve do magistério público estadual (1980) e manifesta a posição de uma entidade ligada aos estudantes – União dos Estudantes Santa-cruzenses (UESC). Mesmo não comportando as vozes que, diametralmente, estão envolvidas nos conflitos grevistas, ele ressoa posições enrijecidas na memória discursiva.

É oportuno repetir que a preferência por esta notícia não foi ocasional. Avalia-se que ela seja capaz de tornar ainda mais nítidas as manobras discursivas do jornal em favor de um dos polos (capital ou trabalho), já que é um “terceiro” ou um ente “neutro” que está sendo aliciado no discurso.

Neste recorte, o locutor que ocupa a posição número um é o repórter que redigiu a notícia (não identificado, já que a mesma não foi assinada). Trata-se de um L1-, ocultado pela impessoalidade, já que não há marcas de primeira pessoa no texto.

No funcionamento do discurso jornalístico, a estratégia da impessoalidade é usada para criar um efeito de evidência, de objetividade e imparcialidade do jornalismo, de transparência da linguagem, levando à ilusão da referencialidade. É a ideologia da transparência. (FELIPPI, 2000, p. 95).

O L2, ao contrário do L1-, está notório, carimbado pelo discurso direto (as aspas). Faz alusão ao presidente da UESC (Régis Ilha). Há ainda um L3, personificado nos “outros” estudantes (Régis Ilha também é estudante), que aparece via discurso indireto na fala de L2 e L1-. Cogita-se que L3 seja produto de uma enunciação anterior promovida entre ele e L2 (estudantes e Régis Ilha), tendo em vista que para garantir que *80 por cento dos estudantes arguidos sobre o assunto* – é o que diz a nota, segundo a *Gazeta do Sul* -, foi necessário fazer um consulta previa aos estudantes. O verbo *arguir* consubstancia essa conjetura.

Para fechar, temos o locutor zero – L0 – representado na voz da *Gazeta do Sul*. Presente em todas as páginas da publicação, o nome do jornal, não funciona só como uma assinatura. É ele quem sela a voz da instituição pela qual circulam os demais discursos. Recuperando Mouillaud (2002b, p. 87), ele é o lastro dos enunciados, “[...] é um grampo que junta todos os exemplares”.

Cada um destes locutores está, no ato da fala, representando uma posição-sujeito, convertendo-se num locutor-enquanto-pessoa-no-mundo - Lp (FELIPPI, 2000). Seguindo esta logística, L0 ocupa a posição de sujeito da empresa *Gazeta do Sul*, L1- a do jornalista, L2 a do presidente da UESC e L3 a dos demais estudantes. São quatro facetas que se desdobram em outras tantas no nível da enunciação.

Aqui, E0 equivale à perspectiva enunciativa da empresa *Gazeta do Sul*, um enunciador coletivo, que dá voz à comunidade do Vale do Rio Pardo (espaço territorial por onde a publicação circula). E1 corresponde à perspectiva de enunciação de L1-, cujas feições são de uma perspectiva universal, “invisível”, que deixa os fatos falarem por si. Já L2 enuncia da perspectiva que denomino E2. Embora ele pareça individual, enuncia coletivamente. Os verbos *tenhamos*, *devemos*, *estamos* e *plantamos* refere-se a um eu + vocês (ora os estudantes, ora a população), bem como os pronomes *nós* (eu + os estudantes) e *nossos* (meus + os de vocês – da comunidade) confirmam. Há – como se pode ver - uma clara tentativa de englobar o alocutário¹⁶⁵ e dele fazer um autor da fala. Quanto à L3, ele enuncia da mesma perspectiva de E2, já que a nota é de autoria de L2. Isto é: um enunciador coletivo que classifico como E3.

¹⁶⁵Aquele para quem está endereçada a mensagem.

Entrecruzamento discursivo que não pára por aqui. Basta olhar o caso da perspectiva de enunciação de L1-. Por ela falam L2, através do discurso relatado – *Todavia, a nota, assinada pelo presidente da UESC, reconhece que os professores* – e L3 - *Diz a nota que 80 por cento dos estudantes arguidos sobre o assunto* -, cujo cerne discursivo está em L2. Então, além de enunciar da perspectiva de E1, L1- enuncia ainda a partir de E2 e E3. Tudo isso, balizado por E0.

Na prática, tem-se uma franca manifestação de polifonia, tanto no nível de locutores, como de enunciadores. Só que neste texto a pluralidade de vozes serve para apenas complementar uma a outra. Como dito acima, os discursos que se imiscuíram a cada uma das falas, na sua grande maioria, foram úteis para preservar relações contratuais para com as formações discursivas antes sondadas.

Ao divulgar que *80 por cento dos estudantes são contra o professorado* (como está no título e texto da notícia), Régis Ilha (L2), os alunos (L3) o jornalista (L1-) e a própria *Gazeta do Sul* (L0) não apoiam a greve do magistério público estadual, já que todos enunciam da mesma perspectiva discursiva. O sentido implícito contratualizado nos enunciados é de a greve traz prejuízos (a frase seguinte - *temerem entrar em aulas no período de férias, e ainda porque muitos, em final do 2º grau, já voltam suas preocupações para os exames vestibulares* – é a principal marca discursiva desta afirmação).

Seria injusto ignorar que as vozes estão afinadas num discurso mais ameno, pode-se assim tachar. A construção *simples razão*, a conjunção *todavia* e toda a argumentação armada na sequência do texto e da nota, respectivamente ([...] *reconhece que os professores estão lutando também por uma causa que é de todo o estudantado* [...] e “*Quando os alunos notarem que o sacrifício das recuperações vai fazer com que tenhamos mestres mais empenhados em educar e informar* [...]” – são dois exemplos), comprovam. Trata-se de uma estratégia enunciativa de abrandar a força semântica, outrora conferida ao discurso. É como se os sentidos sobre a greve fossem sendo vocalizados – e endurecidos na memória - de forma gradual.

Assim mesmo, volta-se a declarar que houve comprometimento discursivo por parte da publicação. Como todos os enunciadores estão interligados e cosidos pela perspectiva de E0,

afirma-se que a *Gazeta do Sul*, enquanto empresa jornalística, possui uma relação contratual com a formação discursiva de que a greve seja um entrave, principalmente para o desenvolvimento, já que a educação (ainda mais a educação da rede pública) configura-se num dos seus pilares. Diretamente: subjuga-se e, mais do que isso, procria (como fez ao conclamar o alocutário ao discurso) consensos patronais.

A segunda notícia coloca sob o tablado discursivo um personagem não muito comum aos conflitos grevistas: um bispo. Ainda que ele não ganhe voz no texto, o fato de aparecer como um possível mediador é digno de crítica.

Professores locais propõem mediação de Dom Vicente Scherer
Apesar de já estarem sendo iniciados os primeiros contatos em Porto Alegre para se chegar a um acordo entre governo e magistério, a paralisação dos professores, que hoje entra no seu 15º dia, conta com novas adesões no Município. Ontem aderiram ao movimento 16 professores estaduais de Monte Alerne e 3 de Sinimbu, além da professora Carmen Costa, funcionária da 6ª Delegacia de Ensino, onde atua no Departamento de Assuntos Culturais. De acordo com José Antônio Paranhos Luz, que ontem estava respondendo pelo Comando de Paralisação e Diálogo, o número de professores grevistas, nesta cidade, atinge a 426, num percentual superior a 90 por cento.

MEDIADOR

No dia de ontem, os professores João Carlos de Almeida e Roque Back, respectivamente diretor e secretário do 18º Núcleo do CPERS, estiveram em uma reunião dos diretores de núcleo com o comando geral de paralisação. Na oportunidade, eles apresentaram as sugestões do Núcleo local no sentido de que seja encontrada uma solução para o impasse, entre elas a indicação do bispo Dom Vicente Scherer para ser o negociador do impasse entre governo e os professores. Caso D. Vicente não possa aceitar, o Núcleo sugere que se escolha outro nome, imparcial e do mesmo nível desta autoridade religiosa. Pretendem, ainda, uma Caminhada pela Educação, com visita a líderes políticos e educacionais: um acampamento rotativo, por região, defronte ao Palácio Piratini, para sensibilizar a opinião pública e o Governo para a situação dos professores e, por último, uma concentração em massa, defronte ao Palácio, oportunidade em que os professores depositariam material didático e livros, com o objetivo de demonstrar as necessidades materiais das escolas e dos mestres.

PALESTRA

José Antônio Paranhos Luz faz questão de frisar que os professores estão parados nas escolas, mas na sede onde se encontram, na Comunidade Ressurreição, estão desenvolvendo múltiplas atividades. Para esta manhã, está marcada palestra com o dr. Joel José Cândido, Promotor Público da Comarca, que falará sobre a situação jurídica do professor.

(*Gazeta do Sul*, 13 nov. 1980)

Resumem-se a três os locutores desta notícia. L0 está legitimado como procurador da voz do veículo *Gazeta do Sul*, enquanto L1- como a do jornalista redator do texto e L2 de José Antônio Paranhos Luz, responsável pelo Comando de Paralisação e Diálogo.

L1- está obscurecido. Não se sabe de quem se trata (nome do repórter), pois, além de não constar assinatura no texto, não há rastros de personificação (pronomes ou verbos conjugados em primeira pessoa). Com este artefato discursivo restabelece-se aquilo que Mariani (1998, p. 189) chama de “gramática da impessoalidade”. É a forma que o locutor-jornalista tem de demarcar fronteiras entre ditos diferentes e se autoapagar no texto. “As falas autonomamente reproduzidas sinalizariam, deste ponto de vista, as origens do dizer ou fontes de sentidos sobre os quais o jornal não tem controle ou responsabilidade”.

L2 é notabilizado tão somente pelo discurso indireto (*de acordo* é uma das expressões que sanciona tal apontamento). Recordando que as citações (especialmente as indiretas) são como “fragmentos coloridos de um caleidoscópio, isolados e heterogêneos [...]” (SOUZA, 1997, p. 335).

Diálogo é combate e jogo, jogo entre opiniões em confronto, confronto entre duas ou mais consciências, jogo que convida o público a participar do debate. Entrar na corrente do diálogo é renunciar à fala monológica, que seduz o outro de modo autoritário e impede a manifestação do caráter de acontecimento que assume o conhecimento dialógico. A citação, por sua vez, é uma forma de recuperar, sempre, em um novo texto, a verdade contida na palavra alheia. Portanto, citação é também diálogo, diálogo entre textos, compromisso em fazer convergir e divergir ideias próximas e distantes no espaço e no tempo.

Houve, para aclarar, a apropriação, por parte de L1-, de fragmentos da fala de L2 e sua, posterior, tradução. “[...] ou seja, ‘fazendo uso de suas próprias palavras ele remete a um outro como fonte do ‘sentido’ do que ele relata’ [...]. Assim, traduzindo a fala alheia, o locutor pode mesclar (aderindo, antagonizando, negando, etc.), no interior de uma mesma enunciação [...]” (MARIANI, 1998, p. 189).

A composição das falas dos locutores é o primeiro vestígio de como estão dispostos os enunciadores. E0 e E1 estão em conformidade com L0 e L1-, respectivamente. Os dois falam da mesma perspectiva enunciativa. Embora sejam locutores singulares, com funções discursivas distintas, L1- coloca no entremeio de suas falas posicionamentos políticos, ideológicos e editoriais de L0. Um processo que (apesar de parecer) não pode ser pensado como ardiloso. Tais “códigos” vão sendo incorporados na prática do dia a dia, como que por osmose.

Essa aliança enunciativa mostra quais são os efeitos de realidade – ditos isentos – relatados pela *Gazeta do Sul* sobre a greve do magistério público estadual. Na abertura do texto a advérbio *apesar* é a rubrica do tipo de discurso que o jornal veicula sobre a greve/grevistas. Em outras palavras, faculta aos paredistas o título de intransigentes, já que havia uma negociação em andamento com o governo e, mesmo assim, o número de grevistas não parava de aumentar.

Porém, é quando L1- narra as sugestões dadas por duas lideranças do CPERS (João Carlos de Almeida e Roque Back, que são delocutários¹⁶⁶, já que nenhum deles possui voz direta no discurso, mas dada a forma como o discurso jornalístico é construído, é provável que ambos tenham sido ouvidos pela publicação, pois as suas “intenções” estão dispostas na fala impessoal do repórter) para futuras mediações no conflito grevista, que enxerga-se o radical das perspectivas enunciativas de E0 e E1. Ao aconselhar a participação de Dom Vicente Scherer nas negociações ou – caso ele não possa – de outra autoridade religiosa *imparcial e do mesmo nível*, os interlocutores da proposta terminam por enquadrar os professores grevistas como intolerantes, discurso que, invariavelmente, patrocina a retórica patronal. Não seria um contrassenso os próprios trabalhadores (os representantes do 18º Núcleo do CPERS também são professores) deporem contra a categoria? Tudo leva a crer que a intenção tenha sido contrária: ao incitar a presença de um terceiro negociador, eles tencionavam enfatizar o descaso do governo para com a questão. Só que não se pode perder de vista que este discurso, embora seja dos delocutários (diretor e secretário do Núcleo), são “chefiados” por L1-. Ora, se L1- fala da perspectiva de E0 + E1, ele não comunga do mesmo imaginário discursivo que poderia ser encontrado na perspectiva enunciativa de um dos representantes do CPERS (se eles tivessem ganhado voz). A propósito, todos os planos dos delocutários foram dispostos no texto (prova de que o repórter teve um conversa com ambos), mas não sob a forma de discurso direto e nem indireto, configurando-se numa estratégia de impedi-los de serem sujeitos do discurso, como locutores, situação que poderia alterar a orientação discursiva desta notícia.

Mais: o nome de um representante da Igreja Católica é outro sintoma de como os eventos grevistas estão firmados no interdiscurso. Se fossem conflitos de simples resolução não seria necessário considerar que uma entidade quase que divina (bispos são considerados,

¹⁶⁶Designa a pessoa de quem se fala.

à luz da doutrina católica, apóstolos de Jesus) intervisse. Veja como na memória discursiva dos próprios trabalhadores (a ideia, segundo o jornal *Gazeta do Sul*, partiu dos seus representantes) a greve tem como referentes a complexidão, a resistência das partes, enfim. Trata-se de um movimento cíclico: a fala de um locutor recebe sempre indicações discursivas de “outro alguém” e este “outro” pode ser, hora a mídia, hora a família, hora a escola...

E L2? Esse fala da posição enunciativa E2. Afigura-se individual, mas não o é, já que representa o grupo que está à frente da organização da greve da categoria. A impressão inicial que se tem é que ele partilhe da perspectiva enunciativa dos trabalhadores (professores), mas algumas minúcias da sua fala (que se julga sua, dado o fato que todo o discurso está na forma indireta) evidenciam outro encadeamento enunciativo. Ao fazer *questão de frisar que os professores estão parados nas escolas, mas na sede onde se encontram, na Comunidade Ressurreição, estão desenvolvendo múltiplas atividades*, L2 está tentando se justificar para a comunidade. É como se “ficar parado” fosse um crime.

Sabe-se que é a patronal quem esbanja tal sentido para as greves. Logo, apesar de L2 falar de E2 ele incorre, inconscientemente, no discurso que ferve no campo oposto (do capital). Acidente? Não. Afora o “elemento” inconsciente, que faz com que sob nossas palavras, “outras palavras” (de um Outro) sejam ditas involuntariamente, L2 também está empacotado nas posições discursivas de E0 e E1. E essas últimas estão marcadas – como dito há pouco – pela vinculação ao patronato. Isto é, o texto não deixa de ser polifônico, mas há uma espécie de contenção das relações polêmicas.

O outro caso que se propõe estudar é o de uma notícia publicada em 1986, sobre a paralisação dos operários da construção civil. Deixaram-se patrões e empregados, outra vez, de fora em detrimento de uma voz – partido socialista – que atua, normalmente, à surdina destes movimentos. Esse, inclusive, foi um dos pretextos que fez esta notícia fazer parte do *corpus* analítico.

Partido socialista apóia (sic) a greve dos pedreiros locais
 “O movimento grevista que se alastra por toda a nação dá claras demonstrações das mudanças culturais que se acentuam no povo, que se rebela contra as ditaduras radicais da direita, coloca-se contra a exploração patronal e começa a reclamar com mais afinco os seus direitos partindo definitivamente para a conquista daquilo que lhe pertence”.

A manifestação partiu do coordenador do Comitê do PSB, Irton Marx, que lamentou que dentro de uma mesma classe trabalhadora ainda existam os que não se unam com os demais companheiros que lutam por melhores salários.

Marx entende que a greve deflagrada pelos pedreiros de Santa Cruz “furada por alguns que não possuem a hombridade de seus direitos”, precipita-se por caminhos perigosos, “onde a sabedoria passa a ser substituída pela arrogância de certos patrões e por aqueles que mesmo recendo (sic) um salário de fome, continuam batendo em suas costas”.

Destacou que da maneira como as coisas vêm acontecendo, ao pobre trabalhador nada resta a não ser esperar, “pois quando resolve partir para a luta em favor de seus direitos, vê-se diante dos escudos da Brigada Militar, cujos soldados geralmente são saídos das vilas, onde estes trabalhadores também residem. É preciso mudar.

Não basta apenas desviar a atenção do povo e dizer que o movimento é uma coisa armada por comunistas, socialistas. Dizer isso é quem sabe até mesmo, fazer um chamamento ao povo para estes partidos, que têm pessoas dotadas de um espírito corajoso e dispostos a colocar-se ao lado dos trabalhadores”.

Irton Marx lembrou que é preciso lutar em favor dos trabalhadores, porque a eles pertence a riqueza da nação.

“Sem o trabalhador deixaremos de ser um povo honrado e unido. Precisamos apoiar o proletariado e é isso que nós, do Partido Socialista Brasileiro estamos fazendo, colocando-nos ao lado dos mais humildes, dos trabalhadores na construção civil, que buscam através de um movimento justo, alcançar os seus direitos e que querem deixar de ser apenas aqueles que enchem os cofres dos patrões, para o que vêm sendo usados ao longo dos anos”.

(Gazeta do Sul, 11 out. 1986).

Nesta notícia, na qual o Partido Socialista Brasileiro (PSB) pronuncia-se publicamente sobre as greves e, particularmente, sobre a dos trabalhadores da construção civil de Santa Cruz do Sul, detecta-se a presença de dois locutores. O locutor jornalista (L1-) e o locutor coordenador do comitê local da sigla, Irton Marx (L2). Rastreia-se ainda o L0, personalizado no jornal *Gazeta do Sul*.

L1-, de novo, sequer aparece como autor da notícia. Ele vem embalado no clássico discurso hermético da impessoalidade (não há nenhuma marca de primeira pessoa no texto) e do discurso indireto.

O jornalista é, por natureza, um narrador discreto. Utiliza recursos que procuram camuflar seu papel como narrador, apagar sua mediação. É um narrador que nega até o limite a narração. Finge que não narra, apaga sua presença. (MOTTA, 2007, p. 155).

Já em L2, os gestos enunciativos são bastante visíveis. Aparecem sinalizados pelas citações (entre aspas). Ou seja: enquanto um faz questão de permanecer oculto, o outro extravasa um “eu” que já se mostrou não existir. É como se a imprensa estivesse creditando a um “outro” uma fala que também recebe o seu crivo.

No que se refere aos enunciadores, há um E0, que está em correlação enunciativa com L0, um E1 com L1- e um E2 com L2. A perspectiva de E0 e E1 é a mesma dos dois casos passados. A de E2, ainda que transpareça ser individual (Irton Marx), representa a posição de todos os militantes do partido (PSB). Postura deixada clara no decorrer da manifestação: *Precisamos apoiar o proletariado e é isso que nós, do Partido Socialista Brasileiro estamos fazendo [...]*. Entrelaçada a essa perspectiva de enunciação, há um chamamento ao alocutário. Os verbos *deixaremos* e *precisamos* (eu + vocês) desempenham esse papel.

Há na posição de E2 um compromisso discursivo ideológico (oriundo das matrizes do partido¹⁶⁷), que se pauta pelo socialismo, pela defesa de “todos que dependam do seu próprio trabalho” (PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, 2011). Entretanto, no entusiasmo de angariar forças ao movimento dos trabalhadores da construção civil (creio que tenha sido este o sentimento), e repreender os operários que “furaram¹⁶⁸” a greve, L2 passa, ligeiramente, a filiar-se em outra perspectiva discursiva, que não a de E2. Via de regra, esse discurso serve de âncora para os argumentos patronais (“é uma minoria que está fazendo greve”, “são os mesmos de sempre” e outras manifestações do gênero). Assim, a fala de Marx - *Marx entende que a greve deflagrada pelos pedreiros de Santa Cruz “furada por alguns que não possuem a hombridade de seus direitos” [...]* – contém rachaduras enunciativas.

Mas é sabatinando a posição de E2 que se consegue ver com nitidez a posição-sujeito adotada por E0 e E1. Quando L2 diz que *Não basta apenas desviar a atenção do povo e dizer que o movimento é uma coisa armada por comunistas, socialistas [...]*, ele deixa escorregar que sentidos pejorativos estão sendo outorgados aos comunistas e socialistas e que alguém esteja incumbido desta tarefa.

Por partes: é sabido que por de trás de algumas organizações sindicais estão ajoujados partidos políticos e isso tem sido usado (muito mais para àquelas que se centralizam pelos

¹⁶⁷O Partido Socialista Brasileiro (PSB) tem suas origens vinculadas à chamada Esquerda Democrática. Foi em 1947 que este movimento se transformou no PSB. Entre os princípios da sigla estava o de promover a nacionalização de algumas áreas econômicas tidas como estratégicas, a ampliação dos direitos trabalhistas, saúde e educação públicas e o desenvolvimento da democracia e dos meios de participação popular. Com o Golpe Militar, o PSB dispersou-se e só voltou a recuperar sua identidade quando o Tribunal Superior Eleitoral voltou a lhe conceder registro definitivo, em 1988. As informações estão no site <<http://www.psbnacional.org.br>> do Partido Socialista Brasileiro (2011).

¹⁶⁸“Furar greve” tem o mesmo significado que não aderir ao movimento, boicotá-lo. Trata-se de uma expressão coloquial, utilizada pela classe trabalhadora.

partidos de esquerda, de vieses comunista e socialista), historicamente – vide Mariani (1998) -, como estratégia de rebaixar o movimento dos trabalhadores.

[...] com a volta do pluripartidarismo, iniciando o processo de término da ditadura militar, com as greves irrompendo em meados de 1980, com o retorno dos exilados, a palavra ‘esquerda’ vai lentamente ganhando espaço no panorama político. Ao mesmo tempo, uma nova discursivização começa a se engendrar. Os comunistas “inimigos internos”, deixam de ser os únicos alvos dos processos discursivos de negativização: o engendramento de significação [...] começa a migrar para aqueles partidos considerados de esquerda, sobretudo o Partido dos Trabalhadores (PT). (MARIANI, 1998, p. 204).

Inclusive, a própria *Gazeta do Sul* fez isso em várias oportunidades (formalizou-se isso anteriormente). Se a *Gazeta do Sul* foi uma das “ativistas” deste processo, ainda que no passado, ela acabou por ser coautora¹⁶⁹ da tentativa *de desviar a atenção do povo*.

Mesmo polifônica, as posições discursivas da notícia – na sua maioria - são propensas a privilegiar um dos lados. E todas as objeções aqui postuladas levam a crer que não seja o dos trabalhadores. É claro que não se pode desprezar o fato de que um partido de esquerda tenha ganhado voz. Não foi algo recorrente, mas aconteceu.

A seguir, vai-se trabalhar com notícias sobre a greve geral, de 1987. Ela foi eleita graças a pluralidade de fontes que asila. Cabe informar que este exemplo constitui uma única notícia que, por sua vez, reúne várias retrancas¹⁷⁰.

Adesão à greve geral debatida em plenária

Em plenária realizada na terça-feira à noite, no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus, diversos líderes sindicais debateram com trabalhadores a greve geral marcada para hoje. Com a presença aproximada de 300 trabalhadores havia uma certa apreensão quanto à adesão ao movimento. “Se houver união dos trabalhadores e uma grande participação na greve, obteremos êxito; caso contrário, se apenas alguns decidirem apoiar o movimento juntamente com os sindicatos, é provável que sofram pressões por parte das empresas”, explicou o vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação, José Engel.

Para fortalecer o movimento, foi marcada uma concentração na praça Getúlio Vargas, a partir das 7h de hoje. Para a parte da tarde está marcada uma passeata e um ato show na própria praça.

Até ontem haviam confirmado participação na greve, os sindicatos dos Comerciantes, dos Bancários, Vestuário e dos Trabalhadores Rurais. O sindicato da

¹⁶⁹Coautora porque outros veículos de comunicação também usaram a orientação dada pelos partidos políticos de esquerda nas ações grevistas, como forma de denegrir ainda mais o movimento. Fonseca (2003) traz os casos do *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

¹⁷⁰Retranca, na linguagem jornalística, é um texto que vai agrupado à notícia principal e que trata de assuntos relacionados a esta.

Alimentação decretou “estado de greve”, devendo os trabalhadores exercerem as funções normalmente nas respectivas empresas.

O coordenador do 18º Núcleo do CPERS, José Louzado, disse que é um momento de união de todos os trabalhadores e que um movimento para ser forte necessita da colaboração e esforço por parte da categoria. “A situação atual dos trabalhadores não é boa. É preciso principalmente que haja uma conscientização de todas as categorias, visando modificar a atual situação da classe trabalhadora em todo o país”, disse Louzado.

A plenária também analisou possíveis pressões de empresas contra a paralisação dos funcionários. Segundo disse o presidente do Sindicato dos Comerciantes, Afonso Schwengber, a ameaça de descontar da folha de pagamento o dia referente à greve não desmobilizará os trabalhadores, “pois um dia em relação a todo arrocho que a classe vem sofrendo não representa nada”, comentou.

Nas indústrias, adesão deverá ser inexpressiva

Apesar do “estado de greve” e o apoio ao movimento grevista, os trabalhadores vinculados aos Sindicatos da Alimentação, Metalúrgicos e Construção Civil trabalharão normalmente hoje.

Conforme explicou o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, José Engel, o Sindicato colaborou para a organização do movimento, mas a adesão dos trabalhadores ligados a este setor deverá ser praticamente nula. “Embora seja um movimento democrático, de protesto contra a atual política do governo e o arrocho salarial, os trabalhadores estão temerosos quanto à (sic) represálias por parte das empresas”, comentou Engel.

Em igual situação estão os Sindicatos dos Metalúrgicos e da Construção Civil que, inclusive, estão às vésperas de uma eleição sindical. “As eleições sindicais e as pressões que os empregados estão sofrendo são fatores que desmobilizaram a categoria quanto à greve, embora alguns trabalhadores devam participar da greve”, afirmou o presidente do Sindicato da Construção Civil, Selvino Melchior.

O Sindicato do Vestuário resolveu aderir à greve, contudo, devido à pouca representatividade na assembléia (sic) da categoria, a maioria dos funcionários deverá trabalhar.

ACI prevê que no máximo 10% não irão trabalhar

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul, Jacob Braun, disse ontem que todas as indústrias deverão trabalhar normalmente no dia de hoje, visto que calcula que não mais de 10% dos trabalhadores irão aderir ao movimento grevista.

Segundo ele, na paralisação do ano passado, cerca de 5% dos trabalhadores de Santa Cruz não compareceram ao trabalho. “Neste ano, como se nota que há uma melhor organização, principalmente na área comercial, talvez este percentual de paralisação chegue a 10%”, ressalta Braun. Frisou ainda, que a orientação da ACI é descontar o dia dos faltosos. Jacob Braun, por outro lado, destacou que a Brigada Militar estará mobilizada, dando garantias a todo aquele que, por direito, quiser trabalhar.

Jacob pondera que os empresários compreendem que os salários estão defasados, mas que a greve não é o melhor caminho. O ideal seria o diálogo entre os trabalhadores e os empresários, através de seus respectivos sindicatos, o que sem dúvida, seria muito mais produtivo. Complementando esta sua colocação, comentou que “os empresários cientes do arrocho salarial, até mesmo concordaram quase que por sua unanimidade em antecipar o resíduo salarial, o que é uma atitude clara que demonstra a nossa preocupação em torno das dificuldades pelas quais os trabalhadores estão passando”.

O presidente da ACI preferiu não entrar muito em detalhes sobre os resultados da greve, mas adiantou que, dificilmente, os trabalhadores terão alguma conquista, visto que este é um movimento político que está sendo realizado numa época errada, em que o país não suporta uma paralisação geral.

Machado: este não é o momento para a greve

Este não é o momento oportuno para manifestação como a que está sendo anunciada para hoje declarou o vice-presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Júlio Machado.

Justificou que os empregados não são os únicos prejudicados com a péssima situação da economia nacional. “Os efeitos também se estendem aos empresários, tanto é que há dívidas quanto a realização da greve fazendo divergir as opiniões entre as próprias entidades que lideram a greve”.

Machado citou ainda que esta é uma greve política, “onde os indivíduos estão mais preocupados em aparecer”. Disse que ninguém será obrigado a comparecer ao trabalho e exercer suas atividades, “mas a lei deverá ser seguida à risca para com os faltosos, já que esta é uma greve ilegal”. Os funcionários que não forem trabalhar nas lojas terão o dia descontado do seu salário confirmou Júlio Machado (sic) enfatizou ainda que a classe empresarial acredita no bom senso dos trabalhadores, “que não deverão partir para a radicalização, já que o direito ao trabalho é algo sagrado”. Partindo desse princípio a classe patronal não acredita em nenhuma manifestação violenta, dispensando maiores preocupações.

Na expectativa de uma adesão muito reduzida de trabalhadores, Machado espera que as lojas registrem um movimento normal durante o dia de hoje.

Bancários realizam piquetes na greve

A exemplo do que ocorreu com os empregados do comércio, os bancários também deverão participar da greve geral de hoje, inclusive formando piquetes para incentivar os trabalhadores a participar do movimento.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Bancários, André Beck, a classe luta pela estabilidade no emprego, reposição salarial de 37 por cento (sic), volta do gatilho salarial mensal e também contra a atual política do governo e contra os banqueiros, que descontaram da folha de pagamentos os dias referentes à paralisação anterior.

A previsão é que os estabelecimentos bancários funcionem normalmente hoje, embora o sindicato objetive uma adesão na greve de 100 por cento (sic) da categoria.

Brigada garantirá a ordem

A ação da Brigada Militar de Santa Cruz, em virtude da greve geral de trabalhadores, que ocorre hoje, inicia às 6h da manhã, porque a corporação tomará determinadas precauções e distribuirá o efetivo em pontos específicos de aglomeração de pessoas, permitindo, de uma forma geral que a vida da comunidade não perca seu ritmo normal.

O comandante da Brigada no município, cap. Oraci Garcia Rossoni, disse que os trabalhadores serão garantidos pela corporação, para fazer suas manifestações de forma livre, pacífica e sem dificuldades e que aqueles que não aderirem à greve, que quiserem desenvolver suas atividades profissionais, também terão seu acesso às empresas garantido livremente.

“Nós não teremos um esquema especial. Apenas vamos aumentar o número de policiais na rua, porque o dia será atípico”, acentuou, ao destacar que a par da greve a Brigada continuará mantendo seu policiamento normal e por isso, fará um remanejamento de turnos.

O cap. Oraci Garcia Rossoni disse que um maior efetivo estará nas ruas pela manhã e à tarde, especialmente nos locais de manifestações públicas, mas que o policiamento à noite e nas demais áreas da cidade, também terá continuidade.

(Gazeta do Sul, 20 ago. 1987).

A greve geral, de 1987, foi a maior das greves gerais chamadas durante a década de 1980. Pelo menos é isso que revela a cobertura jornalística da *Gazeta do Sul*. A paralisação aconteceu no dia 20 de agosto e nesta data o jornal destinou uma página inteira para ouvir como trabalhadores e entidades patronais estavam se organizando para a ocasião.

Impressiona o número de fontes presentes na notícia. Para melhor situá-las, elas serão relacionadas, junto às suas respectivas perspectivas enunciativas, na tabela abaixo:

Tabela 3 - Locutores e enunciadores – Greve Geral (1987)

LOCUTOR	QUEM REPRESENTA	ENUNCIADOR	PERSPECTIVA DE FILIAÇÃO
L0	<i>Gazeta do Sul</i>	E0	<i>Gazeta do Sul</i> (enquanto instituição)
L1-	Repórter que redigiu o texto	E1	<i>Gazeta do Sul</i> (enquanto instituição)
L2	José Engel, vice-presidente do Sind. das Indústrias da Alimentação	E2	Sindicato/Trabalhadores
L3	Sind. da Alimentação	E3	Sindicato/Trabalhadores
L4	José Louzada, coordenador do 18º Núcleo do CPERS	E4	Sindicato/Trabalhadores
L5	Afonso Schwengber, presidente do Sind. dos Comerciantes	E5	Sindicato/Trabalhadores
L6	Trabalhadores vinculados ao Sind. dos Metalúrgicos	E6	Sindicato/Trabalhadores
L7	Trabalhadores vinculados ao Sind. da Construção Civil	E7	Sindicato/Trabalhadores
L8	Selvino Melchior, presidente do Sind. da Construção Civil	E8	Sindicato/Trabalhadores
L9	Sind. do Vestuário	E9	Sindicato/Trabalhadores
L10	Jacob Braun, presidente da ACI	E10	Patronal
L11	Júlio Machado, vice-presidente do Sind. do Comércio Varejista	E11	Patronal
L12	André Beck, presidente do Sind. dos Bancários	E12	Sindicato/Trabalhadores
L13	Oraci Garcia Rossoni, comandante da BM	E13	Estado/Governo Estadual

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nas notícias da *Gazeta do Sul*, 20 ago. 1987.

A *Gazeta do Sul*, enquanto organização, foi a armadura discursiva tecida pelos demais locutores. Nela está penhorada a voz da comunidade do Vale do Rio Pardo, já que se considera a “legítima porta-voz da comunidade”, e da instituição enquanto empresa. Para L1 – (o jornalista, repórter) parece haver um padrão jornalístico: ausência de assinatura e rigorosa impessoalidade.

Nos outros dizeres em trânsito, assenta-se:

- um L2 coletivo (Engel fala enquanto representante dos trabalhadores das indústrias de alimentação) marcado pelo discurso direto e indireto;

- um L3 coletivo marcado pelo discurso indireto (*O sindicato da Alimentação decretou “estado de greve”, devendo os trabalhadores exercerem as funções normalmente nas respectivas empresas.*);
- um L4 coletivo (Louzada fala enquanto representante do magistério público estadual) marcado pelo discurso direto e indireto;
- um L5 coletivo (Schwengber fala enquanto representante dos trabalhadores do comércio) marcado pelo discurso direto e indireto;
- um L6 coletivo pelo marcado pelo discurso indireto ([...] *os trabalhadores vinculados aos Sindicatos da Alimentação, Metalúrgicos e Construção Civil trabalharão normalmente hoje.*).
- um L7 coletivo pelo marcado pelo discurso indireto (idem à situação anterior).
- um L8 coletivo (Melchiors fala enquanto representante dos trabalhadores da construção civil) marcado pelo discurso indireto;
- um L9 coletivo marcado pelo discurso indireto (*O Sindicato do Vestuário resolveu aderir à greve, contudo, devido à pouca representatividade na assembléia (sic) da categoria, a maioria dos funcionários deverá trabalhar.*);
- um L10 coletivo (Braun fala enquanto representante dos empresários) marcado pelo discurso direto e indireto;
- um L11 coletivo (Machado fala enquanto representante dos empresários) marcado pelo discurso direto e indireto;
- um L12 coletivo (Beck fala enquanto representante dos bancários) marcado pelo discurso direto e indireto;
- um L13 coletivo (Rossoni fala enquanto representante do Estado) marcado pelo discurso direto e indireto.

A polifonia, neste conjunto de notícias, é inequívoca. Não só pelo ruído das treze fontes encontradas no texto, mas porque existe um “outro”, umbilicalmente, ligado a cada um dos “eus”. “Em outras palavras, o outro perpassa, atravessa, condiciona o discurso do eu” (FIORIN, 1994, p. 29). Mas antes de assegurar que todos os “sons” emitidos não estejam destoando, é bom ter cautela.

Na tabela anterior averiguou-se que nem todas as vozes estão na mesma frequência. Elas falam de posições-sujeito diferentes. A olho nu estariam os trabalhadores (e suas

representações) sobressaindo-se discursivamente sobre o patronato, contudo, basta revirar um pouco mais esse solo enunciativo para ver o quanto ele é movediço.

E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9 e E12 falam da perspectiva enunciativa do trabalho, E10 e E11 do capital e E0, E1 e E13 são neutros. Equação simples? Nem tanto. Primeiro porque não existe sujeito neutro. “Todos os enunciados são necessariamente ‘palavras de ordem’, diz Deleuze. O que significa dizer que nada é dito impunemente, nada é gratuito, falar é marcar posição, definir terrenos” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 14). E0 e E1, que falam da mesma perspectiva, trazem nas suas falas posições que – hora e outra – declinam.

As marcas: *havia uma certa apreensão quanto à adesão ao movimento* (primeiro texto); *Nas indústrias, adesão deverá ser inexpressiva* (título do segundo texto) e *O ideal seria o diálogo entre os trabalhadores e os empresários, através de seus respectivos sindicatos, o que sem dúvida, seria muito mais produtivo* (terceiro texto) são alguns dos muitos exemplos que fazem gravitar a voz avaliativa e sentenciadora do jornalista e, com ele, da publicação. O jornalismo não permite (pelo menos nos espaços informativos, como o que está em análise) presunções ou julgamentos, mas nesta notícia a *Gazeta do Sul* solidarizou-se discursivamente com uma possível opinião que guarde contrariedade com a greve e agiu, de quebra, como um “‘lugar tribunalístico’ onde sentenças são proferidas para serem cumpridas” (FAUSTO NETO, 1999, p. 83).

Outra particularidade que merece destaque são as aspas na expressão “estado de greve”, ditas por L1-. Os enunciadores E0 e E1 impuseram – através do sinal gráfico – um distanciamento daquela fala. Conforme Maingueneau (1997) seria o jeito dos locutores se colocarem além destes enunciados. Dizer, veladamente, que aquele “estado de greve” não é seu. Ademais, as aspas aqui causam a impressão de que o locutor esteja querendo zombar da situação, uma vez que nas construções seguintes, ele afirma (avalizado por outros locutores que atravessam seu discurso) que os trabalhadores trabalharão normalmente – [...] *devendo os trabalhadores exercerem as funções normalmente nas respectivas empresas; Apesar do “estado de greve” e o apoio ao movimento grevista, os trabalhadores vinculados aos Sindicatos da Alimentação, Metalúrgicos e Construção Civil trabalharão normalmente hoje.*

E13, embora não seja agente ativo dos polos capital *versus* trabalho (nesta circunstância não) também não está indefinido, enquanto enunciador. Ele vale-se da voz do governo, que

assume a postura patronal quando é o funcionalismo público que está paralisado. Mesmo não sendo esta a situação que está em jogo, a fala de L13 incrimina sua anuência a este posicionamento discursivo, já que o tom sonorizado na retranca é o de repressão ao movimento – [...] “*Apenas vamos aumentar o número de policiais na rua, porque o dia será atípico*”; *O cap. Oraci Garcia Rossoni disse que um maior efetivo estará nas ruas pela manhã e à tarde, especialmente nos locais de manifestações públicas* [...].

As perspectivas, confessadamente, patronais – E10 e E11 – não dão margem para dúvidas. São fartos os exemplos. Jacob Braun e Júlio Machado (ambos, além de prepostos das duas entidades patronais, eram empresários de Santa Cruz do Sul) ancoram às suas falas sentidos que vão desde a tentativa de desmobilização - [...] (Jacob) *calcula que não mais de 10% dos trabalhadores irão aderir ao movimento grevista* –, passam pelo amedrontamento dos trabalhadores – [...] *descontar o dia dos faltosos* [...]; [...] *Brigada Militar estará mobilizada* [...] -, sensibilidade da categoria empresarial – [...] *os empresários compreendem que os salários estão defasados, mas que a greve não é o melhor caminho* -, até chegar à radicalidade dos possíveis grevistas – *Este não é o momento oportuno para manifestação* [...] (como se houvesse um momento...); [...] *empregados não são os únicos prejudicados* [...]; [...] *esta é uma greve política* [...]; *a classe empresarial acredita no bom senso dos trabalhadores* [...] (porque só os trabalhadores têm de ter bom senso?).

Já as posições enunciativas que estariam a serviço de tirar os trabalhadores do laconismo, tocam, por vários instantes, as formações discursivas disseminadas através das posições enunciativas patronais. José Engel, vice-presidente do Sindicato da Alimentação, e Selvino Melchior, presidente do Sindicato da Construção Civil – para ficar em dois casos – cogitam o insucesso da greve devido às pressões exercidas pelos patrões e, com isso, terminam por tencioná-los a não aderir ao movimento. Quem agradece e aplaude é o patronato.

Como dividendo sonoro, admite-se que essa notícia seja polifônica. Porém, é inegável que as vozes patronais tiveram maior regalia. Não é pelo fato de se ter nove locutores falando da posição enunciativa dos trabalhadores que eles tenham tido essa prerrogativa. Ainda que não tivessem cometido tropeços enunciativos, todo o seu discurso está preso à E0 e E1, foi “deglutido” por E0 e E1. Quer dizer que o comprometimento desses dois enunciadores não evitou que a fala dos “trabalhadores” fosse infectada.

Pondo a término esta jornada analítica, pode-se certificar que os trabalhadores quase não ganharam voz na *Gazeta do Sul*. Na melhor das intenções, há um colossal desequilíbrio discursivo. Fere sua função, enquanto palco de diferentes opiniões. Segue Benetti (2007, p. 120):

Entre as grandes problematizações a serem feitas sobre o jornalismo está a relação entre a sua natureza pública e sua exigência de que seja um lugar de circulação de diferentes saberes sobre os fatos e o mundo. Assim, apenas a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como um campo plural e representativo da diversidade social.

Ao abnegar-se disso, também induz seu leitor a pensar que aí – no discurso dos que, efetivamente, falam (empresários, governos) – esteja a “verdade dos fatos”. E são nestas narrativas, presentes nas fábulas contadas e recontadas pelo noticiário diário – e da *Gazeta do Sul* –, que se encastelam significações do tipo: “[...] o crime não compensa, a corrupção tem de ser punida, a propriedade precisa ser respeitada, o trabalho enobrece, a família é um valor supremo, a nação é soberana [...]” (MOTTA, 2007, p. 166) e assim por diante.

Sem qualquer contextualização, a gramática – subjetiva e imaginária – utilizada nas redações é produzir efeitos catárticos (hoje não foi eu quem fiquei sem ônibus, mas amanhã..., hoje não fui eu quem saiu ferido...), explorar contradições, expectativas, desejos, frustrações, jamais transformações coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A confecção desta dissertação (em particular, a análise empírica) não apenas elucidou algumas inquietações iniciais como também apontou para caminhos surpreendentes. Aqui, para além de condensar as conclusões que esta pesquisa logrou, vai-se tentar transmitir um pouco das emoções vividas na realização de cada uma das etapas desse - embora árduo - prazeroso processo.

Como diz Cruz (2000, p. 208) uma “nova paisagem se descortina por detrás do vidro estilhaçado das janelas”. Metaforicamente, foi isso que aconteceu com o discurso do jornal *Gazeta do Sul*, hegemônico na região do Vale do Rio Pardo, sobre o movimento grevista da década de 1980. Ao dissecarem-se os sentidos e as vozes presentes no noticiário da publicação – este era o principal objetivo deste trabalho – pouco a pouco as máscaras foram caindo e mostrando que, ao invés de colocar-se como mediadora dos embates capital *versus* trabalho, pendeu para um dos polos, evidenciando seu atrelamento discursivo.

A cada parada teórica e analítica um novo fragmento juntava-se para que o quebra-cabeça, proposto por meio da problemática levantada por este estudo, isto é, entender como a *Gazeta do Sul* intermediou e construiu os discursos acerca da temática antes mencionada, fosse solucionado. O primeiro “caco” revelou que o funcionamento da máquina midiática está alicerçado em princípios que, na maioria das vezes, não estão francamente postos para o leitor (particularmente, para os menos “avisados”, de pouca instrução escolar), como as linhas editoriais, as influências mercadológicas... Ingredientes decisivos para a produção de qualquer discurso do gênero jornalístico. Para aqueles que ainda acreditavam num jornalismo refratário da realidade, porta-voz dos interesses gerais da sociedade civil e signatário da enlatada imparcialidade norte-americana, fora como o despertar de um sonho.

Nem a mídia, e muito menos os discursos por ela produzidos via jornalismo, cumprem tais papéis. Ambos representam – e isso ficou patente nesta investigação – poderosas colunas de sustentação do poder. Não é mera coincidência que notícias construam consensos, eduquem percepções, produzam “realidades” parciais como sendo a totalidade do mundo, mistifiquem e distorçam os fatos. A própria linguagem – como insistem Bakhtin e Voloshinov

(1997) -, que ampara toda e qualquer construção discursiva (inclusive, notícias) é, por excelência, uma teia de signos plurivalentes.

A peça seguinte do jogo foi encontrada quando da radiografia do “sujeito” *Gazeta do Sul* (pouco antes, examinou-se o cenário jornalístico do período de uma forma mais ampla, até para se poder fazer comparações futuras). Descobriu-se que não se trata de um jornal alheio aos ditames que regem as grandes corporações midiáticas. É sim um diário interiorano (nos anos de 1980, trissemanário), mas não menos atento às “estratégias de mercado”, à aceleração tecnológica e, principalmente, às “marés” político-ideológicas.

A penúltima ponta desta quadrilátera inquirição achou-se na decomposição da ação grevista. Desvendou-se quais são as motivações que estão e estiveram associadas aos conflitos travados por capital e trabalho. Isso no âmbito internacional, já que se desenterram algumas raízes do movimento paredista na Europa, nacional e local, ao se resgatar episódios que se fizeram determinantes para que os trabalhadores tomassem esse tipo de atitude frente ao patronato.

Mas foi escavando os quase mil documentos extraídos da *Gazeta do Sul* que se conseguiu saber o que aquela vidraça embaçada – quando ainda de pé - ocultava. Depois de traçar e percorrer um passo a passo metodológico, finalmente, estava-se diante do último pedaço que faltava para desvendar esse problema.

Antes de decompor os resultados, justiça seja feita: a publicação concedeu um vasto espaço (foram reprografadas 977 páginas do jornal), no decurso destes dez anos, à veiculação de notícias sobre o tema “greve”. Ora, não se pode ignorar que até a metade da década os militares – e suas práticas censurantes - ainda rondavam as redações. Resta saber o que foi dito (e quem disse) sobre isso nessa enorme pilha de papel.

Até 1985 (aproximadamente essa data) a publicação procurou adotar uma postura mais branda sobre as ocorrências grevistas, talvez pelo próprio cenário sindical ou pela inexperiência jornalística – comentada por Neumann (2010). Dali para diante os sentidos entalhados ao texto chegaram a ser quase rábicos. É bem verdade que, desde o início dos anos 80, um discurso sobre a valorização do trabalho vinha fomentando no interdiscurso a aversão às greves. Situação que, ano após ano, foi sendo insuflada. A diplomacia dos não-ditos ou da

moderada inclinação à causa dos agricultores foi ficando no pretérito e cedendo terreno para manifestações desprovidas de qualquer eufemismo. Há duas suposições para tal rotação discursiva: mudança do comportamento sindical da região (mais combativo), bem como do informativo (maior concorrência, aperfeiçoamento técnico, editorial...).

Não deu mais para disfarçar. No que tange aos sentidos, eles foram entretecidos – majoritariamente (1985 – 1989) – com vistas de colocar tanto a greve quanto os grevistas num lugar “outro”, que, às vezes, chegou a chocar com o planejamento gráfico do veículo (a *Gazeta do Sul* criou selos e outros recursos gráficos para discriminar o assunto). Editorialmente, ambos também “atrapalharam”. Não fosse assim, eles não teriam ido parar nas páginas de *Polícia* (como ocorreu em algumas ocasiões), destinadas à difusão de anomias sociais. Alguém poderia contra-argumentar lembrando que até certo momento (1989), as greves, efetivamente, eram ilegais por não estarem protegidas na legislação. Teria razão. Contudo, se este fosse o critério jornalístico, todas as paralisações – até aquele ano - teriam que, obrigatoriamente, vir chanceladas por esta editoria. Não foi o que se confirmou. Elas apareceram – em grande escala – acondicionadas pela editoria de *Geral*. Àquelas que terminaram confinadas aos redutos policiaiscos tinham o intuito de sublinhar ainda mais o sentido de violação.

E as lesões discursivas não param por aí. As marcas localizadas na cobertura jornalística do jornal ao longo do decênio em questão foram edificadas sob a tutela de duas FDs: ou as greves vinham recheadas de poucas (ou muitas – depende do caso) porções semânticas de transgressão (um dos exemplos está descrito acima) ou de prejuízo.

As duas foram sendo instituídas na memória discursiva através de inúmeras estratégias. Palavras (verbos, adjetivos...), artifícios “interativos” (cartas) ou icônicos (selo) e fontes representam algumas das armas utilizadas pela *Gazeta do Sul* para provar o quanto a greve e os grevistas são perigosos para a sociedade. Neste incestuoso discurso, a Brigada Militar e a comunidade, vítima do “descaso” de alguma categoria grevista, tornaram-se celebridades. Enquanto isso, as possíveis causas e/ou intentos destes confrontos terminaram por virar demandas periféricas ou sequer deixaram algum rastro na superfície informativa da publicação.

Os grevistas só saíram da escuridão discursiva (na maior parte das notícias publicadas entre 1985 – 1989) para protagonizarem ou o “sr. facínora” ou “sr. intransigência”. Eles foram descritos (ou identificados) como os baderneiros, aqueles que não se importam com a sociedade (que depende do transporte urbano, das escolas públicas...) e, sobretudo, com o patronato, que deixa de faturar nos dias em que a produção foi estagnada pelo quadro de funcionários. São eles – os grevistas - que não abrem mão dos reajustes, da ampliação de direitos ou seja lá o que for, jamais os empresários.

E a mesma falta de lisura discursiva detectada na diligência dos sentidos pode ser notada nas vozes. As amostras são contundentes ao colocar em relevo a fala de diferentes atores. Falaram representantes sindicais, falaram representantes patronais, falaram pessoas/entidades, aparentemente, neutras... Há, sem sombra de dúvidas, uma polifonia discursiva.

Todavia, bastou desatar-se um pouco mais das amarras da obviedade, para ver que, outra vez, a *Gazeta do Sul* pôs na gaveta uma das mais importantes regras do jornalismo: a isenção. Sob a perspectiva enunciativa reinaram os preceitos patronais. A propósito, os trabalhadores – no cômputo geral dos textos (ressaltando que não foram todos que passaram por uma avaliação pormenorizada, mas a totalidade foi lida e observada) – quase não tiveram suas posições enunciativas demarcadas. Fausto Neto (1999, p. 142), ainda que esteja referindo-se a AIDS e aos aidéticos em seu estudo, afirma que há várias maneiras de sofrer e de morrer dentro das páginas e hierarquias dos jornais. “Sujeito sem voz, ou voz assujeitada à voz-leitora dos jornais, esse é o mecanismo que caracteriza a moderna narrativa jornalística”.

De posse destas duas táticas discursivas o jornal emudeceu os trabalhadores, sepultou-os ou, quando lhes passou a palavra, fez questão de distanciar-se dela, precaver seus leitores de que ele nada tinha a ver com “aquilo”. Retomando Fausto Neto (1999), assujeitou essas vozes ao sabor da sua linha editorial, das crenças do jornalista que redigiu a notícia e daí por diante. Aliás, o artesão da notícia tem tanta “culpa” dos sentidos conferidos ao texto, quanto às empresas jornalísticas. Com a acidez que lhe é típica, Silva (2000, p. 13) comenta que: “[...] os jornalistas têm uma parte (raramente assumida) de responsabilidade na transformação da mídia em lata de lixo da história. Repassar toda a culpa aos padrões pusilânimes [...] significa antes de tudo arranjar um excelente álibi”.

Equivale dizer que tudo que é publicado nos e pelos canais midiáticos não passa de uma construção, de uma narrativa que se materializa de acordo com uma série de fatores (comerciais, editoriais, pessoais...) que determinam o exercício jornalístico. Se a própria realidade é socialmente fabricada, como defende Jaguaribe (2007), não se poderia esperar outra reação, que não essa, dos veículos de comunicação, já que esta é uma dinâmica que se retroalimenta. E foi sob esta lógica que a *Gazeta do Sul* estruturou seu discurso sobre o movimento grevista da década de 1980. Não hesitou. Abandonou a posição de “praça pública” para ser palco de um monólogo, cujo texto mira apenas a manutenção do *status quo*, uma vez que os sentidos consorciados ao discurso estavam – quase que no conjunto – imbuídos disso.

Orgulhava-se por se nomear, através do seu *slogan*, a porta-voz da comunidade. Que comunidade? Na certa, não foram àquelas que ousaram cruzar os braços. Nem mesmo as que estavam dispersas pelo extenso território do Vale do Rio Pardo, haja vista que a grande maioria das notícias deteve-se às ações grevistas promovidas em Santa Cruz do Sul.

Para a *Gazeta do Sul* os trabalhadores são meros coadjuvantes no percurso do desenvolvimento regional. Ou melhor: pouco importou se foi pelas suas mãos que pontes foram edificadas, lavouras plantadas e colhidas ou se mais cidadãos aprenderam a ler e escrever. Ao renunciarem ao trabalho, quando da deflagração de uma greve, eles não só foram jogados para fora desse processo, como, inclusive, atrapalharam-no. São essas as cicatrizes - que ainda estão abertas para quem quiser ver – que foram depuradas do discurso do jornal hegemônico do Vale do Rio Pardo.

Antes do ponto final, fica uma última preocupação: faz-se urgente um repensar das políticas informativas vigentes. Não se pode admitir que os veículos de comunicação sigam a professar posicionamentos unilaterais (como fez a *Gazeta do Sul*, durante os anos 80), mesmo porque, podem até ser privados – como é o caso dos jornais e revistas – mas possuem um compromisso público, que, na essência, seria informar, dar vazão à pluralidade dos pensamentos presentes no espectro social.

REFERÊNCIAS

AFUBRA. Associação dos Fumicultores do Brasil. *Fumicultura no Brasil*. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&u_id=1&i_id=1&menus_site_id=10>. Acesso em: 15 mar. 2011.

ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

AMANHÃ. *As marcas mais lembradas da mídia gaúcha*. 2010. Disponível em: <http://www.amanha.com.br/toprs2010/?page_id=40>. Acesso em: 26 ago. 2010.

ANDERSEN, Elenice Maria Larroza. O tu que reescreve o eu: uma análise polifônica da reescritura na formação do professor de língua materna. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 48-56, jan./mar. 2008.

ANTUNES, Ricardo L. C. *O que é sindicalismo*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARAÚJO, Vladimir Caleffi. *O jornalismo de informação sindical: atores e práticas de uma forma de produção jornalística*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ATLAS Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, 2010. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/default.asp>>. Acesso em: 13 maio 2010.

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AYDOS, Valéria. A invenção do mito de Sepé Tiarajú na Romaria da Terra. *Debates do NER*, Porto Alegre, n. 5, p. 31-56, 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/2727/1348>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

BAKHTIN, M. M.; VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin*. São Paulo: EDUSP, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BENETTI, Marcia; JACKS, Nilda Aparecida. O discurso jornalístico. In: X COMPÓS – ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2001, Brasília. Anais... Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1217.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2010.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 107-122.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *O futuro da democracia*. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. *Planejamento e Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, IPEA, n. 13, jun. 1996. Disponível em: <http://www.cni.unc.br/unc2009/mestrado/mestrado_materiais/boisier,_s_em_busca_do_esquivo.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2011.

BOITO JÚNIOR, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JÚNIOR, Armando et al. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 43-91.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: UNICAMP, 2006.

BREED, Warren. Controlo social na redacção: uma análise funcional. In: TAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, estórias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993, p. 152-166.

BRITTOS, Valério Cruz. Globo, transnacionalização e capitalismo. In: BRITTOS, Valério C.; BOLAÑO, César R (Org.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Editora Paulus, 2005, p. 131-154.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Antonio D. *A ação coletiva dos trabalhadores*. Porto Alegre: Palmarinca, 1991.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução de Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHINEM, Rivaldo. *Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet*. São Paulo: Disal, 2004.

CORREIA, João Carlos. *Teoria e crítica do discurso noticioso: notas sobre jornalismo e representações sociais*. Covilhã: LabCom, 2009.

COSTA, Sílvio. *Tendências e centrais sindicais: o movimento sindical brasileiro: 1978-1994*. Goiânia: UCG, 1995.

CRUZ, Antônio. *A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DARDE, Vicente William da Silva. *As vozes da AIDS na imprensa: um estudo das fontes de informação dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo*. 2006. 186 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação – Mestrado e Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DISCINI, Norma. *Comunicação nos textos*. São Paulo: Contexto, 2005.

DREHER, André Felipe. *Tiragem do Riovale Jornal*. Santa Cruz do Sul, 21 jun. 2010. Informação verbal.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.

ELLWANGER, Rozana. *Perdão, leitores: uma análise da crítica política na seção opinativa do Coojornal*, 2009. 122 f. Monografia (Curso de Comunicação Social) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

ENNE, A. L. S.; DINIZ, B. P.. O "Caso Mão Branca" na imprensa do Rio de Janeiro: narrativa jornalística, ficção e o fluxo do sensacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

FARIA, Reginaldo Tadeu Soeiro de. *Estratégias tecnológicas na produção de formas expressivas em audiovisuais para celular*. 2009. 76 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mestrado) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2009.

FAUSTO NETO, Antônio. A sentença dos media: o discurso antecipatório do impeachment de Collor. In: FAUSTO NETO, A.; BRAGA, J. L.; PORTO, S. D. (Orgs.). *Brasil Comunicação, Cultura & Política*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, p. 328-355.

_____. *Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a AIDS*. São Paulo: Hacker, 1999.

_____. *Mortes em derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

FELIPPI, Ângela. *Jornalismo e identidade cultural: construção da identidade gaúcha em Zero Hora*. 2006. 178 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – Mestrado e Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. *Vozes e sentidos no jornalismo rural: o funcionamento discursivo do telejornal "Notícias", do Canal Rural*. 2000. 150 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação – Mestrado e Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

FILTER, Cássio Fernando. *Jornal Kolonie: influência do Estado Novo na linha editorial e conteúdo*. 2003. 102 f. Monografia (Curso de Comunicação Social) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2003.

FINKLER, Fernanda. *A imprensa escrita em municípios emancipados na década de 1990 na região do Corede do Vale do Rio Pardo*. 2011. 190 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2011. No prelo.

FIORIN, José Luiz. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 29-36.

FONSECA, Francisco. O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 9, n. 2, p. 73-92, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v9n2/v9n2a04.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. *Jornalismo no conglomerado de mídia: reestruturação produtiva sob o capitalismo global*. 2005. 350 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação – Mestrado e Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FOSCARINI, L. T. O discurso midiático nos meandros da criminalização: contemporaneidade e movimentos sociais. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E PLURALISMO JURÍDICO, 2008, Florianópolis, SC. *Anais...* Florianópolis: NEPE, 2008. Disponível em: < www.nepe.ufsc.br/controle/artigos/artigo89.pdf >. Acesso em: 05 mar. 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Apresenta dados estatísticos sobre o estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acesso em: 17 mar. 2011.

GAZETA DO SUL. *Especial 60 anos*. Santa Cruz do Sul: Gazeta, 2005.

GAZETA DO SUL. Pesquisa realizada no Jornal Gazeta do Sul, no arquivo de 1º de janeiro de 1980 a 31 dezembro de 1989.

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GRUPO SINOS. Apresenta informações gerais sobre o Grupo Sinos. Disponível em: <<http://www.gruposinos.com.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

_____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

HERRLEIN JR., R.; DIAS, A.. Trabalho e indústria na Primeira República (1889-1930): um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do Rio Grande do Sul e de São Paulo. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 255-298, 1993. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/viewPDFInterstitial/1607/1975>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

HERRLEIN JR., Ronaldo. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: 1920-1950. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n.14, p. 103-118, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n14/a06n14.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2010.

HOBSBAWM, E. J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IANNI, Octávio. *O príncipe eletrônico*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoedevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2008/indic_sociais2008.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2011.

IBOPE. Apresenta informações gerais sobre o instituto de pesquisa. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

INSTITUTO METHODUS. *Os jornais mais lidos das cidades do RS*. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.institutomethodus.com.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

JACKS, Nilda; CAPPARELLI, Sergio (Coord.). *Tv, família e identidade*: Porto Alegre "Fim de Século". Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

JACKS, Nilda; ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Comunicação e recepção*. São Paulo: Hacker, 2005.

JAGUARIBE, Beatriz. *O choque do real: estética, mídia e cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2006.

LEITE, Marcia de Paula. *O que é greve*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEMOS, André. *Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Mil dias: seis mil dias depois*. São Paulo: Publifolha, 2005.

LOPES, Abel. Solicitação de informações sobre o número de assinantes, concentração de assinaturas e demais detalhes. [Mensagem institucional]. Mensagem recebida por <abellopes@gazetadoul.com.br> em 5 jul. 2010.

LOPES, Paulo Fernando de Carvalho. A notícia como produtora de sentidos. *Unirevista*. São Leopoldo, v. 1, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Lopes.PDF>. Acesso em: 22 abr. 2010.

LUXEMBURG, Rosa. *Huelga de masas, partido y sindicatos*. 5. ed. México: Pasado y Presente, 1978.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker, 2000.

_____. Mediacriticism ou o dilema do espetáculo de massas. In: PRADO, José Luiz Aidar (Org.). *Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas*. São Paulo: Hacker, 2002, p. 14-26.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MATA, Jhonatan; COUTINHO, Iluska. Sobre transportes e discursos coletivos: o povo e seu lugar de fala no telejornalismo local. *Revista Estudos em Comunicação*, Curitiba, v. 1, n. 07, p. 205-218, 2010.

MAZUI, Guilherme Roesle. *O jornal Gazeta do Sul e a construção da identidade de Santa Cruz do Sul como a capital gaúcha do basquete*. 2009. 127 f. Monografia (Curso de Comunicação Social) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Notícia: um produto à venda*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, Lélia Erbolato. Estrutura da narrativa ou gêneros, mundos, lugares discursivos & companhia? In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 187-193.

MENDES, Gláucia da Silva. *A naturalização do atraso: os noticiários de El Universal e O Globo sobre o governo Hugo Chávez e as projeções identitárias sobre a América Latina*. 2009. 234 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

MINUZZI, Marcus Vinícius. *O fumo na folha do jornal: realidades em construção pela trama do discurso jornalístico - o caso Gazeta do Sul e o complexo agroindustrial fumageiro*. 2002. 257 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2002.

MORAES, Dênis de. O capital da mídia na lógica da globalização. *Ciberlegenda*, Niterói, n. 6, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/316/197>>. Acesso em: 23 mai. 2010.

MOTTA, L. G.; COSTA, G. B.; LIMA, J. A. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 31-51, 2005.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; MACHADO, Marcia Benetti. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 143-167.

_____. *Notícias do fantástico: jogos de linguagem na comunicação jornalística*. São Leopoldo: UNISINOS, 2006.

MOTTER, Maria Lourdes. *Ficção e história: imprensa e construção da realidade*. São Paulo: Arte & Ciência/Villipress, 2001.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: PORTO, S. D. (Org). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002a, p. 49-83.

_____. O nome do jornal. In: PORTO, S. D. (Org). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002b, p. 85-98.

_____. O sistema das citações. In: PORTO, S. D. (Org). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002c, p. 117-144.

MÜLLER, Igor. Gazeta do Sul completa 64 anos de circulação. *Gazeta do Sul*, p. 11, 26 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.gaz.com.br/gazetadosul/edicao/download/1752.html>>. Acesso em: 23 abr. 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NEUMANN, Marinês Teresinha. *Narrativas identitárias e associativismo de tradição germânica na região de Santa Cruz do Sul: o discurso da identidade regional (1850-1950)*. 2005. 157 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2005.

NEUMANN, Romeu Inácio. Diretor-secretário do jornal *Gazeta do Sul*. Entrevista à Patrícia Regina Schuster. Santa Cruz do Sul: maio de 2010.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves nos anos 80. In: BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.

_____. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO. Apresenta informações gerais sobre a sigla. Disponível em: <<http://www.psbnacional.org.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

PAS, Iran da Costa. *A ação coletiva dos trabalhadores em tempo de crise: o movimento sindical urbano de Santa Cruz do Sul (1980-2000)*. 2009. 180 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1995.

PEDROSO, Elizabeth M. K. *Movimento Sindical no Brasil 1850-1997: trajetória, características e desafios*. Porto Alegre: Evangraf, 1998.

PEIXOTO, Fernanda. Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, SP, vol. 3, n. 4, p. 31-42, 1998. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/904/859>>. Acesso em: 19 mai. 2010.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

PEROSA, Lilian Maria Farias de Lima. *Cidadania proibida: o caso Herzog através da imprensa*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937*. Porto Alegre: UFRGS: Tchê Mapas, 1992.

PETRAS, James F. *Brasil e Lula: ano zero*. Blumenau: FURB, 2005.

PICCININ, Fabiana. Genealogia do discurso jornalístico: a nova moral Nietzscheana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006. Brasília. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2006. CD-ROM.

PINTO, Milton José. Semiologia e imagens. In: BRAGA, José Luís; PORTO, Dayrell; FAUSTO NETO, Antônio (Orgs.). *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

POLL, Mário. Solicitação de informações sobre o número de produtores envolvidos no setor fumageiro no Vale do Rio Pardo. [Mensagem institucional]. Mensagem recebida por <mario@afubra.com.br> em 16 mar. 2011.

POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.

RAMOS, Murilo César de. A força de um aparelho privado de hegemonia. In: BRITTOS, Valério C.; BOLAÑO, César R. (Org.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 57-76.

RESENDE, E. S.; MORGADO, M. A.. O movimento dos professores no discurso jornalístico: quando o mostrar oculta. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED), 23., 2000, *Resumos...* Rio de Janeiro: Anped, 2000, p. 01-05.

RODRIGUES, Adriano Duarte. “O acontecimento”. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANT'ANNA, Lourival. *O destino do jornal: a Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHUSTER, Patrícia Regina. *O jornalismo político nas páginas da Gazeta do Sul durante o primeiro ano do governo Médiçi: uma análise de discurso*, 2007. 103 f. Monografia (Curso de Comunicação Social) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

SIEDENBERG, Dieter. Aspectos sociais e culturais do Vale do Rio Pardo. In: CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO (RS). *Agenda 21 regional do Vale do Rio Pardo (RS)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 121-158.

SILVA, Juremir Machado da. *A miséria do jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. O que escrever quer calar? Literatura e jornalismo. In: CASTRO, Gustavo de.; GALENO, Alex (Orgs.). *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 47-55.

SILVA, Giani David. A polifonia como estratégia argumentativa na construção da informação televisiva. In: VI CONGRESSO DE LETRAS, 2007, Caratinga, MG. *Anais...* Caratinga: UNEC, 2007, p. 01-12.

SILVA, Márcia Maria Moraes da. A polifonia nas letras das canções de Caetano Veloso. *Falla dos Pinhaes*, Espírito Santo de Pinhal, SP, v. 2, n. 2, p. 111-150, jan./dez. 2005.

SILVEIRA, Rogério L. L.; HERMANN, Elisa. As cidades e a urbanização do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001, p. 217-257.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo – RS*. 2007. 578 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado e Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. 3. ed. São Paulo: Atual, 1986.

SKOLAUDE, Mateus Silva. *Identidades rasuradas: o caso da comunidade afro-descendente de Santa Cruz do Sul (1970-2000)*. 2008. 146 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2008.

SOUZA, Solange Jobin. Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin: polifonia, alegoria e o conceito de verdade no discurso da ciência contemporânea. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Unicamp, 1997, p. 331-348.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *Juventude e televisão: um estudo de recepção do Jornal Nacional entre os jovens universitários cariocas*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. Núcleo de Pesquisa Social. *Relatório de Pesquisa: avaliação do Jornal Gazeta do Sul*. Santa Cruz do Sul: NUPES, 2011. Pesquisa encomendada pela Gazeta Grupo de Comunicações.

VIEIRA, Toni André Scharlau. *Jornalismo no interior: potencialidades éticas e técnicas*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2002. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/18629/1/2002_NP2VIEIRA.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2010.

VOGT, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHITE, David Manning. *O Gatekeeper: Uma análise de caso na seleção de notícias*. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, estórias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993, p. 142-151.

WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul e sua evolução urbana: 1855-2000*. 2000. 269 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2000.

ZELIZER, Barbie. *Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa*. *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa, n. 27, p. 33-61, fev. 2000.

ZERO HORA. *45 anos*. Porto Alegre: ZH, 2009.